

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Claudio Ernani Litig

**Povos indígenas no Espírito Santo: Uma história de luta e
resistência**

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**SÃO PAULO
2016**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Claudio Ernani Litig

**Povos indígenas no Espírito Santo: Uma história de luta e
resistência**

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais sob a orientação do Professor Doutor Luiz Eduardo W. Wanderley.

**SÃO PAULO
2016**

Banca Examinadora

***Dedico esta tese à minha mãe, Ismilda
Littig, exemplo de vida, amor, paz,
carinho, apoio, dedicação e compreensão.***

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Luiz Eduardo W. Wanderley, pela orientação no doutorado, surpreendendo-me com sua capacidade de avaliação e percepção de que ainda tínhamos muito a fazer.

Aos professores Edson Passetti, Marisa do Espírito Santo Borin, Maria Villas Boas Concone, Teresinha Bernado, pelas lições ao longo do curso do doutorado e a professora Carmem Junqueira por ter marcado minha banca na defesa desta tese.

À FUNAI e AITG, pela colaboração na realização desta tese.

Em especial, a minha mãe, Ismilda Littig, minha irmãs, Esmeralda, Sandra, Cecília e todos familiares que sempre incentivaram e me apoiaram.

“o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, possibilita que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais”.

(Relatório Brundtland, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ONU, 1983).

RESUMO

LITIG, Claudio Ernani. **Povos indígenas no Espírito Santo: Uma história de luta e resistência.**

Esta pesquisa investigou os impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos sofridos pelos povos indígenas no Espírito Santo com a nova demarcação e homologação de suas terras e o processo de luta e resistência que visa o resgate dos direitos coletivos destes povos. O estudo foi desenvolvido em três momentos: No primeiro momento analisou-se a bibliografia acadêmica, levantando as informações históricas dos povos indígenas, do Brasil ao Espírito Santo; o processo de implantação de complexo industrial: Da COFAVI a Aracruz Celulose e o processo de luta pela demarcação e homologação das terras indígenas. No segundo momento, foram investigados os documentos governamentais para avaliar os impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos decorrentes da monocultura do eucalipto e os impactos de estruturas e serviços públicos. No terceiro momento realizou-se pesquisa de campo, identificando-se e registrando-se os impactos decorrentes da monocultura do eucalipto e os impactos de estruturas e serviços públicos com reflexos nas Terras Indígenas. Constataram-se danos por toda extensão da área indígena. A pesquisa permitiu concluir que para resgatar os direitos coletivos dos índios de Aracruz é necessário cobrar a responsabilidade do Estado do Espírito Santo e da Prefeitura Municipal de Aracruz de avaliação dos impactos ambientais e o conseqüente dano social, cultural e econômico gerado pelas empresas privadas e pelo próprio poder público (Estado e Município).

Palavras-chave: Impacto ambiental, social, cultural, econômico e direito coletivo.

ABSTRACT

LITIG, Claudio Ernani. **Indigenous people at Espírito Santo: A story of struggle and resistance.**

This research investigated the social, cultural and economic impacts suffered by indigenous nations in the state of Espírito Santo, because of the new demarcation and ratification of their land and the process of struggle and resistance that intend to redeem the collective rights of these people. The study was developed in third time: In the first time, the study analyzed the academic literature, lifting of indigenous historic informations, the implantation process of the industrial complex of COFAVI and Aracruz Cellulose and the process of demarcation and ratification of indigenous land. The second time investigated the governmental documents to evaluate environmental, social, cultural and economic impacts caused by the eucalyptus monoculture and the impacts at institutions and public services. The third time executed a field research, identifying and registering impacts resulted by eucalyptus monoculture and the impacts at institutions and public service with reflex on indigenous land. It was found damage for all extension of indigenous land. The research allowed conclude that, to recover the indigenous' collective rights it's necessary to pressure the government of Espírito Santo and the City Hall of Aracruz to evaluate the environmental, social, cultural and economic impacts caused by private companies and the public power itself.

Key-words: environmental, social, cultural and economic impacts and collective rights.

LISTA DE MAPAS

| | |
|---|-------|
| Mapa 1 – Espírito Santo licalizando o município de Aracruz | 23 |
| Mapa 2 – Território ocupado pelos Tupinikim em 1.500 | 24 |
| Mapa 3 – Movimentações dos povos Guarani | 29 |
| Mapa 4 – Aldeias indígenas | 31 |
| Mapa 5 – Frente de batalha no Brasil entre índios e brancos | 38 |
| Mapa 6 – Base florestal dez/2004 | 59 |
| Mapa 7 – Complexo da Fibria | 62 |
| Mapa 8 – Distribuição das vendas por região | 64/65 |
| Mapa 9 – Terras indígenas no Espírito Santo | 79 |
| Mapa 10 – Florestas de eucalipto em terras indígenas | 107 |
| Mapa 11 – Bacia do Córrego Sahy | 120 |
| Mapa 12 – Bacia do Rio Guaximdiba | 125 |
| Mapa 13 – Apropriação dos recursos hídricos | 133 |
| Mapa 14 – Gasoduto Lagoa Parda-Vitória próximo da Aldeia Piraqueaçu | 139 |
| Mapa 15 – Aterro sanitário na Aldeia Areial (Tupinikim) | 141 |
| Mapa 16 – Rodovia ES-10 e estradas vicinais nas Tis | 143 |
| Mapa 17 – Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) – Aldeia Piraqueaçu | 144 |

LISTA DE FOTOS

| | |
|--|-----|
| Foto 1 – Urnas mortuárias | 22 |
| Foto 2 – Chegada dos Guarani em Caeiras Velhas – 1968 | 28 |
| Foto 3 – Projeto Aracruz | 49 |
| Foto 4 – Auto demarcação das terras indígenas em 1983 | 77 |
| Foto 5 – Auto demarcação das terras indígenas em 1998 | 80 |
| Foto 6 – Auto demarcação das terras indígenas em 2005 | 93 |
| Foto 7 – Índios fecharam a Rodovia ES-10 | 93 |
| Foto 8 – Eucalipto para construir aldeia – 2005 | 93 |
| Foto 9 – Polícia Federal sobrevoando – 2005 | 94 |
| Foto 10 – Destruindo aldeia construída – 2005 | 94 |
| Foto 11 – Feridos com bala de borracha – 2005 | 94 |
| Foto 12 – Feridos com cassetete – 2005 | 94 |
| Foto 13 – Descaracterização da cultura indígena | 96 |
| Foto 14 – Divulgado pelas empresas terceirizadas – 2006 | 97 |
| Foto 15 – Índios ocupam Portocel | 99 |
| Foto 16 – Foto aérea do município de Aracruz em 1965, terras indígenas | 105 |
| Foto 17 – Manguezal do Rio Piraqueaçu | 113 |
| Foto 18 – Coleta de ostras no Rio Piraqueaçu | 114 |
| Foto 19 – Águas eutrofizadas | 116 |
| Foto 20 – Encontro de Tupinikim e Guarani em 1970 | 117 |
| Foto 21 – O rio usado pelo índios para se locomoverem | 118 |
| Foto 22 – Desvio de curso d'água – Córrego Guaxindiba | 126 |
| Foto 23 – Desvio do curso d'água – Córrego Sahy | 127 |
| Foto 24 – Desvio da água do Rio Doce para a Bacia do Rio Riacho | 128 |
| Foto 25 – Primeira comporta e o Canal Caboclo Bernardo | 129 |

| | |
|--|-----|
| Foto 26 – Quarta comporta e a inversão do Rio Gimuhuna | 130 |
| Foto 27 – Sistema de bombeamento para inversão do Rio Gimuhuna | 131 |
| Foto 28 – Lançamento das águas do Rio Gimuhuna para a empresa | 135 |
| Foto 29 – Margem do Rio Comboios - áreas usadas na agricultura | 135 |
| Foto 30 – Margem do Rio Comboios | 135 |
| Foto 31 – Bordas da lagoa anaeróbia em processo erosivo | 145 |
| Foto 32 – Lagoa anaeróbia com lodo | 146 |
| Foto 33 – Lagoa anaeróbia desativada | 146 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 – Distribuição da população indígena por região | 16 |
| Tabela 2 – Distribuição da população indígena por Estado | 17 |
| Tabela 3 – Distribuição por habitantes nas aldeias de Aracruz – 2014 | 32 |
| Tabela 4 – População do Espírito Santo – 1940 a 2000 | 45 |
| Tabela 5 – População Economicamente Ativa do Esp. Santo – 1950/1980 | 46 |
| Tabela 6 – Recursos do BNDES para ARCEL | 60 |
| Tabela 7 – Uso da terra (área/há) – Aracruz – 1950 a 1980 | 67 |
| Tabela 8 – Evolução da produção – 1950/2007 | 68 |
| Tabela 9 – Produto Interno Bruto – R\$ de 2000 (milhões) – 1950/2000 | 70 |
| Tabela 10 – Aldeias indígenas e áreas conquistadas | 108 |
| Tabela 11 – Uso da terra e cobertura vegetal da terra indígena | 109 |
| Tabela 12 – Uso da terra e cobertura vegetal da terra indígena Comboios | 110 |
| Tabela 13 – Unidades ambientais da terra indígena Comboios | 134 |
| Tabela 14 - Uso da terra e cobertura vegetal – Tup-guarani e Comboios | 137 |
| Tabela 15 – Situação das terras indígenas no Brasil | 149 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1 – População urbana e rural do Espírito Santo – 1940 a 2000 | 45 |
| Gráfico 2 – Evolução de transporte em barcaças | 54 |
| Gráfico 3 – Acionistas da ARCEL | 55 |
| Gráfico 4 – Celulose: principais produtores brasileiro – 1998 | 56 |
| Gráfico 5 – Produtividade florestal (m ³ /há/ano) – 1987 a 1999 | 57 |
| Gráfico 6 – Evolução da produção de celulose – 1990 a 2000 | 57 |
| Gráfico 7 – Custo de produção de fibra curta – 1995 | 58 |
| Gráfico 8 – Produção de celulose – ARCEL | 59 |
| Gráfico 9 – Estrutura acionária da Fibria | 61 |
| Gráfico 10 – Uso da terra (área/há) – Aracruz – 1950 a 1980 | 67 |
| Gráfico 11 – População urbana e rural de Aracruz – 1970/2000 | 69 |
| Gráfico 12 – Taxa de urbanização – Aracruz, Esp. Santo, Brasil | 69 |
| Gráfico 13 – Variação anual do PIB – 1959/2000 | 71 |
| Gráfico 14 = Produtividade de celulose versus número de empregos | 72 |
| Gráfico 15 – Desmatamento da Mata Atlântica no Espírito Santo | 74 |
| Gráfico 16 – Utilização da terra em Aracruz – 1950 a 1980 | 106 |

LISTA DE SIGLAS

AITC – Associação Indígena Tupinikim Comboios
AITG – Associação Indígena Tupinikim Guarani
AGB – Associação de Geógrafos do Brasil
ANAÍ – Associação Nacional de Ação Indigenista
APP – Áreas de Preservação Permanente
ARCEL – Aracruz Celulose
ARFLO – Aracruz Florestal
BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo
CC – Código Civil
CCLTG – Comissão de Caciques e Lideranças Tupinikim Guarani
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CPI – Comissão Parlamentar de Inquéritos
CMITG – Comissão de mulheres Indígenas Tupinikim Guarani
CODEC – Conselho de Desenvolvimento Econômico
COFAI – Companhia de Fomento Industrial
COFAVI – Companhia de Ferro e Aço de Vitória
COMIG – Companhia Energética de Minas Gerais
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
DER-ES – Departamento Estadual de Rodovias do Espírito Santo
DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EPIA – Estudos Prévios de Impacto Ambiental
ETA – Estação de Tratamento de Água
ETE – Estação de Tratamento de Esgoto
FINDES – Federação das Indústrias do Espírito Santo
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNDAP – Fundo de Desenvolvimento de Atividades Portuárias
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Rec. Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM – Imposto de Circulação de Mercadoria

IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal
IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
GERES – Grupo de Recuperação Econômico do Espírito Santo
GRPU – Gerência Regional do Patrimônio da União
GT – Grupo de Trabalho
há - Hectar
LINDB – Lei de Introdução a Normas do Direito Brasileiro
MPF – Ministério Público Federal
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PEA – População Economicamente Ativa
PIB – Produto Interno Bruto
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNPC – Programa Nacional de Papel e Celulose
PORTOCEL – Porto de Celulose
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz
SIMGEL – Sistema Municipal de Geoprocessamento
SINTICEL – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Celulose
SINTIEMA – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Minerais
SPI - Serviço de Proteção aos Índios
TAC – Tripla Aliança Capitalista
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
TI – Terra Indígena
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UHE – Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO 1 POVOS INDÍGENAS NO ESPÍRITO SANTO | 11 |
| 1.1 REMANESCENTES INDÍGENAS DO ESPÍRITO SANTO | 25 |
| 1.1.1 O Tupinikim: percursos históricos (localização, população e características) | 25 |
| 1.1.2 O Guarani: percursos históricos (localização, população e características) | 27 |
| 1.2 TUPINIKIM E GUARANI NO MUNICÍPIO DE ARACRUZ NOS DIAS ATUAIS (LOCALIZAÇÃO E POPULAÇÃO | 30 |
| CAPÍTULO 2 PROCESSO DE REIVINDICAÇÃO DO DIREITO À POSSE DAS TERRAS DOS POVOS TUPINIKIM E GUARANI | 34 |
| 2.1 CONTEXTO NACIONAL | 35 |
| 2.2 NO ESPÍRITO SANTO: EXPROPRIAÇÃO E RECONQUISTA DAS TERRAS DOS POVOS TUPINIKIM E GUARANI | 39 |
| 2.2.1 A nova economia do Brasil | 40 |
| 2.2.2 A nova economia do Estado do Espírito Santo | 41 |
| 2.2.3 A nova economia do município de Aracruz | 46 |
| 2.2.3.1 Projeto Aracruz | 49 |
| 2.2.3.1.1 Impacto do capital industrial no campo | 66 |
| 2.2.3.1.2 Impacto econômico no município de Aracruz | 70 |
| 2.2.3.1.3 Expropriação das terras indígenas: resistência e reconquista | 72 |
| CAPÍTULO 3 IMPACTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS, CULTURAIS E ECONÔMICOS DA EXPROPRIAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS | 102 |
| 3.1 MONOCULTURA DE EUCALIPTO E SEUS IMPACTOS | 103 |
| 3.1.1 Alteração da paisagem | 108 |
| 3.1.2 Impacto sobre a biodiversidade | 111 |
| 3.1.3 Degradação dos solos | 114 |
| 3.1.4 Degradação dos recursos hídricos | 116 |
| 3.1.5 Desvios dos cursos d'água e represamento | 125 |

| | |
|--|-----|
| 3.2 ESTRUTURAS PRIVADAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E SEUS IMPACTOS | 138 |
| 2.2.1 Gasoduto Lagoa Parda-Vitória | 138 |
| 2.2.2 Aterro sanitário | 140 |
| 2.2.3 Linhas de transmissão | 142 |
| 3.2.4 Estradas | 142 |
| 3.2.5 Estação de tratamento de Esgoto (ETE) | 143 |
| CAPÍTULO 4 RESPONSABILIDADES DECORRENTES DA NOVA DEMARCAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS | 147 |
| 4.1 CONSTITUIÇÃO FEDERAL E AS QUESTÕES INDÍGENAS... | 149 |
| 4.1.1 Danos ambientais, sociais, culturais e econômicos: Interesse coletivo dos povos indígenas | 153 |
| 4.1.2 Da reparação pelos danos e persistência da questão indígena | 158 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 164 |
| 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 169 |
| ANEXOS | 182 |

INTRODUÇÃO

No município de Aracruz, Estado do Espírito Santo, recentemente foram demarcadas e homologadas as terras indígenas Tupinikim e Guarani¹. São três grandes momentos da luta pelo território indígena: o período entre 1978/1983, quando retomaram 4.492 hectares; o período entre 1993/1998, quando acrescentaram mais 2.571 hectares a seu território e o período entre 2005/2008, quando conquistaram os atuais 18.027 hectares.

Como cidadão Aracruzense, envolvido em movimentos sociais e fundador de uma ONG (Associação Beneficente), participei como um dos apoiadores desta última luta dos índios para a reconquista de suas terras, que foi marcada por muita violência por parte da Polícia Federal, com uso de bala de borracha, perseguição aos índios nas florestas de eucalipto, tratores para destruir suas casas e plantações e o uso de helicópteros para intimidar os índios. Assim, as questões que envolvem o direito dos povos indígenas, têm sido tema de estudos nas minhas pesquisas.

Minha inquietação no curso de mestrado em meio ambiente e agora no doutorado têm sido pelas terras demarcadas e homologadas que não são as mesmas da década de 60, pois no ano 1970 foi criada a empresa ARCEL (Aracruz Celulose S.A), hoje conhecida como Fibria, incorporando ao Grupo Aracruz à atividade industrial de produção de celulose, constituindo-se na maior produtora mundial de fibra curta branqueada de eucalipto. A partir daí, uma sequência de ampliações da área de plantio de eucalipto se deu por meio de diversas articulações entre empresários, poder municipal, estadual e federal. Neste contexto, propomo-nos a

¹ A Associação Brasileira de Antropologia convencionou que nomes indígenas não flexionam em gênero ou número.

investigar os impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos e a permanência das questões indígenas de Aracruz, após a invasão predatória da Aracruz Celulose.

Alguns desses impactos já eram conhecidos pelo poder público. Todavia, a nova demarcação e conseqüente homologação das terras indígenas acabam alterando a forma de tratamento que se deve dispensar a essas questões. Isso porque, essa porção de terra passou da categoria de propriedade particular para a categoria de propriedade Pública Federal gravada pelo usufruto indígena.

Embora seja a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) responsável, na qualidade de órgão técnico e especializado, por estabelecer e executar a política indigenista; exercer, em nome da União, a tutela dos índios; prestar assistência aos silvícolas, com respaldo na legislação de regência; não se pode esquecer de que as terras homologadas com todos os seus impactos estão localizadas no município de Aracruz. E o seu crescimento urbano também provocou grandes impactos sobre os povos indígenas, evidenciando algumas questões que requerem uma atenção especial do poder público Municipal, quanto ao conhecimento dos danos ambientais, sociais, culturais e econômicos, estabelecimento de competências e o tratamento que deverá ser empreendido para mitigar a ação danosa sobre povos Tupinikim e Guarani. Esses são os grandes desafios a serem enfrentados pelos povos indígenas.

Diante deste problema, a pesquisa tem como **objetivo geral**, identificar os impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos sofridos pelos povos indígenas no Espírito Santo com a nova demarcação e homologação dessas terras, advindas das políticas do Governo Federal, do Estado do Espírito Santo e do Município de Aracruz

e conhecer o processo de luta e resistência que visa o resgate dos direitos coletivos destes povos.

Para tanto, dividimos a tese em quatro capítulos. O primeiro capítulo com tema Índios no Espírito Santo apresenta um panorama histórico dos povos indígenas, com uma visão de Brasil que contextualiza a vida indígena no Espírito Santo. Vamos descrever a movimentação dos povos indígenas no território brasileiro após a chegada dos portugueses em 1500 em busca de riquezas, afetando a distribuição demográfica, como também o seu quantitativo. Também vamos apresentar uma síntese dos trabalhos do arqueólogo Celso Perota, do Departamento de Ciências da UFES (Universidade Federal do Espírito Santo), que nos remetem a mais de 7.000 anos da pré-história indígena no Espírito Santo. Segundo Perota, no período de 1.500, os índios do litoral do Espírito Santo, percorreram todo o território do Espírito Santo e mais tarde abandonaram sua característica nômade e desenvolveram a agricultura, construindo suas aldeias, vivendo da caça, da pesca e também da coleta, do extrativismo e da agricultura. Nesse processo, vamos contextualizar os remanescentes dos índios Tupinikim e Guarani no Espírito Santo, através dos percursos históricos, localização, população e características.

No segundo capítulo, intitulado Reivindicação do Direito à Posse da Terra dos Povos Tupinikim e Guarani queremos mostrar que desde a época da colonização portuguesa, as terras habitadas pelos indígenas sofreram diversas modificações jurídicas até a Constituição de 1988. Veremos também que, embora a última Constituição (1988) tenha reconhecido o direito a terra, os índios do Brasil têm travado, até os nossos dias, diversas frentes de luta. Primeiramente é importante considerar que a terra para os Tupinikim e Guarani é sinônimo de território, tal como

anunciaram com frequência nas lutas pela terra, como: terra de liberdade, terra de viver, terra mãe. A distribuição entre terra e território é exterior aos seus mundos de viver, mesmo que esta distinção tenha atualmente, por força das externalidades, se implantado no interior destas comunidades. Quando o Estado brasileiro, efetua a demarcação de áreas ocupadas por indígenas como Terras Indígenas, está atribuindo-lhes um caráter de regularização fundiária, onde a terra é meio de produção, embora o faça sob parâmetros identitários (MARACCI, 2008).

No Espírito Santo o processo de ocupação das terras indígenas teve início com o modelo de desenvolvimento industrial da tríplice aliança brasileira, entre os capitais multinacional, nacional e estadual de 1967 a 1980. Neste contexto político, vamos conhecer a nova economia do Brasil que repercutiu no Estado do Espírito Santo e na economia do município de Aracruz. O Governo Federal promoveu a industrialização a partir das potencialidades dos estados e com o ideário expresso no I e II Plano do Desenvolvimento Nacional (PDN)²; um polo de modernização foi criado no Espírito Santo e torna-se um campo de investimentos de “Grandes Projetos Industriais de Impacto”, envolvendo cinco complexos industriais: siderúrgico, portuário, paraquímico, reparos navais e turismo. Dessa forma, foi implantado o Projeto Aracruz no município de Aracruz. Esse movimento capitalista culminou no processo de ocupação das terras indígenas com a implantação da Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) e, posteriormente, da Aracruz Celulose, interferindo na vida e na cultura dos povos indígenas Tupinikim e Guarani. Foram necessários estudos antropológicos feitos pela FUNAI, reconhecendo o direito e a necessidade da demarcação das terras indígenas. A partir deste

² A estratégia proposta pelo II PND (Plano de Desenvolvimento Nacional 1975-1979) estava articulada ao Plano de Integração Nacional, abrangendo implicações demográficas, implantações dos projetos estratégicos, abrindo prioridades às regiões menos desenvolvidas e periféricas e aberturas de novas frentes de exportação (GOVERNO FEDERATIVO DO BRASIL. Brasília/DF, 1974).

momento, veremos o processo de luta e resistência pela demarcação e homologação de suas terras.

No terceiro capítulo, com a temática de Impactos Ambientais, Sociais, Culturais e Econômicos da Expropriação das Terras Indígenas, observamos os aspectos que impactaram negativamente estas áreas, contribuindo para a desestruturação das formas sociais, culturais e econômicas desta população indígena. Para remontar esse histórico, levantamos registros de Augusto Ruschi de 1948, 1954 e 1976 e foto aérea do Instituto de Defesa Agropecuário e Florestal (IDAF) de 1954, onde se encontram as Terras Indígenas demarcadas e homologadas. Nesse processo histórico, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI-Leste), realizou uma campanha internacional pela ampliação e demarcação das terras indígenas Tupinikim e Guarani em 1996.

Depois da última demarcação (2008), a Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI) realizou o estudo etnoambiental, caracterizando as tipologias de uso e ocupação do solo a partir de três classes principais: as áreas naturais, as áreas de uso da comunidade e as áreas impactadas por terceiros. Nesse estudo etnoambiental do atual uso da terra Tupinikim e Guarani, a ANAI evidenciou grande perda na diversidade de ambiente e baixa cobertura florestal. Destacamos dados sobre a introdução da monocultura de eucalipto nas florestas nativas que modificou completamente a paisagem local, impactou a biodiversidade, degradou os solos e os recursos hídricos.

No processo de transformações ambientais, a questão hídrica nas terras indígenas é extremamente delicada e conflituosa. A água, como sabemos, é um recurso limitado e limitante, assim como a sua existência ou escassez, influencia diretamente na

ocupação e uso do território e na qualidade de vida do povo local. Não obstante, esses impactos não são novidade para as comunidades indígenas, conforme depoimentos dos índios para a Associação de Geógrafos do Brasil (AGB, 2004).

Nas aldeias indígenas, as referências espaciais se dão a partir dos recursos hídricos: “[...] as antigas aldeias que formavam a aldeia de Pau Brasil, estavam do Guaxindiba até o Macaco [...]” (aldeia), disse um índio da aldeia de Pau Brasil. Além dessa referência, outra que podemos notar são os nomes das aldeias de Comboios em referência ao Rio Comboios e Olho D’Água, em referência à nascente que corre próximo a aldeia e que possibilitou seu estabelecimento.

Por esses motivos há uma atenção especial à questão hídrica que motivou diversos estudos apenas sobre o tema. Entre eles estão os documentos elaborados pela AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Vitória) intitulado: Impactos da Apropriação dos Recursos Hídricos pela Aracruz Celulose nas Terras Indígenas Guarani e Tupinikim – ES; onde, brilhantemente, foram analisados os impactos causados a partir da implementação da indústria produtora de celulose (fábrica e áreas de cultivo de eucalipto), no território indígena.

Motivado por esse documento, a empresa Aracruz Celulose se propôs a fazer um estudo para recuperação dos recursos hídricos, contratando assim o engenheiro Robson Sarmiento para executar esse trabalho que se chama “Estudo de Recuperação dos Rios Guaxindiba e Sahy no Município de Aracruz” e foi executado em novembro de 2004, mesmo ano do estudo da AGB. Sete meses após o mesmo, Sarmiento (2004) faz uma análise detalhada desses cursos hídricos, enumerando todos os impactos físicos que obstruem as drenagens.

Outro estudo que analisa a questão da água é a tese de doutorado da geógrafa Marilda Maracci, onde é feita a descrição detalhada do uso da água pelo complexo celulótico, tanto no aspecto físico quanto social, político e econômico, mostrando assim, no tempo e no espaço, a degradação dos cursos hídricos do território indígena.

A partir das referências explicativas, produzimos informações básicas dos sistemas hídricos nas terras indígenas, assim como os impactos que afetam os cursos hídricos que percorrem e sua influência no cotidiano das aldeias.

Constatou-se também que parte da terra indígena é ocupada com empreendimentos dos setores privados. Assim, vamos resumir os resultados dessa pesquisa apresentado os impactos dos empreendimentos: Gasoduto Lagoa Parada-Vitória, Aterro Sanitário Sanitário Brasil Ambiental, Linha de Transmissão, Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e Estradas de Rodagem.

Por último, no quarto capítulo, intitulado Responsabilidades e Persistência da Questão Indígena, descrevemos sobre os direitos conferidos aos índios sobre as terras demarcadas e homologadas. Para tanto, num brevíssimo histórico, veremos as inovações na Constituição Federal no trato das questões indígenas, não apenas ao direito de posse sobre a terra, mas, sobretudo no reconhecimento de sua “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, [...]” (art.231). Assim, abordamos o interesse coletivo dos povos indígenas que envolvem os danos ambientais, sociais, culturais e econômicos. Da mesma forma, a reparação aos povos indígenas pelos danos e a constatação da continuidade dos seus problemas.

Por fim, chamamos a atenção para as responsabilidades do poder público Federal, Estadual e Municipal para a promoção da dignidade indígena. De acordo com o artigo 231 da Constituição Federal de 1988, as terras são áreas que também necessitam de proteção, de forma especial e diferenciada, visando assegurar o direito à diferença sociocultural e usufruto exclusivo dos povos indígenas.

Esta **pesquisa se justifica** porque, recentemente, no município de Aracruz, foram demarcados e homologados em área contínua, 18.027 hectares de terras indígenas. Estas terras são ocupadas por nove (09) aldeias com uma população de 3.330 índios de etnia Tupinikim e Guarani (FUNAI: Censo Demográfico 2014). Por essa razão o futuro dessas comunidades indígenas é incerto e difícil, o problema das condições de sobrevivência e da qualidade de vida depende de soluções para os impactos sobre as suas vidas.

Dessa forma, esta pesquisa pretende contribuir com explicações do processo histórico da luta e resistência dos povos indígenas, visando identificar possíveis distorções e discrepâncias, bem como dar voz às essas comunidades apontando novos rumos que possam subsidiar a solução do problema.

A natureza da **pesquisa privilegia os aspectos qualitativos**, sendo desenvolvidos em três momentos:

No primeiro momento da pesquisa, pretendemos analisar os conteúdos bibliográficos, levantando informações históricas dos povos indígenas, do Brasil ao Espírito Santo. Para tanto, será necessário, investigar as principais publicações existentes: artigos, relatórios, dissertações, teses e obras publicadas.

O segundo momento da investigação faremos uma análise documental, ou seja, a Constituição Federal do Brasil, teorias, Legislação Indigenista do Brasil, jurisprudência e documentação da FUNAI.

Pesquisamos estudos realizados na área, como: - Estudos dos Grupos Técnicos da FUNAI de identificação das Terras Indígenas, de 1994, 1998 e 2006; - Estudo da Situação dos Rios Sahy e Guaxindiba, pela Aracruz Celulose, 2003; - Estudo sobre a situação dos Rios Sahy e Guaxindiba, pela AGB, 2003; - Estudo Ambiental do Gasoduto da Petrobrás, 2003; - Estudo Etnoecológico em função do Gasoduto da Petrobrás, pela Biodinâmica, 2005; - Processo de licenciamento ambiental da Estação de Tratamento de Esgoto localizado na Aldeia Piraquê-Açu/ES; - Estudo Etnoambiental na Terra Indígena Tupinikim e na terra indígena de Comboios da Associação Nacional Indigenista (ANAÍ), 2010.

No Estudo Etnoambiental, realizado pela Associação Nacional Indigenista, analisaremos o diagnóstico dos meios físicos (hidrologia, solos e ambientes) nas Terras Indígenas Tupinikim e Comboios, destacando as principais mudanças ocorridas desde a década de 1960 e seus impactos.

A partir da pesquisa descritiva no primeiro e segundo momentos, optamos por trabalhar na pesquisa de campo a identificação e registro **(foto)** dos impactos decorrentes da monocultura do eucalipto e os impactos de estruturas e serviços públicos com reflexos nas Terras Indígenas.

Neste terceiro momento, teremos a participação das lideranças indígenas na identificação de impactos de estruturas e serviços públicos, considerando as

especificidades de cada uma das duas etnias (Tupinikim e Guarani) envolvidas. Nesse sentido, será organizada com base nas seguintes unidades socioambientais:

→ Aldeias Guarani: 3 Palmeiras, Boa Esperança e Piraquê-Açu;

→ Aldeias de Caieiras Velhas e Irajá (transição para o urbano, vínculo com o Rio Piraquê-Açu);

→ Pau Brasil (bacia hidrográfica dos Rios Guaxindiba e Sahy);

→ Comboios (restinga);

→ Areial e Olho D'Água - áreas recentemente incorporadas à posse indígena (monocultura de eucalipto).

Esta pesquisa pretende contribuir com subsídios para detectar os impactos e desafios ambientais, sociais, culturais e econômicos após a homologação e demarcação das terras indígenas de Aracruz. Para que eles possam rediscutir e assumir suas responsabilidades enquanto poder público federal, estadual, municipal, e como empresas privadas, para a promoção da dignidade indígena, sua sustentabilidade, gestão das terras, recursos naturais, identidade e cultura.

CAPÍTULO 1

POVOS INDÍGENAS NO ESPIRITO SANTO

CAPÍTULO 1: POVOS INDÍGENAS NO ESPIRITO SANTO

Os índios tinham uma visão idílica do homem branco, “[...] seriam gente de seu deus sol, o criador – Maíra – que vinha milagrosamente sobre as ondas do mar grosso [...]”, mais tarde perceberam o sacrifício sobre o seu povo. “[...] Com a destruição das bases da vida social indígena, a negação de todos os seus valores, o despojo, o cativo, muitíssimos índios deitavam em suas redes e se deixavam morrer [...]”. Outros fugiram para dentro da mata horrorizados com a pregação missionária, que imprimia em seus corações o sentimento de culpa por causa dos seus pecados, por isso, seriam lançados no inferno pelo bom Deus (RIBEIRO, 2012, p. 42-43).

As expedições portuguesas em 1500, em busca de riquezas no território brasileiro, afetaram a distribuição demográfica da população nativa como também o seu extermínio. Uma das causas era a guerra entre as etnias, incentivadas pelos europeus, tanto para garantir território contra os invasores como por razões de ordem religiosa, da Reforma (calvinista) versus Contra-Reforma (Jesuítas). Ribeiro acrescenta que:

“Depois de cada refrega contra outros indígenas ou contra o invasor europeu, se vencedores, tomavam prisioneiros para os cerimoniais de antropofagia e partiam; se vencidos, procuravam escapar, a fim de concentrar forças para novos ataques. Quando muito dizimados e já incapazes de agredir ou de defender-se, os sobreviventes fugiam para além das fronteiras da civilização” (2012, p.34).

Padre Francisco Soares, em um dos seus manuscritos de 1590, também registrou as guerras entre as etnias instigadas pelos europeus e do seu afastamento dos portugueses, descrevendo que:

A causa por que os índios se levantaram e levantem é porque por força lhes tomam seus filhos e suas mulheres e escravos e o fazem hoje em dia, tendo impedido infinidade de cristandade, e com muito ruim exemplo, e assim a bandeiras despregadas os vão buscar com guerra injusta e às vezes com enganosa, e os que isto fazem zombam e se têm por honrados, e tanto que

aconteceu não quererem ver índios, porque sabem já seus enganos, se vestem de nosso traje e abrem as coroas como padres da Companhia, para assim os trazerem enganados. E portugueses houve que se fizeram magarefes, repartindo-lhes a carne humana e fazer-lhe comer, para assim terem guerras uns com outros e terem escravos, e português houve que, estando um gentio conosco de paz, encheu o navio e os levou a outra parte e os fez matar e comer a outros seus contrários, para com isto terem escravos e paz com outros; por onde agora fogem de junto o mar e todos os gentios estão pela terra dentro muitas léguas por fugirem dos Portugueses. (PERIÇÃO, 1989, p. 141)

Antes da chegada dos europeus ao continente americano os índios ocupavam principalmente a orla e as margens dos grandes rios navegáveis, ricos de aves, peixes, de raízes, de fruta e caça, mas “[...] em poucas décadas desapareceram as povoações indígenas que as caravelas do descobrimento encontraram por toda a costa brasileira [...]” (RIBEIRO, 2012, p.53). Entre 1534 e 1536 os portugueses promoveram a colonização do Brasil, dividindo a colônia em capitanias e o Rei Dom João, o terceiro, escolhia para o governo de cada colônia, vassalos seus de sangue, de sua confiança. A orientação era para expulsar os não lusos e fixarem o colono (PERIÇÃO, 1989, p.77).

Este modelo (núcleos) de colonização estava apoiado em um tripé: a grande propriedade rural, a monocultura de açúcar e o trabalho escravo. No entanto, muitas das capitanias não foram empossadas pelos seus donatários devido às dificuldades de adaptação, evitando o extermínio dos índios pelos exploradores.

Os núcleos coloniais que se estabeleceram tiveram como base o *plano adaptativo*³, ou seja, o uso da tecnologia europeia; o *plano associativo*⁴, isto é, o modo de organização social e econômico e o *plano ideológico*⁵, que são às formas de comunicação, saber, crenças, artística e a auto-imagem étnica.

Estas bases ficaram mais claras com a implantação dos primeiros grandes engenhos açucareiros em detrimento da grande procura do mercado mundial pelos produtos tropicais, como o cacau, o cravo, a canela, salsaparrilha, a baunilha e a copaíba, estruturando assim os núcleos coloniais brasileiros em mercantil-escravista de Portugal. A esse respeito Darcy Ribeiro diz que

Uma verdadeira revolução econômica se dá é com o salto da múltipla roça indígena, que se cultivava, misturando dezenas de plantas, que a fazenda de monótonos canaviais açucareiros. Era o passo da fartura-fome para quem

³ “● a incorporação da tecnologia europeia à produção, ao transporte, à construção e à guerra, com uso de instrumentos de metal e de múltiplos dispositivos mecânicos; ● navegação transoceânica que integrava os novos mundos em uma economia mundial, como produtores de mercadorias de exportação e como importadores de negros escravos e bens de consumo; ● o estabelecimento de engenho de cana, baseado na aplicação de complexos procedimentos agrícolas, químicos e mecânicos para a produção de açúcar; e, depois, a mineração de ouro e diamantes que envolviam o domínio de novas tecnologias; ● a introdução do gado, que fornecia carne e couro – além de animais de transporte e tração -, bem como a criação de porcos, galinhas e outros animais domésticos que, associados à lavoura tropical indígena, proveria a subsistência dos núcleos coloniais; ● a adoção e difusão de novas espécies de plantas cultiváveis, tanto alimentícias quanto industriais, que viriam a assumir, mais tarde, importância decisiva na vida econômica de diversas variantes da sociedade rural; ● a singela tecnologia portuguesa de produção de tijolos e telhas, sapatos e chapéus, sabão, cachaça, rodas de carros, pontes e barcos etc.

⁴ ● substituição da solidariedade elementar fundada no parentesco, característica do mundo tribal igualitário, por outras formas de estruturação social, que bipartiu a sociedade em componentes rurais e urbanos e a estratificou em classes antagonicamente opostas umas às outras, ainda que interdependentes pela complementaridade de seus respectivos papéis; ● introdução da escravatura indígena, logo substituída pelo tráfico de escravos africanos, que permitiu aos setores mais dinâmicos da economia prescindir da população original no recrutamento de mão-de-obra; ● introdução de todos os núcleos locais em uma estrutura sociopolítica única, que teria como classe dominante um patronato de empresas e uma elite patricial dirigente, cujas funções principais eram tornar viáveis e lucrativas, do ponto de vista econômico, a empresa colonial e defende-la da insurgência dos escravos, dos ataques indígenas e das invasões externas; ● disponibilidade de capitais financeiros para custear a implantação das empresas, provê-las de escravos e outros recursos produtivos e capacitados para arrecadar as rendas que produzissem.

⁵ ● A língua portuguesa, que se difunde lentamente, século após século, até converter-se no veículo único de comunicação das comunidades brasileiras entre si e delas com a metrópole; ● um minúsculo estrato social de letrados que, através do domínio do saber erudito e técnico europeu de então, orienta as atividades mais complexas e opera como centro difusor de conhecimentos, crenças e valores; ● uma igreja oficial, associada a um Estado salvacionista, que depois de intermediar a submissão dos núcleos indígenas através da catequese impõe um catolicismo de corte messiânico e exerce um rigoroso controle sobre a vida intelectual da colônia, para impedir a difusão de qualquer outra ideologia e até mesmo do saber científico; ● artistas que exercem suas atividades obedientes aos gêneros e estilos europeus, principalmente o barroco, dentro de cujos cânones a nova sociedade começa a expressar-se onde e quando exige algum fausto” (RIBEIRO, 2012, p.74-76)

lavrava, porque iam deixando de cultivar o que se comia e usava, para produzir mercadoria (2012, p.91)

Para tanto, os índios foram dizimados ou escravizados e os que se negavam a plantar eram deslocados das matas que viviam para cobri-las de canaviais, sendo “empurrados” para as regiões que ainda preservavam a mata nativa, longe do litoral.

Para os índios

“[...] toda a indústria extrativa tem representado a morte pela negação de tudo que ele necessita para viver: ocupa-lhe as terras, dissocia sua família, dispersando os homens e tomando as mulheres; destrói a unidade tribal sujeitando-a ao domínio de um estranho, incapaz de compreender suas motivações e de proporcionar-lhe outras. Enfim, submete o índio a um regime de exploração, ao qual nenhum povo poderia sobreviver. Assim, diante do avanço desta “civilização” representado pelos extratores de drogas da mata só resta ao índio resistir, e quando isso se torna impossível, fugir para mais longe, mata adentro [...]” (RIBEIRO, 1979, p.27)

Mas a fome, as pestes trazidas pelos brancos (varíola, sarampo e outras doenças) e a não aceitação da cultura e do modo de vida tradicional dos índios, ameaçaram a sobrevivência destes povos nativos.

Estima-se que a população indígena do Brasil em 1500 era de quatro a cinco milhões, distribuídos em 1400 tribos, que falavam 1.300 línguas (RIBEIRO, 1995, p.330). Segundo dados da FUNAI, existem atualmente 817.963 índios, são mais 215 etnias, 180 línguas que representam 0,4% da população brasileira. O número representa um crescimento de 11,4% (84.000) em relação ao registrado no Censo de 2000, quando 734 mil pessoas se declararam indígenas. Esses grupos estão espalhados praticamente em todo o território nacional. Na **tabela 1**, vê-se a distribuição da população indígena por região:

Tabela 1: Distribuição da população indígena por região

| REGIÃO | POPULAÇÃO INDÍGENA | % DO TOTAL |
|--|--------------------|------------|
| NORTE (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) | 305.873 | 37.4 |
| NORDESTE (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe) | 208.691 | 25.5 |
| CENTRO-OESTE (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, e Mato Grosso do Sul) | 130.494 | 15.9 |
| SUDESTE (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo) | 97.960 | 11.9 |
| SUL (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) | 74.945 | 9.2 |
| TOTAL | 817.963 | 100 |

FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Observa-se também que as regiões Norte e Nordeste possuem o maior número de habitantes indígenas, em especial o estado do Amazonas com 20.6% do total da população indígena no Brasil (**tabela 2**).

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, o estado brasileiro com maior número de indígenas é o Amazonas, com uma população de 168,680 mil. Representa um acréscimo de 48,7% em relação ao registro no Censo de 2000, quando o estado do Amazonas tinha um total de 113, 391 mil pessoas que se declararam indígenas. Outra questão importante é a redução sensível dos índios na região Sudeste, em relação ao período anterior (2000 – 161.189). No período 2000/2010 teve uma redução de 63.229 indígenas (**tabela 2**). É bem provável que se deva ao processo migratório, segundo estudo do IBGE/2010.

Tabela 2: Distribuição da população indígena por estado

| UNIDADE DA FEDERAÇÃO | POPULAÇÃO | % DO TOTAL |
|-------------------------|----------------|------------|
| Acre (AC) | 15.921 | 1.9 |
| Alagoas (AL) | 14.509 | 1.8 |
| Amapá (AP) | 7.408 | 0.9 |
| Amazonas (AM) | 168.680 | 20.6 |
| Bahia (BA) | 56.381 | 6.9 |
| Ceará (CE) | 19.336 | 2.4 |
| Distrito Federal | 6.128 | 0.7 |
| Espírito Santo (ES) | 9.160 | 1.1 |
| Goiás (GO) | 8.533 | 1.0 |
| Maranhão (MA) | 35.272 | 4.3 |
| Mato Grosso (MT) | 42.538 | 5.2 |
| Mato Grosso do Sul (MS) | 73.295 | 9.0 |
| Minas Gerais (MG) | 31.112 | 3.8 |
| Pará (PA) | 39.081 | 4.8 |
| Paraíba (PB) | 19.149 | 2.3 |
| Paraná (PR) | 25.915 | 3.2 |
| Pernambuco (PE) | 53.284 | 6.5 |
| Piauí | 2.944 | 0.4 |
| Rio de Janeiro (RJ) | 15.894 | 1.9 |
| Rio Grande do Norte | 2.597 | 0.3 |
| Rio Grande do Sul (RS) | 32.989 | 4.0 |
| Rondônia (RO) | 12.015 | 1.5 |
| Roraima (RR) | 49.637 | 6.1 |
| Santa Catarina (SC) | 16.041 | 2.0 |
| São Paulo (SP) | 41.794 | 5.1 |
| Sergipe (SE) | 5.219 | 0.6 |
| Tocantins (TO) | 13.131 | 1.6 |
| TOTAL | 817.963 | 100 |

FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Inserir-se nesta visão de Brasil o Estado do Espírito Santo, que tem uma população indígena de 1,1% (9.160) do estado brasileiro. Representa uma redução de 0,64% em relação ao registro no Censo de 2000 que era de 12.746 mil pessoas que se declararam indígenas (**tabela 2**).

De acordo com Perota & Mendonça (apud A Gazeta, 1992) a pré-história indígena do Espírito Santo retrocede para 7.000 anos. Há três décadas, dependíamos dos relatos dos primeiros viajantes europeus no Brasil no século XVI como o português Pero Vaz de Caminha, o francês Jean Lery e alemães Hans Staden, Theodor de Bry

e André Thevet. Vestígios da pré-história podem ser encontrados no Museu do Índio, no Museu Nacional no Rio de Janeiro e em vários museus e acervos estaduais.

Há poucos estudos arqueológicos realizados sobre os índios pré-históricos do Espírito Santo. Encontram-se alguns trabalhos do arqueólogo Celso Perota, do Departamento de Ciências da UFES, que nos remetem a mais de 7.000 anos da pré-história indígena.

Até o ano de 1971, Perota (1992) realizou pesquisas coletando materiais arqueológicos indígenas em várias regiões do Estado, como por exemplo, o sítio pré-cerâmico no Vale dos Reis Magos, onde encontrou o “Sambaqui do Potiri”; o sítio cerâmico da Fase Itaúnas, Tradição Aratu (classificação arqueológica). Concluiu que os sítios da Fase Itaúnas ocupavam a faixa litorânea do Estado do Espírito Santo e principalmente nos vales dos rios Reis Magos, Piraquê-Açu e outros. Em alguns sítios da Fase Itaúnas, encontraram também a cerâmica de Tradição Tupiguarani, que, segundo Perota, estes grupos linguísticos localizavam no litoral do Espírito Santo desde 815 a.D., classificando os achados arqueológicos em três períodos: 1) o lítico antigo (4.000 a.C. a 1.000 a.C.); 2) o lítico recente (1.000 a.C. a 600 a.C.) e o Cerâmico (600 d.C. a 1.800 d.C.) (1971a, p.151- 155; 1971b, p.8).

Mais tarde, Perota e o historiador Mendonça (1992) fizeram o mapeamento arqueoetnográfico do Estado do Espírito Santo, concluindo que os 7.000 anos da pré-história indígena podem ser divididos em seis períodos da pedra lascada e um período da cerâmica. Os sítios arqueológicos mais antigos, do período 7.000 a 6.000 AP (antes do presente), foram encontrados no centro-sul do Espírito Santo, entre os

municípios de Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina, nas bacias do Rio Santa Maria e do Rio Itapemirim (córrego do Limoeiro). Os índios viviam da pesca e da caça e seus instrumentos eram de pedra lascada, como atestam as pontas de pedra e de flechas encontradas.

No período de 6.500 a 5.200 AP, o território das populações indígenas se estendeu pelas bacias hidrográficas do norte do Espírito Santo, vivendo na Mata Atlântica, caçando macacos, cujos ossos eram usados como instrumentos de caça, junto com a pedra e a madeira.

De 5.000 a 4.000 AP, chegaram até o litoral, na baía de Vitória, no delta do Rio Doce, Piraqueaçu e Reis Magos, vivendo próximo aos mangues e restingas, se alimentando da coleta de moluscos, ostras, búzios, ouriços e outros, originando os **sambaquis** (depósito de conchas).

Para Perota e Mendonça (1992), no período de 4.000 a 2.800 AP, os índios se tornaram mais coletores e caçadores, devidas as alterações no nível do mar e à instabilidade climática e segundo os artefatos de pedra encontrados. Já no período de 2.800 a 2.500 AP, os índios estavam consolidados no litoral espírito-santense, habitando entre o Rio Itaúnas, ao norte, e o Rio Itabapoana, ao sul. Simultaneamente, outra população caçadora predominava no interior do Espírito Santo, como nos Vales dos Rios Itaúnas (ao norte), Reis Magos e Jucú (região de Vitória) e Santa Maria (centro sul).

O período de 2.500 a 1.500 AP foi o último período da pedra lascada ou período pré-cerâmica, caminhando para a sedentarização. Os povos indígenas que habitavam o litoral da Bahia, passando pelo Espírito Santo até o Rio de Janeiro, pertenciam a Tradição Itaipu. Foram encontrados sítios arqueológicos no Rio Itaúnas e litoral norte, no Rio Jucu e baía de Vitória e, na região sul, no município de Anchieta. Os vestígios encontrados nesses sítios revelam a prática da agricultura e os primeiros objetos de cerâmica.

Por último, no período de 1.500, os índios do litoral do Espírito Santo fizeram a transição para a idade da cerâmica, aproveitando o barro para a fabricação de utensílios domésticos. Assim, abandonaram sua característica nômade e desenvolvendo a agricultura, construindo suas aldeias, vivendo da caça, da pesca e agora também da coleta, do extrativismo e da agricultura.

Segundo Darcy Ribeiro (1968), três tradições cerâmicas podem ser identificadas no Espírito Santo: 1) A **Tradição Tupi-Guarani**, de 1.500 a 500 AP, ligada aos Tupinanbá, Tupinikim e Temiminó, vindos do Rio de Janeiro. Esses povos indígenas pré-históricos habitavam o litoral do Espírito Santo e os vales dos Rios Cricaré (São Mateus), Doce (Linhares e Colatina), Piraqueaçu, Piraquemirim, Riacho e Comboios (Aracruz), Itapemirim (Cachoeiro, Castelo, Iúna) e Itabapoana (Bom Jesus do Itabapoana). 2) A **Tradição Aratu**, de 1.200 a 200 AP, ligados aos Pataxó, também habitavam no litoral norte e no sul do Estado, nos vales dos rios Itapemirim e Itabapoana. 3) A **tradição Una**, de 1.000 a 400 AP, ligados aos Puri-Coroado, habitavam nos municípios de Conceição de Castelo e Iúna. Os sítios arqueológicos

dessa tradição são mais comuns no litoral sul do Estado e nos vales dos rios Itapemirim e Itabapoana.

Observa-se que os índios do Espírito Santo percorreram todo o território. Perota e Mendonça (1992) definiram suas culturas considerando a diversidade das suas línguas e classificando os índios do Estado em dois troncos linguísticos: **Tupi-Guarani e Je** e duas famílias linguísticas: Maxacali, Pataxó, Malali e Puri-Coroado.

Os **Tupi-Guarani**, eram representados pelos Tupinambá e Tupinikim (dissidentes ou desgarrados dos Tupinambá) e pelos Temiminós, que migraram do Rio de Janeiro para o Espírito Santo em 1556. Os remanescentes Tupinikim vivem nas aldeias de Caieiras Velhas, Irajá, Areial, Pau-Brasil, Córrego do Ouro e Comboios, município de Aracruz.

Recentemente, foi descoberto um sítio arqueológico na localidade de Itaparica, distrito de Santa Cruz – Aracruz, onde foi encontrado duas urnas mortuárias da tradição Tupi-Guarani (**foto 1**), que segundo o arqueólogo Celso Perota, era um cemitério indígena com no mínimo 600 anos de existência (A GAZETA (ES) em 04/01/1995: p.11).

Os *Maxacali, Pataxó e Malati* habitavam no norte do Espírito Santo, nos vales dos Rios Doce, Cricaré e Itaúnas, sobrevivendo apenas às etnias Maxacali em Minas Gerais e os Pataxó no sul da Bahia. Os Puri-Coroado habitaram no sul do Espírito Santo, no vale do Rio Itapemirim, na região montanhosa de Castelo e Lúna e na Serra do Caparaó do Rio Itapemirim.



Foto 1: Urnas mortuárias.
FONTE: Acervo pessoal. 2015.

Os de língua **Je**, designados pelos portugueses como *tapuias* (ou inimigos), representados pelos *Botocudos*, habitavam no centro-norte do Espírito Santo e centro e nordeste de Minas Gerais, de onde desceram no final do século XVIII para os vales dos Rios Doce (Colatina), Cricaré (São Mateus) e Riacho, em Aracruz. Segundo Ribeiro, os Aimorés e Goitacazes, também de língua Je, aliados aos Tamoios e franceses, tiveram presença em solo capixaba para fazerem guerra aos portugueses e aos grupos indígenas que os apoiavam. Era a guerra da Reforma versus Contra-Reforma, dos calvinistas contra jesuítas,

“[...] em que tanto os franceses como os portugueses combatiam com exércitos indígenas de milhares de guerreiros – 4.557, segundo Lery: 12 mil nos dois lados na batalha final do Rio de Janeiro em 1567, segundo cálculos de Carlos A. Dias (1981), - jogava-se o destino da colonização. E eles nem sabiam por que lutavam, simplesmente eram atçados pelos europeus, explorando sua agressividade recíproca. Os Tamoioa venceram diversas batalhas, destruíram a capitania do Espírito Santo e ameaçaram seriamente a de São Paulo. Mas foram, afinal, vencidos pelas tropas indígenas aliados pelos Jesuítas” (2012, p.33).

Mais tarde, quando os portugueses, atraídos pela descoberta de minerais e pedras preciosas, no interior da Capitania do Espírito Santo, encontraram resistência dos Botocudos e Aimorés. Por isso, foram construídos quartéis às margens dos rios, como o da foz do Riacho em 1800 e o de Comboios em 1815. A partir da Carta Real do Príncipe Regente D. João e depois de D. João VI, que lhes declarou guerra, iniciou-se o extermínio desse grupo indígena em 1809. Provavelmente, em 1935 foi destruída a última aldeia em consequência dos conflitos de índios com os construtores da estrada de ferro “Vitória a Minas” e em decorrência de doenças infectocontagiosas (MEDEIROS, 1983).

Atualmente, encontra-se os remanescentes dos Tupinikim, um grupo Tupi-Guarani, no litoral do Espírito Santo, município de Aracruz (**mapa 1**).



Mapa 1 – Espírito Santo localizando o município de Aracruz
FONTE: <https://pt.wikipedia.org/wiki/aracruz>

Segundo Cota (2000), antes da chegada dos europeus, o povo Tupinikim⁶ ocupava uma área do litoral brasileiro da região sudeste que se estendia desde o sul da Bahia até o Paraná, passando pelo Espírito Santo, Rio de Janeiro até São Paulo (mapa 2).



Mapa 2: Território ocupado pelos Tupinikim em 1.500
 FONTE: Fundação Int. BR. de Geografia e Estatística IBGE

⁶ A autodenominação Tupinikim, grafada ao longo dos anos de diferentes maneiras - Topinaquis, Tupinaquis, Tupinanquins, Tupiniquins, Tupinikins - significa, conforme o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, de Antenor Nascentes, com apoio do historiador Varnhagen, "Tupi do lado, vizinho lateral", assim traduzindo a expressão Tupin-i-ki. Tupinã-ki, "tribo colateral, o galho dos Tupi". Falantes da língua Tupi litorânea, da família Tupi-Guarani, no passado, hoje os Tupiniquim usam apenas o português." (FREIRE, Carlos Augusto da Rocha; Museu do Índio, julho de 1998).

1.1 REMANESCENTES INDÍGENAS DO ESPIRITO SANTO.

1.1.1 O Tupinikim: percursos históricos (localização, população e características).

A presença desses povos foi registrada por diversos viajantes⁷ entre os séculos XVI e XIX. Inclusive, essa população indígena foi estimada por John Hemming, em 55 mil índios no ano de 1500. O próprio D. Pedro II, em visita de inspetoria à colônia em 1860, registrou a presença de Tupinikim em Nova Almeida (atual distrito do município da Serra), Santa Cruz (atual distrito do município de Aracruz), Barra do Riacho (atual distrito do município de Aracruz) e no município de Linhares (ROCHA, 1980).

Nas áreas habitadas pelos povos Tupinikim no Espírito Santo, foi instalado o projeto político dos aldeamentos jesuíticos⁸, destacando: a Aldeia Nova (atual Santa Cruz, distrito do município de Aracruz), fundada por Afonso Brás em 1556; e a Vila dos Reis Magos (atual distrito de Nova Almeida do município da Serra). (MARCATO, 1980, p. 289).

⁷ Diversos viajantes registraram a presença dos Tupiniquim no Espírito Santo: Jean de Léry (viajante historiador francês, integrante da expedição francesa de Villegagnon ao Brasil em 1557), Gabriel Soares de Souza (1587), Príncipe Maximiliano Wied Neuwied (1815) e Auguste de Saint- 56 Hilaire (1818), o pintor Auguste François Biard em meados do século XIX, dentre outros. Há escritos do padre cosmógrafo alemão André Thevet (1558), Hans Staden (1554), padre José de Anchieta, o português Fernão Cardim (Narrativa Epistolar de uma Viagem e Missão Jesuítica pela Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente, etc - 1584 a 1601), o mineiro Misael Penna (História da província do Espírito Santo, Rio, 1879). (Fontes:http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/hans_staden.htm; <http://www.netsaber.com>).

⁸ “O aldeamento é a realização do projeto colonial, pois garante a conversão, e a ocupação do território, sua defesa e uma constante reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento econômico da Colônia” (PERRONE – MOISÉS, 1992, p. 120).

Neves (1978, p.118) enfatizou que o aldeamento levou a submissão e a perda do

“ethos” indígena:

Quanto ao gentio, ele é fixado independentemente de sua vontade. Mas é absolutamente essencial ressaltar que não eram fixados em suas aldeias primitivas, ou seja, não se pode confundir a Aldeia jesuítica como uma encampação de aldeias indígenas que ficariam, em seus locais, apenas supervisionadas de um ou outro modo por missionários. Não. A Aldeia é um local previamente escolhido pelos colonizadores para onde seriam trazidos os indígenas provados infensos à conversão por puro e pacífico “convencimento”. E deveriam – “os bugres” – ser “sojigados” e aldeados segundo critério de caráter essencialmente jurídico/teológico e militar.

Até início do século XX, os Tupinikim mantiveram-se ainda aldeados nas áreas demarcadas em 1760. Habitavam a região que circunda o município de Santa Cruz (hoje município de Aracruz), vivendo dispersos em aproximadamente 40 aldeias, em meio a milhares de hectares de Mata Atlântica que lhes permitia viverem da pesca, da caça, da coleta dos frutos e da agricultura de subsistência. O mangue serviu para coleta de materiais para construção de casas, confecção de armadilhas, cestos, gamelas, tambores, etc. As casas eram de pau-a-pique (casas de estuque), cercados pelo mato ou capoeira, utilizados na medida da necessidade e coberta de sapê. Toda região do município de Santa Cruz próximo às aldeias Tupinikim era pouco povoada e com uma economia precária. As atividades econômicas se reduziam ao cultivo de cana, mandioca e café (Relatório da AGB-ES, 2004, s/n.).

Em 1967, um grupo de índios Guarani Mbyá vindos do sul do Brasil foi acolhido pelos índios Tupinikim de Caieiras Velhas, como se pode ver a seguir.

1.1.2 O Guarani: percursos históricos (localização, população e características).

No Brasil, os povos Guarani são formados por três subgrupos: Guarani-kaiowa, Guarani-Nhandeva (ou Xiripá) e os Guarani-Mbyá, tendo como tronco linguístico o Tupi. Observou-se que enquanto etnia, cada subgrupo apresenta seu Teko⁹ ou modo específico de ser. Os Kaiowa ocupam a região fronteira no Mato Grosso do Sul e Paraguay Ocidental; os Nhandeva ocupam o Mato Grosso e o Paraguai. O terceiro subgrupo, Guarani-Mbyá encontra-se nos estados do Rio Grande do Sul, litoral de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo (**mapa 3**). Os povos Guarani são caracterizados pelas permanentes movimentações migratórias a procura da Terra Sem Mal de que falam seus profetas. (LADEIRA, 2000).

Assim, os povos Guarani procuravam constituir um novo tekoha (aldeia), que devia reunir um conjunto de condições para o modo de ser Guarani, ou seja, condições geográficas, ecológico e político-sócial. Dessa forma o tekoha dá-se:

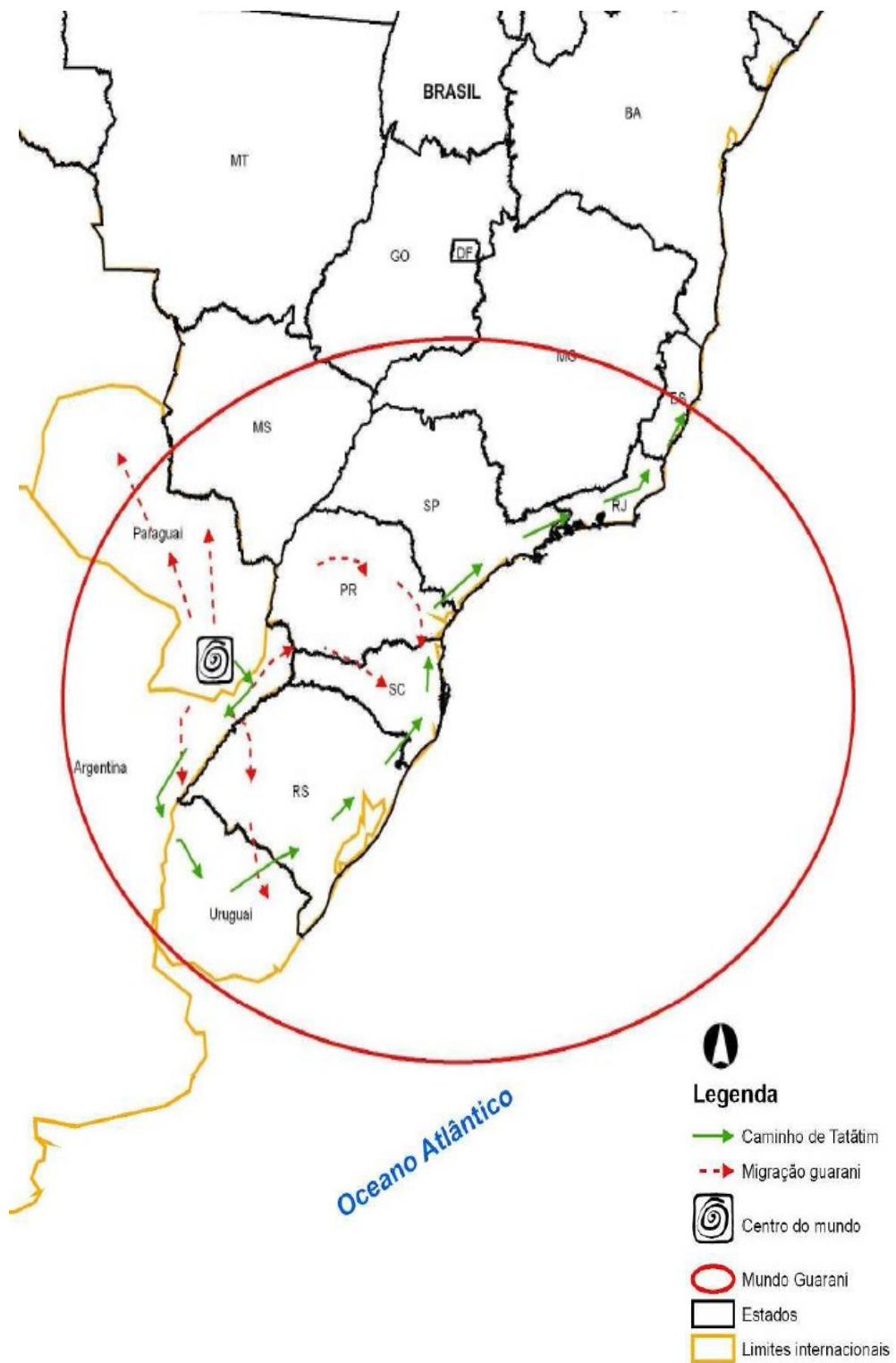
[...] a partir de uma família extensa com chefia espiritual própria, um espaço político-social fundamentado na religião e na agricultura de subsistência [...] [são] unidades familiares integradas [de 20 a 300 pessoas] pelas chefias espiritual e política que podem coincidir. A organização espacial interna das aldeias é determinada pelas relações de afinidade e consangüinidade. [...] congrega todas as famílias da comunidade, onde são realizadas reuniões coletivas, as rezas cotidianas, rituais de cura e cerimônias tradicionais como o nheemongarai (atribuição dos nomes às crianças), o ka'anheemongarai (benzimento da erva mate) e o avaxi nheemongarai (benzimento do milho Guarani) entre outros (LADEIRA, 2000, pág. 15 - 24).

⁹ Teko: "Ser, estado de vida, condição, estar, costume, lei, hábito" (GUASCH, 1981)

Nesse processo de migração, a decisão de assentarem em Caieiras Velhas, município de Aracruz,ES, foi tomada por uma “revelação” que Tatãtxi teve em sonhos, liderança religiosa feminina (kuña karai). Assim, “[...] em 1968 os Mbyá, liderados por Tatãtxi, chegaram pela primeira vez a Caieiras Velhas (**foto 2**), em terras Tupinikim, depois de uma longa viagem que teve início em Pipiri Guasu (RS) nos anos 40” (GT/Funai, Portaria nº 0784/1994, p.22) (**Mapa 3**).



Foto 2: Chegada dos Guarani em Caieiras Velhas no ano de 1968.
FONTE: Acervo da Associação Indígena Tupinikim Guarani (AITG)



Mapa 3: Movimentações do povos Guarani.
 FONTE: Maracci, 2008, p.43

1.2 TUPINIKIM E GUARANI NO MUNICÍPIO DE ARACRUZ NOS DIAS ATUAIS (LOCALIZAÇÃO E POPULAÇÃO).

Hoje, os índios Tupinikim e Guarani, apresentam-se localizadas na região dos Tabuleiros Costeiros do Estado do Espírito Santo, município de Aracruz. Com 14.227 ha a terra indígena abriga cinco aldeias da etnia Tupinikim (Caieiras Velha, Pau Brasil, Irajá, Comboios, além de uma aldeia recentemente reocupada, denominada Areal) e quatro de etnia Guarani (Boa Esperança, Três Palmeiras, Piraqueaçu e Olho d'água recentemente reocupada). De menor extensão, a Terra Indígena Comboios abrange cerca de 3.800 há (**mapa 4**).

Segundo o Censo Demográfico da FUNAI, as aldeias Tupinikim e Guarani apresentam uma população de 3.330 pessoas – 3.044 são Tupinikim e 286 são Guarani, e estão distribuídas em nove (09) aldeias como podemos observar na **tabela 3**. Em relação censo do ano de 2009, que apresentava uma população de 2.886, observa-se um crescimento de 15%.

Tabela 3: Distribuição por habitantes nas aldeias indígenas de Aracruz – Ano/2014

| ALDEIAS | POVO | FAMÍLIA | PESSOAS |
|-----------------|--------------------|------------|--------------|
| Caieiras Velha | Tupinikim | 400 | 1.380 |
| Irajá | Tupinikim | 146 | 507 |
| Pau Brasil | Tupinikim | 136 | 516 |
| Comboios | Tupinikim | 125 | 509 |
| Areal | Tupinikim | 43 | 132 |
| SUBTOTAL | Tupinikim | 850 | 3.044 |
| Boa Esperança | Guarani | 31 | 114 |
| Três Palmeiras | Guarani | 34 | 108 |
| Piraqueçu | Guarani | 10 | 27 |
| Olho D'Água | Guarani | 10 | 37 |
| SUBTOTAL | Guarani | 85 | 286 |
| TOTAL | Tupi/Gurani | 935 | 3.330 |

FONTE: FUNAI – Censo demográfico 2014: Coord. Regional Minas Gerais e Espírito Santo.

A organização política desses povos é representada por uma Assembleia Geral, através de uma Comissão de Caciques e Lideranças Tupinikim e Guarani (CCLTG), juntamente com as associações comunitárias surgidas após os acordos de 1998 o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como condição para receber os recursos da Aracruz Celulose - Associação Indígena Tupinikim–Guarani (AITG) e a Associação indígena Tupiniquim Comboios (AITC). A eleição de cacique ocorre a cada dois anos, podendo se candidatar os índios da tribo acima de 18 anos e estão aptos a votar os índios acima de 16 anos.

Em 2007, foi criada a Comissão de Mulheres Indígenas Tupinikim e Guaraní (CMITG). Essa comissão tem como objetivo fortalecer, unir e organizar as mulheres das aldeias para lutar pelo reconhecimento dos seus direitos. Para tanto, elas se organizaram nas sete aldeias, formando doze grupos de mulheres (Comissão de Mulheres Indígenas, 2007, apud BARCELLOS, 2008, p.373).

Todas essas organizações desenvolveram um papel importantíssimo no processo que se segue, em especial a reivindicação do direito à posse das terras dos povos Tupinikim e Guaraní.

CAPÍTULO 2

PROCESSO DE REIVINDICAÇÃO DO DIREITO

À POSSE DAS TERRAS DOS POVOS

TUPINIKIM E GUARANI.

CAPÍTULO 2: PROCESSO DE REIVINDICAÇÃO DO DIREITO À POSSE DAS TERRAS DOS POVOS TUPINIKIM E GUARANI.

2.1 CONTEXTO NACIONAL

Desde a época da colonização portuguesa, as terras habitadas pelos índios sofreram diversas modificações jurídicas até a última Constituição Federal de 1988. A primeira Constituição que dispôs sobre a posse de terra pelos índios foi a de 1934. As Constituições seguintes (1937 e 1940) apenas repetiram a disposição anterior quanto ao reconhecimento à posse da terra ocupada em caráter permanente. A alteração significativa ocorreu com a Constituição Federal de 1969, que transferiu para o domínio da União as “terras ocupadas pelos silvícolas” e inalienáveis (art 4º, IV).

Com o advento da Constituição Federal de 1988, temos a inclusão dos direitos dos povos indígenas. Aqui foi instaurado o novo paradigma, rompendo-se com o modelo equivocado de propriedade e tratando com profundidade as questões indígenas. Quebrou-se o paradigma da “integração” e de “integrados” e foi substituído pelo multiculturalismo, a partir do direito à diferença. Segundo Barreto (2003, p.64), nesse paradigma há um estágio de evolução cultural pelos quais os índios necessariamente passarão, sendo possível diferenciá-los numa escala hierárquica de mais ou menos inferiores. Nesse sentido, “[...] o índio é visto como um ser inferior que deve que precisa ser integrado à comunhão nacional. Completada a integração, não será mais considerado inferior.” Além disso, Araújo (2006, p.45) afirma que:

[...] ao reconhecer aos povos indígenas direitos coletivos e permanentes, a Constituição abriu um novo horizonte para o país como um todo, criando as bases para o desenvolvimento de direito de uma sociedade pluriétnica e multicultural, em que povos continuem a existir como povos que são,

independentes do grau de contato ou de interação que exerçam com os demais setores da sociedade que os envolve.

Quanto à propriedade, cumpre destacar que a relação entre os povos indígenas e a terra se dá de forma bem diversa das relações que os “brancos” estabelecem. Os povos indígenas aproveitam a terra coletivamente e desconhecem fronteiras. A terra é também forma de sobrevivência física e cultural – onde ocorrem as manifestações culturais, sociais, familiares, religiosos, etc. Ter o reconhecimento de terras indígenas significa a possibilidade de construir o tekoha¹⁰, ou seja, produzir vida, produzir cultura. Para tanto, é essencial que tenha rios, pesca, matos, remédios, caça, materiais para construir sua casa (RAMOS, 2009). Privar os povos indígenas da sua terra pode causar até a sua extinção. Tem-se ocorrência até de suicídio, afirma Martins (2003, p. 455):

Com a demarcação das aldeias, o índio foi conduzido a um processo de confinamento que implicou a perda e destruição de parte significativa das aldeias tradicionais, sendo sua população transferida para dentro das reservas. Porém, esse confinamento do índio não é apenas geográfico, mas cultural, pois presenciamos a ampla presença do homem branco dentro das aldeias. Ocorre então o abandono de seus rituais, de sua cultura. E, finalmente, a questão do suicídio que poderia ser consequência da desarticulação e perda de referências, provocada pelo contato com o homem branco ou pela desorganização e processos aculturativos que agredem seu modo de viver. Seria o suicídio anômico, que DURKHEIM aponta como uma das três formas fundamentais de suicídio, que seria fruto de mudanças rápidas e profundas na vida social do respectivo grupo, ou seja, a desregulamentação da vida social, impondo novas circunstâncias.

Souza Filho (1999, p. 120) lembra que na década de 1970 foram promovidas várias transferências de povos indígenas para diferentes territórios. Por exemplo:

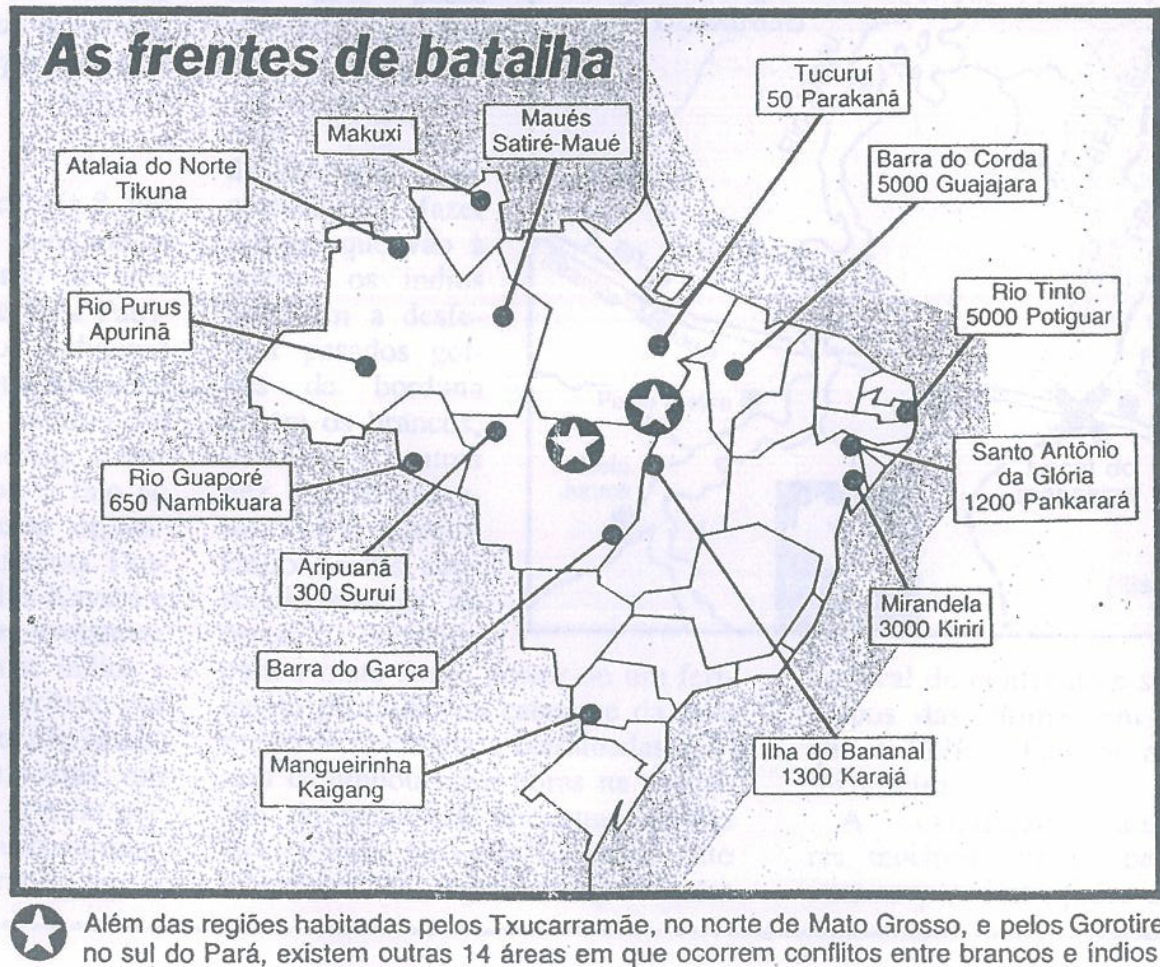
Os Paraná foram transferidos para o Parque Indígena do Kingu e passaram vinte anos em verdadeiro exílio, sempre pensando no retorno, até que conseguiram encontrar uma parte de seu território ainda desocupado e, por meio de ações judiciais e pressão, retornaram recuperando a sua identidade quase perdida [...].

¹⁰ "Tekoa (teko'a, tekoha) é palavra composta de teko (modo de ser) e do sufixo verbal - a, que pode ser traduzida como o lugar em que o modo de ser, estar, o sistema, a lei, a cultura... têm condições de se desenvolver e/ou acontecer (GARLET, 1997, pág.156, Apud CICCARONE, 2001, pág.21);

Dessa forma, evidencia-se a relevância e significado da terra para os povos indígenas. No entanto, apesar dos avanços na Constituição Federal, para ter o reconhecimento formal do direito à terra, os índios do Brasil têm travado, até aos nossos dias, diversas frentes de lutas. A Revista Veja em 10 de setembro de 1980 (p. 66) registra “Uma guerra na selva” no município de Conceição do Araguaia, Sul do Pará entre índios e colonizadores:

[...] a reserva dos Gorotire tem sido sistematicamente mutilada por pelo menos oito fazendas. Em julho deste ano, quando colonos avançaram novos desmatamentos na região, os índios reclamam, a FUNAI interveio e a paz foi aparentemente selada. Há quinze dias, no entanto, os Gorotire souberam que 600 peões haviam retomado a derrubada das árvores. Na sexta-feira, dia 29, uma patrulha de índios, em missão exploratória, inspecionou a fazenda Cumarú e constatou que mais de 1.800 homens tinham sido recrutados para o serviço. Os Gorotire decidiram, então, ir à guerra. [...] O massacre, então, começou. [...] não escaparam, sequer, duas que tentaram correr para a mata. Os vinte corpos enfim esmagados a golpes de bordunas, foram ainda alvejados por vários tiros.

A Revista Veja apresenta, ainda, 14 frentes de batalha no Brasil, onde ocorrem conflitos entre brancos e índios, conforme **mapa 5**:



Mapa 5: Frentes de Batalha no Brasil entre índios e brancos.
 FONTE: Revista Veja, setembro, 1980, p.65

O Estado do Espírito Santo, embora não retratado pela revista, também se inclui nessas frentes de batalha. No dia 27 de junho de 1980, os índios Tupinikim e Guarani reivindicaram a demarcação de suas terras desmatadas pela empresa Aracruz Celulose.

2.2 NO ESPÍRITO SANTO: EXPROPRIAÇÃO E RECONQUISTA DAS TERRAS DOS POVOS TUPINIQUIM E GUARANI.

O Processo de ocupação das terras indígenas no Espírito Santo teve início com o modelo de desenvolvimento industrial da tripla aliança brasileira, entre os capitais multinacional, nacional e estadual de 1967-1980. Veremos uma acentuada transformação com a chegada da Aracruz Florestal, e a partir de 1972 com a implantação da Aracruz Celulose (hoje Fibria), sendo um divisor de águas na economia do Estado e de forma especial no município de Aracruz.

Foi um período de grandes investimentos do capital industrial estrangeiro e nacional. O período industrial do desenvolvimento do município de Aracruz é caracterizado como agroindustrial com cinco componentes: a floresta de eucaliptos, a fábrica de polpa branqueada de celulose, as fábricas de cloro de sódio e cloro-soda, o porto e o bairro operário. O período agroindustrial viu grande impacto da mudança tecnológica na sociedade tradicional.

Hoje, com a predominância da silvicultura de eucaliptos e da industrialização sobre a economia tradicional (agricultura, pecuária, pesca, pequena indústria e comércio), a propriedade da terra continua a moldar as relações econômicas no município. Como consequência, o valor do produto foi superado por sua contraparte na economia do reflorestamento para industrialização da celulose. A incorporação de um terço da totalidade do território, ou pouco mais da metade das terras cultiváveis, impactou a economia local.

Para tanto, vamos descrever uma síntese dos contextos nacional e estadual para procedermos na análise da penetração do capital internacional na economia do município de Aracruz e conseqüentemente a expropriação das terras indígenas.

2.2.1 A nova economia do Brasil

No Brasil, as medidas econômicas importantes foram tomadas no período do golpe de Estado em 1964 pelos militares, sendo vários deputados federais cassados em 1966. Em 1967, o ex-presidente Castelo Branco morria em desastre de avião. No ano seguinte (1968), os estudantes brasileiros se levantam em 19 estados e os militares acabam com o movimento reprimindo-o com o Ato Institucional Nº5, do General Costa e Silva, que implantou a ditadura e fechou o Congresso Nacional.

Neste contexto os militares abriram as portas aos capitais estrangeiros, facilitando seus investimentos em capitais e transferência tecnológica, solicitando empréstimos e assistência técnica. Assim, a burguesia capitalista nacional, associava-se aos estrangeiros, junto ao Governo, os incentivos fiscais, as terras e outras facilidades. Dessa forma, formou-se no Brasil a Tripla Aliança Capitalista (TAC), junto os capitais multinacionais, estadual e nacional.

Foram criadas as empresas que implantaram os grandes “Projetos Industriais de Impacto”, em vários pontos do território brasileiro, visando-se tornar polos de industrialização, crescimento e modernização econômica de estados e municípios. Com isso, os militares promoveram o êxodo rural em direção às cidades a partir do final da década de 60, invertendo a distribuição geográfica da população brasileira,

isto é, de 70% dos habitantes vivendo no campo em 1960 (IBGE, 1960), passamos a 70% vivendo nas cidades em 1970 (IBGE, 1970).

2.2.2 A nova economia do Estado do Espírito Santo

No Espírito Santo a situação não foi diferente. No início dos anos de 1960, o caráter predatório da exploração agrícola, a falta de apoio a novas plantações e preços desfavoráveis no mercado internacional (de U\$S 86,83, em 1954, para U\$S 38,27, em 1963), a monocultura cafeeira já dava demonstração de exaustão. Agravada pela praga da ferrugem, que impedia seu crescimento e provocou o declínio dos preços, o Espírito Santo passou a viver a crise da monocultura do café, levando o governo federal programar a erradicação dos cafezais *antieconômicos* ou de menor valor, a partir de 1966, abalando profundamente a economia do café e provocando o êxodo rural para as cidades.

Só para termos uma noção da magnitude da crise que se instalou na economia do Espírito Santo, no ano de 1960, a cafeicultura absorvia sozinha, 80% da força de trabalho agrícola do estado. No entanto, entre ano de 1951 a 1961, houve uma redução de 52% dos preços do café que foi atribuído ao excesso da produção do Estado e em todo o país (ROCHA, 1986).

Essa política do governo federal representou para o estado do Espírito Santo, 53,8% dos cafeeiros erradicados (71,0% da área plantada), gerando aproximadamente 60 mil desempregos, 200 mil pessoas migraram para as cidades, destes, 80 mil deixaram o Estado, 120 mil pessoas foram para a Grande Vitória, o que representou um crescimento de 95% da população urbana do Estado entre a década de 1960 a

1970 (ROCHA & MORANDI, apud OLIVEIRA, 2013). A superação dessa crise levaria a mudanças estruturais profundas, dando início a um novo ciclo econômico.

Diante dessa conjuntura socioeconômica, o governador Lindemberg volta-se para as iniciativas industrializantes preconizadas pela Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES) que passaram a elaborar estudos sobre siderurgia, geografia industrial, agricultura industrial e levantamento da realidade econômica-social do Espírito Santo (SILVA,1995). Para tanto, foi criado pela Lei 1.613, de 10 de fevereiro de 1961, o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CODEC), com objetivo de

[...] estudar e sugerir providências necessárias a coordenação política econômica do Estado, particularmente no tocante ao seu desenvolvimento econômico; elaborando planos e programas tendentes a aumentar a eficiência das atividades governamentais e fomentar as mais convenientes ao desenvolvimento dos Estados; opinar e oferecer sugestões ao Governador sobre oportunidades de adoção de medidas legislativas ao administrativas sobre economia e finanças.

Segundo Siqueira, “[...] traçando suas ações a partir de diretrizes do governo federal, o governo estadual consegue apoio para a montagem da infraestrutura necessária e viabiliza o processo de mobilização de poupanças nacionais e estrangeiras” (1991 p.20).

O Governo Federal tinha como propósito promover a industrialização, a partir das potencialidades dos estados, no sentido de desconcentrar a industrialização e dinamizar a economia das novas regiões, como forma de diminuir as disparidades regionais, através da incorporação direta de áreas periféricas ao mercado capitalista internacional. Como ideário expresso no I e II Plano do Desenvolvimento Nacional (PDN), um polo de modernização foi criado no Espírito Santo, visualizando um

corredor de exportação¹¹ (Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo), cujos terminais são o Porto de Vitória e o Terminal de Capuaba, no município de Vila Velha, objetivando o escoamento dos cereais do Cerrado, e da produção siderúrgica e industrial do Espírito Santo e da siderurgia de Minas Gerais.

Como resultado dessa política para o setor industrial, foi estabelecido o Grupo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES), com diversos incentivos deduzidos da renda tributária a ser aplicado em projetos de desenvolvimento no Estado; o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), com diversas linhas de financiamento desses projetos; Leis Estaduais nº 2.469/69 e 2.480/69 que beneficiavam projetos de expansão industrial com deduções do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM); o Fundo de Desenvolvimento de Atividades Portuárias (FUNDAP), que beneficiou o setor com impostos subsidiados do valor do financiamento dos projetos; e a Companhia de Fomento Industrial (COFAI), para estimular a agroindústria em matérias primas (LOPES FILHO, 1966).

Dessa forma, o Espírito Santo foi integrado ao capitalismo nacional, tornando-se um campo de investimentos de “Grandes Projetos Industriais de Impacto”, envolvendo turismo, construção de portos, reparo naval, produtos manufaturados e semimanufaturados e paraquímico, envolvendo cinco complexos industriais: **siderúrgico** (Companhia Vale do Rio Doce S/A (CVRD), Samarco Mineração,

¹¹ A visão mais moderna de corredor evoluiu de simples vias de transporte para uma abordagem holística que contempla as cadeias de suprimento que ocupam os espaços econômicos pré-definidos. Ou seja, os fluxos de comércio encontram sistemas de transporte aptos a suportar a movimentação de bens, de serviços e de pessoas, mas que precisam ser complementados com estruturas também complexas, tais como mercados de trabalho e de capital, infra-estrutura comercial, compreendendo condições de armazenamento e distribuição, sistema regulatório, integração tecnológica, espaços de produção e disseminação de ciência e tecnologia, sistemas de transporte complementares e condições de acessibilidade aos mercados locais, regionais, nacionais e externos. (MARTINS, Ricardo S.; LEMOS, Mauro Borges. Corredor centro-leste: sistemas de transporte de Minas Gerais na perspectivas dos eixos de desenvolvimento e integração. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006).

Pellets Tubarão e Aço de semiacabados); **portuário** – (Tubarão de Vitória, Ubu em Anchieta, Barra do Riacho em Aracruz e Urucuquara em São Mateus); **paraquímico** (Aracruz e São Mateus) para a produção da polpa de celulose; **reparos navais** (vitória) e **turismo** em Guarapari e Linhares, (INSTITUTO JONES SANTOS NEVES, 1987).

A CVRD, movida por empréstimos do BNDE e do EXINBANK (Export and Import Bank of Washington) sob o aval do Tesouro Nacional, aumenta sua participação no mercado exterior, ampliando sua produção de minério de ferro de 7 para 15 milhões de toneladas em 1966 e depois passando para 20 milhões de toneladas em 1970. E para permitir o sistema de transporte e embarque portuário a CVRD investiu na construção do Porto Tubarão (construído entre 1963 e 1966) e na construção da Usina de Pelotização (concluída em 1969) para transformar minério em pellets¹² siderúrgicos. Os investimentos do projeto chegaram em Cr\$59,9 bilhões (US\$9,3 milhões) em 1963 e Cr\$74,8 bilhões (US\$34,6 milhões) em 1966 (SIQUEIRA, 1994).

O efeito da penetração de capital multinacional, estatal e nacional na economia do Espírito Santo, trouxe crescimento populacional. A população cresceu de 1.170.858 em 1960 para 1.599.333 em 1970, sendo este período o maior crescimento populacional. No entanto, a população rural ainda supera a população urbana. O inverso ocorre a partir da década de 70, observa-se um acelerado crescimento de urbanização da população do Espírito Santo. Em 1970, 54,86% da população do Espírito Santo residiam no meio rural, índice que progressivamente foi decrescendo até atingir, no ano de 2000, somente 20,49% no meio rural. Com isso, a taxa de

¹² “Pellets” é o termo técnico para pelota de minério de ferro pronto para o processo de fundição e redução do carbono para a obtenção de ferro-fundido (em alto-forno) e do aço (em aciaria).

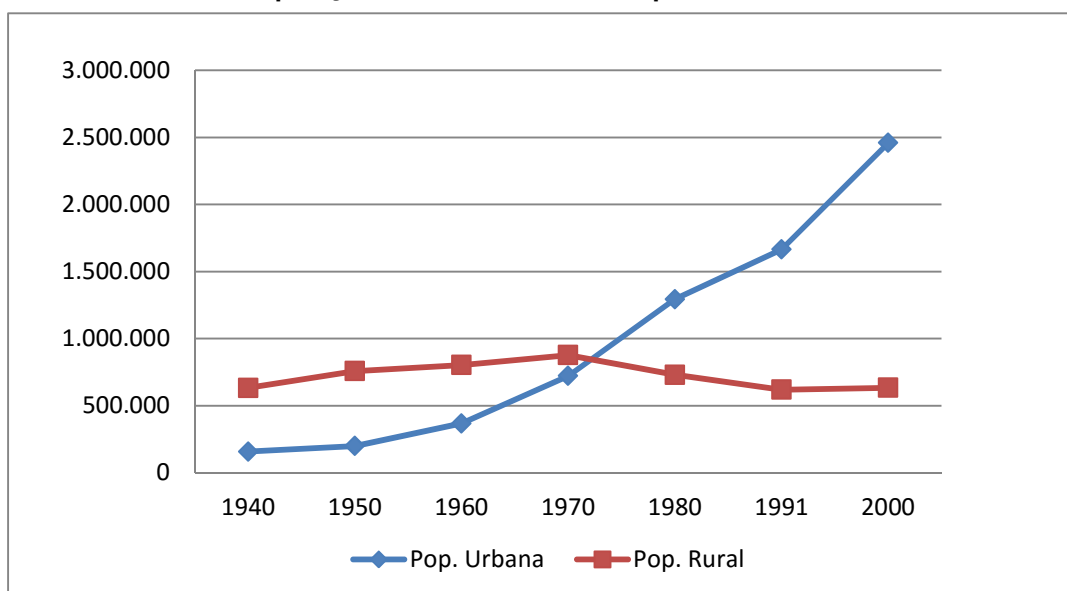
urbanização da população do estado se elevou de 45,14% para 79,51% no mesmo período (**tabela 4 e gráfico 1**). Ou seja, o final da década de 60, a migração está relacionada á crise cafeeira e a partir da década de 70 os fluxos migratórios foram internos (rural) e externo, atraídos pelos “Grandes Projetos Industriais”, vindos de várias regiões do país, como Bahia e Minas Gerais. Evidentemente, esta população estava exercendo atividades tipicamente urbanas, ligadas á indústria e ás atividades do terciário, como comércio e serviços de toda natureza.

Tabela 4: População do Espírito Santo – 1940 a 2000

| | População Total | População Urbana | População Rural |
|------|--------------------|--------------------|------------------|
| 1940 | 790.149 (-) | 157.925 (19,99%) | 632.224 (80,01%) |
| 1950 | 957.238 (21,15%) | 199.925 (20,81%) | 758.052 (79,19%) |
| 1960 | 1.170.858 (22,32%) | 367.568 (31,39%) | 803.290 (68,61%) |
| 1970 | 1.599.333 (36,59%) | 721.916 (45,14%) | 877.417 (54,86%) |
| 1980 | 2.023.340 (26,51%) | 1.293.378 (63,92%) | 729.962 (36,08%) |
| 1991 | 2.284.659 (12,92%) | 1.664.714 (72,86%) | 619.945 (27,14%) |
| 2000 | 3.093.171 (35,39%) | 2.459.464 (79,51%) | 633.707 (20,49%) |

FONTE: IBGE, 2007

Gráfico 1: População Urbana e Rural do Espírito Santo – 1940 a 2000



FONTE: IBGE, 2007.

De acordo com dados combinados dos Censos Demográficos do IBGE (1950-1980), a População Economicamente Ativa (PEA) do Espírito Santo também cresceu. O *setor primário* (agricultura e pecuária) praticamente estacionou em 30 anos, indo de 230.635 para 242.242 trabalhadores reduzindo a menos da metade da sua representação na PEA, de 75,87% no ano de 1950 para 34,09% dos trabalhadores em 1980. No *setor secundário* (indústria e comércio) o número de trabalhadores no mesmo período foi de 16.608 para 161.578, quadruplicando sua representação percentual de 5,46% para 21,23%. O *setor terciário* (de serviços) mais que quintuplicou o número de trabalhadores, de 56.753 para 302.327, mais que dobrando o percentual na PEA, de 18,67% para 39,44%, conforme a **tabela 5**.

Tabela 5 - População Economicamente Ativa do Espírito Santo - 1950-1980.

| Setor Econômico | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 |
|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| <i>Primário</i> | 230,635 75,87% | 299,544 70,35% | 240,303 52,51% | 242,241 34,09% |
| <i>Secundário</i> | 16.608 5,46% | 22,820 5,36% | 62.264 13,6% | 151.578 21,23% |
| <i>Terciário</i> | 56.753 18,67% | 103.436 24,24% | 155.140 33,89% | 302.327 39,44% |
| TOTAL | 303.996 100% | 425.800 100% | 457.787 100% | 710.605 100% |

FONTE: IBGE: Censo Demográfico, 1950, 1960, 1970, 1980.

Na década de 1990, a economia do Espírito Santo consolidou-se como um pólo de modernização viável, sendo um dos Estados mais promissores, com 8% do PIB do país e atraindo investimentos.

2.2.3 A nova economia do município de Aracruz

Um dos “Grandes Projetos Industriais de Impacto” implantado no Espírito Santo, o complexo paraquímico, encontra-se no município de Aracruz. O Projeto Aracruz

também conhecido como Aracruz Celulose (ARCEL), hoje Fibria, engloba cinco unidades: a floresta de eucaliptos, a fábrica de polpa branqueada de celulose, as fábricas de cloro de sódio e cloro soda, e o porto de exportação de celulose de Barra do Riacho.

O município de Aracruz foi incluído na ordem econômica do Brasil devido a fertilidade de suas terras e suas condições geográficas extremamente favoráveis. A economia do município foi caracterizada pela expansão da agricultura e pelo desflorestamento da Mata Atlântica, feita pelas serrarias e pela empresa Companhia Ferro e Aço (COFAVI), do município de Cariacica.

O presidente Getúlio Vargas, com base na Lei Federal nº 1.202, de 08 de abril de 1939, entregou à COFAVI uma área de floresta que cobria 7.260 hectares de Mata Atlântica, destinada ao desmatamento e exploração do carvão vegetal necessário ao processamento de aço. Para trabalhar no desmatamento foram contratados muitos lenhadores e carvoeiros migrantes de Nanuque e Teófilo Otoni (MG) e outras cidades do sul da Bahia (COUTINHO, 2006).

A extração de madeira por parte da COFAVI alcançou proporções alarmantes. De acordo com dados do IBGE de 1958, foram produzidos 10.000m³ de toras, 30.000m³ de carvão vegetal e 100.000m³ de lenha. As terras desmatadas e queimadas eram abandonadas após a retirada da madeira ou parcialmente cultivadas pelas famílias dos carvoeiros e lenhadores. Com essa produção, a floresta tropical alcançou seus limites de desmatamento e não demorou a diminuição da produção. Finalmente em 1962 a COFAVI encerrou suas atividades carvoeiras e cessou o desmatamento,

deixando os trabalhadores sem pagamentos. Esses trabalhadores acabaram se tornando posseiros dos lotes onde moravam (COUTINHO, 2006).

Embora a COFAVI tivesse o contrato de concessão para desmatar, era obrigada a conservar a madeira de lei e impedir a invasão de posseiros, mas descuidou de suas obrigações. A Ferro e Aço mediu mais ou menos 300 posses feitas por Licínio, agrimensor do Estado, havendo grandes posseiros como Cavalieri, Fontana, Abreu, Manoel e outros. Esses posseiros foram coadjuvantes no desmatamento da Mata Atlântica, até então intocada no município de Aracruz. Em pouco tempo, havia serrarias nos distritos de Jacupemba e Guaraná e na sede de Aracruz, além do transporte de madeira para Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo (FRANKLIN apud COUTINHO, 2006).

Neste período o município de Aracruz aparecia com 30 a 45% de sua área total que eram ocupados com cultivos de café e pastagens. Os pequenos produtores limitaram-se à economia de subsistência e intensificaram a extração de madeiras. Outros acabaram vendendo suas terras desvalorizadas para grandes proprietários, ocupando grandes áreas de terras dos posseiros, transformadas em pasto para a pecuária (MORANDI e ROCHA apud COUTINHO, 2006).

Mas a crise do café na década de 60, a concentração de terras, o êxodo rural e o preço acessível da terra, foram fatores que favoreceram o projeto de implantação de um novo modelo agro-industrial voltado para a produção de celulose. Com incentivos fiscais do governo, iniciava-se no município de Aracruz o processo de extração da madeira e o plantio de eucalipto pela Aracruz Florestal (MORANDI e ROCHA apud COUTINHO, 2006).

2.2.3.1 Projeto Aracruz



Foto 3: Projeto Aracruz
FONTE: Fibria, 2012.

Em 1967 a Aracruz Florestal, pagou, pela terra cedida (10.000 hectares) pelo Estado na década de 40 à COFAVI, um valor simbólico. Em seguida, comprou do Estado do Espírito Santo, pela quantia simbólica de oito décimos de centésimos de cruzeiro o metro quadrado, 30.000 hectares (trinta mil hectares) de terra indígena como se fossem terras devolutas¹³ para o plantio de eucalipto (LOUREIRO, 2006).

Deste período em diante, a empresa de reflorestamento Aracruz Florestal (ARFLO), temporariamente uma subsidiária do Projeto Aracruz, foi estabelecida no município

¹³Terras Devolutas: "São devolutas, nas faixas da fronteira, nos territórios federais e no Distrito Federal, as terras que, não sendo próprias nem aplicadas a algum uso público federal, estadual territorial ou municipal, não se incorporaram ao domínio privado: a) por força da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, e outras leis e decretos gerais, federais e estaduais; b) em virtude de alienação, concessão ou reconhecimento por parte da União ou dos estados; c) em virtude de lei ou concessão emanada de governo estrangeiro e ratificada ou reconhecida, expressa ou implicitamente, pelo Brasil, em tratado ou convenção de limites; d) em virtude de sentença judicial com força de coisa julgada; e) por se acharem em posse contínua e incontestada com justo título e boa fé, por termo superior a 20 (vinte) anos; f) por se acharem em posse pacífica e ininterrupta, por 30 (trinta) anos, independentemente de justo título e boa fé; g) por força de sentença declaratória proferida nos termos do art. 148 da Constituição Federal, de 10 de novembro de 1937" (Art. 5º do Decreto-Lei Nº 9.760, de 05 de setembro de 1946).

de Aracruz com o objetivo de “formar uma floresta, cujas dimensões permitiriam uma exploração lucrativa” (ARFLO, 1978). Vários estudos foram realizados pela empresa Suzano¹⁴ para avaliar sua viabilidade econômica. A definição da instalação do Projeto Aracruz, se deu a vários fatores, como o clima tropical úmido, o solo de topografia quase plana, condições litorâneas para construção de portos, proximidade das bacias e rios, e sua proximidade da maior rodovia nacional, a BR 101.

Mas, no primeiro momento, a empresa enfrentou dificuldades na implantação do seu projeto, de forma especial na utilização do eucalipto como matéria prima, devida á falta de confiança dos investidores nacionais e internacionais. No entanto, no governo do General Ernesto Geisel (1974), foi lançado o II Plano de Desenvolvimento Nacional (II PDN), objetivando enfrentar a crise mundial de petróleo, sendo neste contexto criado o I Programa Nacional de Papel e Celulose (I PNPC), através dos subsídios apresentados pelos técnicos do BNDES¹⁵ que atualizaram o diagnóstico elaborado em 1966 e 1967, apresentando metas¹⁶ e

¹⁴ “No início dos anos 50, a empresa Suzano formou uma equipe de pesquisadores que começou as experiências tecnológicas com vistas a produção de eucalipto a partir de varias espécies de arvores. Essa equipe de pesquisadores foi transferida posteriormente para a Universidade da Florida (EUA), concluindo seus estudos com a viabilidade econômica da produção de celulose de eucalipto. Observou-se que, enquanto o tempo de produção das florestas nos países de terras frias variava entre 25 e 100 anos, no Brasil, as arvores de eucalipto poderiam ser cortadas para a produção de celulose numa média de 7 anos, o que permitiria uma nova possibilidade de localização da monocultura para este fim” (GOMES, 2008, p. 7). “Em 1977, o BNDE divulga o custo da produção de madeira para fabrico de celulose curta nos diversos países: no Brasil o custo de m3 era em torno de US\$50, com um tempo de maturação entre seis e sete anos; em Portugal, era de US\$75, com o tempo de maturação de 12 anos; na Franca, chegava ao valor de US\$130, com o tempo de maturação por volta de 40 anos; e na Suécia, de US\$ 160, com o tempo de maturação de 60 anos” (BNDE, 1977, p.90).

¹⁵ Em 1971, o Banco enviou missão técnica ao Japão e à Suécia para estudar a produção de celulose em fábricas com capacidade de mil toneladas/dia. Estimava-se que esse patamar garantiria economias de escala capazes de tornar competitivo o papel nacional, sobretudo o de embalagem. Os estudos do BNDES relativos ao aumento de competitividade no setor subsidiaram a Resolução 11/72 (de 9 de fevereiro de 1972) e a Portaria 78 (de 24 de outubro do mesmo ano) do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), as quais asseguravam a concessão de incentivos fiscais a projetos de instalação de fábricas de celulose e/ou papel, desde que esses projetos contemplassem a escala mínima de mil toneladas/dia para celulose (exceto de fibra longa), trezentas toneladas/dia para papel de imprensa, duzentas toneladas/dia para papel kraft e cinquenta toneladas/dia para outros papéis. As empresas poderiam atingir tal escala em etapas e deveriam comprovar a existência de suprimento de madeira adequado àqueles volumes de produção (JUVENAL; MATTOS, 2002, p.6)

¹⁶ Metas físicas de produção para 1980 (toneladas): Papéis – 3,68 milhões; Imprensa – 550 mil; Embalagens – 1,3 milhão; Celulose – 4,2 milhões; Oferta interna – 2,2 milhões; Exportações – 2,0 milhões; Pasta mecânica – 650 mil toneladas (I PNPC).

recomendações. Assim, o PNPC recomenda algumas medidas a serem implementadas pelo BNDES, tais como:

- apoiar ampliações e modernizações das unidades industriais existentes;
- estimular a implantação de novas fábricas de papel, celulose e pasta mecânica, bem como a fusão, incorporação ou outras formas de associação de empresa do setor, visando a melhorar a eficiência e obter economias de escala;
- estimular a pesquisa para ampliar a substituição de fibra longa por fibra curta na fabricação de papel em geral, com especial ênfase no papel de imprensa;
- apoiar medidas que incentivem a liberação de monocultivos pertencentes às indústrias siderúrgicas, concedendo estímulos financeiros para a conversão dos altos-fornos a base de carvão vegetal, de modo que estes pudessem trabalhar com coque metalúrgico;
- estimular a redução dos efeitos poluidores das unidades fabris, bem como a recuperação de produtos químicos empregados no processo industrial;
- estimular a integração monocultura-indústria, em termos espaciais e empresariais, evitando a dispersão de recursos e minimizando os custos de exploração, transporte e produção;
- apoiar a pesquisa florestal, com o objetivo de obter a melhoria dos resultados técnicos e econômicos no monocultivo de árvores, na introdução, seleção e melhoria de espécies, no espaçamento, na adubação, na mecanização, na exploração dos monocultivos, etc.

Estas medidas contribuíram significativamente para a expansão da base florestal entre os anos de 1974 a 1980. Ao financiar a implantação do Projeto Aracruz, o BNDES permitiu que os empresários nacionais tivessem condições de realizar tais investimentos e ao mesmo tempo, estimulou a participação de investidores

internacionais. O Projeto Aracruz financiou 80% dos equipamentos nacionais com os recursos do FINAME e do BNDE¹⁷ US\$ 44 milhões a título de financiamentos externos para aquisição de máquinas e equipamentos. Em 1975, tinha como acionistas o BNDE, com 38,17%; os Grupos Souza Cruz, com 12,2%; a norueguês, Billerud, com 12,67%; a sueca, Billerud, com 5,32% e Moreira Sales, donos do UNIBANCO, com 9,53%. Mais tarde (1988), o BNDE vendeu 65% de suas ações para o grupo Safra, ficando apenas com 13% das ações (MACEDO e MATTOS, 1996).

A participação das empresas multinacionais em todos os projetos inclui não apenas capital, como também transferências de sofisticadas tecnologias industrial, técnicas de gerenciamento e assistência técnica. Como por exemplo, a empresa *finlandesa Jaakko Poyry*, forneceu a engenharia básica; a empresa *sueca Billerud*, a tecnologia usada na produção da celulose; a empresa *francesa Krebs*, a tecnologia do clorado de sódio; a empresa *norte americana Diamond Shammrock*, forneceu o “know how” da soda cáustica e do cloro soda; e as espécies de eucaliptos tiveram referencialmente, *origem australiana* (ARCEL, Abril/Maio/junho 1981). Além dessa transferência tecnológica, o Projeto Aracruz contou com apoio institucional, incentivos fiscais e isenções do Imposto sobre Produtos Industrializados¹⁸.

¹⁷ Além do grande volume de recursos financiados e de funcionar como avalista nas operações externas, o BNDE concedeu ainda condições excepcionais de financiamento: taxas de juros de 3% ao ano e correção monetária inicial de no máximo 20% ao ano, sendo que qualquer excesso eventual seria abatido no Imposto de Renda. A participação do BNDE na concretização do “Projeto Aracruz” provoca uma profunda alteração não apenas quantitativa, mas também qualitativa na composição acionária da empresa (DALCOMUNI, 1990, p. 200).

¹⁸ Em 1987, a Aracruz costurou com o Governo um acordo para isenção da taxa de exportação de celulose por 10 anos. Os termos do acordo deram a Aracruz renúncia fiscal para todas as receitas provenientes de exportação, o equivalente a 90% das vendas da empresa, mediante o cumprimento dos seguintes condicionantes: a) gerar um faturamento de exportação de US\$ 2 bilhões entre 1987 e 1997; b) manter um balanço comercial anual positivo e atingir um balanço acumulado de US\$ 1,9 bilhão no período de 10 anos; c) fazer investimentos equivalentes a US\$ 1 bilhão; d) manter os indicadores ambientais nos limites pré-estabelecidos. No final do período a Aracruz não somente tinha cumprido com todos os condicionantes como tinha se expandido no mercado global de celulose como resultado das vantagens concedidas pelo acordo (DAY, KRUGLIANSKAS e AZEVEDO, 1998).

Assim, em 1978 foi inaugurada a Aracruz Celulose (ARACEL), sua primeira unidade (fábrica A), com a meta de produzir 400 t/ano de celulose branqueada, e a ARFLO, se tornou uma das suas subsidiárias com o importante papel no processo de aquisição de terras e plantio de eucalipto (FASE, 2002). A implantação e expansão do Projeto Aracruz, gerou muitos empregos diretos. Para tanto, a empresa construiu o Bairro Coqueiral¹⁹ com todas as obras de infraestrutura, localizado na beira mar, para trabalhadores migrantes de municípios capixabas, estados brasileiros e outros países.

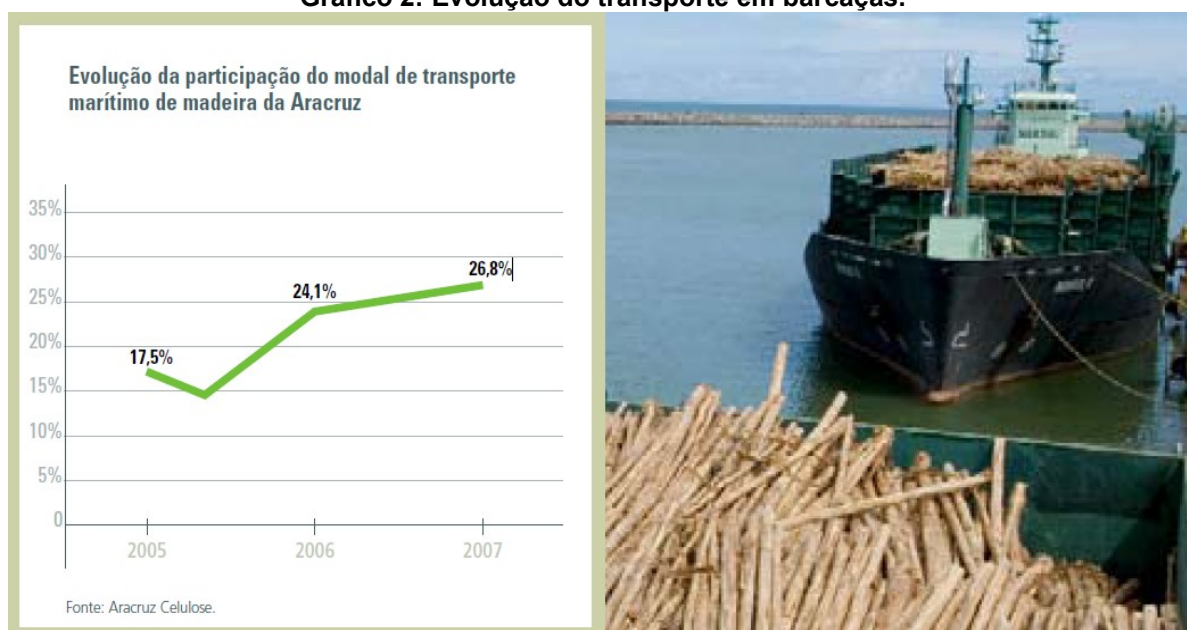
Em 1981 a Petrobrás construiu um gasoduto, de aproximadamente 40 km, ligando o município de Linhares ao distrito de Barra do Riacho (Aracruz), para que a ARCEL pudesse utilizar o gás natural que vem sendo queimado nos poços de petróleo existentes no norte do Estado, o que geraria contenção de combustível pela empresa (Jornal A GAZETA, 29/03/1981), reduzindo em 70% com a substituição do óleo pelo gás natural do campo Lagoa Pardo (Jornal A TRIBUNA, 03/01/1982).

Também, como parte do Projeto Aracruz, em 12 de abril de 1976 foi constituída a empresa Portocel á 1,5 km da fábrica (Porto de Exportação de Celulose), com três acionistas: Portobrás com 60%, Aracruz Celulose com 30% e Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) com 10%. Em 1985 foi privatizado o Portocel, ficando a CENIBRA com 49% das ações e a ARCEL com 51% (Jornal A GAZETA, 21/10/81 – 05/03/85).

¹⁹ Em 1980, a empresa criou um loteamento numa área contígua ao bairro, com 116 lotes. Devido à sua ampliação, oito anos depois, em 1988, a Aracruz criou um outro loteamento para mais 223 casas e também construiu outras 170 casas, visando a atender aos novos funcionários admitidos. O Bairro Coqueiral atendeu principalmente aos funcionários da fábrica, que em 1992 representavam 97% do total de seus moradores (AGB, 2004).

Assim, a empresa ARCEL, consolida a integração estratégica das suas atividades, entre floresta, fábrica e porto, garantindo menor custo de produção de celulose entre os concorrentes. O eucalipto das florestas é transportado via terminais de barcaças²⁰, chegando a transportar 1,96 milhão de m³ de madeira em 2006, um acréscimo de 43% em relação a 2005. Isso representou a eliminação de 75,7 mil viagens de caminhões tritrens (**gráfico 2**).

Gráfico 2: Evolução do transporte em barcaças.

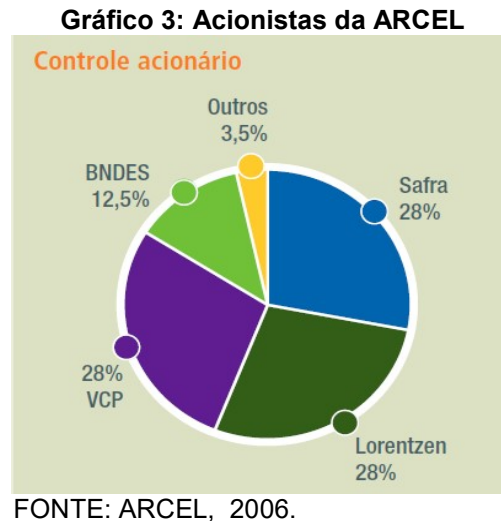


FONTE: ARCEL, 2006.

Do Portocel foi transportado 1,98 milhão de toneladas em 2010 e no final do mesmo ano atingiu a marca de 60 milhões de toneladas de celulose exportadas desde o início de suas operações do porto rumo ao mercado internacional (Fibria, 2010).

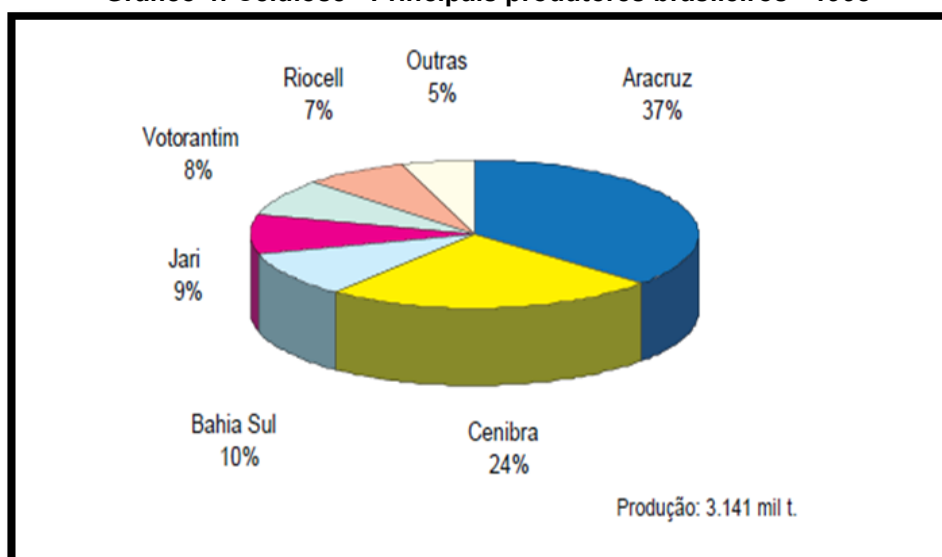
²⁰ O sistema tem capacidade para transportar cerca de 5,2 mil toneladas de toras de eucalipto por viagem. O volume total de 3,4 milhões de m³/ano de madeira a ser transportado pelos dois empurradores e as quatro barcaças equivale a cerca de 63 mil viagens por ano de caminhões ultrapesados de 54 m³, ou seja, um caminhão a cada oito minutos, 24 horas por dia, 365 dias por ano”, diz o diretor de operações da Aracruz, Walter Lídio Nunes, destacando que cada barcaça tem capacidade para transportar 5 mil metros cúbicos de madeira, o equivalente a 100 carretas. Ainda de acordo com ele, a utilização das barcaças vai permitir uma redução de até 20% nos gastos com logística. Com toda a frota em operação, o tempo de carregamento no terminal de Caravelas, BA, e o tempo de descarga no terminal do Portocel, no Espírito Santo, foi reduzido de 24 para 12 horas (Revista Logweb, 10/11/2005).

No dia 27 de maio de 1991, foi inaugurada a segunda fábrica (B) da ARCEL, com investimentos de US\$ 1,2 bilhão. Desse montante o BNDES financiou US\$ 1 bilhão, ampliando novamente suas na empresa, ficando distribuídas da seguinte forma **(gráfico 3)**:



Com estes investimentos, a ARCEL se coloca como a maior produtora de celulose e pastas de mercado, no Brasil. A produção nacional é de 3,1 milhões de toneladas que corresponde a 8,4% da produção mundial. Está distribuída entre Aracruz com 1,2 milhões de toneladas, Cenibra com 720 mil tonelada, Bahia Sul com 300 mil toneladas, Jari com 280 mil toneladas e Riocell e VCL com 250 mil toneladas cada **(gráfico 4)**.

Gráfico 4: Celulose - Principais produtores brasileiros - 1998



FONTE: BANDES, 1999.

No ano de 1993, início das certificações do sistema de gestão (ISO), a ARCEL obteve as certificações do Sistema de Gestão de Qualidade (ISO 9001²¹) e do Sistema de Gestão Ambiental (ISO 14001²²) nos anos de 1993 a 1996 (Fibria, 2009).

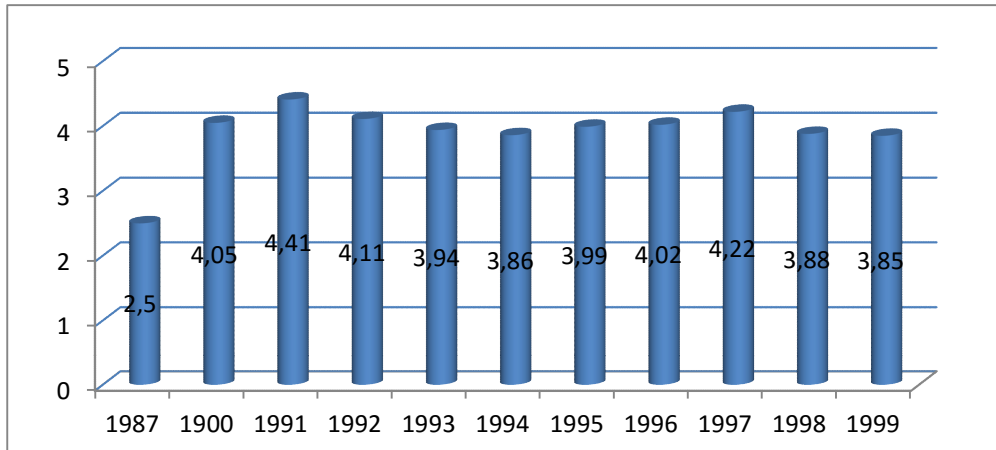
Durante este processo crescente de produção de celulose de fibra curta de eucalipto e expansão de suas fábricas, a Arcel iniciou em 1973 um programa de desenvolvimento tecnológico para aumentar a produtividade de suas florestas de eucalipto, qualidade de sua madeira e diminuir o ciclo tradicional do eucalipto: de 12 anos para cerca de 5 anos. Para tanto, em 1975 desenvolveram a tecnologia da clonagem do eucalipto e iniciaram as plantações clonais em larga escala de elevada produtividade. Como resultado, a produtividade florestal da ARCEL quase dobrou

²¹ O Sistema de Gestão da Qualidade implementado com base na norma ISO 9001 faz com que as empresas tenham foco na satisfação dos clientes e na preocupação com a melhoria contínua em garantir a conformidade de seus produtos e serviços. Assim, com a certificação, a empresa assegura que seu processo produtivo é confiável e está em conformidade com as exigências de seus clientes, além de ter sua marca valorizada no mercado.

²² A ISO 14001 é uma norma de aceitação internacional que define os requisitos para estabelecer e operar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseando-se em política ambiental, planejamento, implementação e operação, verificação e ação corretiva, e análise crítica pela administração. Visa integrar em uma organização a Gestão de Impactos Ambientais com a lucratividade, através da redução de custos, controle de riscos e melhoria do desempenho (CEDEPPE). Disponível em: http://www.orgplural.org/pagina_27.html

em quatro anos: de 2,5m³ de madeira de eucalipto em 1987 para 4,05m³ em 1990. A produtividade florestal média foi de 4,2m³ de madeira por hectare ano (**gráfico 5**).

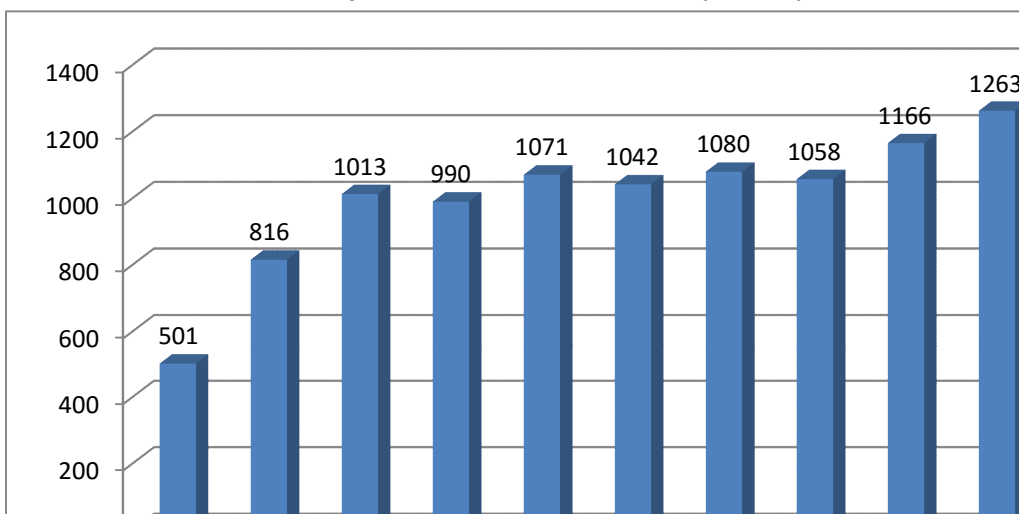
Gráfico 5: Produtividade florestal (m³/há/ano) – 1987 a 1999.



FONTE: FONTE: ARACEL, 1999

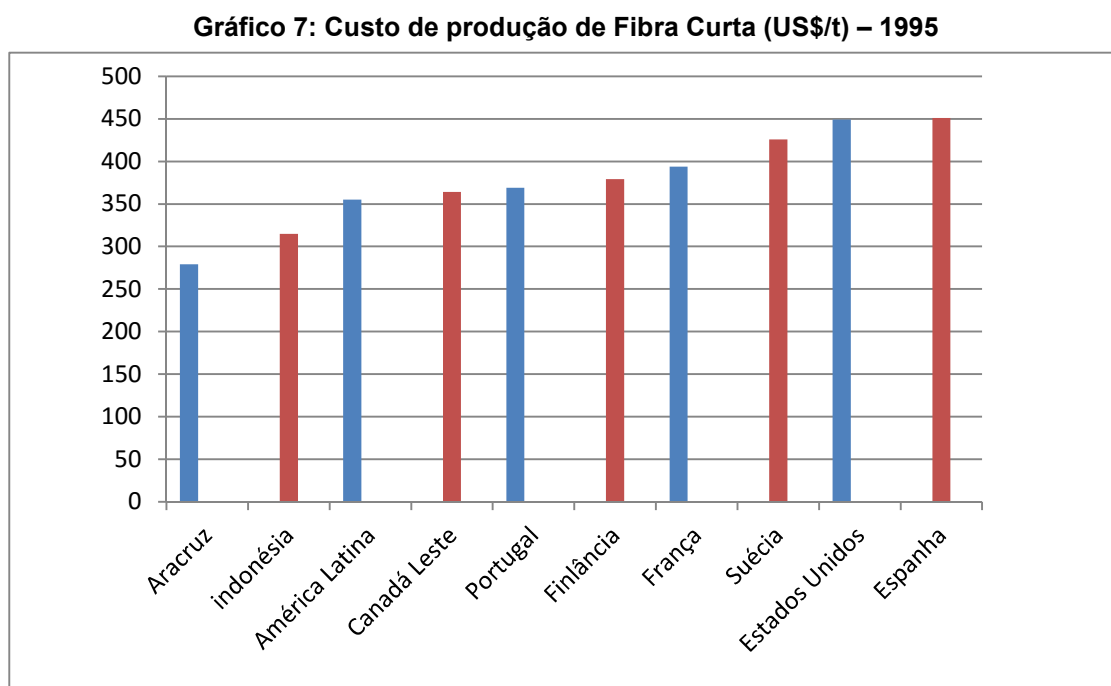
Sua capacidade de produção de celulose de mercado mais que dobrou em 1994, de 501 mil para 1071 milhões de toneladas/ano, atingindo ao longo de 2000 um total de 1.301 milhões de toneladas/ano (**gráfico 6**).

Gráfico 6: Evolução da produção de celulose – tsa (x 1.000) 1990 a 2000



FONTE: ARCEL, 2000.

Também detém o menor custo de produção da celulose de fibra curta do mundo (**gráfico 7**), custos extremamente competitivo, sendo muito atraente para o mercado internacional.

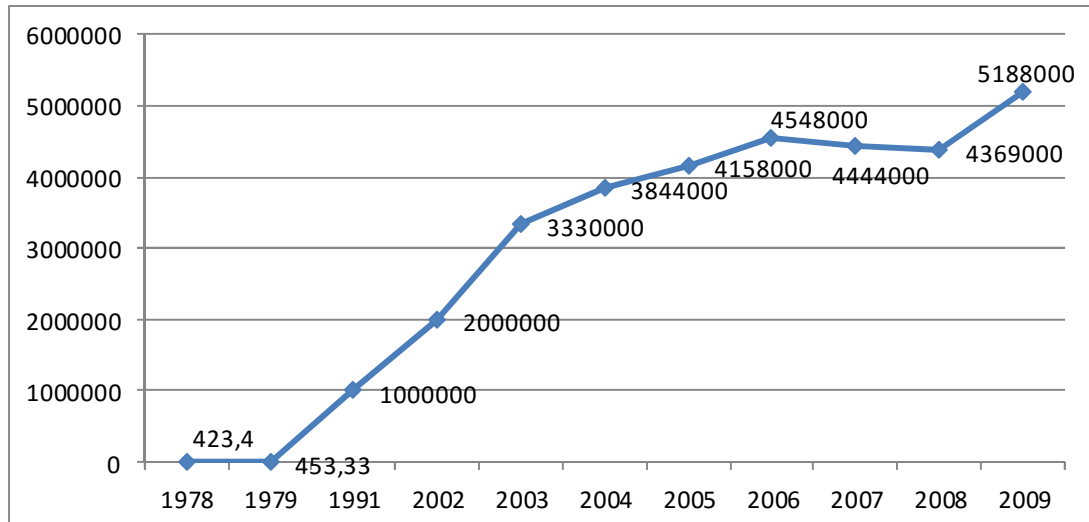


FONTE: ARCEL, 1996

Com objetivo de se consolidar como maior produtora mundial de celulose branqueada de eucalipto e maior conjunto industrial do mundo, no ano de 2000 ela comprou 50% das ações da Veracel Celulose S.A, na Bahia; em 2002 inaugurou a Fábrica C, em Barra do Riacho, ampliando sua capacidade produtiva de 1,24 milhões para 2 milhões t/ano (**gráfico 8**), destinada ao mercado internacional; em 2003 iniciou a construção da fábrica da Veracel em Eunápolis, na região sul da Bahia, com capacidade de produção de 900 mil t/ano; no mesmo ano comprou a Reicell no Rio Grande do Sul, do Grupo Klabin, com a capacidade de produção de 430 mil t/ano. Essa contínua expansão do complexo industrial, envolveu também um crescimento acelerado na produção de celulose, quase triplicando sua capacidade

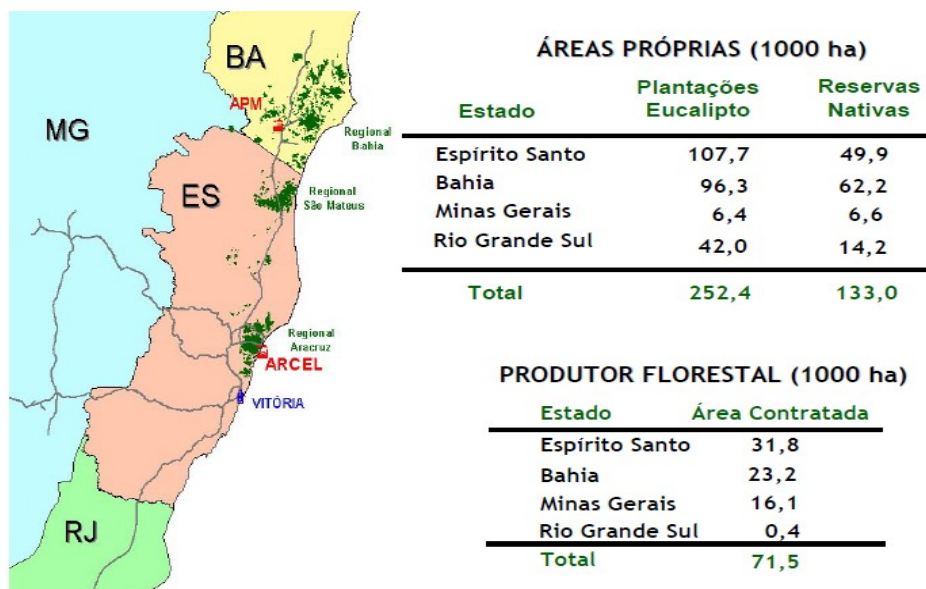
de produção, ampliando de 2 milhões t/ano (2002) para mais de 5 milhões t/ano em 2009 (**gráfico 8**).

Gráfico 8: Produção de celulose – ARCEL (milhões t/ano)



FONTE: ARACEL, 2003 a 2009

Na mesma proporção foi ampliado o plantio de eucalipto. No ano de 2004, a empresa tinha 257,4 mil hectares de plantações de eucaliptos e 133 mil hectares de reservas nativas. Também poderia contar com 71,5 mil hectares plantações de eucaliptos do Programa Produtores Florestais (**mapa 6**).



Mapa 6: Base Florestal Dez/2004
FONTE: ARCEL, 2004

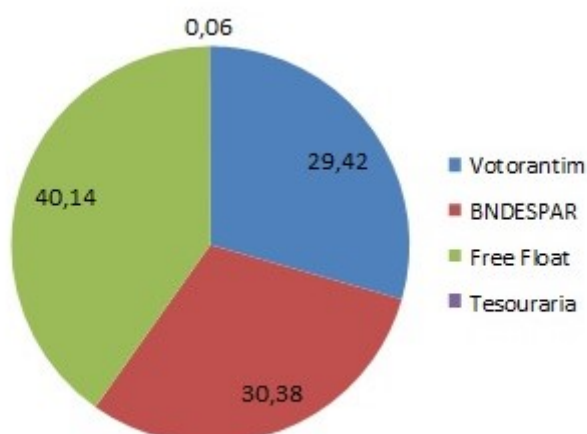
Os investimentos de ampliação e modernização desse complexo industrial foram em grande parte, oriundos do BNDES. Desde 1974, o BNDES continuou sendo um dos seus grandes acionistas, investindo na ordem de US\$ 4 Bilhões (**tabela 6**).

Tabela 6: Recursos do BNDES para ARCEL

| ANO | VALOR | ANO | VALOR |
|------|------------------|------|---|
| 1974 | US\$ 44 milhões | 1978 | Cr\$ 186 milhões |
| 1974 | Cr\$ 867 milhões | 1978 | US\$ 10 mil |
| 1975 | Cr\$ 429 milhões | 1978 | US\$ 15 mil |
| 1975 | Cr\$ 110 milhões | 1979 | Cr\$ 88 milhões |
| 1976 | Cr\$ 85 milhões | 1980 | US\$ 25 milhões |
| 1976 | Cr\$ 90 milhões | 1980 | US\$ 10 milhões |
| 1977 | Cr\$ 31 milhões | 1988 | Cr\$ 27.965 mil |
| 1977 | Cr\$ 11 milhões | 1990 | US\$ 1.04 milhões |
| 1977 | US\$ 20 milhões | 2001 | R\$ 666,3 milhões (Fábrica C) |
| 1977 | US\$ 40 milhões | 2003 | US\$ 546 milhões (Fábrica Veracel) |
| 1978 | Cr\$ 457 milhões | 2004 | US\$ 100 milhões (Aracruz Trading S.A) |
| 1978 | Cr\$ 280 milhões | | |

FONTE: DALCOMUNI, 1990

No ano de 2009 ocorreu a fusão da Aracruz Celulose e Votorantim Celulose e Papel, formando a Fibria Celulose S/A, tornando-se a líder mundial no setor de celulose de fibra curta. Atualmente (2015), os acionistas estão representados da seguinte forma (**gráfico 9**):

Gráfico 9: Estrutura acionária da Fibria

FONTE: Fibria, 2014.

As fusões entre alguns dos grandes produtores de celulose e papel no Brasil, envolvendo a Aracruz, Votorantim, a Cenibra, a Bahia Sul e o projeto Veracel, permitiram ganhos expressivos, considerando que estas unidades industriais distam entre si menos de 350 km. Algumas delas compartilham o porto para embarque de seus produtos e dispõem de áreas florestais adjacentes. Essa integração da cadeia produtiva – floresta + fábrica + porto (**mapa 7**), é um fator estratégico para a Fibria se posicionar entre as grandes empresas existentes na Europa, América do Norte e Ásia/Oceania, com o menor custo de produção, lhe conferindo o poder de competição e negociação.

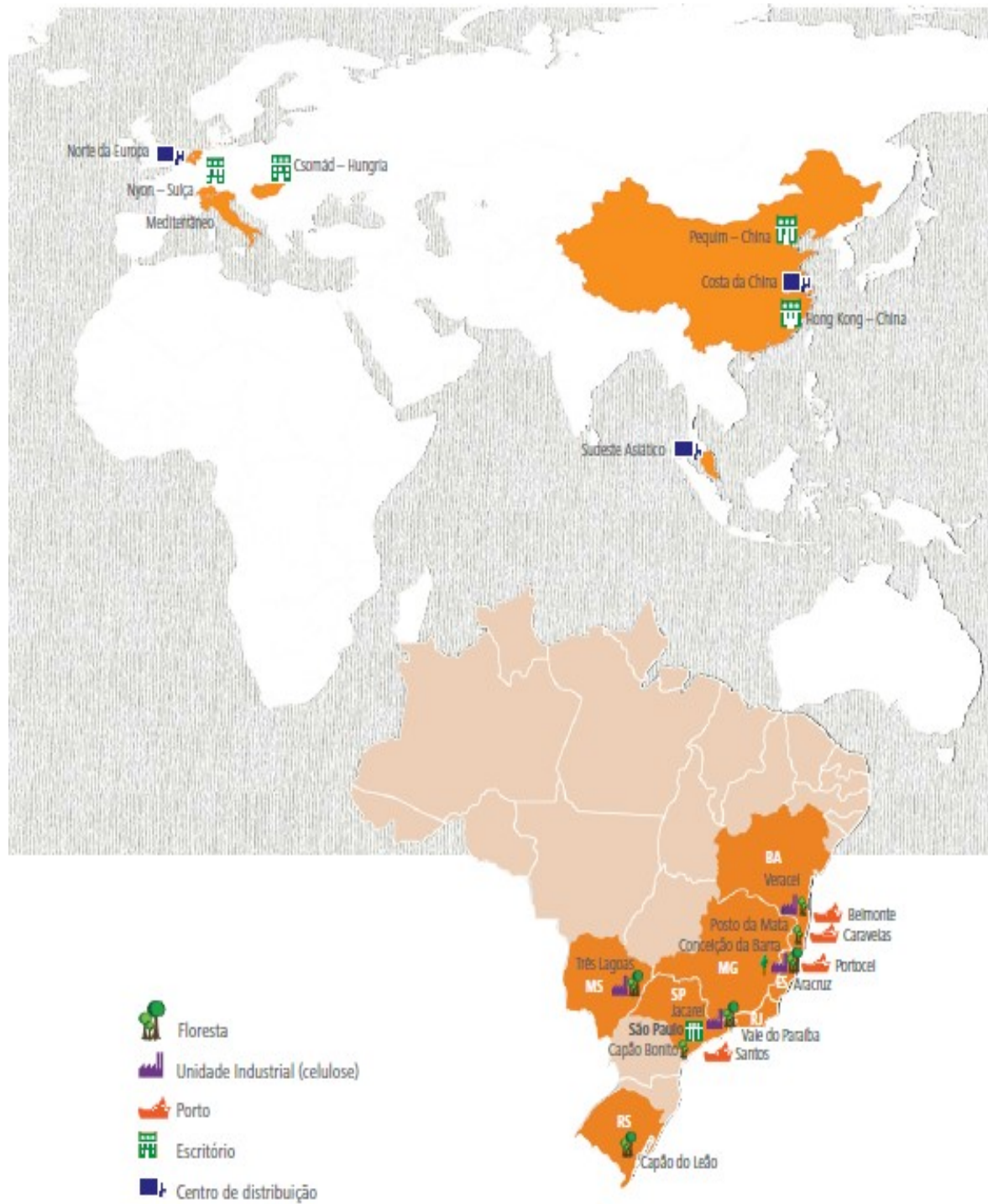


Mapa 7: Complexo da Fibria
FONTES: Maracci, 2008, p.92

Com sede administrativa em São Paulo (SP), a Fibria opera suas unidades industriais localizadas de forma estratégica nos municípios de Três Lagoas (MS), Aracruz (ES), Jacareí (SP) e Eunápolis, onde fica a Veracel, operação com a Stora Enso (**mapa 8**). A Fibria detém 50% de participação. A base florestal de eucalipto destas unidades é de 562 mil hectares de florestas próprias e 71,272 hectares de fornecedores de madeira. Possui hoje (2015) uma capacidade produtiva de 5,3 milhões de toneladas anuais de celulose. Os principais mercados de consumo estão na Europa, com 41%, segundo Ásia, com 25%, América do Norte, com 24% e América Latina, com 10% (Fibria, 2014). Por meio de distribuição, escritórios comerciais e de representação nestes continentes, a companhia exporta para mais de 40 países (**mapa 8**).

A implantação da empresa Aracruz Celulose e todo o complexo agroflorestal construído para sua operação, além da construção do Portocel, um porto especializado para exportação de celulose, estão diretamente vinculado a mudança de vida do município de Aracruz.





Mapa 8: Distribuição das vendas por região
 FONTE: Fibria, 2012.

2.2.3.1.1 Impacto do capital industrial no campo

Muitos foram os impactos sofridos pela penetração do capital industrial no campo, como a concentração da propriedade de terra, a superação da agricultura pelas florestas de eucalipto e pastagens, da autossuficiência e importação de alimentos para redução da terra plantada com cereais e frutas e a substituição mecânica da força de trabalho humano.

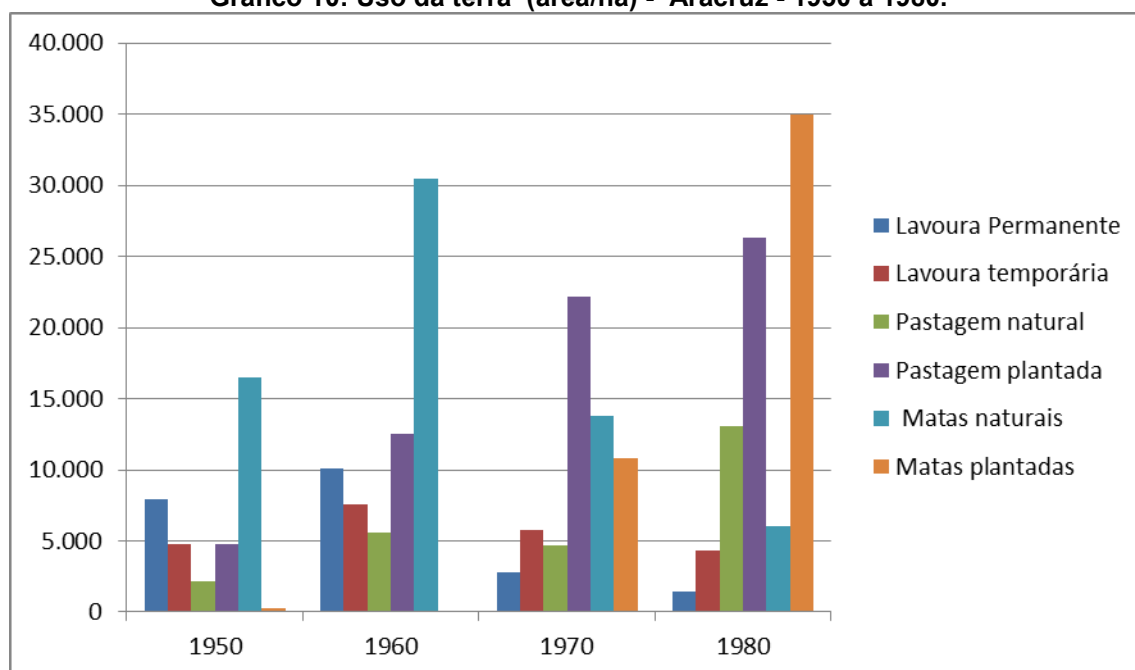
A empresa Aracruz apropriou-se de um terço do território total do município de Aracruz e aumentou a concentração de terra. Como resultado, o número de proprietários decresceu de 1.876 em 1960 para 758 e em 1980 para 19.210 hectares. O aumento da concentração da propriedade da terra ocorre de forma especial a partir de 1970 com a Aracruz Florestal, cujo tamanho de 21.000 em 1970 para 41.182 hectares em 1980 (IBGE: Censo Agrícola, 1950,1960,1970,1980).

A utilização da terra também reflete o impacto da penetração do capital industrial no campo. No período de 1960 a 1980 (chegada da Aracruz Florestal em 1967), diminuíram significativamente tanto as lavouras permanentes de 10.054 para 1.452 ha quanto as temporárias, de 7.605 para 4.321 ha. As matas naturais tiveram uma queda vertiginosa de 49,5% para 7% e aumentaram as matas plantadas (eucalipto), de 0,1% para 40,5%. O inverso aconteceu com as pastagens, sua expansão ocorreu por conta da política federal de erradicação do café e/ou da transformação das matas em pastos, conforme **tabela 7** e **gráfico 10**.

Tabela 7: Uso da terra (área/há) – Aracruz – 1950 a 1980

| | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 |
|----------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Lavouras permanentes | 7.938 | 10.054 | 2.747 | 1.452 |
| Lavouras temporárias | 4.765 | 7.605 | 5.775 | 4.321 |
| Pastagem natural | 2.165 | 5.597 | 4.710 | 13.098 |
| Pastagem plantada | 4.792 | 12.499 | 22.171 | 26.319 |
| Matas naturais | 16.503 | 30.487 | 13.789 | 6.081 |
| Matas plantadas | 228 | 89 | 10.769 | 34.957 |
| TOTAL | 36.391 | 66.331 | 69.961 | 89.318 |

FONTE: IBEGE – Censo Agropecuário 1950, 1960, 1970 e 1980

Gráfico 10: Uso da terra (área/há) - Aracruz - 1950 a 1980.

FONTE: IBGE: Censo Agrícola do Espírito Santo, 1950, 1960, 1970, 1980.

A extinção dos pequenos proprietários rurais, a concentração de terra nas mãos da ARCEL comprometeu a produção de alimentos da região, acelerou o processo de urbanização do município de Aracruz, e sua economia subordinada às iniciativas da Aracruz Celulose.

Na década de 60, sua população manteve-se praticamente estagnada, com um crescimento de 0,51% ao ano, frente a 4,55% ao ano e em Vitória 3,01% ao ano. Isso se explica pela crise que se abateu sobre os municípios que vivem das atividades agrícolas, especialmente no setor cafeeiro. No entanto, a partir de 1970 rapidamente esse quadro se transforma, passando a apresentar taxas anuais de crescimento da população acima da média estadual e da média da população brasileira, e a partir de 1980 superou o crescimento populacional da capital do estado (**tabela 8**).

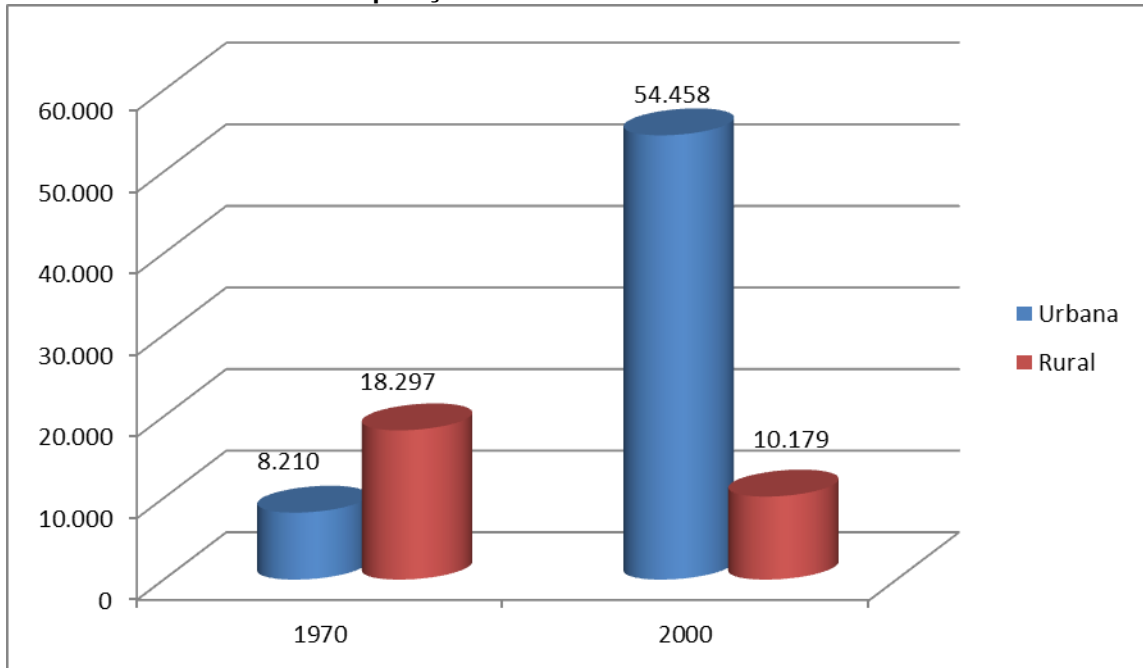
Tabela 8: Evolução da população – 1950/2007

| Discriminação | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 2007 |
|---------------------|--------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Aracruz | 16.624 | 25.193 | 26.507 | 35.791 | 52.433 | 64.637 | 73.358 |
| Vitória | 50.922 | 85.242 | 133.019 | 207.736 | 258.777 | 292.305 | 314.042 |
| Espírito Santo(mil) | 852 | 1.188 | 1.599 | 2.023 | 2.600 | 3.097 | 3.351 |
| Brasil (mil) | 51.944 | 70.070 | 93.139 | 118.562 | 149.094 | 171.279 | 189.335 |
| Aracruz/ES (%) | 2,0 | 2,1 | 1,7 | 1,8 | 2,0 | 2,1 | 2,2 |

FONTE: IBGE

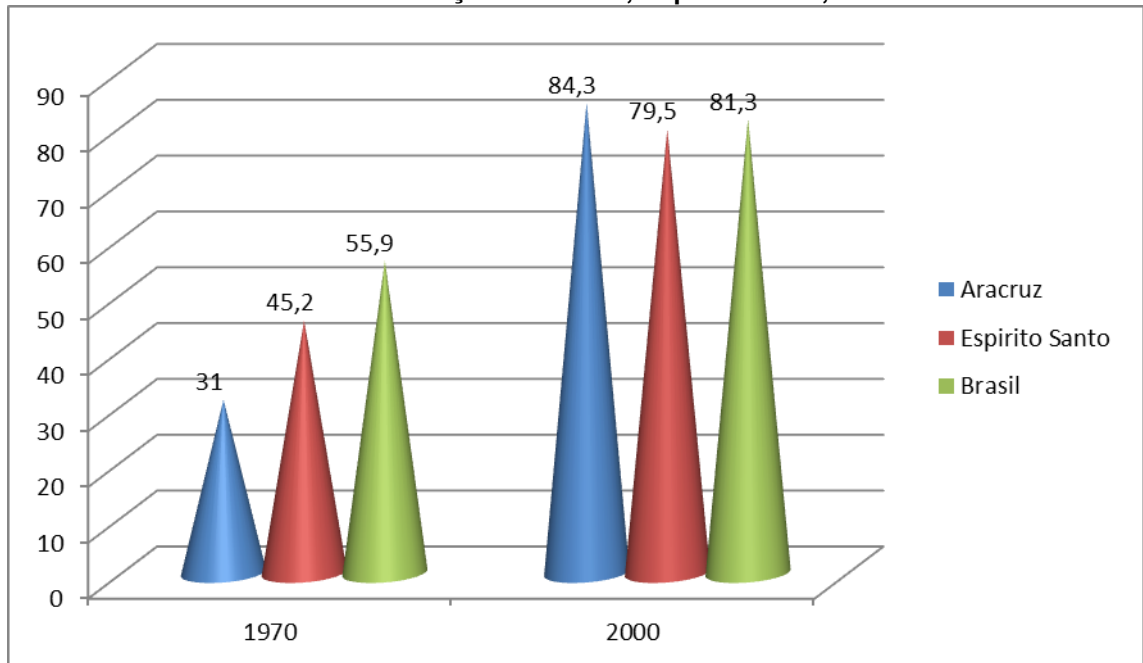
Essa população atraída para o município Aracruz ocupou basicamente o meio urbano, reordenando profundamente toda sua produção econômica. Em 1970, o município contava com 69% de sua população vivendo na zona rural e em apenas três décadas se alterou completamente. No ano de 2000, o município contava com 84,3% de sua população residindo na zona urbana. Assim, entre 1970 e 2000, sua população rural sofreu uma redução de 18,3 mil pessoas para 10,2 mil, enquanto a população cresceu de 8,2 mil pessoas para 54,4 mil, um crescimento equivalente a 6,6 vezes (**gráfico 11 e 12**). Em 2007, Aracruz contava com uma população de 73.358 pessoas (**tabela 8**).

Gráfico 11: População urbana e rural de Aracruz – 1970/2000



FONTE: IBGE

Gráfico 12: Taxa de Urbanização – Aracruz, Espírito Santo, Brasil – 1970/2000



FONTE: IBGE

Além dos impactos no campo, queremos analisar os impactos econômicos ao longo da história do município de Aracruz.

2.2.3.1.2 Impacto econômico no município de Aracruz

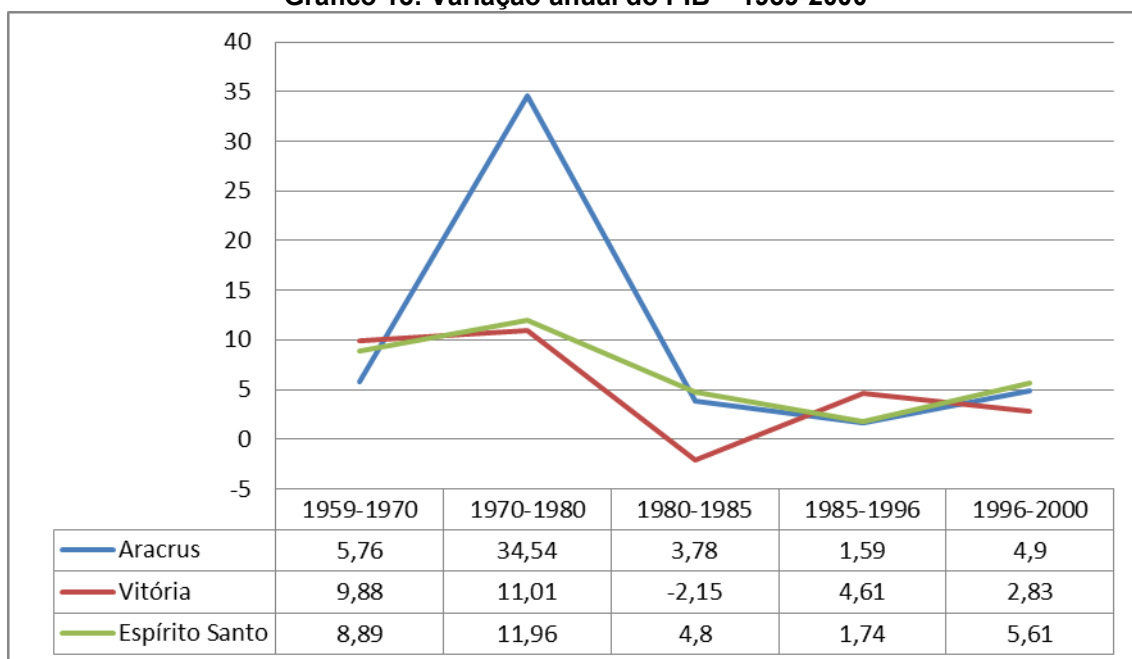
Na década de 60 a 70, a evolução da economia do município de Aracruz foi bem mais lenta que a economia do Espírito Santo, com um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 5,76% ao ano, enquanto que o Espírito Santo cresceu uma taxa de 8,83%. Com isso, a contribuição do PIB de Aracruz para com o Espírito Santo de 1,08 para 0,79% conforme **tabela 8**.

Entretanto, em apenas uma década, entre 1970 a 1980, o PIB de Aracruz cresceu equivalente a 34,54% ao ano, uma taxa impressionante se comparadas com a média estadual de 11,01% e Vitória que cresceu 11,96% ao ano. Com isso, a contribuição do PIB do município de Aracruz na economia do estado saltou para 4,97% em 1980, permanecendo nesse patamar até o ano de 2000 (**tabela 9 e gráfico 13**). Esta grande virada na economia do município foi totalmente influenciada pela atuação da empresa Aracruz Celulose e pelas sucessivas expansões do seu complexo industrial.

Tabela 9: Produto Interno Bruto – R\$ de 2000 (milhões) – 1950-2000

| | 1959 | 1970 | 1980 | 1985 | 1996 | 2000 |
|--------------------------|-------|-------|--------|--------|--------|--------|
| Aracruz | 15 | 28 | 560 | 674 | 802 | 971 |
| Vitória (capital) | 449 | 1.267 | 11.276 | 3.231 | 5.306 | 6.934 |
| Espírito Santo | 1.437 | 3.644 | 11.276 | 14.319 | 17.304 | 21.530 |

FONTE: IpeaData

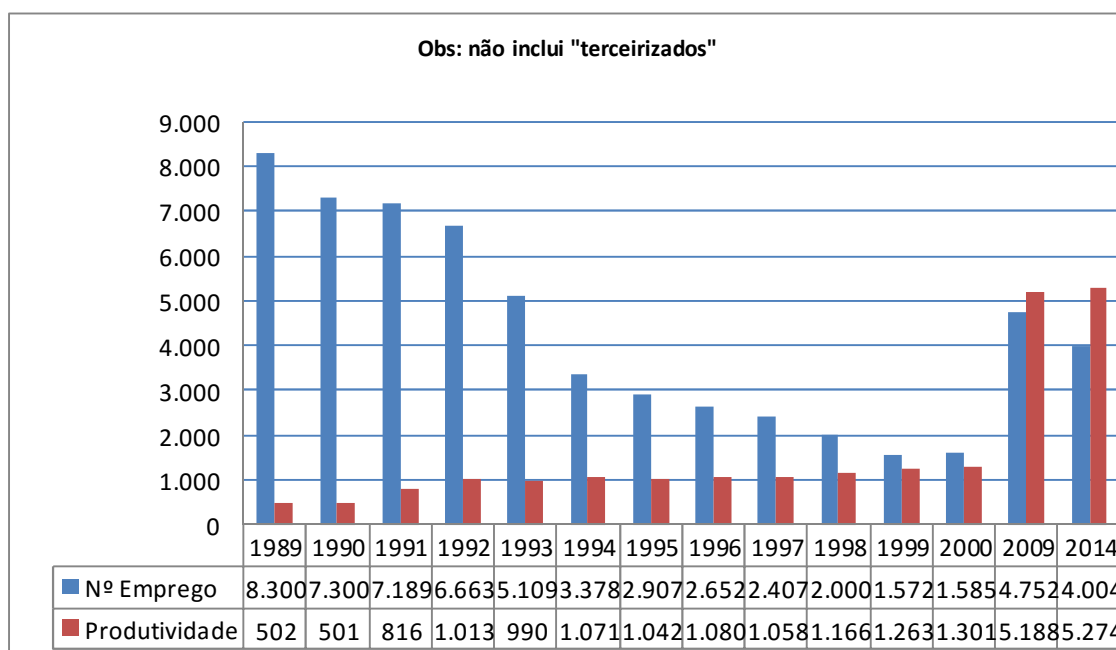
Gráfico 13: Variação anual do PIB – 1959-2000

FONTE: IpeaData

Entretanto, desde a inauguração da primeira fábrica em 1978, o processo produtivo mecanizado e sua modernização tem sido constante, como consequência, o aumento da produtividade e redução dos empregados. Em 1989, 8.300 trabalhadores produziam 502.000 toneladas de celulose ano, ou seja, cada trabalhador produzia 60.5 toneladas de celulose por ano. Alguns anos depois, no ano de 2000, 1.585 trabalhadores já estavam produzindo 1.301.000 toneladas de celulose, assim cada trabalhador produzia 820 toneladas de celulose. Com a inauguração da Fábrica C em 2002 e as fusões das empresas Aracruz Celulose, Votorantim, a Cenibra, a Bahia Sul e a Veracel no ano de 2009, permitiram uma produção de 5.188 milhões de toneladas de celulose ao ano com 4.752 trabalhadores. Assim, cada trabalhador produziu 1.091 toneladas de celulose ao ano. No último relatório da Fibria (2014), 4.004 trabalhadores produziram 5.274 milhões de toneladas de celulose ao ano, o que quer dizer que cada trabalhador produziu 1.317 toneladas de celulose ao ano (**gráfico 14**). Apesar das

impressionantes taxas do PIB, do aumento expressivo da produção de celulose e exportações, a política da empresa tem sido a redução do número de trabalhadores, principalmente no processo de fusão e a integração das grandes empresas. Foram realizados ajustes na estrutura, desligamento involuntário e terceirização de alguns serviços.

Gráfico 14: Produtividade de celulose versus número de empregos



FONTE: ARCEL 2000 - Fibria 2009, 2014.

Todo esse movimento capitalista afetou profundamente as populações indígenas do Espírito Santo, culminando com a perda de grande parte dos seus territórios, o desmatamento das florestas naturais, que resultaram no comprometimento da sobrevivência física e cultural.

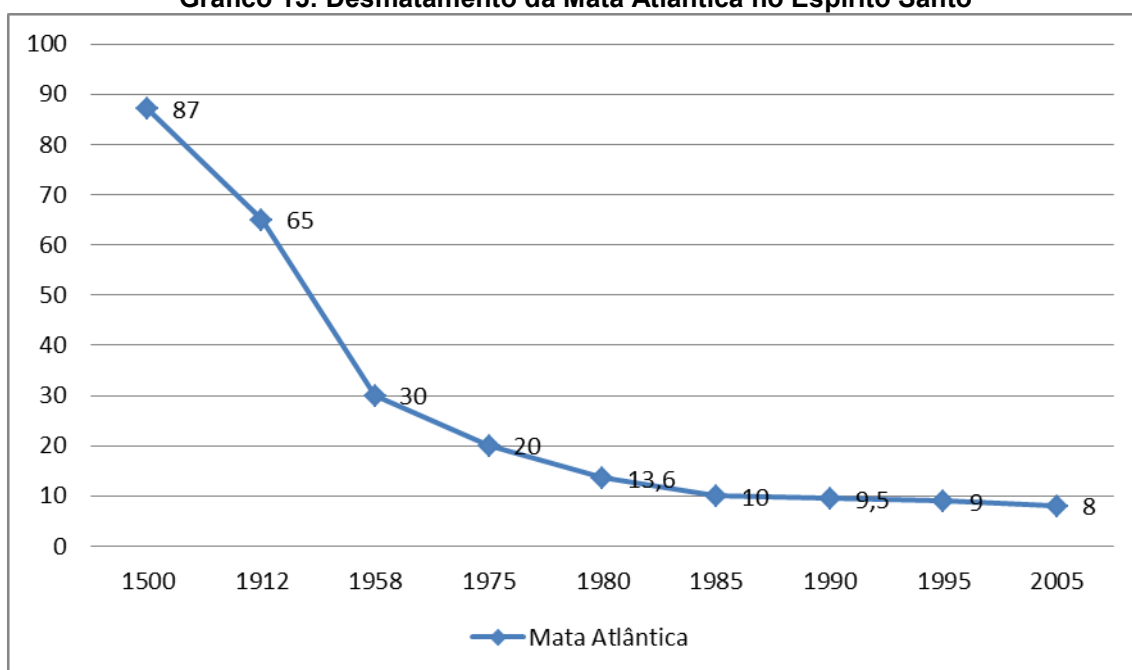
2.2.3.1.3 Expropriação das terras indígenas: resistência e reconquista.

No início do século XX, os Tupinikim mantiveram-se ainda aldeados nas áreas demarcadas em 1760. Habitavam a região que circunda o município de Santa Cruz (hoje município de Aracruz), onde a Mata Atlântica permitia-lhes viverem da pesca,

da caça, da coleta dos frutos e da agricultura de subsistência. Toda região do município de Santa Cruz próximo às aldeias Tupinikim era pouco povoada e com uma economia precária. As atividades econômicas se reduziam ao cultivo de cana, mandioca e café (COUTINHO, 2006). De acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 1940, a população do município de Santa Cruz (hoje Aracruz) era de 15.990, 45,7% dos quais em Riacho, 34,3% em Santa Cruz e 19,9% em Ribeirão da Linha.

Nesse período de aldeamento, os índios Tupinikim não se viram prejudicados diretamente nas áreas que habitavam. As grandes interferências na extensão de terras ocupadas pelos índios iriam começar a partir da década de quarenta do século passado, com a implantação da Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) e, posteriormente, da Aracruz Celulose, interferindo na vida e na cultura dos povos indígenas da localidade.

Em meados dos anos 50, o biólogo Augusto Ruschi esteve em Caieiras Velha, na margem esquerda do rio Piraque-Açú e defrontou com um grupo de 80 índios Tupi-Guarani, que viviam numa área de 30.000 hectares de florestas virgens, com cerca de 10 hectares de abertas (desmatado). Segundo Ruschi, aquela floresta pertencia à COFAVI (GRUPO TÉCNICO, 1995). No **gráfico 15**, fica evidente esse desmatamento entre os anos de 1912 a 1958, com perda de 35% da Mata Atlântica.

Gráfico 15: Desmatamento da Mata Atlântica no Espírito Santo

FONTE: ES-2025, 2008

Após a COFAVI ter encerrado suas atividades, os lenhadores e carvoeiros, que tinham se constituído posseiros, tiveram que vender suas posses para Aracruz Florestal e se mudar para Aracruz (sede) ou para Barra do Riacho.

Segundo Ciccarone (2004), na época da ditadura militar ocorria a apropriação de terras devolutas e griladas, com falsificação de documentos e ações violentas contra os índios. Em depoimento ao Grupo Técnico (Portaria 0783/94), os Tupinikim mais idosos, contam sobre a saída de índios de suas terras e a extinção das suas aldeias:

Tinha uma lavoura, quando apareceu a Aracruz Florestal comprando tudo. Não queria sair de lá, mas não pude ficar porque os vizinhos e parentes saíram todos, aí não tive jeito. Prá não ir longe, fui pra Pau Brasil, lugar antigo. A Aracruz dava um dinheirinho pra pessoa desocupar. Tinha um prazo pra achar casa, um mês, e aí queimavam a casa (Depoimento de Tupinikim)

Quando a empresa chegou saíram, não podia enfrentar, mandavam sair, até ameaçavam, um ia pra um canto, outro pra outro canto. A empresa tomou conta de tudo, eles davam algum dinheirinho, que pagar mesmo eles não pagavam. Os índios são bobos, não conheciam nada. O dinheiro não dava prá nada. Só não entraram em Pau Brasil porque os moradores achavam que era deles mesmo a terra. Aí ficaram cercados pelos eucaliptos (Depoimento de Tupinikim).

Entre 1970 e 1980 a Aracruz Florestal detinha uma área de 100 mil hectares de terras no Norte do Espírito Santo (GUIMARÃES, 1982). Em 1972 começou outro drama dos Tupinikim e Guarani, quando foram derrubadas as matas nativas para o reflorestamento de eucalipto em vastas áreas das antigas aldeias indígenas. Nesse pequeno período o Espírito Santo perdeu mais de 6,4% da Mata Atlântica. Assim, na proporção que ocorria a expansão do monocultivo de eucalipto o inverso acontecia com a Mata Atlântica (**gráfico 15**). Com a matéria prima estruturada, a empresa Aracruz Florestal foi substituída pela Aracruz Celulose S/A. Daí, ocorreram diversas ampliações da área de plantio de eucalipto e expansão da fábrica com apoio de empresários, governos Municipal, Estadual e Federal. Segundo Castro e Danowski (2014, p.39),

“(...) qualquer transformação que envolva a introdução em seus modos de vida de objetos ou técnicas industrial basta para justificar sua exclusão dessa posição adâmica privilegiada (...) com o fantasma do “índio de jeans”, que, portanto “não é mais índio” e que “não precisa de terra, mas de assistência do Estado”, é conjurado pelos latifundiários do agronegócio, com apoio sempre entusiasmado da grande mídia corporativa, ao mesmo tempo sócia interessada e cliente servil do Capital”.

Dessa forma, os índios passaram a viver de forma acuada dentro do seu próprio território e a sobrevivência da população indígena estava ameaçada por interesses econômicos.

Nesse processo, os índios resistiram aos movimentos do capitalismo e passaram a lutar pela demarcação da terra reivindicada. Pela primeira vez “[...] em 1967, dois índios Guarani e um Tupinikim foram a Brasília denunciar ao antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) a invasão de suas terras pela Aracruz Celulose [...]”, mas não obtiveram êxito (GUIMARÃES, 1982, p. 152).

Progressivamente, a partir da década de 1970, a discussão a respeito do território indígena no município de Aracruz começou a ganhar uma amplitude cada vez maior, levando a FUNAI a criar através da Portaria nº 567/79 em 10 de julho de 1979, um Grupo Técnico (GT) para avaliar a reivindicação dos índios. Após os estudos desse GT, a PORTARIA/FUNAI Nº 609 declarou como terras de ocupação dos índios Tupinikim e Guarani Mbyá as áreas denominadas: Caieiras Velha com 2.700 hectares, Pau-Brasil com 1.500 ha e Comboios com 2.300 ha, totalizando 6.700 hectares (ANEXO A – Memorial descritivo da área indígena e mapas).

A Aracruz Celulose contestou essa delimitação e a FUNAI recuou buscando um acordo. Diante desse impasse e do não cumprimento da Portaria nº 609/79, os índios por si mesmos iniciam no ano de 1983 uma demarcação das terras nos limites definidos pela portaria (**foto 4**). Essa movimentação indígena acabou por forçar o Governo Federal e a Aracruz Celulose a propor à FUNAI um estudo que pudesse servir de alternativa. Os entendimentos resultaram numa nova proposta que reduzia a área de 6.500 hectares proposta inicialmente (Portaria, 609/79) para 4.491 hectares, afinal demarcadas e homologadas em 1983 (ANEXO B – Certidão/GRPU/ASTEC/SPN/ES nº 001/2003).

Após a demarcação, foi reconstruída a aldeia Tupinikim de Irajá e a aldeia Guarani de Boa Esperança nas terras de Caieiras Velha. Dessa forma, as famílias que foram expulsas em 1967 puderam retornar e reconstruir as aldeias, como testemunhou uma mulher Tupinikim:

Aí eu vi Zé Sezenando (cacique Tupinikim) passar no radio mais o seu Bino, Fumaça e a comadre Santa. Ai o Zé falando que quem fosse filho do lugar, filho de Caieiras Velhas, que procurasse a aldeia, porque a FUNAI estava fazendo a procuração dos índios, dos filhos de Caieiras Velha. Eu falei: “Eu já tô indo embora. Ai, quando eu cheguei [...] eu fui lá pra casa de um tio meu e

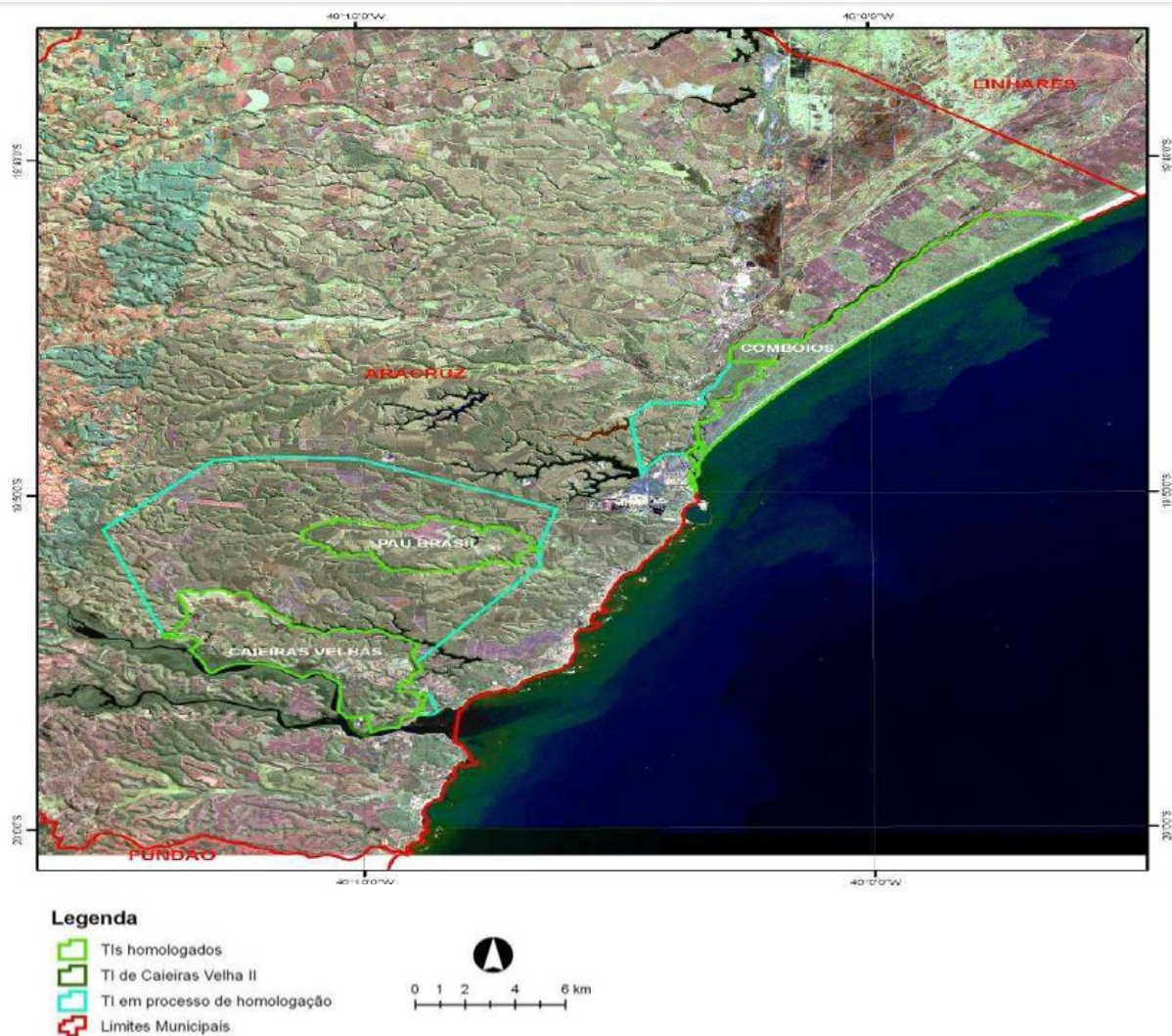
ai eu cheguei lá e a esposa dele não me conhecia mais. Ela perguntou: “Quem é você?” Eu falei: “Ah, minha filha, você não esta me conhecendo, não? Eu sou neta do velho Ivan, filha de D. Maria”. “Ah, e você?”, ela falou. “Eu sou eu mesmo”. Ai ela falou assim: “Seu marido veio pra cá?” Eu digo: “Eu vim passar as mare de caranguejo”, eu falei pra ela. Dai ela falou: “Ah, minha filha, veio você sozinha?” “Viemos em oito”, eu falei [...] Eu falei que tava procurando a casa do seu Bino [...] Ai eu cheguei e foi aquela maior alegria, menina. Ai eu fui procurar o Zé e ele falou: “Tem lugar para a senhora ficar, tem lugar” (BARCELLOS, 2007, entrevista 5).



Foto 4: Autodemarcação das terras indígenas em 1983.
FONTE: Acervo da Associação Indígena Tupinikim Guarani (AITG).

Em 12 de junho de 1993, os índios Tupinikim e Guarani encaminham um ofício ao Presidente da FUNAI, contando a história da presença indígena no município de Aracruz, descrevendo os problemas enfrentados ao longo dos séculos, para sobreviverem e para preservarem a cultura. A carta ainda revelava que se sentiam ameaçados por verem o seu povo crescer sem ter terra suficiente para exercerem sua indignidade dignamente. Por isso, reivindicavam a unificação das terras indígenas - Caieiras Velhas, Pau Brasil e Comboios, totalizando 13.274 hectares de terras. O presidente da FUNAI, na época o Senhor Dinarte Madeira, criou um Grupo Técnico pela Portaria nº 0783 de 30/08/94, para investigar a situação dos índios.

Depois de um longo trabalho de estudos antropológicos e fundiários realizados pelos pesquisadores do Grupo Técnico (GT), os índios e os pesquisadores chegaram a uma proposta de unificação das Terras Indígenas Caieiras Velhas e Pau Brasil com uma área de 14.270 hectares e ampliação da Terra indígena Comboios de 2.759 ha para 3.800 há (**mapa 9**). Os limites propostos incluíam os anteriormente demarcados e homologados (ANEXO C – Memorial descritivo de delimitação e mapas).



Mapa 9: Terras indígenas no Espírito Santo.
 FONTE: Maracci, 2008, p.180

A Aracruz Celulose contestou e o ex-ministro Íris Rezende, em 06 de março de 1998, demarcou apenas 2.571 dos 13.579 hectares identificados. Essa decisão gerou sério inconformismo da comunidade indígena, iniciando assim, a segunda autodemarcação das terras reivindicadas (**foto 5**).



Foto 5: Auto demarcação das terras indígenas em 1998.

FONTE: Acervo da Associação Indígena Tupinikim Guarani (AITG).

A Aracruz Celulose, com objetivo de neutralizar a tensão instalada e firmar um acordo (TAC), solicitou intervenção da FUNAI. Atendendo a empresa, a FUNAI acionou a Polícia Federal, que por sua vez isolou as aldeias proibindo a entrada e saída das mesmas, como relata um dos integrantes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI):

No sétimo dia do movimento de autodemarcação, quando a FUNAI não queria mais negociar com os índios, fui preso de manhã bem cedo, além de vários outros apoiadores dos índios, numa operação de dimensão nunca vista antes no Espírito Santo. A polícia prendeu o equipamento de topografia, enquanto lideranças do MST eram levadas para fora do território indígena por

um ônibus pertencente à empresa Aracruz, escoltado pela polícia. Sem apoio e com suas aldeias isoladas por barreiras da Polícia Federal, os caciques não tiveram outra alternativa a não ser aceitar a proposta do governo: ir para Brasília, num jatinho fretado pela Aracruz exclusivamente com esse objetivo, para sentar com a FUNAI e a Aracruz Celulose. A empresa queria fazer um acordo para impedir a demarcação integral do território indígena. Foram momentos difíceis, houve uma desmobilização geral do movimento porque alguns estavam presos, eu fui ameaçado de expulsão por ser de nacionalidade holandesa, e os caciques, incomunicáveis em Brasília. Ninguém sabia qual seria o desdobramento de toda aquela situação (BARCELLOS, 2008, p.262).

Estando em Brasília, as lideranças das aldeias Tupinikim e Guarani foram isolados, impedindo-os de fazer contato com suas comunidades e organismos apoiadores e pressionados pela FUNAI assinaram o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) sob a mediação do Ministério Público Federal. Esse acordo estabeleceu que, a ARCEL repassaria para as comunidades indígenas o equivalente a US\$ 10 milhões em parcelas semestrais no período de 20 anos, ou seja, até 2018. Todo recurso deveria ser aplicado no desenvolvimento de projetos de sustentabilidade econômica (INFORMAÇÃO CEP/ CJ nº 974/2006). Ficaram estabelecidas as seguintes obrigações para ambas às partes segundo o TAC de 1998:

| Para Comunidades indígenas | Para Aracruz Celulose |
|---|--|
| Construir uma Associação Comunitária Indígena até o dia 30 de abril de 1998; | Repassar às comunidades indígenas no ano de 1998, a quantia de R\$ 1.140.000,00 (um milhão e cento e quarenta mil reais); |
| A Diretoria da Associação, por intermédio de dois representantes de cada aldeia, deverá reunir-se no dia 11 de maio de 1998, juntamente com a FUNAI e o MPF, na sede da Procuradoria da República do Espírito Santo; | Adiantar até o dia 30/04/98, ou dois dias úteis após a data em que a Associação Indígena estiver constituídas, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para elaboração de pré-projeto de aplicação de verba, que serão depositados em conta corrente bancária titulada à Associação; |
| A Associação e a FUNAI comprometem-se a concluir o projeto e apresenta-lo à Empresa Aracruz até dia 29 de maio de 1998; | Liberar toda a quantia de R\$ 1.090.000,00 (um milhão e noventa mil reais), no máximo em 10 dias úteis, a partir da data da entrega do projeto aprovado pela FUNAI e Ministério Público Federal; |
| Assegurar à Aracruz Celulose o direito de passagem pelas estradas já | Liberar R\$ 10.260.000,00 (dez milhões duzentos e sessenta mil reais) nos |

| | |
|--|--|
| <p>existentes nas áreas cobertas pelas portarias acima referidas, para a realização de operações florestais em áreas vizinhas, bem como para o transporte de madeira;</p> | <p>dezenove anos seguintes, em parcelas iguais, cada uma delas no valor de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), em duas parcelas semestrais de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) no décimo dia útil de janeiro e julho;</p> |
| <p>As comunidades indígenas reconhecem como legítimas as Portarias nº 193 e 195, do Ministério da Justiça, publicadas no Diário Oficial da União de 09/03/98, para fins de demarcação</p> | <p>Prestar apoio e desenvolver o fomento através da exploração de eucalipto, a ser feita por indígenas dentro de suas terras;</p> |
| | <p>Participar dos projetos do Núcleo Interinstitucional de Saúde Indígena (NISI-ES) aportando recursos no valor mínimo de R\$ 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais);</p> |
| | <p>Pagar água e energia elétrica consumida pela comunidade Tupinikim-Guarani, diretamente às companhias concessionárias de tais serviços até o total de 193.800,00 (cento e noventa e três mil e oitocentos reais);</p> |
| | <p>Estudar, no prazo de dois anos, a viabilidade física e econômica para implantação de projeto de abastecimento de água para as comunidades indígenas, devendo implantá-lo caso seja menos dispendioso que o montante pago.</p> |

Ficou, também, estabelecido no Termo de Ajustamento de Conduta (1998), que o Projeto de Aplicação da Verba preveria a aplicação preferencialmente em necessidades coletivas da comunidade, como no atendimento às necessidades de cada família, devendo ainda ser aplicados em subprojeto de assistência social às comunidades para atender às necessidades básicas, como alimentação, vestuário e habitação ou em projetos que assegurem, no mínimo, a subsistência de todos os programas das comunidades.

Para a comunidade de Comboios, foi realizado um novo acordo (TAC, 1998) no dia de 30 de junho. Nela, a Aracruz Celulose se comprometeu repassar R\$ 1.653,000, divididos em 38 parcelas de R\$ 43.500,00 e já no ano de 1998 deveria repassar o valor de R\$ 288.000,00.

Para o Presidente da Aracruz Celulose, Carlos Augusto Lira de Aguiar “[...] o acordo foi a forma racional e madura encontrada pelas partes para solucionar a disputa [...] vai possibilitar às comunidades indígenas atingir o nível desejável de desenvolvimento sustentável por elas almejado” (Carta da ARCEL, 1998). O que não fica claro nesses acordos é a garantia de desenvolvimento. Não basta empregar esse dinheiro em projetos de interesse dos índios. Muitas vezes, esses interesses podem carecer de visão a médio e longo prazo. Em longo prazo, ao final do cumprimento do acordo, em 2018, os índios terão mantido o patamar de desenvolvimento autossustentável que lhes proporcionou a melhoria da qualidade de vida, se voltarão a ficar dependentes das organizações indigenistas e não-governamentais, se farão um retorno à natureza na economia da caça-pesca-coleta de seus antepassados, ou se voltarão às suas atuais miseráveis economias de subsistência e desemprego.

Em 13 de maio de 1999, o Jornal a Gazeta trazia estampada a manchete – “Aracruz (Celulose) faz acordo comercial com índios”, dizendo que a empresa vai comprar toda a produção de eucaliptos plantados em terras indígenas o que renderá àquela comunidade R\$ 5.000.000 (cinco milhões). Segundo a reportagem, a Aracruz Celulose assinou dois contratos de madeira de eucalipto com a Associação Indígena Tupinikim Guarani (AITG) de Aracruz, formada como exigência do Acordo. Dentro de

dois anos, os índios deverão fazer o corte de 250 mil eucaliptos e, dentro de quatro anos, receberiam R\$ 4.000.000 (quatro milhões de reais). Alegando que, além de renda obtida os índios ainda evitariam a destruição das florestas nativas ainda existentes. Assim, a Aracruz Celulose conseguiu manter as terras devolvidas dentro da “floresta dos dólares”.

Através do TAC a empresa exerceu o controle sobre os índios:

[...] os recursos financeiros eram controlados pela empresa e repassados aos índios mediante a apresentação de projetos econômicos aprovados pela FUNAI. Para prestar assistência às comunidades indígenas a Aracruz assinou convênio com o Instituto Capixaba de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), o qual deu continuidade ao modelo convencional de agricultura voltado para o mercado externo, introduzido nas aldeias em 1996 com recursos da Aracruz. Ao mesmo tempo, a empresa devolveu os 2.571 há com as plantações de eucaliptos. Após os primeiros cortes e venda para a própria empresa, os Tupiniquim e Guarani se tornaram os maiores fornecedores particulares de eucalipto da empresa (OVERBEEK, 2005)

O descaso das políticas públicas, os índios que tanto protestaram contra a presença invasora da Aracruz Celulose, de suas terras e de suas culturas, e após saírem vitoriosos da última demarcação das terras conquistadas da empresa, que aumentou o território das aldeias em mais de 2.571 há, perfazendo um total de 7.051 hectares, agora se rendiam a um acordo comercial, mediante o qual aceitaram que a empresa plantasse eucaliptos em terras indígenas e lhe pagasse cotas ocasionais pelo corte dessas árvores. Dessa forma, os índios eram incorporados na lógica do capital.

O acordo (TAC) com a empresa promoveu o afastamento de muitos apoiadores (ONGs) da luta indígena e gerou muita confusão nas comunidades Tupiniquim e Guarani, conforme relata um indígena:

[...] Depois do acordo, em 1998, então, era aquela briga. Um dizia que um ganhava mais do que o outro; outro já dizia que o cacique roubava; outro já dizia que era os que trabalhava na frente, na Associação... houve roubo, né? Tavam reclamando. Daí, realmente, começou a briga como aquele homem da Aracruz tinha falado. Mas, antes dela entrar, as coisas eram mais fáceis [...] (BARCELLOS, 2007. Entrevista 3b).

Nas palavras de Sizenando (cacique Tupinikim em 1998), a aldeia não é ainda autossuficiente em sua produção agrícola e pecuária. A autossustentação prometida pela Aracruz Celulose ainda não se concretizou. O dinheiro do acordo mal dá para cuidar do que está plantado. Segundo Sizenando, as 188 famílias da aldeia de Caieiras Velhas tem plantados 95 mil pés de café e 3.000 pés de coco. O dinheiro do Projeto Agropecuário, cerca de R\$ 371.000,00, é dividido por 6 aldeias, ficando para cada uma R\$ 61.833,00, para ser usado em projetinhos de pomar, horta, plantações e outros.

Entre os outros projetos estão o dos caranguejos e o carvão. A coleta ou cata dos caranguejos traz renda para alguns marisqueiros da aldeia e também alimentam os moradores. Entretanto, os brancos não respeitam as regras da época da desova e prejudicam os índios, coletando indiscriminadamente as fêmeas e machos (os tupinikim só colhem os machos). O Rio Piraqueaçu vem sendo despovoado de peixes por pescadores que usam redes de arrastão e pegam grandes quantidades, enquanto os índios só usam a vara de pindaíba e não pegam peixes pequenos. Os índios também fazem e vendem carvão, feito com pedaços do eucalipto das terras que pegaram de volta, enquanto vendem esse eucalipto para a Aracruz Celulose, aproveitando a rebrota para usarem a madeira no futuro.

No momento os índios sentiram-se prejudicados. Assim, fizeram um diagnóstico dos problemas de suas cinco aldeias e enviaram à Aracruz Celulose, à FUNAI e Prefeitura de Aracruz, mostrando que o dinheiro não satisfazia as necessidades.

| PROBLEMA | ALDEIA |
|---|--|
| História | |
| - Jovens desconhecem história da comunidade | Caieiras Velhas, Pau-Brasil e Irajá (tupiniquim) |
| Produção | |
| -Falta motorista de trator para arar a terra; -Participação dos estudantes índios das escolas agrícolas; -Aceitação de suas opiniões pelos que não estudam | - Caieiras Velhas |
| Infraestrutura | |
| -Ter mais um telefone - Falta uma cabana para artesanato | - Pau-Brasil - Irajá |
| Educação/Cultura | |
| -Perda da cultura e da identidade -Faltam festas comemorativas na comunidade -Ter outras formas de lazer | - Pau-Brasil - Irajá - Caieiras Velhas, Pau-Brasil e Irajá |
| Meio Ambiente | |
| -Ter uma política para o Meio Ambiente -Trabalhar em harmonia com o Meio Ambiente (agrotóxico) | - Pau-Brasil - Irajá |
| Saúde/Saneamento | |
| -Falta de acompanhamento para pacientes -Falta de atenção para a medicina alternativa -Consumo de bebida alcoólica -Informações sobre lixo tóxico (pilhas, baterias, etc) -Armazenamento de venenos com outros produtos -Fazer horta de plantas medicinais | - Pau-Brasil - Pau-Brasil - Irajá - Irajá - Irajá - Irajá |
| Produção/Comercialização | |
| -Definir o uso da terra (se fomento ou subsistência) -Produzir mais para o consumo -Alimentação insuficiente na escola | - Pau-Brasil - Pau-Brasil - Pau-Brasil |
| Eucalipto | |

| | |
|---|--|
| -Maior debate sobre o futuro da terra com ou sem eucalipto | - Pau-Brasil |
| Organização da comunidade | |
| -Pouca participação dos jovens -Maior apoio para grupos das mulheres -Maior participação da comunidade na colheita do café | - Pau-Brasil - Pau-Brasil - Irajá |
| Produção | |
| -Diminuiu repasse da venda de eucalipto -Mudar o sistema de gotejamento para microjet -Bombas de irrigação não funcionam bem -Compra de insumos -Pouco retorno das roças após 3 anos de Acordo (TAC) -Trabalho para todos -Falta autossustentação -Mais assistência técnica -Diversificar roças e culturas -Recuperar as sementes tradicionais -Beneficiamento do café -Beneficiamento do eucalipto -Recuperar a semente do milho tradicional -Combater pragas nas roças -Comercialização dos produtos -Plantar outro tipo de madeira -Fazer criatório de peixes, abelhas, porco, capivara -Fazer pomar de árvores frutíferas -Fortalecer economia de subsistência para evitar supermercado -Geração de trabalho e renda (artesanato, corte e costura e outros) -Priorizar adubação orgânica para evitar doenças com agrotóxicos -Plantio de arroz e milho Guarani | - Caieiras Velha - Caieiras Velha - Caieiras Velha - Caieiras Velha - Caieiras Velha, Boa Esperança - Caieiras Velha - Caieiras Velha - Caieiras Velha - Caieiras Velha - Caieira Velha, Pau-Brasil, Irajá, Boa Esperança - Caieiras Velha - Caieiras Velha - Caieiras Velha - Pau-Brasil - Pau-Brasil - Pau-Brasil - Boa Esperança - Boa Esperança (guarani) - Boa Esperança - Boa Esperança - Boa Esperança - Boa Esperança - Boa Esperança - Boa Esperança - Três Palmeiras (guarani) |
| Infraestruturas | |
| -Falta máquina de solda e pessoa treinada da comunidade -Construir um forno (farinha) -Falta um mecânico e um tratorista na aldeia -Fazer um parque e uma praça na aldeia -Fazer manutenção dos 2 campos de futebol | - Pau-Brasil - Pau-Brasil - Pau-Brasil, Irajá - Irajá - Irajá |

| | |
|--|---|
| Estradas | |
| -Manutenção pela prefeitura e asfaltamento da principal -Fazer calçamento e asfaltamento da estrada | - Caieiras Velhas - Irajá |
| Situação da terra | |
| -Revisão de Acordo com a Aracruz Celulose -Unificação das terras indígenas | - Caieiras Velhas, Pau-Brasil, Irajá, Boa Esperança, Três Palmeiras |
| Saúde | |
| -Construir posto de saúde -Transporte de doentes para o hospital à noite -Finais de semana e feriados -Insuficiência de médicos -Poucos serviços disponíveis -Melhorar serviços -Alcoolismo em muitas famílias -Atividades para controlar alcoolismo entre jovens -Atendimento hospitalar deficitário -Mais recursos para medicamentos -Mais consultas/exames -Atendimento da FUNASA insuficiente -Fazer poço artesiano -Substituir telha de Eternit por telha de barro -Apoio aos pajés – medicina alternativa -Apoio à OPY, cachimbadas e pajelança -Fazer uma farmácia de remédios com plantas medicinais -Capacitar pessoas da comunidade na medicina tradicional com viagens e cursos pagos pela FUNASA -Visita a outras aldeias para recolher conhecimentos medicinais -FUNASA – trazer pajés para resgatar medicina tradicional -Realizar assembleia para fortalecer a OPY e a medicina tradicional -Fortalecer o grupo das mulheres no trabalho da saúde -Explicar à comunidade o que é a FUNASA | - Irajá - Caieiras Velhas - Caieiras Velhas - Caieiras Velhas - Caieiras Velhas - Caieiras Velhas - Caieiras Velhas - Caieiras Velhas - Caieiras Velhas - Caieiras Velhas, Pau-Brasil - Caieiras Velhas - Irajá - Boa Esperança - Boa Esperança - Boa Esperança - Boa Esperança - Boa Esperança - Boa Esperança, Três Palmeiras - Três Palmeiras - Três Palmeiras - Boa Esperança - Boa Esperança - Boa Esperança |
| Educação/Cultura | |
| -Falta espaço recreativo -Biblioteca -Centro cultural -Horta | - Caieiras Velhas - Caieiras Velhas - Caieiras Velhas - Caieiras Velhas |

| | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> -Espaço físico para outras atividades educativas -Falta de reconhecimento público do documento da FUNAI -Construção de nova escola com área recreativa -Construção de creche -Falta de professores indígenas e 5ª a 8ª série na aldeia -Resgatar a língua tupi | <ul style="list-style-type: none"> - Caieiras Velhas - Pau-Brasil - Pau-Brasil, Irajá - Irajá - Pau-Brasil, Irajá - Pau-Brasil |
| Energia | |
| -Isenção da conta de luz | - Caieiras Velhas |
| Lazer/Cultura/Turismo | |
| <ul style="list-style-type: none"> -Pouco espaço para crianças brincarem -Retomar o campeonato indígena de futebol -Mudar o local da festa do índio -Construção de casa da cultura Guarani – artesanato e história -Organizar visita de turistas e cobrar taxa para conhecer aldeias | <ul style="list-style-type: none"> - Caieiras Velhas - Irajá - Irajá - Três Palmeiras - Três Palmeiras |
| Saneamento | |
| <ul style="list-style-type: none"> -Investir na rede de esgoto -Isenção de pagamento de água -Coleta de lixo pela Prefeitura é insuficiente -Querem sacos plásticos para a coleta do lixo -Armazenamento de lixo de posto de saúde -Pagamento da conta d'água -Falta água para o consumo da comunidade -A lixeira de Irajá II pode contaminar as águas -Poço arte artesiano para não pagar água -Saneamento básico da aldeia -Construção de banheiros com vaso e chuveiros | <ul style="list-style-type: none"> - Caieiras Velhas, Pau-Brasil - Caieiras Velhas - Caieiras Velhas, Boa Esperança - Boa Esperança - Caieiras Velhas - Irajá - Irajá - Irajá - Boa Esperança - Boa Esperança - Boa Esperança |
| Meio Ambiente | |
| <ul style="list-style-type: none"> -Pouco peixe no rio -Morte de marisco do mangue nos últimos 5 anos -Falta caça -Falta uma política para o Meio Ambiente -Falta liberdade para caça nas matas e pescar nos rios -Plantar árvores frutíferas nas bordas da mata | <ul style="list-style-type: none"> - Caieiras Velhas - Caieiras Velhas - Caieiras Velhas - Pau-Brasil - Pau-Brasil - Três Palmeiras |
| Relações Externas | |
| -Relações com a Prefeitura | - Pau-Brasil |
| Segurança e Transporte | |

| | |
|--|--------------------|
| -Houve caso de roubo na aldeia -A passagem de ônibus é muito caro | - Irajá - Irajá |
|--|--------------------|

Diante desta lista de reivindicação é possível ver que os índios de Aracruz estão bem conscientes de seus problemas, apontando variadas soluções para os mesmos. No entanto, o encaminhamento dessas soluções carece de um melhor dimensionamento, considerando que colocaram nas mãos de parceiros, problemas que eles mesmos poderiam resolver e/ou pensam resolver outros que dependem da ajuda de parceiros externos. Qualquer que seja o caminho apontado, a solução de seus problemas depende de recursos financeiros e técnicos da sociedade circundante. Entre todos os problemas mais presentes nas comunidades indígenas e cujas propostas de soluções foram unânimes, estão: a revisão do Acordo (TAC) com a Aracruz Celulose e a necessidade de unificação das terras indígenas numa única área. Outro problema muito importante foi a questão do caráter que deveriam imprimir à sua economia, se de subsistência ou voltada para a exportação do excedente para as comunidades brancas vizinhas. De qualquer modo, os índios propuseram uma diversificação das roças e culturas agrícolas, bem como a instalação de criatórios de um número variado de animais domésticos e selvagens, como forma de garantirem sua alimentação. Duas outras necessidades gerais identificados foram o resgate da história das comunidades indígenas e a diversificação do lazer, seja como forma de sustentação de sua identidade étnica, ou como ação preventiva do alcoolismo, principalmente entre os jovens. Por fim, uma sólida vontade política, por parte dos governantes federais, estaduais ou municipais, ou mesmo das elites empresariais, permitiria o resgate da dívida histórica da sociedade com os povos indígenas.

Na inauguração da “fábrica C” da Aracruz Celulose, em 02 de agosto de 2002, os índios do município de Aracruz juntamente com vários grupos, entre eles os pescadores, produtores rurais, ambientalistas, entidades não governamentais, entidades religiosas e Movimento dos Sem Terra, protestaram contra a presença da Aracruz Celulose. O cacique Toninho (Guarani), reclamando da insatisfatória negociação do Acordo de 1998, disse que o acréscimo de R\$ 400.000,00 no repasse anual do dinheiro que a empresa faz pelo uso de suas terras, que era de R\$ 800.000,00, totalizando agora, R\$ 1.200.000,00, era insuficiente para as principais necessidades de revitalização da economia das aldeias. Também declarou que a reivindicação dos índios era de um adicional de R\$ 500.000,00, e enfatizou que “a comunidade vai crescendo e o dinheiro vai diminuindo” (JORNAL DO BRASIL, 03/08/2002).

Tentando justificar o Acordo (TAC) e lançar descrédito sobre as reclamações dos protestantes, o diretor Institucional e de Meio Ambiente da Aracruz Celulose, Carlos Alberto Roxo declarou que considera o assunto encerrado, e quem falar após o Acordo, “estará falando em nome próprio e não da comunidade indígena” e lembrou que a empresa financiará 35 bolsas de estudo para os índios que queiram cursar faculdades e finalizou dizendo que, quanto às terras reivindicadas por Fábio Martins Villas, coordenador do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), já foi acertado entre a empresa, o Ministério da Justiça e os próprios índios (JORNAL DO BRASIL, 11/08/2002). Entretanto, o presidente da Associação Indígena Tupinikim Guarani (AITG), Evaldo Santana Almeida, reconheceu que o novo acordo “não fez a vontade de toda a comunidade” indígena e que á quatro anos vinha lutando por sua revisão.

Em setembro de 2002, os índios Tupinikim e Guarani conseguiram acrescentar um termo aditivo no TAC de 1998, a recuperação total dos rios Sahy e Guaxindiba até o limite de R\$ 120.000,00, que segundo o Relatório da Associação dos Geógrafos do Brasil – ES esta obra custaria R\$ 6 milhões de reais. A empresa não cumpriu o acordo, sendo este mais um motivo para romper o Acordo.

Após sete anos da assinatura do TAC, as comunidades Tupinikim e Guarani perceberam que o acordo, prejudicou sua organização, sua economia, gerou dependência econômica, divisão entre as aldeias e o enfraquecimento da sua cultura.

Assim, no dia 19 de fevereiro de 2005, os caciques realizaram uma Assembleia Geral das aldeias Tupinikim e Guarani e decidiram pelo rompimento do TAC e reivindicaram o reconhecimento e demarcação das terras conforme estudos realizados pelo Grupo Técnico em 1994, pelo fato de os projetos demonstrarem inadequado à realidade sócio-cultural indígena e do fracasso da autosustentação. Desta forma, os índios realizaram várias ações, pressionando o Governo Federal realizar a demarcação integral de suas terras.

Em 12 de maio de 2005, os índios denunciaram o acordo e iniciaram a retomada das terras e sua autodemarcação. Assim, os índios Tupinikim e Guarani ocuparam as áreas com plantação de eucalipto, fecharam a rodovia ES-10 entre a empresa Aracruz Celulose e o centro do município de Aracruz; cortaram eucalipto para reconstruir duas aldeias destruídas em 1960: Olho d'água e Córrego do Ouro (**fotos 6, 7 e 8**). No dia 06 de outubro do corrente ano, ocuparam a fábrica Aracruz

Celulose, onde existia a antiga aldeia dos Macacos. Só desocuparam depois de 32 horas com a presença do presidente da FUNAI, Mércio Gomes. No entanto, a Comissão de Caciques publicou uma nota explicativa:

Aracruz Celulose ocupada! Ocupamos o complexo de três fábricas da Aracruz Celulose no município de Aracruz, para manifestar publicamente sobre a retomada das nossas terras [...]. Há mais de 35 anos que as nossas terras estão invadidas por esta multinacional. As suas fábricas, hoje por nós ocupadas, estão construídas sobre a nossa antiga aldeia Macacos. Responsabilizamos a Aracruz Celulose pelos principais problemas que vivemos durante todos estes anos. Ela é responsável pela destruição dos rios, das matas, da terra e a quase destruição da nossa cultura e do nosso modo de vida. Nosso movimento é para protestar e comunicar ao Governo Federal que não aceitamos as interferências e as imposições da Aracruz Celulose no processo de regularização das nossas terras; para cobrar do sr. Ministro da Justiça urgência na expedição da portaria demarcatória das nossas terras; e para exigir a vinda do presidente da FUNAI para definir conosco os prazos e o cronograma de retirada da empresa de nossa área e os prazos para a regularização definitiva de nossas terras. Nossa terra, nossa liberdade! (COMISSÃO DE CACIQUES, 2005).



Foto 6: Auto demarcação – 2005.
FONTE: Acervo da AITG.



Foto 7: Índios fecharam a rodovia ES-10
FONTE: Acervo da AITG



Foto 8: Eucalipto para reconstruir aldeia - 2005.
FONTE: Acervo da AITG.

Mas no dia 20 de janeiro de 2006, a Polícia Federal cumpre um mandato de reintegração de posse em favor da empresa. A Polícia Federal usou tratores da empresa para destruir as casas e plantações das aldeias Olho d'Água e Córrego do Ouro; sobrevoou a área para intimidar os índios; os índios foram feridos com cassetetes e balas de borrachas e algumas lideranças foram presas (fotos 9, 10, 11, 12).



Foto 9: Policia Federal sobrevoando - 2005.
FONTE: Acervo da AITG.



Foto 10: Destruindo aldeia construída - 2005.
FONTE: Acervo da AITG.



Foto 11: Feridos com bala de borracha - 2005.
FONTE: Acervo da AITG.



Foto 12: Ferido com cassetete - 2005.
FONTE: Acervo da AITG.

Percebendo a estagnação do processo de demarcação do seu território por parte do Ministério da Justiça, os índios deram continuidade com suas ações, queimando muitos hectares de eucalipto plantados nas terras reivindicadas. A empresa Aracruz Celulose reagiu utilizando-se da imprensa, do seu site, de outdoors e impressão de uma cartilha, para difamar, caluniar, mentir, discriminar e com discursos racistas contra os Tupinikim e Guarani. Vale ressaltar a análise de Boaventura em relação aos conceitos que permanecem até os nossos dias, como o do “selvagem” que é tratado com inferioridade.

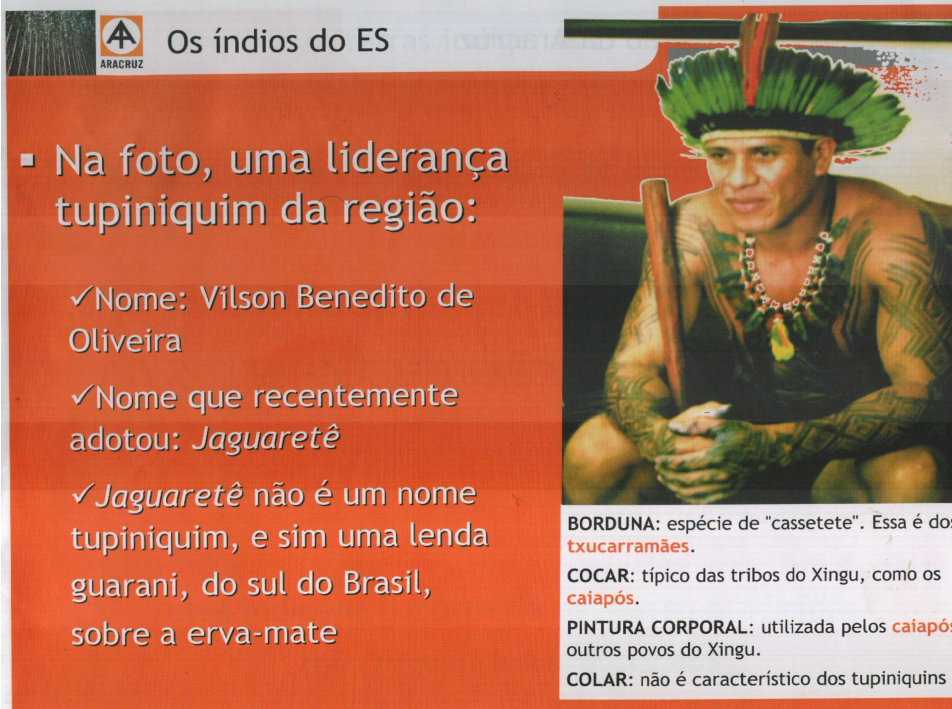
"A produção da inferioridade é [...] crucial para sustentar a descoberta imperial. Para isso, é necessário recorrer a múltiplas estratégias de inferiorização. Neste domínio pode dizer-se que não tem faltado imaginação ao Ocidente. Entre tais estratégias podemos mencionar a guerra, a escravatura, o genocídio, o racismo, a desqualificação, a transformação do outro em objecto ou recurso natural e uma vasta sucessão de mecanismos de imposição econômica (tributação, colonialismo, neocolonialismo, e, por último, globalização neoliberal), de imposição política (cruzadas, império, estado colonial, ditadura e, por último, democracia) e de imposição cultural (epistemicídio, missionação, assimilacionismo e, por último, indústrias culturais e cultura de massas)." (SOUZA SANTOS, 1999, s/n)

Neste sentido, a empresa publicou uma cartilha com o tema “A Aracruz e a questão indígena no ES”, sendo divulgada no site da empresa e distribuída no comércio, nas empresas e nas escolas públicas do município de Aracruz, acompanhado de palestras. O objetivo era contestar o laudo da FUNAI e provar que, nesta região nunca foi povoado por índios. Vejamos parte do seu conteúdo:

Como seria possível alguém ter tirado ou expulso os índios tupiniquins de suas terras se os registros históricos indicam que eles nunca habitaram aquela área? As fotos apresentadas a seguir foram tiradas pelo Instituto Brasileiro do Café em 1957, 10 anos antes de a Aracruz iniciar a aquisição das terras agora pleiteadas pela Funai. Elas reforçam ainda mais o fato de que não havia tribos ou comunidades indígenas na região.

Além de questionar os direitos dos indígenas à sua terra, fizeram afirmações discriminatórias, como: tem casa de alvenaria com cerca e antena parabólica, com

ar condicionado, tem motocicleta, tem carro e nome de Oliveira. Desta forma, a empresa deslegitima a existência de uma identidade. Para tanto, usa imagem de uma liderança Tupinikim (**foto 13**) para questionar sua indianidade e descaracterizar sua cultura, com o propósito de confundir a população do Espírito Santo, se os tupinikim habitavam ou não na área pleiteada.



Os índios do ES

▪ Na foto, uma liderança tupiniquim da região:

- ✓ Nome: Vilson Benedito de Oliveira
- ✓ Nome que recentemente adotou: *Jaguaretê*
- ✓ *Jaguaretê* não é um nome tupiniquim, e sim uma lenda guarani, do sul do Brasil, sobre a erva-mate

BORDUNA: espécie de "cassetete". Essa é dos **txucarramães**.

COCAR: típico das tribos do Xingu, como os **caiapós**.

PINTURA CORPORAL: utilizada pelos **caiapós** outros povos do Xingu.

COLAR: não é característico dos tupiniquins

Foto 13: Descaracterização da cultura indígena.
 FONTE: ARCEL, junho de 2006,

O procurado André Pimentel Filho, (Ministério Público Federal), determinou no final do ano de 2006 a retirada das cartilhas distribuídas em Aracruz e região, por que desqualifica a cultura indígena.

Ao mesmo tempo, com o apoio de várias empresas terceirizadas, empreenderam uma campanha publicitária, utilizando-se dos outdoors espalhados no município de Aracruz com dizeres: "Aracruz trouxe o progresso, a FUNAI, os índios" (**foto 14**), com o discurso de que nestas terras nunca existiu índio, não reconhecia a

identidade étnica e questionando os direitos dos índios à terra. Também, mobilizaram a classe empresarial, através da ONG Espírito Santo em Ação, da qual fazem parte a Aracruz Celulose, a Vale do Rido Doce, Arcelor Mittal, Rede Gazeta de Comunicação, a TV Capixaba e outras, para reforçar seus interesses e promover a campanha difamatória contra as comunidades Tuinikim e Guarani. A empresa Celulose colocou em xeque sua permanência no município e conseqüentemente os empregos diretos e terceirizados estariam ameaçados. Dessa forma, os trabalhadores tornaram-se aliados da Aracruz Celulose contra os índios, organizando manifestações no município de Aracruz com mais de 2 mil trabalhadores e em Vitória com aproximadamente 5 mil trabalhadores.



Foto 14: Divulgado pelas empresas terceirizadas – 2006.
FONTE: Acervo pessoal.

O resultado de toda esta campanha difamatória foi tão devastador que, provocou constrangimento aos índios, de forma especial dos estudantes indígenas nas escolas do município. Já em 1980 os estudantes índios tupinikim foram discriminados, sendo colocados para estudar num barracão, enquanto os filhos dos brancos desfrutavam do confortável grupo escolar e ainda frequentavam com

exclusividade, a creche e o posto de saúde. Em reação os tupinikim ocuparam a escola e a creche, e assim justificou o cacique José Sizenando: “Hoje nós vamos ter aula no grupo. Os nossos filhos vão deixar de estudar num chiqueiro e os filhos dos brancos em prédio bom” (Jornal do Brasil, 12/04/1980).

Fica evidente que a campanha reforçou os preconceitos já existentes na sociedade Aracruzense. Lideranças indígenas Guarani (Toninho, Nelson) relataram que, no comércio ouviam as pessoas dizerem que eles não eram índios; nas escolas os professores falaram para os alunos indígenas, que eles não eram índios e voltavam para casa chorando. Ao adentrar nos supermercados, os índios eram tratados como ladrões, sendo vigiados.

Revoltados, mais de 200 índios ocuparam o Portocel (Porta da Aracruz Celulose) no mês de dezembro de 2006 (**foto 15**). No dia seguinte, o Sinticel (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Celulose e o Sintiema (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Minerais) mobilizaram mais de 1.500 trabalhadores para expulsar os índios do porto. Afugentados no depósito de celulose, os índios ameaçaram atear fogo. Temia-se um grande massacre porque a tropa de choque era pequena. Mas depois de algumas horas os trabalhadores se retiraram do porto. No final da tarde, os índios decidiram parar com a ocupação.



Foto 15: Índios ocupam Portocel
FONTE: Rede Alerta contra o Deserto Verde

O Ministério Público Federal, em 01 de novembro de 2006, após examinar os aspectos constitucionais e os estudos históricos da FUNAI, concluiu “[...] que o procedimento administrativo, com vistas a declarar a Terra Indígena Tupiniquim, devidamente identificada e delimitada, como de posse permanente dos Grupos Indígena tupiniquim e Guarani Mbyá, pode prosperar” (INFORMAÇÃO CEP/CJ nº 974/2006). Dessa forma, foi submetido à apreciação do Ministro da Justiça Márcio Thomas Bastos, que decidiu restituir a FUNAI no sentido de aprofundar estudos com vistas a elaborar propostas adequadas, que compusesse os interesses das partes.

Mesmo diante de todos os estudos técnicos para dirimir a questão dos direitos às terras em disputa, o ministro decidiu protelar. Na última década foram produzidos quatro relatórios de estudos de identificação da área indígena pelos grupos de

especialistas da FUNAI, cujos resultados constataram e reafirmaram que as terras reivindicadas eram tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas. E mais, os estudos técnicos da FUNAI concluíram que aquelas terras são fundamentais para a sobrevivência física e cultural dos indígenas.

Os índios passam, então, a responsabilizar o Ministro da Justiça pelos conflitos existentes e exigir do governo uma posição urgente; “[...] e que obedeça aos artigos 231 e 232 da Constituição Federal e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o País é signatário” (ANEXO D – Carta de Vitória).

Finalmente, no dia 28 de agosto de 2007 ocorreu a nova demarcação das terras reivindicadas. O Ministro da Justiça Tarso Genro publica no Diário Oficial da União a Portaria nº 1.463 de 27 de agosto de 2007, no Art. 1º “[...] declara de posse permanente dos índios Tupinikim e Guarani Mbyá a Terra Indígena TUPINIKIM, com superfície aproximadamente 14.227 ha. [...]” e no Art. 2º determina “[...] que a FUNAI promova a demarcação administrativa da terra indígena ora declarada, para posterior homologação pelo Presidente da República [...]” (ANEXO E – Portaria Nº 1.463, de 27 de agosto de 2007).

Para tanto, foi celebrado o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre as partes: Comunidades Indígenas, Aracruz Celulose S.A e Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Embora o TAC não tenha registrado os direitos dos povos indígenas, estabeleceu condições que mutuamente estipulam, aceitam e obrigam o seu cumprimento.

Nas situações jurídicas criadas administrativamente pelo processo demarcatório, o TAC expressamente reconhece e aceita como definitivos os limites das terras indígenas, identificados pelo Grupo de Trabalho (GT) Portaria/FUNAI nº 1.299/05. Foi declarada e definida uma superfície total de 18.027 hectares, área essa reconhecida como de posse permanente e usufruto exclusivo das Comunidades Indígenas (**mapa 9**).

Assim sendo, a FUNAI providenciou a demarcação administrativa das terras indígenas ora declarada e promoveu o estudo etno-ambiental, como uma das exigências de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) referente às Portarias Nº 1.463/2007 – Terra Indígena (TI) Tupiniquim e Nº 1.464/2007 – TI Comboios.

Nas considerações do TAC concluíram que, através dos estudos levantados pelos diversos Grupos de Trabalho da FUNAI, as benfeitorias existentes nas terras indígenas Tupiniquim e Guaraní são compostas de florestas plantadas de eucalipto e derivadas de ocupação de boa-fé. No entanto, também foram observados outros aspectos que impactaram negativamente essas áreas, conforme se apresentará a seguir.

CAPÍTULO 3

**IMPACTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS,
CULTURAIS E ECONÔMICOS DA
EXPROPRIAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS.**

CAPÍTULO 3: IMPACTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS, CULTURAIS E ECONÔMICOS DA EXPROPRIAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS.

Muitos foram os impactos com a implantação das empresas COFAVI e Aracruz Celulose. Com o apoio do governo, através de incentivos fiscais, inicia-se o processo de reflorestamento de eucalipto. A substituição das matas nativas por florestas homogêneas de eucalipto pela Aracruz Florestal foi intensa e acelerada. Este fato se desdobrou em concentração da propriedade de terra, incorporando pequenos estabelecimentos rurais.

Esse conjunto de acontecimentos trouxe alterações ao meio ambiente no qual os índios estavam inseridos, afetando diretamente a vida deste povo. Na medida em que “[...] a empresa ocupava intensamente o espaço geográfico, contribuía para a desestruturação das formas sociais, culturais e economicamente vigente de reprodução, organização e uso da natureza” (GONÇAVES, apud CIMI-Leste, 1996, p.22). Por isso, é importante destacar alguns dados da introdução da monocultura de eucalipto (florestas de eucalipto) na floresta nativa.

3.1 MONOCULTURA DE EUCALIPTO E SEUS IMPACTOS

As transformações ambientais ocorridas ao longo do processo de implementação da monocultura de eucalipto nas terras indígenas no município de Aracruz foram registradas por historiadores naturalistas, ambientalistas e depoimentos dos indígenas mais velhos que descreveram a cobertura vegetal da região no passado.

O naturalista Augusto Ruschi em 1954 registra a presença de uma população de 80 índios Tupi-Guarani em Caieiras Velhas (antiga aldeia Velha) na margem esquerda do rio Piraquê-Açu numa área de 30.000 hectares de florestas virgens, com uma clareira de 10 hectares.

De acordo com foto aérea tirada em 1965 pelo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (IDAF) (**foto 16**), observa-se a perda em grande parte da Mata Atlântica com avanços de desmatamento e hoje ocupada pelo plantio de eucalipto. Também foram realizados Estudos de Impacto Ambiental (EIA/Rima) pelo Instituto Federal do Espírito Santo em 1986/1987, que “[...] verificou que pelo menos 30% da superfície do município de Aracruz era coberta por florestas nativas no início da década de 70, que foram substituídas por florestas homogêneas de eucalipto para a Arflo” (Rima/Aracruz Florestal, 1987, p.6).

Já em 1954, o Biólogo Augusto Ruschi, na publicação da Série a Proteção a Natureza, denunciou o desmatamento da Mata Atlântica pela empresa Aracruz Florestal, assim declarou:

Assisti, em área da então Aracruz Florestal, coisas como esta: com a derrubada das florestas que margeavam a estrada que vai de Santa Cruz para Aracruz, pelo lado da margem esquerda do Piraquê-Açu, até os papagaios ficavam atônitos ao regressarem à tarde para o pernoite nas matas que tinham deixado pela manhã, pois com os tratores, usando correntões de 50 metros de extensão, nos quais os elos pesavam mais de 100 quilos cada, muitos hectares iam sendo derrubados diariamente, e muitas vezes capturei no solo, entre ramagens e mesmo na estrada, exemplares de papagaios. Esse tipo de derrubada afastou impiedosamente um grupo de 600 índios que ali vivia havia mais de 50 anos, conforme descrevi em publicação científica. Pois fiz, pela primeira vez, um estudo sobre a prospecção de uma população e a área mínima que é indispensável para que possa viver em seu habitat, suprida de alimentação e tudo mais que é fundamental para sua sobrevivência (RUSCHI, 1954, p.1)

Em 1977, os povos Guarani e Tupinikim também se depararam com o avanço de desmatamento para o plantio de eucalipto, conforme testemunha o Guarani Carvalho Quarai Mimbi, 65 anos:

[...] Aí nós ficamos lutando. Tinha oito tratores [...], puxava corrente para derrubar mata, numa noite derrubava uma enorme roça [...] Todo o Coqueiral era mata. Era mata pura. Posseiros venderam terras. Vieram com trator e corrente. Faziam derrubadas grandes. Os índios choravam. Numa só noite derrubavam muito. (GT Funai, 1994, p.67).

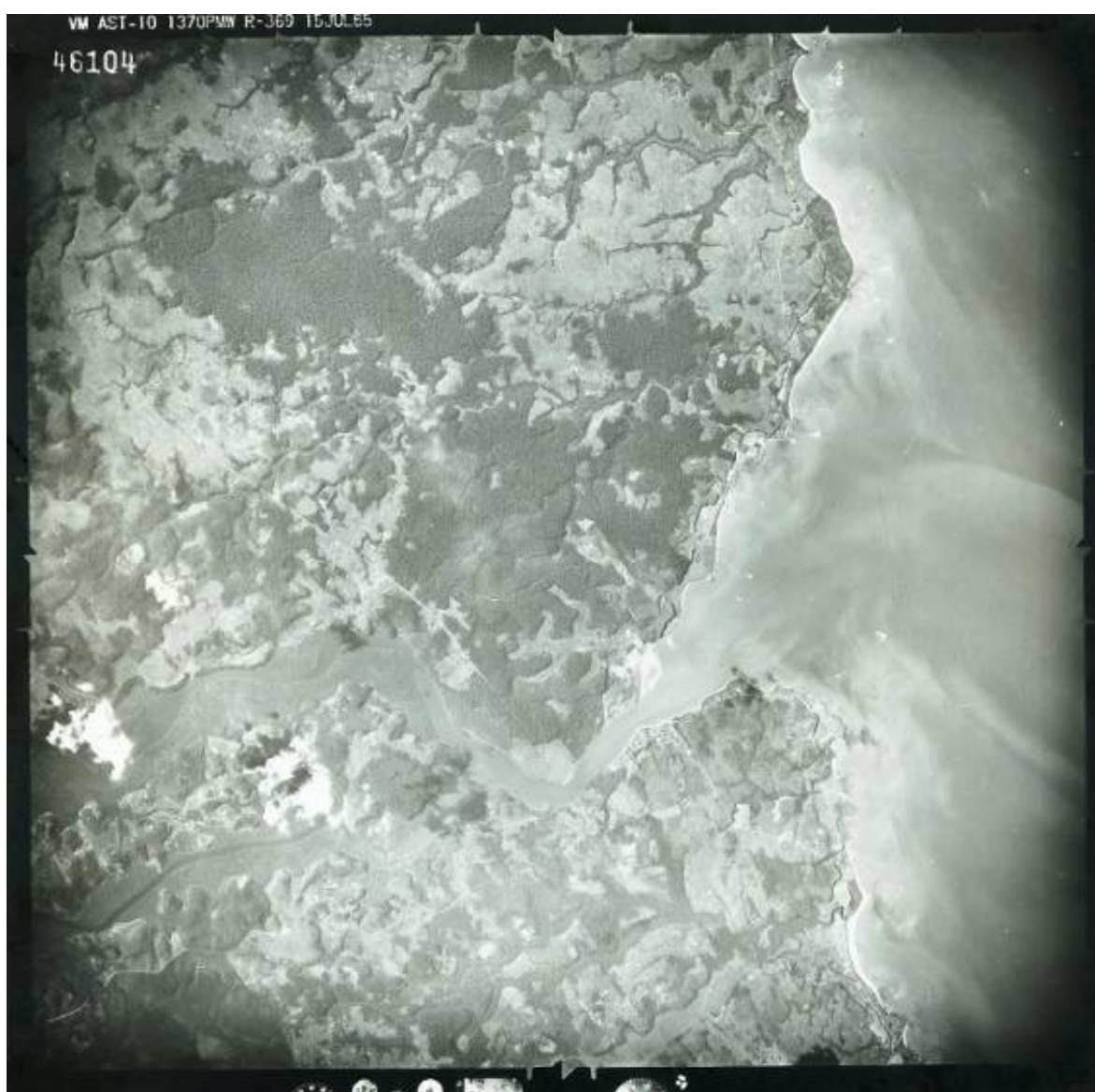
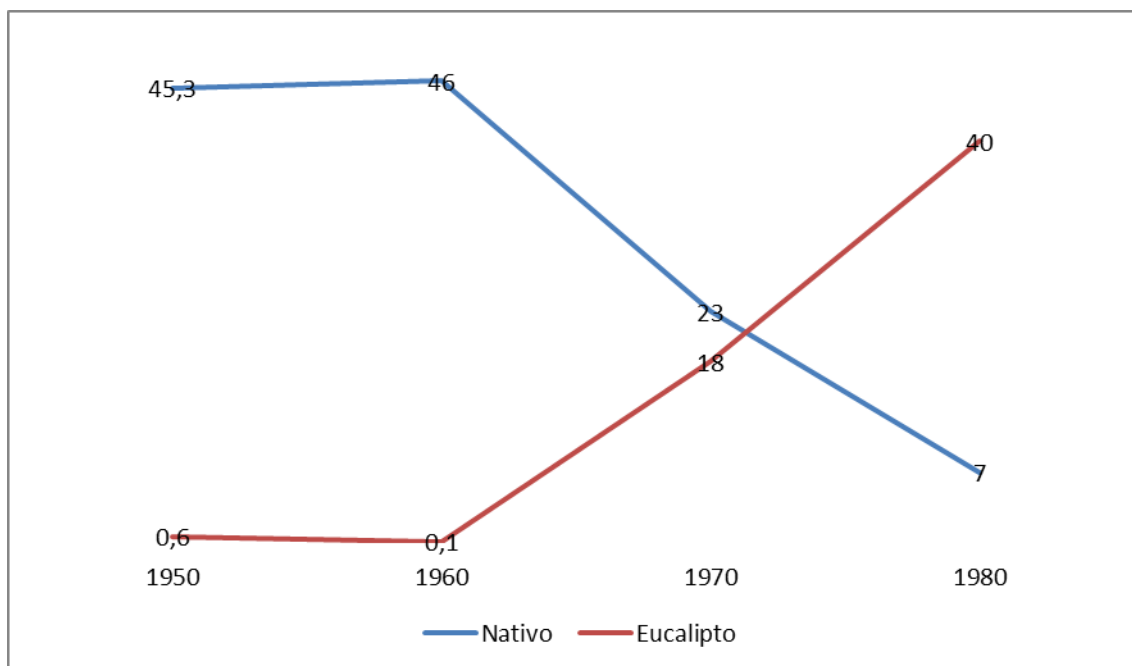


Foto 16: Foto aérea do município de Aracruz em 1965, região da TI Tupinikim e Guarani.
FONTE: Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (IDAF).

Com a implantação da Aracruz Florestal, no período de 1960 a 1980, ocorreu diminuição das florestas nativas (de 30.487 para 6.081 hectares) e aumentaram as florestas de eucalipto de 89 hectares para 34.975 hectares, em percentual significa 0,1% para 40%, conforme o **gráfico 16**:

Gráfico 16: Utilização da terra por hectares no município de Aracruz, 1950 – 1980.



FONTE: IBGE – Censo Agrícola do Espírito Santo, 1950; Censo Agrícola do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Guanabara, 1960; Censo Agropecuário do Espírito Santo, 1970, 1980.

Hoje, depois da última demarcação, a área de ocupação indígena destinada a plantio de eucalipto é de 70%; área de preservação permanente é de 7,3%; reserva legal 17,7% e estradas para transporte de eucalipto 5%. As obras de engenharia para as estradas passaram por nascentes, córregos, represamento, aterrando todo o ciclo das bacias, diminuindo a quantidade de água, assoreando os cursos d'água, destruindo os rios, além de perder uma grande área (5% de estrada) para o plantio (Associação Nacional de Ação Indigenista – ANAÍ). Observa-se que a maior parte da

3.1.1 Alteração da Paisagem

É evidente que o plantio de eucalipto modificou totalmente a paisagem local. O monocultivo passa a ser a paisagem dominante nas recém-conquistadas Terras Indígenas Tupinikim-Guarani e Comboios que estão localizadas na região dos Tabuleiros Costeiros do Estado do Espírito Santo, município de Aracruz, que somam 18,027 há (**tabela 10**).

Tabela 10: Aldeias indígenas e áreas conquistadas

| Aldeias | Ano/Áreas conquistadas (há) | | |
|-----------------|-----------------------------|--------------|---------------|
| | 1983 | 1988 | 2007 |
| Caieiras Velhas | 1.519 | 2.997 | 14.227 |
| Pau Brasil | 427 | 1.579 | |
| Comboios | 2.546 | 2.983 | 3.800 |
| TOTAL | 4.492 | 7.559 | 18.027 |

FONTE: FUNAI, 2009.

Os dados acima citados (**tabela 10**) apresentam 14.227 ha de TI Tupinikim-Guarani conquistadas em 2007, que abrigam 9 aldeias: 5 de etnia Tupinikim (Caieiras Velha, Pau Brasil, Irajá, além de uma aldeia recentemente reocupada, denominada Areal e Córrego do Ouro) e 4 de etnia Guarani (Boa Esperança, Três Palmeiras, Piraqueaçú e Olho D'Água). O mapa de uso da terra elaborado pela equipe de estudo Etnoambiental da ANAÍ com imagens de satélite de 2008 evidencia grande perda na diversidade ambiental e grandes modificações na paisagem como demonstra a **tabela 11**. De acordo com o mapa de uso da terra, 53% do total dessas terras indígenas (ou 7.770 há) estavam ocupadas com o monocultivo de eucalipto com a finalidade de produção de celulose. As obras de engenharia para estradas

para o manejo de transporte de eucalipto ocupam 3.6% (ou 535,09 ha) do total da área.

Tabela 11: Uso da terra e cobertura vegetal da TI Tupinikim-Guarani

| DESCRIÇÃO | AREA (ha) | % |
|---|------------------|---------------|
| Vegetação nativa (mata, mangue, brejos e alagados) | 1.996,85 | 13,67 |
| Vegetação em regeneração (capoeira) | 2.566,25 | 17,57 |
| Monocultura de eucalipto(em diversos estágios) | 7.770,15 | 53,20 |
| Pastagens (incluindo colômbio) | 464,74 | 3,18 |
| Roças e cultivos | 513,76 | 3,51 |
| Estradas e solo exposto | 535,09 | 3,66 |
| Áreas impactadas/uso conflitivo/estrada pavimentada | 120,55 | 0,82 |
| Corpos d'água | 422,98 | 2,89 |
| Moradias | 214,75 | 1,47 |
| TOTAL | 14.605,26 | 100,00 |

FONTE: ANAÍ - Estudo Etnoambiental, a partir de imagem de satélite de 2008.

O restante da vegetação nativa e em regeneração são distribuídas da seguinte forma: somente 13,67% (ou 1.996,85 há) de vegetação nativa que são representados pelas matas, mangues, brejos e alagados e 17,57% (2.566,25) são vegetação em regeneração que é a capoeira.

Por outro lado, a herança de outros empreendimentos e usos indevidos de origem pública e privada que ocupam 0,82% (ou 120,55 ha) das terras indígenas. Apesar de ser relativamente pequeno o uso da terra, grandes foram os impactos com desvios e represamento de água, afetando os recursos hídricos, minerais, a fauna e a flora, imprescindíveis para o modo de vida e cultural das comunidades indígenas Tupinikim e Guarani. Esses empreendimentos são o aeroporto, o aterro sanitário, o

Gasoduto, a rede de distribuição de energia, a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e a rodovia pavimentada.

De acordo com a **tabela 11**, a terra indígena Tupinikim de Comboios abrange uma área de 3.800 ha e geograficamente encontra-se na Planície Costeira. Possui diferentes ambientes totalmente alterados de acordo **com o mapa com** imagens via satélite elaborado pela ANAÍ em 2008.

Os estudos sobre o uso da terra (**tabela 12**) registram que 53,23% (ou 2.221,77 ha) da área são ocupados por vegetação nativa (restinga, mangue, brejo e alagados), representa uma boa cobertura florestal. No entanto, observou-se que deste percentual 21,49% (ou 856,55 ha) é ocupado por capoeira de restinga com baixo índice de biodiversidade. Chamo atenção às grandes áreas cultiváveis, que são os tabuleiros, ocupadas pelo cultivo de eucalipto, num total de 9,4% (ou 376 ha).

Tabela 12- Uso da terra e cobertura vegetal da TI Tupinikim Comboios

| USO E OCUPAÇÃO | AREA (ha) | % |
|--|------------------|---------------|
| Vegetação nativa (restinga, mangue, brejos e alagados) | 2.121,77 | 53,23 |
| Vegetação em regeneração (restinga estágio médio de regeneração) | 856,55 | 21,49 |
| Pastagem (pastos limpos, sujos e restinga estágio inicial) | 503,14 | 12,62 |
| Monocultura de eucalipto (em diversos estágios) | 375,99 | 9,43 |
| Estradas e aceiros | 33,82 | 0,85 |
| Áreas impactadas/uso conflitivo (ferrovias e linha de transmissão) | 33,46 | 0,84 |
| Corpos d'água | 42,19 | 1,06 |
| Moradias | 18,92 | 0,47 |
| TOTAL | 3.985,90 | 100,00 |

FONTE: ANAÍ - Estudo Etnoambiental, a partir de imagem de satélite de 2008.

Percebe-se que os impactos gerados nos últimos 40 anos, tanto impactos diretos pelas atividades de plantio de eucalipto como os impactos públicos e privados,

trouxeram modificações no ambiente com dimensões bem maiores até aqui listadas nos quadros sobre o uso da terra. Por isso, vamos descrever abaixo os diferentes impactos e suas dimensões, para melhor entendimento.

3.1.2 Impacto sobre a Biodiversidade

Segundo os dados apresentados nas **tabelas 11 e 12**, 8.146,14 hectares (ou 62,63%) de Mata Atlântica, do total das terras demarcadas (18.027 ha) foram substituídos pela monocultura de eucalipto causando grande perda da biodiversidade. O grupo de Estudo Etnoambiental (ANAÍ-2009), através de entrevistas aos índios mais idosos, questionários aplicados nas residências e oficinas-diagnósticos realizadas nas aldeias, colheram informações importantes que eles têm sobre a floresta, os recursos florestais usados pelos seus antepassados, o conhecimento das espécies: 1) vegetais; 2) animais e 3) aquáticas.

1) Das espécies vegetais

As aldeias indígenas apontaram 209 variedades de vegetais e 224 indicações de usos destes vegetais (ANEXO F). Os usos diferenciados estão assim divididos: 33,4% artesanato (ART); 33,9% medicinal (MED); 18,7% madeireiro (MAD - estes diferenciados entre construção e lenha); 9,3% uso alimentar (ALIM); 2,6% uso de cobertura de casas (ANAÍ, 2009, p.131 a 137).

2) Das espécies animais

As comunidades indígenas apontaram 64 espécies de animais, algumas extintas ou em risco de extinção, como pode ser observado no ANEXO G.

Foram também identificados pelo grupo de Estudo Etnoambiental (ANAÍ-2009), poucos remanescentes florestais, conhecidos como: Mata dos Guaranis, Mata da Reserva, Mata do Piatã, Mata dos Amarelos e Mata do Valdir. Constataram que estas áreas estão fragmentadas, no seu entorno cercado por monocultura de eucalipto, trazendo conseqüências como a limitação da colonização de espécie da flora e da fauna. E devido ao uso de agrotóxico pela Aracruz Celulose, existe alta incidência de mortalidade de animais silvestres principalmente os que se alimentam de formigas e insetos, como: tamanduás, pássaros e tatus.

3) Das espécies aquáticas

As comunidades indígenas mencionaram 78 espécies aquáticas, sendo 65 espécies de peixes, 8 espécies de crustáceos e 5 espécies de mariscos (ANEXO H). Estas espécies foram encontradas no mangue do rio Piraqueçu, rio Sahy, rio Comboios – Barra do Riacho.

O mangue do Piraqueçu (**foto 17**) está ao entorno das aldeias Guarani, Caieiras Velha e Irajá, sendo hoje o único ecossistema em bom estado de conservação, apesar dos inúmeros impactos nas terras indígenas.

No entanto, observaram-se nos últimos anos grandes mudanças no manguezal do Piraqueçu. Estando o manguezal circundado pela monocultura do eucalipto nos tabuleiros (chapadas), ocorre a estratificação dos mangues em várias áreas.



Foto 17: Manguezal do Rio Piraqueaçu
FONTE: Acervo pessoal, 2015.

No ano de 2009 o grupo de Estudo etno-ambiental (ANAÍ) em atividades de campo coletou ostras e constatou que a cada 100 ostras, 20 estavam vazias ou com os moluscos mortos (20% de mortandade) – (**foto 18**) e também ouviram relatos sobre a baixa diversidade e quantidade de peixe e caranguejo. Concluíram que existe uma relação com a contaminação da água pluvial, considerando que o mangue funciona como um filtro biológico que recebe os produtos químicos utilizados na monocultura do eucalipto nos tabuleiros nas margens do Piraqueaçu.



Foto 18: Coleta de ostras no fundo do Rio Piraqueçu.
FONTE: ANAÍ, 2009

3.1.3 Degradação dos Solos

De acordo com dados do IBGE de 1950 a 1980, descrito anteriormente, em 1940 a Aracruz Florestal já iniciava a substituição das florestas nativas por plantio de eucaliptos, aumentando de 89 hectares para 34.975 hectares o plantio, o que em percentual significa 0,1% para 40%. Das áreas de terras da última demarcação, 70% era destinada ao plantio de eucalipto (ANAÍ - 2009). É notório que num período de 40 anos foi intenso o plantio de eucalipto, sem considerar o meio ambiente local. Para a ANAÍ (2009, p.277), este processo de degradação do solo das terras indígenas “[...] demandaria valores exorbitantes para recuperação ambiental das áreas [...]” e apresenta seis práticas básicas que são responsáveis pela degradação do solo: 1) cultivo intensivo do solo; 2) monocultura; 3) irrigação; 4) aplicação de fertilizantes; 5) controle químico de pragas e 6) manipulação genética das plantas cultivadas.

Dessas práticas responsáveis pela degradação, a aplicação de fertilizantes químicos sempre foi marcante nestas áreas. O uso intensivo de fertilizantes químicos se perde no meio ambiente através da lixiviação dos mananciais de água, gerando a eutrofização, como pode ser observado na **foto 19**.

O déficit de águas é outro impacto muito relevante em função da substituição da mata nativa pela monocultura do eucalipto. Essa evidência foi relatada pelas comunidades locais, que perceberam em seu território a diminuição da vazão das nascentes e cursos d'água, bem como a diferença nos níveis dos rios e córregos.

Augusto Ruschi (1976, p.92) há muitos anos já alertou:

Em 30 anos, os nossos desertos de eucaliptos estarão ainda mais estéreis, sem pássaros, sem árvores. [...] Quem planta uma área totalmente com eucalipto, nas proporções como se está fazendo no Espírito Santo, está fabricando deserto pelo simples fato de ser uma floresta homogenia de nicho ecológico de consorciação, que é o eucalipto. Depois, nem os eucaliptos cresceram mais. [...] Como já explanei em outras palestras, a fisiologia de algumas espécies, como o *Eucalyptus saligna*, o mais plantado do Espírito Santo, exige um consumo monumental de água. Segundo as análises realizadas pelos professores Franco e Inforzato e ainda Villaça e Ferri, em 1954, no boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, nº 173, série Botânica 11, a partir do terceiro ano de vida, uma planta dessa espécie consome por ano 19,6 milhões de litros de água, e um hectare com 2.200 árvores consome 49,6 milhões de litros de água, dando esse total uma equivalência de 4.000 mm de chuva por ano. Se considerarmos que na região dos eucaliptais da Aracruz Celulose e da CVRD ou Flonibra a precipitação anual chega em média a 1.400 mm/ano de chuva, a diferença necessária de mais de 2.000 mm é retirada do solo e subsolo, tanto pela função osmótica como pela função de sucção das raízes. Retira até mesmo do lençol freático o restante da água de que necessita, e assim a água vai escapando, num déficit que cresce anualmente até atingir maiores profundidades.



Foto 19: Águas eutrofizadas
FONTE: ANAÍ, 2009.

3.1.4 Degradação dos Recursos Hídricos

É importante reafirmar que a degradação dos recursos hídricos influenciou significativamente o modo de vida das comunidades indígenas, como relata uma das lideranças da aldeia Pau Brasil:

Nossa briga é por causa da Aracruz ter plantado este eucalipto e destruído nosso rio que antes as mulheres todas lavavam roupa, nós pescávamos, tomávamos banho, pegava água para cozinhar e para beber. E hoje está tudo seco, não podemos mais beber água do rio por causa do veneno. Neste rio tinha muitas qualidades de peixe. Os mais velhos contam que este rio nunca secava. Bem próximo da aldeia tinha um porto e íamos de canoas até Barra do Sahy e não tinha mato nenhum no meio do rio, e dava muito peixe. Faziam canoas com vela e iam até o mar. Saíam deste porto e iam até o mar (Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, 2002, s/n).

O rio era o lugar de encontro das comunidades Tupinikim e Guarani. O momento do lazer, da troca de experiência e saberes e do reforço dos laços afetivos (**foto 20**). O rio também era muito usado para se locomoverem e visitar seus parentes nas aldeias (**foto 21**), como relata uma liderança Tupinikim da aldeia Pau Brasil:

A água do rio era usada para trabalhar na cozinha, lavar vasilhas, roupas, tomar banho e pescar. As mulheres tomavam banho às 17 horas e os homens só depois, à noite. Era um importante momento, onde todos participavam, desde crianças até os mais velhos. E também, nós, aqui de Pau Brasil, atravessávamos pelo rio para as aldeias Canta Galo, Olho d'água e Caieiras Velhas. Era uma forma de visitarmos nossos parentes (...) (Fase, 2006, p.67).



Foto 20: Encontro de Tupinikim e Guarani em 1970.
FONTE: Acervo da AITG.



Foto 21: O rio usado pelos índios para se locomoverem
FONTE: Acervo da AITG.

Por esses motivos, desencadearam-se diversos estudos científicos, documentais, bem como pesquisas, relatos e denúncias sobre os impactos que a monocultura do eucalipto causou nos recursos hídricos.

Em cumprimento, o Termo Aditivo ao TAC entre Aracruz Celulose e AITG em 04 de setembro de 2002, a empresa iria elaborar um estudo de recuperação dos Rios Guaxindiba, Sahy e Córrego Piranema da área indígena e se responsabilizar pela recuperação. Considerando que as propostas da empresa de recuperação dos rios era paliativo e não contemplava a recuperação total dos rios, de acordo com o TAC, a AITG solicitou à AGB um parecer técnico sobre a recuperação dos rios Sahy e

Guaximdiba. A equipe de geógrafos, junto com as comunidades Tupinikim e Guarani fez um levantamento dos impactos sobre os recursos hídricos em seus territórios.

No relatório elaborado pela Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) – Seção Espírito Santo com o título Relatório de visita ao Rio Sahy e Guaxindiba no município de Aracruz, concluíram que:

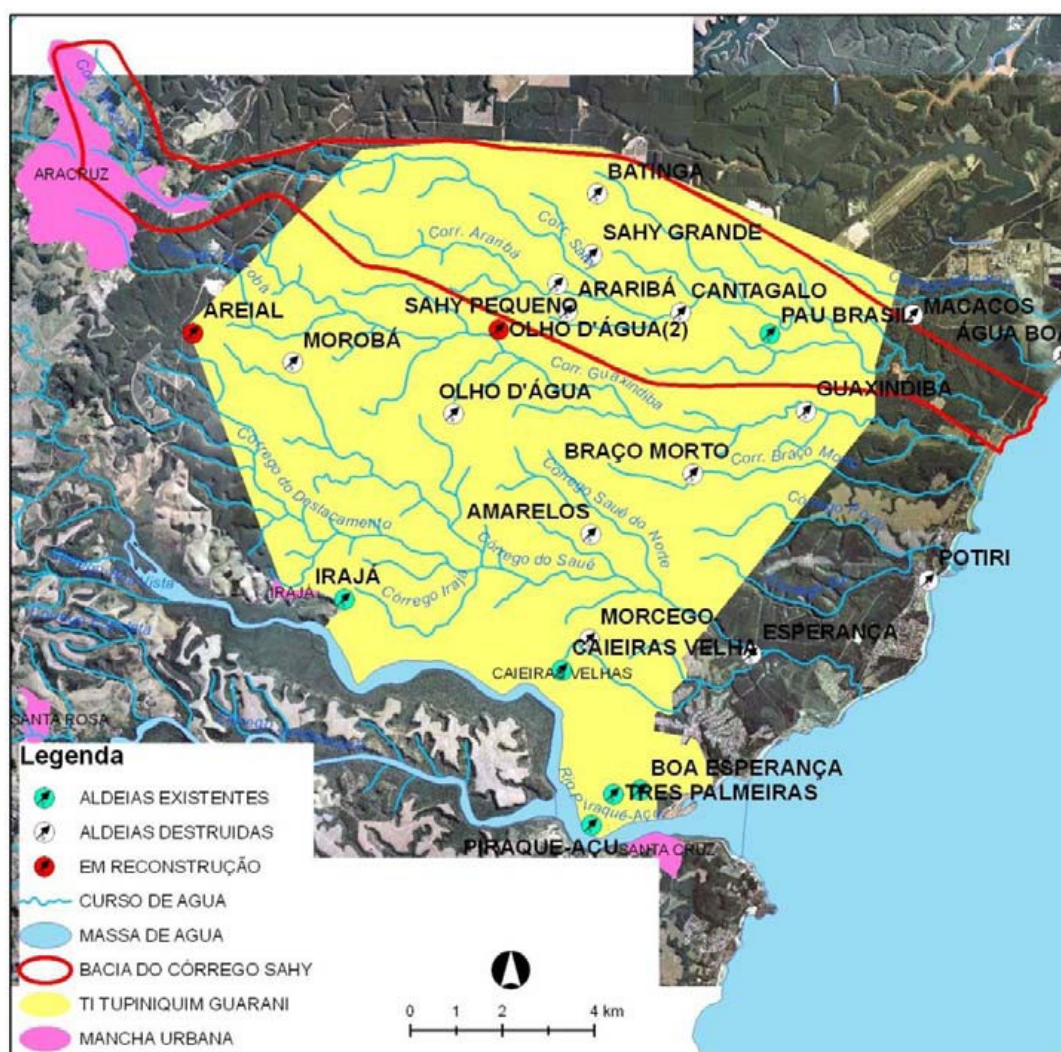
Os relatos preliminares aqui mostrados permitem reforçar a tese da necessidade urgente da recuperação total destes rios. Urge, pois sua morte é cada vez mais evidente e as ações para sua recuperação devem ser iniciadas de imediato. Recuperação total, pois as ações que destruíram estes rios vão da nascente à foz e não bastam ações isoladas para resolver o problema (AGB, 2003, s/n).

a) Rio Sahy

O Rio Sahy teve seus impactos nos cursos hídricos com o manejo da monocultura de eucalipto. Sarmento (2002, p.s/n) identifica a existência de barragens com estrutura hidráulica para controle de vazão, bueiros, pontes, poços e captações de água para o sistema de irrigação. Segundo depoimento de uma liderança no rio Sahy:

Este rio era limpo, tinha muita água e muito peixe e nós pescávamos muito aqui de tarrafa e rede e pescávamos muitos peixes de várias espécies. Com a chegada da Aracruz e do eucalipto construíram esta estrada e desviaram o curso do rio, colocaram estas manilhas, algumas mais altas que o nível do rio e bloquearam a passagem do rio. Antes aqui existia uma ponte de madeira onde nós passávamos por baixo dela com as canoas. Hoje a água está parada. Antes desta estrada o rio era limpo, fundo, com areia fina nas margens e tinha muito camarão pitu, a maré tinha influência até neste ponto. Hoje virou um brejo. No início foi até bom pois ficou peixe preso mas hoje acabou a natureza do rio. A maré não entra, o rio não passa mais, está tudo parado, morto [...] (Liderança Tupinikim, apud ABG-ES, 2003).

Através do mapa abaixo (**mapa 11**), podemos ver claramente a localização da bacia do rio Sahy, assim como a área de ocupação que vai da região urbana (cidade de Aracruz) e segue para a terra indígena em direção ao mar.



Mapa 11: Bacia do córrego Sahy.
 FONTE: ANAÍ, 2009.

A AGB-ES (2003) faz um diagnóstico de alguns pontos deste rio, enfatizando a situação rio e o reflexo deste sobre a Comunidade indígena de Pau-Brasil. Em um ponto, conhecido como região de Araribá (**mapa 11**), o córrego Sahy Mirin, afluente do Rio Sahy, está totalmente seco, segundo os índios, devido a construção da

barragem em 1972, com o objetivo de captar água para a fábrica da Aracruz Celulose. Segundo o relato de uma liderança indígena de Pau Brasil:

Esta represa foi construída pela Aracruz para irrigar suas mudas de eucalipto. Somente ela sabia desta represa e somente ela usou esta represa. Há dúvidas se ainda ela é usada. O ladrão por onde sairia a água não permite a saída e desta forma o rio abaixo deste ponto esta morto. Esta represa não permite a passagem da água. Matando portanto o rio acima da represa, pois represou totalmente o rio e também abaixo pois não permite a passagem de água suficiente para manter a vida deste rio (apud AGB, 2003, s/n).

Em outro ponto do leito do Rio Sahy (coord.: S 19° 50' 29" e 40° 15' 07), a AGB identificou o início de uma obra de manilhamento do curso natural do rio, construído pela empresa Aracruz Celulose sem autorização dos caciques. Na região do Morro do Carvão (coord.: S 19° 49' 08 e O 40° 14' 42), no leito do rio já existe manilhamento numa área de declive, formando corredeiras no canal fluvial de aproximadamente 4 hectares (10.000 m²) e atualmente um leito de aproximadamente 1,50 m de largura. Os índios constaram que esta interrupção no leito fluvial impossibilitou a piracema²³.

O trecho próximo às nascentes do Rio Sahy (coord.: S 19° 49' 15" e O 40° 14' 17) é formada por pastos, sem mata ciliar. O solo está pisoteado pelo gado e em épocas de chuva os dejetos do gado são carregados para o leito do rio. Em outro ponto, conhecido como Ponte do Morobá (coord.: S 19° 49' 15 e O 40° 14' 17"), não tem mata ciliar, é grande a emissão de esgoto *in natura* dentro do rio, originando a vegetação aguapés²⁴ por todo o leito do rio. Este ponto está totalmente degradado e

²³Período de desova dos peixes, que se deslocam em sentido as nascentes para a procriação.

²⁴Tipo de vegetação no leito do rio que funciona como um bioindicador do índice de poluição por nitratos, oriundos do dejetos de matéria orgânica.

não existe mais peixe, afetando diretamente os pescadores que vivem desta atividade. Um pescador na foz do Rio Sahy relatou:

Eu pesquei muito peixe aqui, de tarrafa, na época quando eu comecei pescando. Mais acima tinha um porto de canoas. Hoje está invadido por casas. Depois que chegou a Aracruz foi acabando o rio, devido aos aterros barragens. Eu fico triste de ver este rio assim. Esta todo sendo invadido. A água esta toda poluída. Este rio era largo e entrava barcos grandes. Hoje acabou tudo. Eu acho que o Rio Sahy ainda tem solução. Mas o Guaxindiba é mais complicado. Lá era um rio muito bonito. Onde batizavam as crianças, tomavam banho, pescavam. Aquele rio é difícil recuperar. Agora este é possível, pode começar fazendo o Roncamento, pois permitiria a água do mar entrar e lava o rio, mas tem que ter projeto. Eu espero que antes de eu morrer eu veja este rio vivo de novo. Pois se continuar de jeito que vai os nossos netos nem rio vão ver mais. Antes da chegada da Aracruz poucas pessoas moravam aqui nesta vila, tinham apenas três casas, inclusive a da minha avó, e o mar entrava até bem no fundo do mangue, tudo aqui era mangue e lá em cima tudo era mata, com poucas áreas de pasto e roça, de lavradores pequenos, demais era tudo mata. Com a chegada da Aracruz, foi desmatando, foi plantando eucalipto e com isso foi acabando o rio. Hoje é tudo eucalipto e os bichos a Aracruz matou tudo. Hoje ela põe placas dizendo que é proibido caçar e pescar, mas quem acabou com os bichos foram eles. Antes tinham muitos bichos, hoje não tem mais nada, a Aracruz acabou com tudo. Este rio era largo, tinha uma ponte bem comprida, mas depois que a Aracruz chegou expulsou as pessoas do campo que vieram para o litoral e foram invadindo a área do rio e do mangue. Antes a boca do rio fechava somente uma vez por ano, por no máximo trinta dias. Nós íamos de canoa até o porto de Pau Brasil. Isso não está pior porque eu e outros pescadores resistimos bastante (apud AGB, 2003, s/n).

b) Guaxindiba

O Rio Guaxindiba é fundamental na vida da aldeia Pau Brasil para os diversos usos e costumes tradicionais ligados ao banho, pesca tradicional, caça nos alagados, navegação e abastecimento das aldeias no passado. Tudo isso se tornou impraticável com sua degradação através do plantio de eucalipto e pelo despejo de esgoto.

Segundo Simone R. B. Ferreira (apud Maracci, 2002, p.8), diversos impactos nos cursos hídricos são provocados com o manejo da monocultura de eucalipto:

No manejo Florestal da agroindústria de celulose estão presentes: o plantio ao redor de nascentes, zonas de recarga hídrica e cursos d'água; a retirada de matas ciliares; o assoreamento dos rios, principalmente na época do

corte e plantio, quando o solo fica mais exposto; a diminuição do manto orgânico no solo, provocando a diminuição da umidade local; a contaminação da água e do solo por agrotóxico e herbicida; a morte biológica do solo; o manilhamento e represamento dos rios e córregos, com a construção das estradas para o transporte do eucalipto (realizada por grandes carretas); a abertura de jazidas de barro e areia (para a manutenção de estradas) próximas à cursos d'água e dentro de lagoas.

O estudo realizado por Robson Sarmiento (2002, s/n) no Rio Guaxindiba, constatou que o impacto não se dá apenas com o plantio de eucalipto, mas também com todo o sistema de infraestrutura de logística para a monocultura de eucalipto. Para tanto, identificou seis bueiros, cinco pontes, quatro barragens e diversos pontos de captações de água em poço.

Outro curso hídrico impactado nasce dentro de perímetro urbano do município de Aracruz (córrego Morobá), percorre a região onde recebe todo esgoto *in natura* da cidade, mais abaixo, o aterro sanitário e por fim percorre uma grande área de plantio de eucalipto da empresa Aracruz Celulose, chegando dentro do Rio Guaxindiba, como se observa no mapa abaixo (**mapa 12**). Desta forma, todo esgoto doméstico e esgoto químicos das empresas são lançados dentro da sua bacia, provocando a morte da fauna e as suas águas, impróprio para o uso tradicional das aldeias indígenas (ANAÍ, 2009).

Todos os impactos aqui apresentados são de conhecimento de todas as comunidades indígenas, segundo depoimento de um pescador na foz do Rio Guaxindiba:

Este rio era a fonte de água da vila, todos vinham buscar água neste rio. Além disso, este rio onde tomávamos banho e era usado para celebrações de batismo. Com a chegada dos novos moradores foram invadindo a área do rio, desviaram seu curso e canalizaram o rio. Este rio nasce em Aracruz. Antigamente ele tinha bastante água, mas com a chegada da florestal, com o plantio do eucalipto, acabou com a água. Era tudo mata, peixe agente pegava de tarrafa, robalo, tainha, traíra, cará. Várias casas e ruas foram

construídas em cima do rio. A água que tomamos hoje e deste rio, daqui ela vai pro SAAE e recebe tratamento químico. E pelo que sabemos na cabeceira do rio tem um lixão, em Aracruz. E tem muito eucalipto com agrotóxico. Muitas pessoas quando tomam desta água sofrem de dor de barriga. Morava numa localidade nas margens do Guaxindiba, subindo o rio numa caminhada pela mata, numa trilha que durava aproximadamente uma hora, onde meus familiares tocavam roça, isso a pouco mais de quarenta anos, onde hoje tem somente eucalipto. Neste rio passava canoas que subiam até Pau Brasil, canoas de duas ou três pessoas (apud AGB-ES, 2003, s/n)

O relatório da AGB-ES (2003, s/n) também apresenta descrições críticas quanto ao Rio Guaxindiba e chegaram à seguinte conclusão: “A recuperação deste rio, segundo a visão geossistêmica, deve ser total, em toda a sua extensão, pois a intervenção parcial somente será um paliativo, conseqüentemente, não gerará a solução dos problemas de cunho sócio-ambiental”.

da celulose, como identificou Meirelles e Calazans (2006, p.86) no relatório de Impacto ambiental (Rima) para construção da Fabrica C, 1999:

[...] a água é consumida em vários setores e momentos de seu processo produtivo: no manejo e na preparação dos cavacos, no digestor e no branqueamento, na caustificação e no forno de cal, na depuração da polpa branqueada, na secagem e no turbo-gerador e, sobretudo, na alimentação das caldeiras. Também é intensamente utilizada nos processos de deslignificação, na secagem, no enfardamento e na evaporação. [...] No viveiro e nos plantios homogêneos de eucalipto de rápido crescimento, a água é elemento fundamental para o desenvolvimento das mudas e da planta, em seu curto ciclo evolutivo, até chegar à idade de corte.



Foto 22: Desvio do curso d'água - Córrego Guaxindiba.
FONTE: Acervo pessoal, 2015.



Foto 23: Desvio do curso d'água - Córrego Sahy.
FONTE: Acervo pessoal, 2015.

Para tanto, várias modificações do curso dos rios, córregos e barragens foram feitos para abastecimento da Aracruz Celulose. Maracci (2006) lembra que todas as intervenções nos rios foram feitos sem Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (Rima). O depoimento de Herval Nogueira Junior então presidente da Associação Comunitária de Barra do Riacho, na “CPI da Aracruz” em 2002, fala sobre os desvios e represamentos pela empresa:

Queremos deixar registrados os problemas ocasionados com os desvios dos rios, pois, aquela comunidade (Barra do Riacho) tinha uma cultura pesqueira artesanal antes de ser implantado o empreendimento da Aracruz Celulose, em torno de novecentos moradores. (...) foi feita uma comporta próximo ao norte da Barra do Riacho, acima do Rio Comboios, que desemboca no Rio Riacho. Esse Rio Riacho desemboca na Barra do Riacho, na falada boca da barra. Esse rio tem um braço, o canal do Rio Juuna (Gimuhuna), acima do Rio Comboio indo ao norte. Esse Rio Juuna (Gimuhuna) termina no Rio Riacho. Porém, vindo para a Barra do Riacho, foi feita essa comporta e essas águas passaram a ter o seu fluxo para aquela barragem artificial, aquela lagoa artificial de propriedade da Aracruz Celulose. Aquela região era rica de nascentes e rios. Essa barragem usufrui tanto do Rio Mãe Boa como do Rio Pavo, do Rio Juuna (Gimuhuna) e do Rio Riacho. (...) o Rio Engenho, ao sul da área urbana da Barra do Riacho (...), fica em torno de quatrocentos metros da linha férrea da

Portocel. A nascente desse rio é próximo da barragem. (...) Essa barragem tem também ligação com o Rio Engenho. A oeste estão o Rio Mãe Boa e também o Rio Pavo. Todos esses, a barragem acaba concentrando essa quantidade de água para servir a empresa (Autos da CPI da Aracruz, 2002, fls. 7.274 e 7.275 apud MARACCI, 2006, p. 288).

Na medida em que a fábrica da Aracruz Celulose se expandia, seu consumo de água aumentava proporcionalmente e as intervenções no curso d'água na mesma medida. Assim, todo esse sistema integrado através dos desvios dos rios e represamento tinha como propósito o abastecimento das fábricas A e B. Para abastecer a fábrica C a empresa realizou a grande obra de transposição de bacias (Rio Doce) através do Canal Caboclo Bernardo. Na **foto 24**, se observa o Rio Doce (Município de Linhares) e abertura do canal próximo a primeira comporta (100 m) para o controle do desvio da água em direção a bacia do Rio Riacho (**foto 25**).



Foto 24: Desvio da água do Rio Doce para a Bacia do Rio Riacho.
FONTE: Acervo pessoal.



Foto 25: Primeira comporta e o Canal Caboclo Bernardo.
FONTE: Acervo pessoal.

Esse canal construído em 1999 utiliza a captação de água do Rio Doce dos canais de drenagem²⁵ executada pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) construído em 1960, formados pelo Canal do Riacho, o Rio Riacho e o Rio Comboios, utilizados pela indústria de celulose. O sistema de captação de água foi tão grande e tão drástico que houve a inversão do curso do Rio Gimuhuna em direção ao reservatório hídrico da Aracruz Celulose (**foto 26**).

²⁵Os canais do DNOS forma construídos para drenagem das áreas pantanosas nos terrenos do Vale do Suruaca, direcionando os fluxos hídricos ao Rio Riacho, com objetivo de ampliar a área agrícola e fazendas de criação de gado da região, o chamado processo da “cerca andante” [...] (MARACCI, 2008).



Foto 27: Sistema de bombeamento para inversão do Rio Gimuhuna.
FONTE: Acervo pessoal.

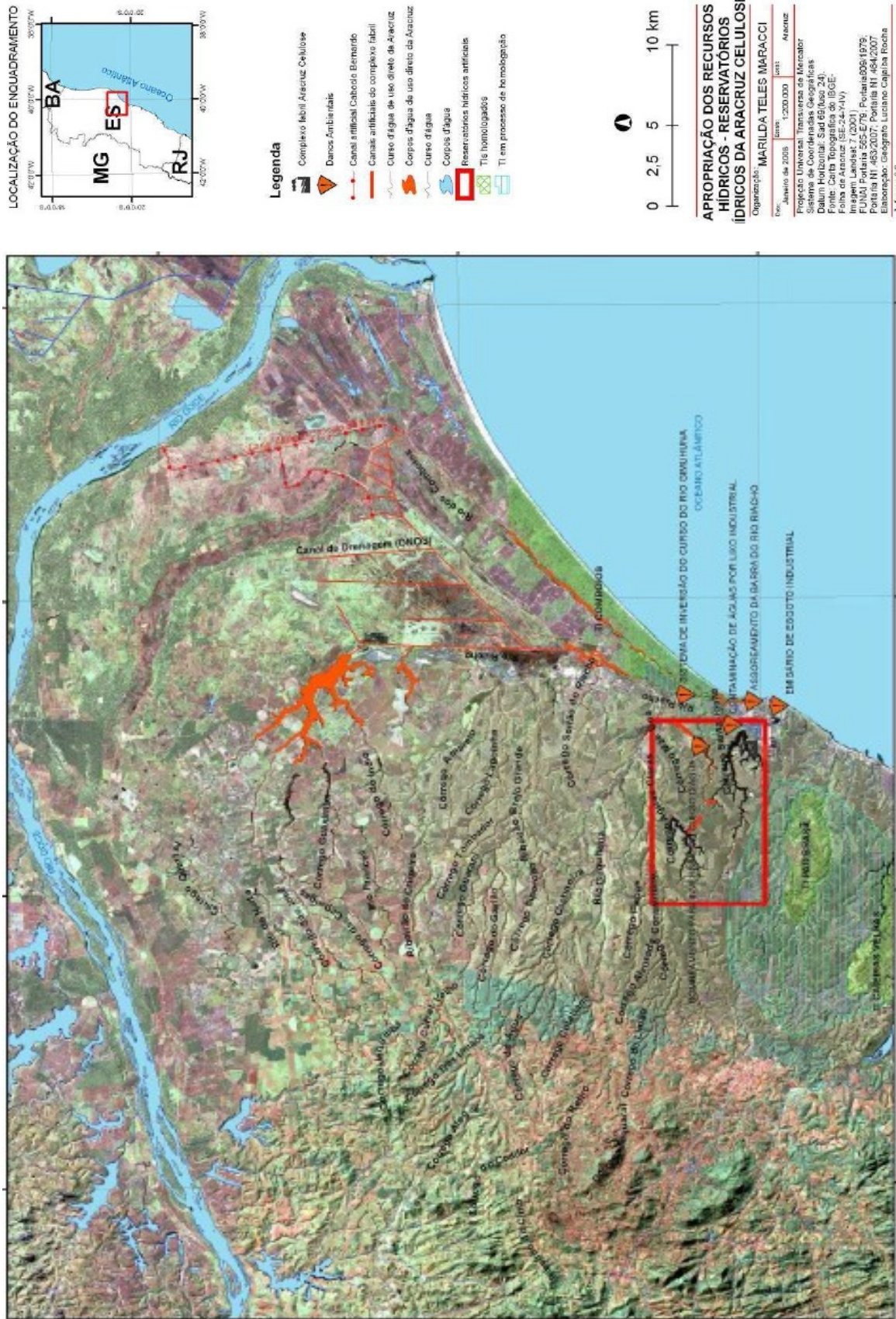


Foto 28: Lançamento das águas do Rio Gimuhuna na represa que abastece a Aracruz Celulose.
FONTE: Acervo pessoal.

No **mapa 13** de Maracci (2008), fica evidente as transformações nos cursos d'água que também incidem sobre as terras indígenas de Comboios:

O mapa sinaliza as quatro (04) comportas de controle de vazão das águas provenientes do Rio Doce, para evitar inundações na planície e em tempos de estiagem prolongada, aumentar a vazão de água em direção à represa da indústria Aracruz Celulose. Apresenta também o curso do Rio Riacho que é desviado para correr no sentido contrário do Rio Gimuhuna, em direção ao sistema de bombeamento (**foto 27**) onde a água é lançada para a represa (**foto 28**) que fica em um nível em superior ao terreno do sistema de bombeamento, para abastecer a indústria Aracruz Celulose.

Observa-se no **mapa 13**, que este sistema de controle das águas captadas do Rio Doce está ligado a nascente do Rio Comboios, passando por dentro da aldeia de Comboios. Nessa região encontram-se os principais ecossistemas que são as restingas, manguezais, brejos e alagados, que representam 53,23% de toda área da terra indígena de Comboios, como já registramos (**tabela 12**).



De acordo com a tabela elaborada pela ANAÍ (**tabela 13**), sobre esses ecossistemas, os brejos/alagados ocupam uma extensa área (8,32%) no sistema de várzeas, vegetação importante para os Tupinikim de Comboios, pois lhes permitia o cultivo no período de seca.

Tabela 13: Unidades ambientais da TI Comboios

| UNIDADES AMBIENTAIS | Area (ha) | % |
|----------------------------|------------------|---------------|
| ÁGUA | 42,19 | 1,06 |
| BREJOS / ALAGADOS | 331,54 | 8,32 |
| CHAPADA | 443,42 | 11,12 |
| GROTA | 84,41 | 2,12 |
| MANGUE | 6,90 | 0,17 |
| RESTINGA | 3.077,80 | 77,21 |
| TOTAL | 3.986,29 | 100,00 |

FONTE: Estudo Etnoambiental, ANAÍ, 2009.

Com o canal artificial do Caboclo Bernardo e sistema de comporta, o nível do rio é controlado pela empresa, modificando completamente a forma de ocupação e uso das margens do rio usado na agricultura (**foto 29**). As várzeas do Rio Comboios eram áreas de cultivos de alimentos nos períodos de seca, mas devido às intervenções, os brejos ficaram inundados o ano inteiro, perdendo a fertilidade da dinâmica natural de cheia e vazante, alterando o cultivo da aldeia o ano inteiro (**foto 30**). Desse modo, a prática da agricultura a comunidade Tupinikim de Comboios – foi drasticamente afetada.



Foto 29: Margem do Rio Comboios com destaque para áreas usadas na agricultura
FONTE: Acervo pessoal, 2015.



Foto 30: Margem do Rio Comboios
FONTE: Acervo pessoal, 2015.

Além da quantidade de água, os Tupinikim de Comboios relataram sobre alterações na qualidade da água do Rio Comboios: “[...] hoje não temos nosso rio, temos é um braço do Rio Doce. A água tem gosto de lama, fede, causa febre, vômitos, encaroça o corpo. Antes era o mesmo que beber água mineral. Tinha lagoas. O canal foi engolindo as lagoas [...]” (AGB-ES, 2004, s/n). Isto porque o Rio Comboios passou a receber um grande volume de água com todos os resíduos e dejetos lançados no Rio Doce. A comunidade também percebeu que a qualidade da água também prejudicou a produtividade do peixe, camarão e perda na diversidade de peixes:

[...] Antigamente agente pescava pra comer e dava até pra vender, hoje tá tudo descontrolado pode pescar o dia inteiro e não trazer nada pra casa (Luiz de Comboios apud ANAÍ, 2009, p. 175).

[...] Antigamente pegava 30 kg de camarão por semana, hoje no máximo 5 kg. Pescava roncador, bagre, acará, piau, pampo, biabanha, tainha, traíra, curimatã, maroba, robalo... Hoje só tem bagre e piranha” (Zenário de Comboios apud ANAÍ, 2009, p.175).

Este capítulo evidencia diversos impactos ambientais provocados com o manejo da monocultura de eucalipto. Com a fusão dos dados sobre o uso das terras indígenas Tupinikim Guarani e Tupinikim de Comboios apresentados nas **tabelas 11 e 12** dos estudos da ANAÍ (2009), tem-se uma visão total dos usos da terra e seus impactos, como se pode observar na **tabela 14**.

Observa-se que a maior parte das áreas de mata nativa foi substituída pela monocultura do eucalipto, provocando grandes transformações na paisagem: o plantio de eucalipto ocupa uma área de 8.146 ha (45%) do total das terras indígenas. Para o manejo e transporte do eucalipto ocuparam 568 (3%) ha da área total com estradas planejadas. A empresa utilizou o sistema de manilhamento em vários trechos do rio, passando por nascentes, córregos, barragens, alterou todo o ciclo das bacias e diminuiu a quantidade de água, além de perder uma grande área

para o plantio. Assim, este empreendimento é um dos principais causadores da erosão do solo e assoreamento dos rios nos territórios indígenas.

Tabela 14 - Uso da terra e cobertura vegetal da TI Tupinikim Guarani e Tupinikim Comboios

| USO E OCUPAÇÃO | AREA | (ha) % |
|---|---------------|---------------|
| Vegetação nativa (restinga, mangue, brejos e alagados) | 4.118 | 22% |
| Vegetação em regeneração (restinga e capoeira) | 3.422 | 18% |
| Monocultura de eucalipto (em diversos estágios) | 8.146 | 45% |
| Pastagem (pastos limpos, sujos, restinga estágio inicial e colônia) | 967 | 5% |
| Roças e cultivos | 513 | 2% |
| Estradas e aceiros | 568 | 3% |
| Áreas impactadas/uso conflitivo/estrada pavimentada (gasoduto, linha de transmissão...) | 154 | 0,82% |
| Corpos d'água | 465 | 2% |
| Moradias | 233 | 1% |
| TOTAL | 18.586 | 100,00 |

FONTE: ANAÍ, 2009.

Por outro lado, constatou-se que parte da área indígena é ocupada com empreendimentos oriundos dos setores privados e públicos. Estes empreendimentos são: Gasoduto Lagoa Parada-Vitoria, Aterro Sanitário Brasil Ambiental, Linhas de Transmissão, Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e Estradas de Rodagem. Alguns resultados dessa pesquisa serão expostos resumidamente, a seguir.

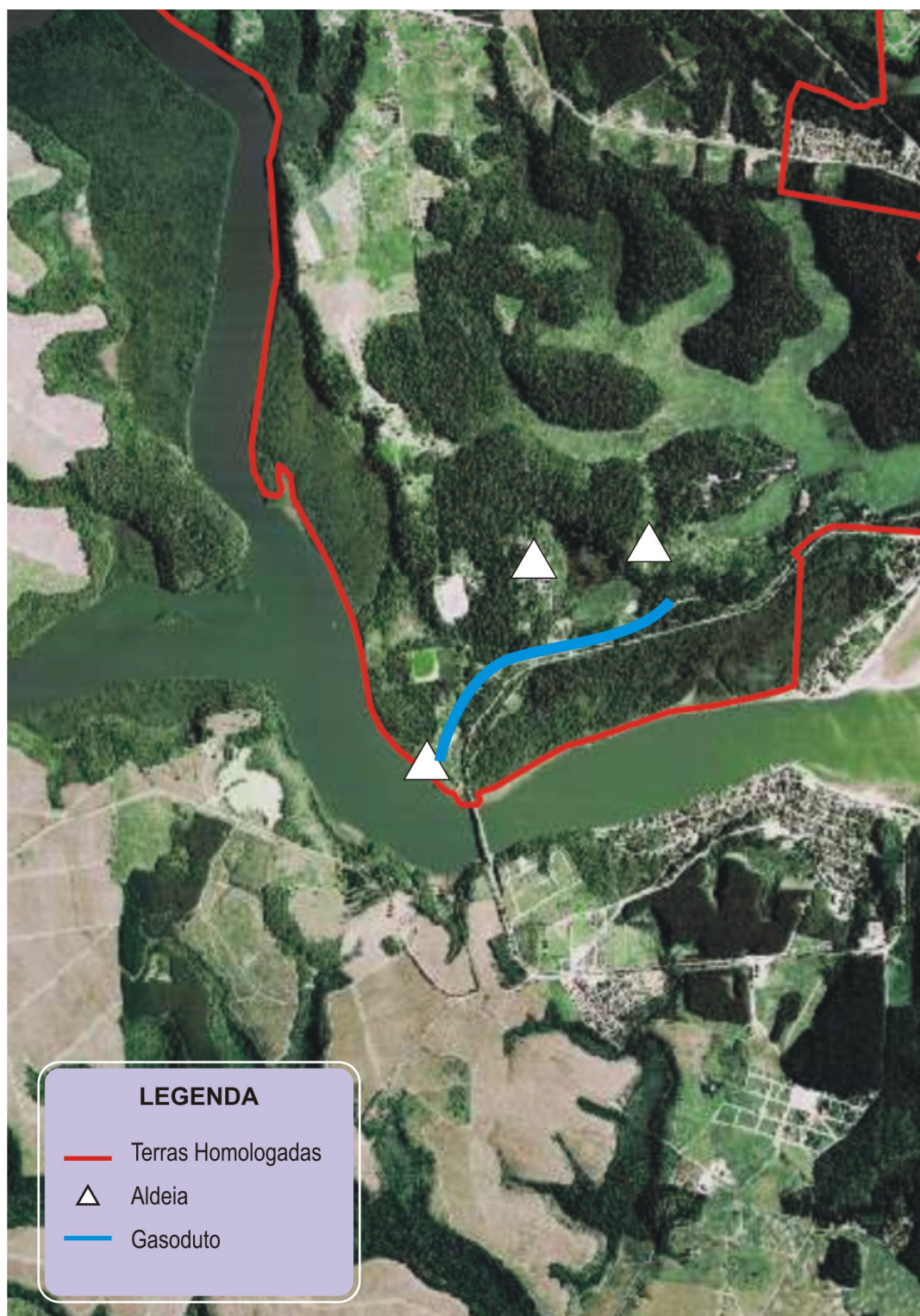
3.2 ESTRUTURAS PRIVADAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E SEUS IMPACTOS

3.2.1 Gasoduto Lagoa Parda-Vitória

O Gasoduto Lagoa Parda-Vitória pertence à empresa PETROBRÁS. A sua implantação nas terras indígenas Guarani (Três Palmeiras e Boa Esperança) e Tupinikim (Caieiras Velhas, Pau Brasil e Comboios) teve início em 1981.

Este empreendimento causou impactos permanentes sobre a população indígena. Segundo o estudo etnoambiental (ANAÍ, 2009), na região da aldeia do rio Piraqueaçu, o gasoduto afetou todo o sistema hídrico local, como o modo de vida dos índios Guarani, além de incomodar e amedrontar. A 100m da aldeia há uma válvula reguladora de pressão que emite um barulho assustador, incomodando toda a comunidade (**mapa 14**).

Segundo estudo etnoecológico da Petrobrás, o Gasoduto foi licenciado pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e houve indenização aos índios pelo empreendimento. No entanto, os índios questionam a existência de riscos nas suas comunidades.



Mapa 14: Gasoduto Lagoa Parda-Vitória próximo da Aldeia Piraqueçu.
FONTE: Sistema Municipal de Geoprocessamento (SIMGEO), Prefeitura de Aracruz.

3.2.2 Aterro Sanitário

A empresa responsável pelo aterro sanitário é a Brasil Ambiental do Grupo Ambitec. Parte do aterro sanitário está dentro do território indígena, na cabeceira do Córrego Morobá, um dos afluentes do Rio Guaxindiba e próximo da aldeia de Areal, conforme mostra o **mapa 15**.

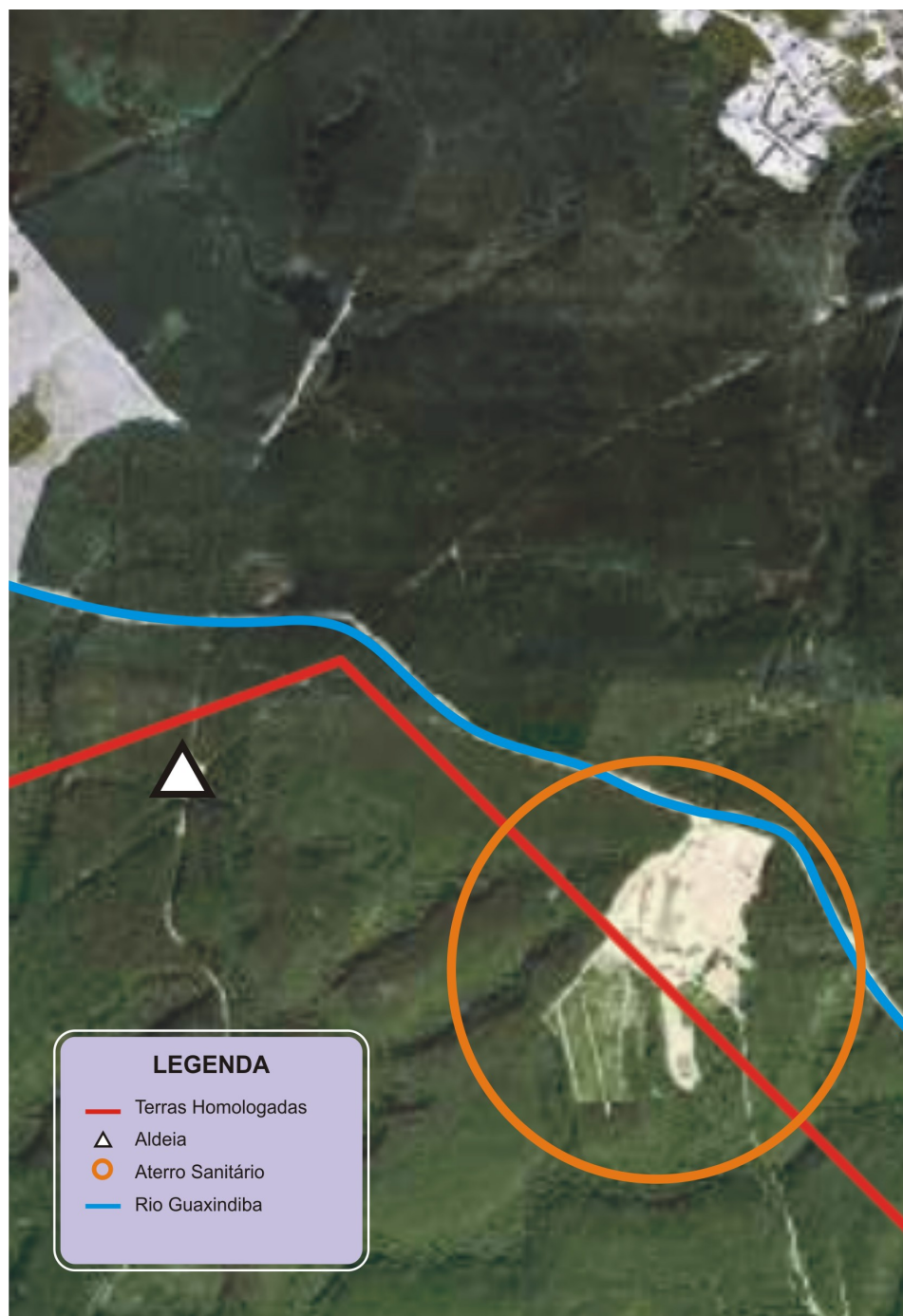
O Rio Guaxindiba é muito importante para o modo de vida tradicional da aldeia de Pau Brasil, que utilizava o rio para o banho, lazer, lavar roupa, pescar e espaço de socialização da comunidade.

Na parte do aterro sanitário que se encontra dentro do território indígena, está grande parte da infraestrutura para a logística do aterro. Existem duas lagoas de secagem de lodo e quatro tanques de depósito desse lodo, uma célula de resíduos industriais, um incinerador de resíduos, um sistema de tratamento de chorume, um laboratório de análises químicas, três tanques para estocagem de óleo e uma célula cavada sem utilização ao lado da célula de resíduos industriais. Pela proximidade do aterro sanitário a aldeia de Areal sofre com o odor, com a presença de moscas e muita poeira causada pelo tráfego de caminhões nas estradas, dentro da terra indígena, que leva ao aterro sanitário.

Considerando as diversidades de resíduos (classe I, II e III)²⁶ que são depositados no aterro sanitário, os riscos de contaminação do meio ambiente são muito grandes, de forma muito especial em relação à localização deste aterro, pois um acidente por

²⁶ Resíduos: classe I perigosos, II inertes e III não inertes, de fontes industriais, comerciais e resíduos domésticos urbanos.

infiltração nas lagoas de estabilização e secagem ou no sistema de tratamento de chorume afetaria drasticamente todas as aldeias.



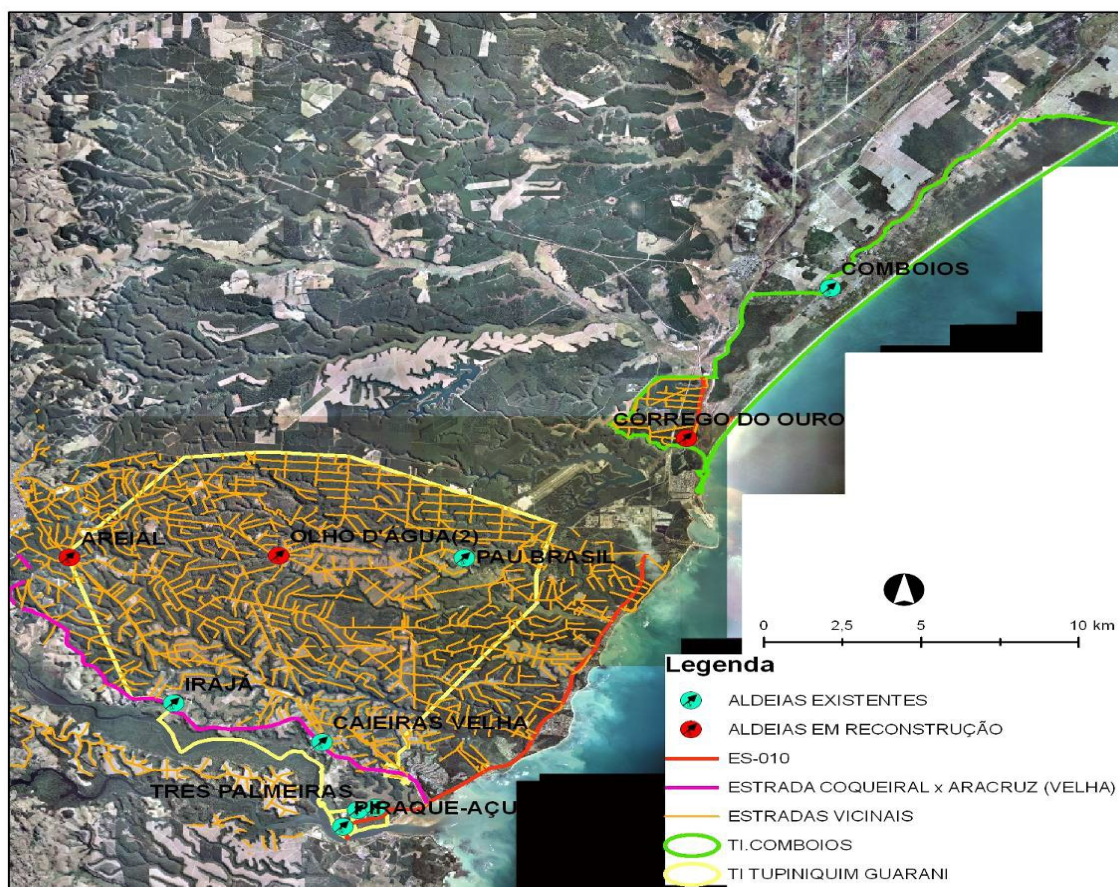
Mapa 15: Aterro Sanitário na Aldeia Areial (Tupiniquim)
FONTE: Sistema Municipal de Geoprocessamento (SIMGEO), Prefeitura de Aracruz.

3.2.3 Linhas de Transmissão

As linhas de transmissão de alta voltagem passam pelas terras indígenas da última demarcação e homologação. As áreas de servidão das linhas ocupam um total de 102,03 ha na terra indígena (ANAÍ, 2009). Para a aldeia de Comboios que tem pouca terra agricultável, esta área é imprescindível para subsistência da aldeia, além dos riscos que representa para as crianças ao usarem as torres para brincar. Os índios reclamam que não houve nenhuma conversa com a empresa Escelsa Energias do Brasil, responsável pelo empreendimento e muito menos informação sobre os riscos que representa para os índios.

3.2.4 Estradas

As estradas que percorrem as terras indígenas somam um total de 568,91 ha. Estão divididas entre a Rodovia ES-010, de responsabilidade do Departamento Estadual de Rodovias (DER-ES), e as estradas vicinais (corredores), construídos em função da logística do eucalipto. Desse total, 90% são ocupadas pelas estradas vicinais. Percebeu-se que os impactos sobre as terras indígenas para o manejo da monocultura de eucalipto é muito grande, como vimos anteriormente, além de perder uma grande área para a agricultura (**mapa 16**).



Mapa 16: Rodovia ES-10 e estradas vicinais nas terras indígenas Tupinikim Guarani.
 FONTE: ANAÍ, 2009.

3.2.5 Estação de Tratamento de Esgoto (ETE)

No início de 1978 a empresa Aracruz Celulose construiu o bairro Coqueiral com 1053 casas, no município de Aracruz. Para atender esta infraestrutura, a referida empresa construiu a Estação de Tratamento de Água (ETA) e uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). Com o Decreto Municipal nº 2.689 de 13/06/86 ocorreu a desapropriação e dessa forma a ETE do bairro Coqueiral passou a ser operada pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz (SAAE). Através do Decreto Federal em 19/04/04 foram homologadas as terras indígenas pela FUNAI, que antes pertenciam ao município (Parecer Técnico nº 063 – IBAMA, 2004). Assim a ETE situa-se na área indígena demarcada, como se pode observar no **mapa 17**:



Mapa 17: Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) – Aldeia Piraqueaçu.
FONTE: Sistema Municipal de Geoprocessamento (SIMGEO), Prefeitura de Aracruz, 2011.

Segundo análises e considerações do IBAMA, as águas na proximidade da ETE apresentam coliformes fecais elevados, imprópria para o consumo humano. A comunidade indígena da aldeia do Piraqueaçu que reside a menos de 100 metros da

ETE, tinha a prática tradicional de cavar poço artesiano e utilizar sua água para beber, molhar horta e demais usos. Além deste impacto na qualidade da água subterrânea, o odor pela secagem do lodo incomoda a comunidade indígena.

Outro impacto é causado pelo efluente que é lançado ao lado da aldeia, próximo à foz do Rio Piraqueaçu. Considerando também que os indígenas utilizam muito esta região para pesca, coleta de caranguejo e siri.

Além de toda área degradada, não existe um programa de monitoramento e controle ambiental dessa Estação de Tratamento de Esgoto, como se observa nas **fotos 31, 32, 33:**



Foto 31: As bordas da lagoa anaeróbia em processo erosivo.
FONTE: Acervo pessoal, 2015.



Foto 32: Lagoa anaeróbia com lodo.
FONTE: Acervo pessoal, 2015.



Foto 33: Lagoa anaeróbia desativada em péssimo estado de conservação.
FONTE: Acervo pessoal, 2015.

CAPÍTULO 4

**RESPONSABILIDADES DECORRENTES DA
NOVA DEMARCAÇÃO E DA
HOMOLOGAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS**

CAPÍTULO 4: RESPONSABILIDADES DECORRENTES DA NOVA DEMARCAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

O ponto culminante no tratamento da questão indígena só se deu com a Constituição de 1988. Aqui foi instaurado o novo paradigma, rompendo-se com o modelo equivocado de propriedade e tratando com profundidade e extensão as questões indígenas. Nesse processo, foi garantido aos indígenas o direito à terra que tradicionalmente ocupam, nos termos do artigo 231, que dispõe: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

Darcy Ribeiro (1970, p.254-255) demonstra que para a configuração da identidade indígena não há necessidade da descendência genética:

Indígena é no Brasil de hoje, essencialmente, aquela parcela da população que apresenta problemas de inadaptação à sociedade brasileira, em suas diversas variantes, motivados pela conservação de costumes, hábitos ou meras lealdades que a vinculam a uma tradição pré-colombiana. Ou, ainda mais amplamente: índio é todo indivíduo reconhecido como membro de uma comunidade pré-colombiana que identifica como etnicamente diversa da nacional e é considerada indígena pela população brasileira com que está em contato [...]. Entre os índios assim definidos está incluída, por exemplo, a pequena Dária, menina quase loura de olhos claros, que encontramos numa aldeia Urubu-Kaapor, filha de uma índia e de um branco que por lá andou, Dária não fala senão o dialeto Tupi daqueles índios, vê o mundo como qualquer outra criança da sua aldeia e é por todos considerada como membro da tribo, não obstante a extravagância de sua cor.

Os povos indígenas com 225 etnias estão espalhados praticamente em todo o território brasileiro, sendo a região Norte a que possui o maior número de índios, de forma especial o estado do Amazonas e representa 0,25% da população brasileira, modificou-se ao longo dos séculos, de forma especial a especialização no território

brasileiro. Dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)²⁷ mostra a situação das terras indígenas no Brasil, em 2008 (**tabela 15**).

Tabela 15: Situação das TI no Brasil

| Situação das Terras Indígenas | Quantidade | % |
|-------------------------------|------------------|--------|
| Registradas | 343 | 40,54 |
| Homologadas | 49 | 5,80 |
| Declaradas | 59 | 6,97 |
| Identificadas | 22 | 2,60 |
| A identificar | 122 | 14,42 |
| Sem providências | 216 | 25,53 |
| Reservadas/Dominiais | 35 | 4,14 |
| Total | 846 ⁶ | 100,00 |

FONTE: Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 2008.

As terras indígenas habitadas pelos indígenas sofreram diversas formas de tratamento desde a época da colonização.

4.1 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E AS QUESTÕES INDÍGENAS

No passado não havia leis e políticas que efetivamente garantissem sobrevivência física e cultural dos povos indígenas, nem que combatessem a violência por particulares e pelas próprias autoridades do Estado. A Constituição de 1891 não fazia sequer menção à existência de índios no território brasileiro (ARAÚJO, 2006). Apenas em 1916, na Lei n. 3.071 do Código Civil, os índios (silvícolas) são

²⁷ Disponível – <http://www.cimi.org>

mencionados e qualificados como “[...] incapazes relativamente a certos atos [...]” (art. 6º, III). E com o advento da Lei n. 4.121 em 1962, foi acrescentado o parágrafo único ao art. 6º a seguinte redação: “[...] O silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará à medida que se forem adaptando à civilização do País.”

O Estatuto do Índio (1973), infelizmente também limitou o regime tutelar aos índios e às comunidades indígenas ainda não integrados (art. 7º). Isto significa que o regime tutelar cessará a partir do momento em que ele estiver integrado ao meio social, ou seja, será considerado índio e protegido enquanto não estiver integrado; depois de integrado, perderá a proteção (BARRETO, 2003).

O Código Civil vigente de 2002 (Lei n. 10.406) não trata os índios como incapazes, mas remete à legislação especial regular a sua capacidade (art. 4º). Tal mudança está de acordo com os novos paradigmas vigentes a partir da Constituição Federal de 1988. Supera o entendimento de que os índios são relativamente incapazes de certos atos da vida civil.

Num brevíssimo histórico haveremos de notar as alterações constitucionais referentes aos indígenas, limitando os seus direitos à posse da terra.

A primeira Constituição Brasileira (1934) ao mencionar os índios, atribuiu à União a competência para legislar sobre “incorporação dos silvícolas a comunhão nacional” (art. 5º, XIX, m), reconhecendo-lhes a posse da terra nas quais se encontrem permanentemente localizados (art. 129). Mas em nada alterou o tratamento

destinado aos índios. As demarcações nesta época foram precárias, pois confinavam índios de diferentes origens em uma mesma reserva, ignorando diferenças culturais. O fruto desta política foi a criação do Parque Nacional do Xingu, em 1961, pelo Governo de Jânio Quadros. Ali começou um novo modelo de tratamento da questão indígena, que inspirou o paradigma dos anos de 1980.

As Constituições de 1937 e de 1946 apenas se limitaram a repetir a disposição quanto ao reconhecimento à posse da terra (art. 154 e art. 216). A alteração significativa ocorreu com a Constituição Federal de 1967, que transferia para o domínio da União as “[...] terras ocupadas pelos silvícolas [...]” e inalienáveis (art. 4º, IV). Também neste mesmo dispositivo é atribuído aos indígenas “[...] o usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas (terras) existentes.” No entanto, a Constituição de 1946 e de 1967 preserva a política integracionista (art. 5º, XV, r e art. 8º, XVII, o).

Observa-se que nas alterações mantiveram-se os mesmos regimes quanto ao domínio da União sobre as terras indígenas, bem como quanto à política integracionista e a inalienabilidade dessas terras. Como consequência da disciplina constitucional, ainda hoje se repete a limitação da tutela jurídica à posse das terras tradicionalmente ocupadas.

Com a Constituição de 1988 foi instaurado o novo paradigma, rompendo-se com o modelo equivocado de propriedade e tratando com profundidade e extensão as questões indígenas. Antes da Constituição de 1988, os direitos indígenas reconhecidos, eram basicamente restritos ao direito de posse sobre a terra; a partir

da CF/1988 houve uma significativa ampliação desses direitos, sobretudo como consequência do reconhecimento de sua “[...] organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, [...]” (art. 231).

Sobre a posse indígena destaca-se a contribuição de Silva (1994, p.730):

Quando a Constituição declara que as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios se destinam à sua posse permanente, isso não significa um pressuposto do passado para uma ocupação efetiva, mas, especialmente, uma garantia para o futuro, no sentido de que essas terras inalienáveis e indisponíveis são destinadas, para sempre, ao seu **habitat**. Se assim se destinam (destinar significa apontar para o futuro) à posse permanente é porque um direito sobre elas preexiste à posse mesma, e é o direito originário já mencionado.

Assim, é possível entender que o direito à posse não se limita a habitação, mas também se destina à realização de suas atividades produtivas, para preservação dos recursos naturais, bem como sua organização social, segundo seus usos, costumes e tradições.

Quanto ao usufruto, Santilli (1999, p.49) afirma que:

Vê-se que o direito de usufruto assegura aos índios a utilização de todos os bens e recursos naturais existentes em suas terras, bem como a possibilidade de explorarem comercialmente tais recursos. Assim, os índios podem usar e fruir de suas riquezas naturais, tanto para seu próprio consumo quanto para suprir as necessidades de consumo de bens de que não dispõem [...]. Quando tais atividades se destinarem a fins comerciais, entretanto, estarão sujeitos às normas legais específicas, inclusive de natureza ambiental.

Cumprido destacar que este usufruto não poderá ser alienado, pois as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens da União.²⁸ Fica evidente que o

²⁸ Artigo 22: São bens da União: (...) XI – as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

modelo de propriedade indígena não se pode confundir com o modelo privatístico moderno²⁹.

4.1.1 Danos ambientais, sociais, culturais e econômicos: interesse coletivo dos povos indígenas.

Importante ressaltar que a questão a ser tratada na presente pesquisa, envolve danos ao meio ambiente, social, cultural e econômico, e logicamente, há o interesse coletivo dos povos indígenas Tupiniquim-Guarani do município de Aracruz, conforme se denota no art. 1º, I e IV da Lei nº 7347/85³⁰.

O conceito legal de impacto ambiental está estabelecido pelo Conama em 01/86 no artigo 1º:

Considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente afetam: I) a saúde, a segurança e o bem estar da população; II) as atividades sociais e econômicas; III) a biota; IV) as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V) a qualidade dos recursos ambientais.

Aborda, principalmente, a questão dos danos ao meio ambiente que afetam os direitos coletivos indígenas. Como não poderíamos deixar de frisar, a situação dos

²⁹ De acordo com o Código Civil em seu art.1.228, a propriedade é conceituada a partir dos poderes conferidos ao proprietário. É possível constatar neste conceito, que o direito da propriedade é conferido ao proprietário a partir das faculdades de “[...] usar, gozar e dispor da coisa [...]”, bem como “[...] de reavê-la do poder de quem quer que ajustamento a possua ou detenha [...]”.

³⁰Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: [\(Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994\)](#).

I - ao meio-ambiente; IV – a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; [\(Renumerado do Inciso III, pela Lei nº 10.257, de 10.7.2001\)](#)

impactos ambientais é decorrente da monocultura do eucalipto e dos impactos de estruturas privadas e serviços públicos nas terras indígenas do Município de Aracruz/ES. Esse fenômeno se deve a nova demarcação e homologação, como já apresentado anteriormente.

A Constituição de 1988 art. 231, §1º e 2º garante o usufruto exclusivo dos indígenas em relação às suas terras, quando afirma:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e **os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam**, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se **a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.** (grifo nosso)

Fica nítido que o constituinte visou resguardar ao máximo as terras onde viviam os povos indígenas, para que estes pudessem ali ter protegido seu habitat, desenvolver seu modo de vida, sua cultura, etc...

Da mesma forma a questão foi tratada pela Convenção nº 169/1989 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), ratificada pelo Brasil, que descreve no art.15: “Gozará de especial proteção o direito dos povos indígenas e tribais aos recursos naturais existentes em suas terras. Esses direitos abrangem o direito desses povos de participarem da utilização, administração e conservação desses recursos.”

Essas imposições não representaram novidade, pois o Estatuto do Índio (lei nº 6001/73) já dispunha:

Art.22 – Cabe aos índios ou silvícolas a posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes.

Art. 2º - Cumpre à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos:

[...]

IX – garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos da Constituição, a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhe o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes.

A Constituição Federal, inclusive, rompeu com o regime anterior, estabelecendo serem nulos quaisquer atos que atentem ao direito dos povos indígenas em exercerem o uso das terras indígenas. Assim afirma o art. 231, § 6º: “[...] São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes [...]”.

Conclui-se que é inconstitucional qualquer ocupação, construção ou ato em geral que, no interior de terra indígena, perturbe o regular usufruto desta terra pelos povos indígenas.

Nesse sentido, a 6º Câmara de Coordenação e Revisão (Comunidades Indígenas e Minorias) do Ministério Público Federal, nos termos do “Compromisso de Brasília”, do V Encontro Nacional da 6º Câmara de Coordenação e Revisão, em 2002, decidiu o seguinte:

A implantação de empreendimento em terras indígenas é vedada, enquanto não advier a Lei Complementar prevista no art. 231, § 6º da Constituição Federal. Em procedimento indevidamente iniciados ou implantados, no procedimento para fixar a indenização, devem ser ouvidas

as comunidades direta ou indiretamente envolvidas e tomadas as cautelas para que não cause impacto negativo maior.

Cabe registrar que essa determinação já fora feita pelo Estatuto do índio (lei nº 6001/73) no ano de 1973. Confira-se no art.62: “Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos dos atos de qualquer natureza que tenha por objeto o domínio, a posse ou ocupação das terras habitadas pelos índios ou comunidades indígenas”.

Portanto, qualquer empreendimento que perturbe o exercício do usufruto dos indígenas sobre a extensão da terra indígena, constitui agressão a direitos assegurados a tais povos.

É o caso das terras demarcadas e homologadas em área contínua, 18.027 hectares de terras indígenas no município de Aracruz/ES. São ocupadas por nove (09) aldeias com uma população de 3.330 índios de etnia Tupinikim e Guarani (FUNAI: Censo 2014), enfrentam atualmente uma conjuntura de degradação das condições ambientais nas suas terras. E o futuro dessas comunidades indígenas é incerto e difícil, porque o problema das condições de sobrevivência e da qualidade de vida depende de soluções para os impactos sobre as suas vidas.

A propósito desta questão, quanto ao usufruto exclusivo dos povos indígenas, se faz necessário registrar, como bem assinalou o então Procurador da República Gilmar Ferreira Mendes, na contestação apresentada pela União Federal na Ação Cível Originária nº 362, proposta pelo Estado do Mato Grosso contra a União e a FUNAI em 1988, sob o título “O Domínio da União sobre as terras indígenas – O Parque Nacional do Xingu”, afirmou que a

[...] lei não é instrumento hábil para transferir para o domínio do Estado os bens pertencentes aos índios e à União. O Decreto-lei nº 9.960, de 1946, já considera que pertencem à União os terrenos pertencentes aos índios ou colônias militares. De modo que esses bens de há muito são incorporados ao patrimônio da União (CIMI-Leste, 1996, p.30).

O mesmo se aplica a experiência recente, em referência ao direito sobre a Terra Raposa/Serra do Sol, Rosane Lacerda (2008, p.2) acrescenta que o

[...] constituinte de 87/88 reconheceu aos povos indígenas os direitos originários e imprescritíveis de posse permanente sobre as terras que tradicionalmente ocupam, e de usufruto exclusivo das riquezas naturais de seu solo, rios e lagos. Conferiu à União o dever de demarcar tais terras e protegê-las. E ao fazer tudo isso, tomou o cuidado de declará-las como bens patrimoniais da União Federal, indisponíveis e inalienáveis.

Essas considerações, por si só, mostram que a relação entre o índio e suas terras não se limita ao direito privado. A terra é essencial para a sobrevivência física dos povos indígenas. É dela que provém a comida de que se alimentam, é nela que constroem sua moradia. Os índios aproveitam a terra coletivamente e desconhecem as fronteiras do privado. Não existem fronteiras entre o “meu” e o “do outro”. Alcinda Ramos (2009, s/n) ensina que, para eles:

A terra não é e não pode ser objeto de propriedade individual. De fato, a noção de propriedade privada da terra não existe nas sociedades indígenas. [...] Embora os produtos do trabalho pudessem ser individuais, ou melhor dizendo, familiares, o acesso aos recursos era coletivo. [...] A terra e seus recursos naturais sempre pertenceram às comunidades que os utilizam, de modo que praticamente não existe escassez, socialmente provocada, desses recursos.

A terra é também forma de sobrevivência cultural dos povos. No espaço territorial que ocupam ocorrem as mais diversas manifestações culturais, sociais, familiares, religiosas, etc. A Terra indígena ou Tekoha “[...] significa a terra onde se produz a vida, se reproduz a cultura. É onde jazem os elementos essenciais para a auto-sustentabilidade (rios, pesca, matos, remédios, caça, materiais de construção).³¹”

³¹ Ação Civil Pública de obrigação de não fazer ajuizada pelo Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul. Disponível em: http://www.prms.mpf.gov.br/info/not/acp_sepultamento.pdf,

4.1.2 Da Reparação pelos danos e persistência da questão indígena

A Constituição de 1988, artigo 225 estabelece que “[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações.” O parágrafo primeiro, inciso IV deste artigo prevê que para a efetividade desse direito, é dever do Poder Público: “[...] exigir, na forma da lei, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, ao que se dará publicidade”.

As atividades econômicas também devem adotar medidas em defesa do meio ambiente, conforme prevê o artigo 170 e inciso VI, que trata da “ordem econômica e a livre iniciativa”.

Da mesma forma foi tratado na Constituição do Estado do Espírito Santo, que estabeleceu em seus artigos 186 que: “Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente saudável, impondo-se-lhes e, em especial, ao estado e aos municípios, o dever de zelar por sua preservação, conservação, e recuperação em benefício das gerações atuais e futuras”. E no art. 187, exige da empresa que deseja se instalar, operar e ampliar sua obra ou atividade que poderá causar degradação do meio ambiente, “[...] relatório de impacto ambiental, na forma da lei que assegurará a participação da comunidade em todas as fases de sua discussão”.

No presente estudo, a ação danosa foi causada pela empresa Aracruz Celulose, decorrente da monocultura de eucalipto, empresa privada, com impacto de estruturas e serviços públicos.

Dentro das TIs segundo Código Florestal Brasileiro, Lei 4.771/65 de 15 de Setembro de 1965, em seu Art. 3º § 2º, diz que: “[...] - As florestas que integram o Patrimônio Indígena ficam sujeitas ao regime de preservação permanente (letra "g") pelo só efeito desta Lei”.

E ainda o art.3º - “A exploração dos recursos florestais em terras indígenas somente poderá ser realizada pelas comunidades indígenas em regime de manejo florestal sustentável, para atender a sua subsistência, respeitados os artigos 2º e 3º deste Código”, são os artigos que tratam das Áreas de Preservação Permanente - APPs.

Além desses problemas, a empresa Aracruz Celulose desde a sua implantação, também realizou vários procedimentos como: desvios de rios, córregos e construção de barragens (dique), sem a elaboração de Estudos Prévios de Impacto Ambiental (EPIA) e sem o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Assim as água percorrem por canais de uma barragem até a outra barragem com uma comporta para regular a passagem das águas dos Rios Gimuhuna e Riacho para o oceano. Toda essa infraestrutura para atender a Aracruz Celulose.

Por isso, foi criada a Comissão Parlamentar de inquéritos (CPI), através da Resolução nº 2.028/2002 da Assembléia Legislativa, com objetivo de investigar possíveis irregularidades nos licenciamentos das atividades da Aracruz Celulose S.A. Na “CPI da Aracruz” (2002), em depoimento a geógrafa Simone constatou que o plantio de eucalipto da empresa Aracruz Celulose já tinha infringido a Resolução

do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), nº 303 de 2002, (art. 3º, “2”), que estabelece limites e definições referentes às Áreas de Preservação Permanente. Também infringiu a Resolução do CONAMA nº 004/85, ainda em vigor, a ausência de mata ciliar em zonas de recargas hídricas, não foi respeitado o mínimo de 30 metros de mata ciliar determinado pelo Código Florestal. No período de implantação, os monocultivos de eucalipto não respeitaram os limites impostos pela legislação e ocuparam as margens ciliares dos rios, nascentes e brejos (APPs), que, atualmente, encontra-se com uma vazão mínima, com várias evidências de eutrofização das águas, devido à lixiviação de fertilizantes sintéticos utilizados no cultivo de eucalipto.

Outro problema nessa região, já apresentado, foi a introdução da água do Rio Doce no Canal Caboclo Bernardo, modificando completamente as margens dos rios, suas águas. Essa degradação teve a conivência dos poderes público, Estadual e Municipal, licenciando sem a exigência de EIA/RIMA (MARACCI, 2008), exigência estabelecido na Resolução 01/86 do CONAMA artigo 2º, que dispõe sobre transposição de bacias:

Art. 2.º Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental-RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como: [...] VII - Obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, tais como: barragens para fins hidrelétricos, acima de 10 MW, de saneamento ou de irrigação, abertura de canais para navegação, drenagem e irrigação, retificação de cursos d'água, abertura de barras e embocaduras, transposição de bacias, diques [...];

Dr. José Cláudio Pimentel, promotor do Estado do Espírito Santo, se manifestou sobre esse processo (OF/CAAB/Nº292/2001):

No tocante aos licenciamentos ambientais relacionados com a empresa Aracruz Celulose, que tramitam junto à Seama, constatamos que há uma licença requerida pela Prefeitura Municipal de Aracruz, para adução de

água do Rio Doce, mediante um sistema de canais e comportas de controle de vazão e transferência d'água até o Rio Riacho, tendo como beneficiário principal a empresa, com direcionamento do fluxo d'água para o sistema de captação do complexo industrial da fábrica de celulose. Releva salientar que esse licenciamento foi requerido pelo poder público municipal, sob os auspícios de critérios privilegiados, em face ao interesse público subjacente. Nesse caso, de forma inusitada, na fase de acompanhamento e cumprimento das condicionantes impostas, a Seama passou a tratar o assunto diretamente com a empresa Aracruz Celulose, que assumiu as obrigações antes pactuadas pela municipalidade (apud AGB-ES, 2004, s/n).

No estudo anterior sobre o Canal Caboclo Bernardo, temos uma demonstração clara que a empresa é a maior beneficiária desse processo, que é fruto de omissão e irresponsabilidade do Município de Aracruz, do Estado e de seus órgãos licenciadores, com a violação do direito à água.

Por tudo isso, no dia 08 de julho de 2011, a Justiça Federal condenou o Município de Aracruz, o Estado do Espírito Santo, através da SEAMA, a empresa Aracruz Celulose e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em decorrência do projeto de transposição das águas do Rio Doce para o Rio Riacho e para o abastecimento da fábrica de celulose (Ação Civil Pública – Processo nº 0003717-89.2002.4.02.5001).

Dessa forma, o Município de Aracruz e a empresa Aracruz Celulose, em obrigação solidária de fazer estudo e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA), contemplando soluções para os problemas advindo do empreendimento em questão e o valor para solucionar o problema dos impactos ambiental, em um prazo de 6 meses. A Aracruz Celulose deverá arcar com todos os custos, relativo à confecção do EIA/RIMA, inclusive a contratação de entidade especializada para elaborar tais estudos e relatório.

O Estado do Espírito Santo, através da SEAMA e o IBAMA são obrigados participar e analisar o EIA/RIMA em questão, bem como observar os procedimentos administrativos para decisão quanto ao EIA.

Em relação aos impactos de estruturas e atividades externas às terras indígenas, destaca-se o Aterro Sanitário, linha de transmissão e Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). No Estatuto do Índio no seu Título III Da Terra dos Índios fica claro e evidente que qualquer intervenção e exploração econômica de terceiros dentro de área indígena é vedada, salvo os casos de segurança nacional como mineração de riquezas estratégicas e áreas de servidão para a passagem de equipamentos estratégicos como gasodutos e linhas de transmissão. Uma intervenção de tamanho impacto no tempo e espaço como um aterro sanitário é algo em total desacordo com as possibilidades de uso dentro de uma terra indígena e suas redondezas.

Portanto, diante das lesões que vem sendo praticadas aos direitos dos povos indígenas em usufruírem das terras indígenas como melhor lhes convém, cabe indenização pelos danos causados, de acordo com o Código Civil artigo 927:

Aquele que, por ato ilícito (art. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos específicos em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, riscos para os direitos de outrem.

No presente estudo, vê-se a ação danosa, causada pela monocultura de eucalipto, às estruturas de atividades externas pelas empresas Aracruz Celulose, Petrobrás, Brasil Ambiental, Escelsa S/A e pelo poder público Municipal, Estadual e Federal, com a omissão e negligência em mitigar os danos aos povos indígenas.

A questão indígena em Aracruz, se ainda não parece caminhar para uma solução satisfatória para os índios, pelo menos nesta década que passou, trouxe algumas melhorias que permitiram ver uma luz no fim do túnel. No entanto, essa luz ainda está longe e, talvez, necessite de mais uma década para chegarmos ao seu final. Os índios ainda não têm autonomia econômica financeira. Os poucos que estão trabalhando ganham o salário mínimo, enquanto a maior parte da população pratica a economia de subsistência com base numa agricultura incipiente e rudimentar, ou vive da pesca e, em menor escala, da caça e coleta na natureza.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos foram os impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos com a implantação da Aracruz Celulose, a qual teve o apoio dos governos federal, estadual e municipal. Constatou-se que a atual situação dos impactos ambientais decorrentes da monocultura do eucalipto está presente por toda a extensão da área indígena. Esta constatação se verifica nos plantios de eucalipto no entorno e sobre as nascentes; na mudança nos cursos d'água; na retirada das matas ciliares; no assoreamento dos rios; na contaminação da água e do solo por agrotóxico; no manilhamento e represamento dos rios e córregos, bem como na construção das estradas para o transporte do eucalipto.

Com a introdução do plantio de eucalipto, o modo de vida dos índios Tupinikim e Guarani foi profundamente modificado e grande parte das suas terras, ocupadas com eucalipto, não estão mais acessíveis. Alterou-se a sua forma de produção e ocupação do território. Também houve a necessidade de readequar o sistema agrícola com o uso da mecanização, uso de insumos e implementação de cultivos de lavouras perenes, como o café.

A pesquisa também demonstra que a maior parte da população indígena encontra-se às margens do Rio Piraquê-Açu, como: Aldeia do Irajá, Caieiras Velha, Boa Esperança, Três Palmeiras e a aldeia Piraquê-Açu. Com a destruição dos rios e córregos tradicionalmente utilizados, passou-se a usar intensamente o ecossistema marginal do Piraquê-Açu como fonte de alimento e matéria prima, colocando em risco esse ecossistema e a sobrevivência da sua cultura.

Os índios do município de Aracruz também foram desrespeitados com os impactos decorrentes de estruturas e serviços públicos em suas terras demarcadas e homologadas. Identificaram-se:

- Canal Caboclo Bernardo: A canalização do Rio Doce realizada pela Aracruz Celulose, sem realizar o EIA-RIMA, que é uma exigência legal, com a única e exclusiva finalidade de atender a demanda de água da empresa. Os impactos dessa estrutura sofridos pela população indígena que vive às margens do Rio Comboios são graves: aparecimento de peixes mortos, aumento da população de piranhas, inundações das terras marginais que impedem o plantio tradicional. A comunidade indígena de Comboios não foi consultada sobre a possibilidade de uso do Rio Comboios que é utilizado por eles, e hoje são obrigados a conviver com estes impactos;

- Gasoduto da Petrobrás: A aldeia de Comboios e Piraquê-Açu são obrigadas a conviver com a tubulação do Gasoduto da Petrobrás, sem qualquer preocupação com relação aos impactos sobre as populações indígenas, bem como os riscos que esse empreendimento implica;

- Foi também identificado no quintal da aldeia Piraquê-Açu a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), conhecido como “pinicão”, receptor do esgoto do bairro Coqueiral, causando graves problemas para a saúde dos índios Guarani, tendo ocorrido inclusive a morte de uma criança e inúmeros problemas de pele;

- Aterro Sanitário da empresa Brasil Ambiental: Constatou-se que este empreendimento está próximo da nova aldeia de Areal e da cabeceira do Córrego Morobá. A presença desta estrutura está em total desacordo com o uso de uma terra indígena, pois a localização do aterro encontra-se em área muito delicada. Os resíduos ali depositados são eternos e há constante risco de contaminação pelo

rompimento da manta ou infiltração das “lagoas estabilização” bem como no sistema de tratamento do chorume, o que pode afetar a vida das aldeias;

- Linha de Transmissão: As Linhas de Transmissão da empresa Escelsa ocupam as poucas áreas agricultáveis da aldeia de Comboios. Em visita de campo, observou-se que além de representar riscos para as crianças ao brincarem perto das torres da linha de transmissão, também não há qualquer informação indicando a distância sobre a mesma;

- Estrada de Rodagem: A pesquisa de campo apontou os impactos com a estrutura de estradas que cortam as aldeias indígenas. Parte destas estradas é do Departamento Estadual de Rodovias (DER-010), e a outra parte é de estradas vicinais, construídas para atender a logística de eucalipto da Aracruz Celulose. Constataram-se que os impactos destas estradas vicinais sobre as terras indígenas são muito grandes e a Rodovia ES-010 representam um risco constante para as aldeias, inclusive, recentemente uma índia morreu ao ser atropelada.

Veem-se que os indígenas foram vítimas de abusos e desrespeito, pois não se trata apenas da vontade exercida pelos indígenas quanto ao usufruto exclusivo exercido sobre as suas terras, mas, da expropriação dos seus espaços de socialização, bem como das suas riquezas.

Também se evidenciou que a Constituição Federal de 1988 garantiu respeito e proteção à organização social, aos usos e costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas. Da mesma forma a Convenção 169/1989 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) exige que os índios sejam consultados em relação às medidas legislativas e administrativas que os afetam diretamente. Também afirma

que eles têm o direito de decidir sobre as prioridades indígenas e de gerir o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Este documento determina que em relação aos planos e programas de desenvolvimento que afetam os índios, têm eles o direito de participar de sua formulação, execução e avaliação.

Não obstante, constatou-se que os índios Tupinikim e Guarani de Aracruz foram excluídos das políticas de governo do Estado do Espírito Santo e do Município de Aracruz. Esses entes políticos foram perversamente omissos, tendo ignorado os direitos e interesses coletivos desse povo, deixando-o a mercê da empresa Aracruz Celulose.

Para resgatar os direitos coletivos dos índios de Aracruz é necessário cobrar a responsabilidade do Estado do Espírito Santo e da Prefeitura Municipal de Aracruz de avaliação dos impactos ambientais e o consequente dano social e cultural e econômico gerado pelas empresas privadas e pelo próprio poder público (Estado e Município).

Também é necessário que estes entes governamentais, em regime de colaboração, assumam a responsabilidade legal pelas lesões ambientais nas terras indígenas. Outra providência urgente consiste em que eles apoiem as cobranças de indenização pelos danos causados pelas empresas privadas nas terras indígenas, além de apoiarem as atividades tradicionais relacionadas à economia de subsistência e à cultura. O apoio e a facilitação do acesso das comunidades indígenas na participação nos programas de desenvolvimento agrários devem ser incrementados, considerando-se o seu modo de vida. Finalmente, espera-se destes

entes políticos que consultem a população indígena sobre os programas de desenvolvimento que a afete diretamente.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A GAZETA. **Gasoduto**. 29/03/1981.

A TRIBUNA. **Gasoduto**. 03/01/1982.

ARAÚJO, Ana Valéria. **Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”**: o direito à **diferença**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

ARCEL (Aracruz Celulose). **Relatório Anual** – 1996, 1999, 2000

_____. **Relatório de Sustentabilidade**, 2006

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. **Processo nº 0003717–89.2002.4.02.5001**.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Ação Civil Pública, Meio Ambiente e Terras Indígenas**. Ed. Lúmen Iuris, 1998.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (AGB) /seção Vitória/ES. **Estudo de Recuperação dos Rios Guaxindiba e Sahy no Município de Aracruz – ES**. Vitória, 2003.

_____. **Impactos da Apropriação dos Recursos Hídricos pela Aracruz Celulose nas Terras indígenas Guarani e Tupinikim – ES**, Relatório Final 2004.

_____. **A morte dos rios no deserto verde: Entrevistas: Relatório de visita aos Rios Sahy e Guaxindiba no município de Aracruz**. 2003

ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TUPINIKIM E GUARANI (AITG). **Estatuto da Associação**. 11/05/2005.

_____. **Fotos: acervo da AITG**.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AÇÃO INDIGENISTA. **Estudo Etnoambiental Terra Indígena Tupinikim e Terra Indígena Comboios**. Vol. I e II. Aracruz, 2010.

AZEVEDO, Ana Lúcia. **Brasil tem o fóssil humano mais antigo das Américas**. In: O GLOBO. Rio de Janeiro, 15-05-1994.

_____. **Ciência e Vida**. In: O GLOBO. Rio de Janeiro, 15-03-2000.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (BNDE). **Estudos setoriais. Insumos básicos. Papel e Celulose**. Rio de Janeiro, 1977.

BAUM, Gregory. **A modernidade: perspectiva sociológica**. Concilium/244. Petrópolis: Vozes, 1992/6

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1999. Tradução de Marcus Penchel.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 2001. Tradução de Plínio Dzientien.

BNDES – **A reestruturação do setor de papel e celulose**. Rio de Janeiro, 1999.

BARCELLOS, Gilsa Helena. **Desterritorialização e R-Existência Tupiniquim: Mulheres Indígenas e o Complexo Agroindustrial da Aracruz Celulose**. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia (tese de doutorado), Belo Horizonte, 2008.

BARRETO, Helder Girão. **As Disputas sobre Direitos Indígenas**. Seminário de Direito Ambiental – Ano V, Rio Branco/AC, 2003.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília: 2002.

BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Vade mecum saraiva. 2 ed. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2002.

BRASIL, Portaria nº 0783/94, de 30 de agosto de 1994. **Grupo Técnico** – Relatório final de reestudo da identificação das terras indígenas Caieiras Velhas, Pau Brasil e Comboios. Rio de Janeiro, 10 set. 1995.

BRASIL. Portaria nº 609, de 08 de novembro de 1979. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 dez. 1979.

BRASIL. Portaria nº 1.463, de 27 de agosto de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 ag. 2007. Seção 1, nº 166.

BRASIL. **Decreto nº 88.926** de 27 de outubro de 1983.

BRASIL. **Informação CEP/CJ nº 974/2006**. Ministério da Justiça – Consultoria Jurídica.

CARTAS DE NOTÍCIAS, da ARCEL, Abril/Maio/ junho 1981.

CASTRO, Eduardo Viveiros de & DANOWSKI, Débora. **Há mundo por Vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Desterro (Florianópolis): Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental – ISA, 2014

CEDEPPE. Certificações ISSO 9001, 14001, OHAS 18001 e SA8000. Disponível em http://www.orgplural.org/pagina_27.html

COMUNIDADES INDÍGENAS TUPINIKIM E GUARANI. **Carta Aberta à População. Aracruz**, 15 de setembro de 2006

CICCARONE, Celeste. **Drama e sensibilidade: migração, xamanismo e mulheres mbya guarani**. Revista de Indias, 2004, vol. LXIV, num. 230. No sítio revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/.../480, acessado em novembro de 2009.

CONSELHO INDIGINÍSTA MISSIONÁRIO (CIMI-Leste). **Campanha Internacional pela Ampliação das Terras Indígenas Tupinikim e Guarani**. Aracruz, 1996.

_____. **Brasil – resumo das terras indígenas.** Disponível em <http://www.cimi.org.br/?system=news&eid=242>

CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. v 8. 2 ed. Forense Rio de Janeiro, 2007.

CORTIANO JUNIOR, Eroulths. **O Discurso Jurídico da propriedade e suas rupturas: uma análise do Ensino do Direito de propriedade.** Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2002.

COTA, M. **Educação Escolar Indígena:** a construção de uma educação diferenciada e específica, Intercultural e bilíngüe entre os Tupinikim do Espírito Santo. Vitória: Universidade Federal de Espírito Santo, 2000. 195 p. Dissertação (Mestrado em Educação).

COUTINHO, José Maria. **Uma História do Povo de Aracruz.** 1. ed. Gráfica Real, Aracruz, 2006.

DALCOMUNI, Sonia Maria. **A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo: principais interesses em jogo.** 1990. 258 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguai, 1990.

DAY, Robert, KRUGLIANSKAS, Isak, AZEVEDO, Tasso Rezende. Aracruz Celulose S.A. and Riocell S.A.: Efficiency and sustainability on brazilian pulp plantations. In: THE SUSTAINABLE FORESTRY WORKING GROUP (Ed.). **The business of sustainable forestry: Case Studies.** UK, 1998. p.5-1 a 5-31.

DIEGUEZ, Flávio & SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **“O brasileiro de 11.200 anos: A civilização perdida da Amazônia”**, in: SUPER INTERESSANTE, junho 1996, p. 45-55.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro:** direito das coisas, v 4. 18 ed. São Paulo:Saraiva, 2002, p. 107.

ESTADO DO ESPIRITO SANTO. **Lei 1.613, de 10 de fevereiro de 1961**. Vitória: 1961.

FEDERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE). **Violação de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais na monocultura de eucalipto: a Aracruz Celulose e o Estado do Espírito Santo/Brasil**. Vitória: FASE, 2002. 38 f. Disponível em: <www.fase.org.br>.

FACE. **H²O para Celulose X água para todas as línguas – o conflito ambiental no entorno da Aracruz Celulose S/A, Espírito Santo, 2006**. FACHIN, Luiz Edson. Teoria crítica do Direito Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

FIBRIA. **Relatório de Sustentabilidade – 2003, 2004, 2006, 2009, 2010, 2012, 2014**

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Mapa**. Museu do Índio, julho de 1998. Disponível em: <<http://www.pegue.com/indio/tupiniq.htm>>.

FUNAI. **Relatório Final de Reestudo da identificação das Terras Indígenas Caieiras Velhas, PauBrasil e Comboios**. Grupo Técnico, Portaria n.º 0783/94, de 30 de agosto de 1994. Brasília, 1994.

_____. **Relatório Final de Reestudo da identificação das Terras Indígenas Caieiras Velhas, Pau Brasil e Comboios**. Grupo Técnico, Portaria n.º 0783/94, de 30 de agosto de 1994. Brasília, 1994.

_____. **Censo Indígena 2009 - Etnia Tupinikim: Aldeias Caieiras Velhas, Irajá, Pau Brasil, Comboios e Areial**.

_____. **Censo Indígena 2009 - Etnia Guarani:** Aldeias Boa Esperança, Três Palmeiras, Piraqueaçu e Olho d'água.

FIBRIA. **Relatório de Sustentabilidade** – 2010, pg. 148. Disponível em: [file:///C:/Users/Claudio%20Ernani%20Litig/Documents/Fibria_Relatorio_de_Sustentabilidade_2010_12_portocel%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Claudio%20Ernani%20Litig/Documents/Fibria_Relatorio_de_Sustentabilidade_2010_12_portocel%20(1).pdf)

_____. **Relatório de Sustentabilidade** – 2009, pg. 29. Disponível em: http://www.fibria.com.br/rs2009/shared/rs2009_pt.pdf

GOMES, Helder. **Relatório sobre a implantação e sobre as atividades do grupo Aracruz no território capixaba:** relatório preliminar. 119 f. 2008.

GOMES, Márcia. “**Carioca acha observatório primitiva na Bahia – Índios Tukano**”, in: Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 27/07/1995, p.11).

GOVERNO FEDERATIVO DO BRASIL. **II Plano de Desenvolvimento Nacional 1975-1979.** Brasília/DF, 1974.

GUASCH, Antonio. **Dicionário Castellano-Guarani y Guarani-Castellano.** Assunción: Ediciones Loyola, 1981.

GUIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade:** trad. de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

GUIMARÃES, Luis Paulo Cotrim. **Desapropriação judicial no Código Civil.** In: Revista dos Tribunais, v. 833. São Paulo: RT, 2005.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural:** trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.

IBGE. **Censo Demográfico de 1950 – Estudos do Espírito Santo**. Rio de Janeiro, Volume XXII, Tomo I.

_____. **Cadastro Central de Empresas**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa>

_____. **Distribuição da população indígena por estado**. Disponível em:

<http://www.funai.gov.br/>

_____. **Censos Demográficos**. Disponível em:

<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2000ru.asp>

_____. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em:

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache>

_____. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em:

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp?o=19&i=P>

INSTITUTO JONES SANTOS NEVES. **Articulação socioeconômica do Estado do Espírito Santo**. Vitória: IJSN, 1987.

_____. **Produto Interno Bruto Estadual (IPES)**. Disponível em:

<http://www.ipes.es.gov.br/follow.asp?urlframe=contasregionais/pib_estadual.asp>

_____. **Produto Interno Bruto Municipal**. Disponível em:

< http://www.ipes.es.gov.br/follow.asp?urlframe=contasregionais/pib_municipal.asp>

INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIO E FLORESTAL/IDAF. **Foto aérea de da Região de Aracruz e Linhares, ES**. Vitória, ES, 1965.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil**.

<http://www.socioambiental.org>. Acesso em: 22 fev. 2006.

INFORMATIVO FUNAI. **Terra Indígena Raposa Serra do Sol em Julgamento Histórico no STF**. Ano 2 – Nº 03/Caderno I – Janeiro de 2009.

IHERING, Rudolf Von. **Teoria simplificada da posse**. Tradução: BURATTI, Heloísa. São Paulo: Rideel. 2005.

IPEADATA. **Contas Nacionais**.

Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br.ipeaweb.dll/ipeadata?270657203>>

_____. **Indicadores Sociais**.

Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br.ipeaweb.dll/ipeadata?270657203>>

JUVENAL, Thais Linhars; MATTOS, Rene Luiz Grion. BNDES 50 anos – **Historias setoriais: o setor de celulose e papel**. Rio de Janeiro: *Publicações BNDES*. Fev. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro_setorial/setorial04.pdf>. Acesso em: 27 ag. 2015.

LADEIRA, Maria Inês. **Comunidades Guarani da Barragem e do Krukutu e a Linha de Transmissão de 750 Kv Itaberá - Tijuco Preto III - Relatório de Interferências**. São Paulo, novembro/2000.

LACERDA, Rosane. **Um discurso e duas medidas: O STF e a terra indígena Raposa Serra do Sol**. WWW.socioambiental.org/inst/esp/raposa/?q=node/90. 2008.

LOPES FILHO, Christiano Dias (Governo). **Estudos para o desenvolvimento econômico do Estado do Espírito Santo**. Diagnóstico para planejamento econômico do Estado do Espírito Santo. Vitória: INED/FIES, 1966.

LOUREIRO, K. **A Instalação da empresa Aracruz Celulose e a “Moderna” ocupação das Terras Indígenas Tupinikim e Guarani Mbya**. Revista Agora, Vitória/ES, 2006. No sítio <http://www.ufes.br/ppghis/agora> acessado em Junho de 2009.

MACEDO, Angela Regina Pires, MATTOS, René Luiz Grion. **A Trajetória de crescimento dos principais produtores brasileiros de papel e celulose – 1970/94.** In: **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro , n° 3, mar 1996. p. 49-79.

MARACCI, Marilda Teles. **Ambiente em questão (ou a vida em questão): da relação contra-a-natureza para uma relação com-a-natureza/** In: Revista Olhar Crítico, n° 20, edição mensal, 2006.

_____ **Progresso de morte, progresso de vida: a reterritorialização conjunta dos povos Tupiniquim e Guarani em luta pela retomada de seus territórios.** 2008. f. 286. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2008.

MARCATO, Sônia de Almeida. **Da indianidade dos Tupinikim.** Brasília, 1980.

MARTINS, Ricardo S.; LEMOS, Mauro Borges. **Corredor centro-leste: sistemas de transporte de Minas Gerais na perspectivas dos eixos de desenvolvimento e integração.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006).

MARTINS, Tatiana Azambuja Ujacow. **Questão indígena: o direito ao pão vivo.** In: SOUZA JUNIOR, José Geraldo de. Na fronteira: conhecimento e prática jurídicas para a solidariedade emancipatória. Porto Alegre: Síntese, 2003, p. 455. Apud: Ação Civil Pública de obrigação de não fazer ajuizada pelo Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul. Disponível em http://www.prms.mpf.gov.br/info/nota_acp_seupltamento.pdf.

MEDEIROS, Rogério. **Espírito Santo: Maldição Ecológica.** Rio de Janeiro: ASB, 1983.

MEIRELLES, Daniela; CALAZANS, Marcelo. **H²O para Celulose x Água para todas as línguas – o conflito ambiental no entorno da Aracruz Celulose S/A – Espírito Santo,** FaseE/S, 2006.

MENDONÇA JORGE, Maurício Otávio. **Emergências e consolidação do “Padrão Eucalipto” na indústria brasileira de celulose de mercado.** Campinas. Dissertação (mestrado em economia) – Instituto de Economia. Universidade de Campinas. 1992.

NEVES, Eduardo Góes. Os índios antes de Cabral: arqueologia e História indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; Grupioni Luís Donisete Benzi (Org.). **A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1 e 2º grAus.** 20º ed. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

NEVES, Luiz Felipe Baeta. **O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios.** Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1975. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, U. J. de. **Configuração Política-Partidária do Espírito Santo no contexto do Regime Militar: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982).** Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos,SP, 2013

PERICÃO, Maria da Graça. **História da província de Santa Cruz..** Texto modernizado de Pêro de Magalhães de Gândavo. In: Luís de Albuquerque (dir), **O Reconhecimento do Brasil.** Biblioteca da expansão portuguesa. v.11. Lisboa:Publicações Alfa, 1989.

PERICÃO, Maria da Graça. **Coisas Notáveis do Brasil.** Texto modernizado do Padre Francisco Soares. In: Luís de Albuquerque (dir), **O Reconhecimento do Brasil.** Biblioteca da expansão portuguesa. v.11. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

PEROTA, Celso. **Dados Parciais sobre a Arqueologia Norte Espírito-Santense.** In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, 4, Resultados Preliminares do

quarto ano (1968-1969). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1971a. Publicações avulsas nº15.

_____. **Considerações sobre a tradição Aratu, nos Estados da Bahia e Espírito Santo.** Boletim do Museu de Arte e História da UFES, série Arqueologia. Vitória, nº 1, 1971b.

_____. **Os Tupiniquins no Espírito Santo.** Boletim do Departamento de Ciências Sociais. Vitória: UFES, nº1, 1977; nº4, p.30-35, mar/jun. 1981.

_____. **A comunidade indígena de Caieiras Velhas.** Revista de Cultura da UFES, Vitória, ano 1, nº2, p.12-20, 1979.

PEROTA, Celso & MENDONÇA, Mozart. **“7.000 anos de pré-história indígena no Espírito Santo”**, In: A GAZETA, Vitória, 1992.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Legislação indigenista colonial: inventário e índice.** Campinas: Unicamp. 1990.

RAMOS, Alcida. **Sociedade indígena.** São Paulo: Editora Ática, 1986. Apud: LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>,

REVISTA LOGWEB. **Aracruz substitui carretas por navios-barcaças e reduz custo com logística.** 10 de novembro de 2005. Disponível em: <http://www.logweb.com.br/aracruz-substitui-carretas-por-navios-barcaças-e-reduz-custos-com-logistica/>

RIBEIRO, Darcy. **O Processo Civilizatório: Etapas da evolução sociocultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 3º ed. São Paulo: Campanhia das Letras, 2012.

_____. **Os índios e a civilização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1970, p. 254-255.

ROUANET, Sergio Paulo. **Mal-estar na Modernidade**. São Paulo, Companhia das Lestra, 1993.

ROCHA, Haroldo Corrêa. **A crise do café gera a expansão da indústria**. Revista do Instituto Jones dos Santos Neves. Vitória, nº3, Ano V, Jan/març. De 1986.

ROCHA, Levy. **Viagem de D.Pedro II ao Espírito Santo**. Rio de Janeiro/Brasília: Revista Continente Editorial/INL, 1980.

RUSCHI, Augusto. **Boletim do Museu de Biologia**. Série: Proteção à Natureza – Nº 18, Santa Tereza, ES, 1954.

SARMENTO, Robson. **Estudos de recuperação de rios e córregos na área da associação indígena**. Vitória, 2002.

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO (SEP). **Espírito Santo 2025: plano de desenvolvimento**. Vitória: SEP/MACROPLAN, 2006.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesse e poder**. Vitória: SPDC/FCAA/UFES, 1995.

SIMÕES, Roberto G. Desenvolvimento econômico do Espírito Santo no século XX. In: Bittencourt, Gabriel (Org). **Espírito Santo um painel da nossa história**. Vitória: EDIT. 2002.

SIQUEIRA, Penha. **Industrialização e empobrecimento urbano. O caso da Grande Vitória – 1950-1980**. (Tese de doutorado). São Paulo. FAFLH/USP, 1991.

_____. O Desenvolvimento do Porto de Vitória 1870 e 1940. Vitória: CODESA, 1994.

_____. O Porto de Vitória: Expansão e modernização 1950-1993. Vitória: CODESA, 1994.

SISTEMA MUNICIPAL DE GEOPROCESSAMENTO. **Formulário de solicitação de saída da base cartográfica**. Prefeitura Municipal de Aracruz – Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico. 20/07/2011.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **O Renascer dos povos indígenas para o Direito**. Curitiba: Juruá, 1999.

ANEXO A – Memorial descritivo das áreas indígena de 1979 e mapas

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MEMORIAL DESCRITIVO
ÁREA INDÍGENA CAEIRAS VELHA
MUNICÍPIO DE ARACRUZ /ES*

Área Aproximada : 2.700 Ha.
Perímetro Aproximado: 32 Km.

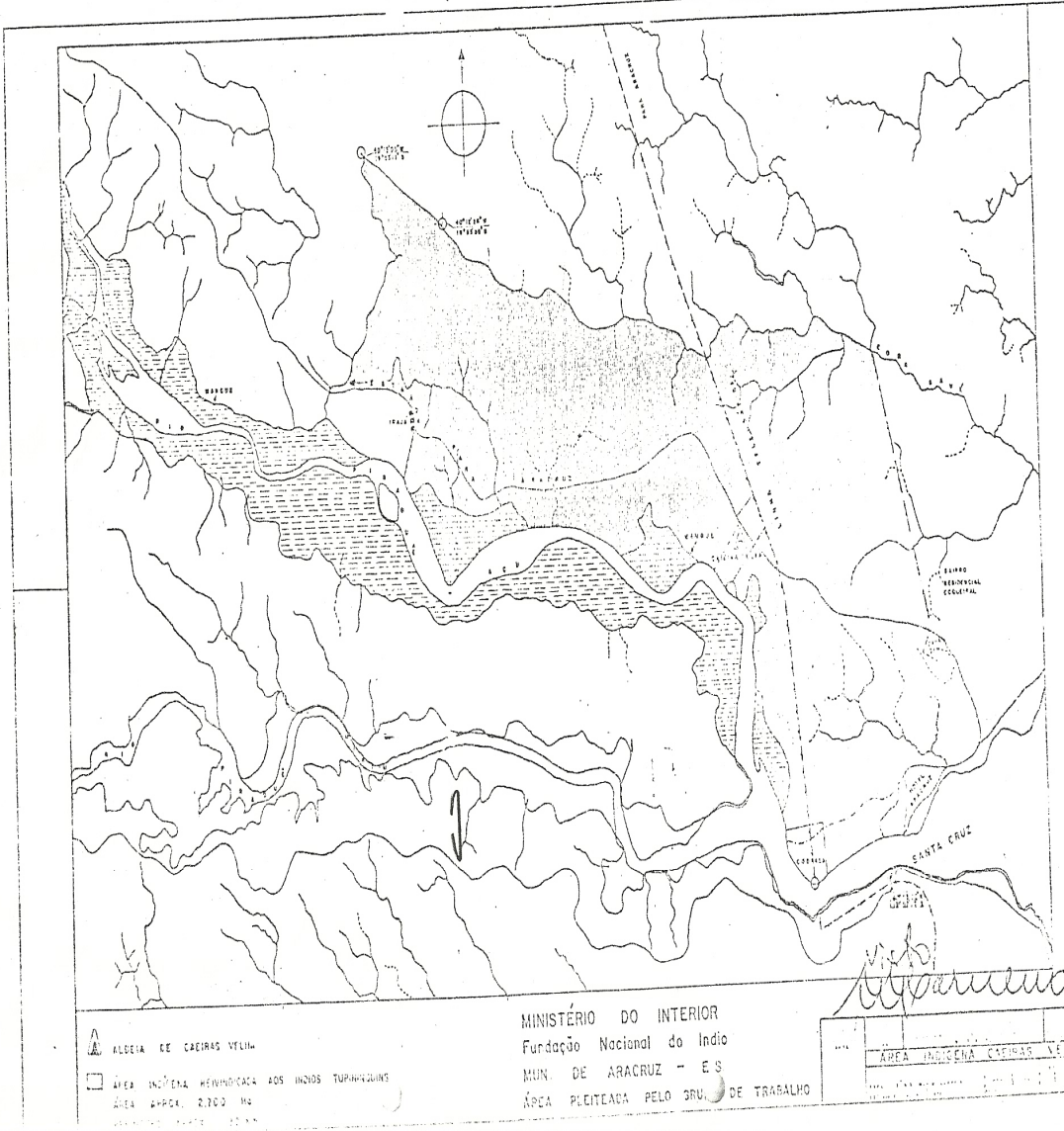
- NORTE : Partindo do Ponto nº "1" de coordenadas aproximadas 19° 53'11" S e 40°13'03" W, situado na cabeceira de um Córrego sem denominação; daí, seguindo por uma linha reta no sentido leste até o ponto "2" de coordenadas aproximadas 19° 53'35" S e 40°12'26" W, situado na cabeceira do Córrego Savê; e, por este no sentido jusante até o ponto "3", situado na confluência com um Córrego, afluente de sua margem esquerda.
- LESTE : Deste ponto, seguirá por linhas retas a serem definidas, no sentido sul, por estradas de eucaliptos, até atingir a Estrada Municipal Aracruz/Santa Cruz, na altura da garagem da Aracruz Urbanizadora, daí, pela citada Estrada até a confluência com o Rio Piraque - Açú/Oceano Atlântico, exclui-se deste limite a cidade COQUEIRAL, a garagem e o hotel.
- SUL : Deste ponto, segue-se, pelo Rio Piraque-Açu, no sentido montante, até atingir a estrada de eucalipto na altura do local denominado Irajá, exclui-se neste limite a Indústria CODRASA.
- OESTE : Deste ponto, pela estrada de eucalipto até atingir a Estrada Municipal Aracruz/Santa Cruz, e por esta no sentido Oeste até a confluência com um Igarapé sem denominação e por este no sentido montante até sua cabeceira, no ponto "1" inicial.

Brasília, 28 de agosto de 1.979.

Yisbo
depariu
Pedro Paulo Cruz de M. Casado

JOSE JAMES LANGIER
Engenheiro Agrônomo
FUNAI/DF
CREA-57.806/D

ANEXO A - Memorial descritivo das áreas indígena de 1979 e mapas



ANEXO A - Memorial descritivo das áreas indígena de 1979 e mapas

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

130

MEMORIAL DESCRITIVO
ÁREA INDÍGENA "PAU BRASIL"
MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES

Área Aproximada : 1.500 Ha.
Perímetro Aproximado : 18 Km.

- NORTE : À partir do Ponto "1", situado no Rio Sahy do Norte, quando é cruzado pela Rede de Alta Tensão; daí, seguindo pela citada Rede, no sentido Leste até encontrar a Estrada Secundária no Ponto "2", situado a uma distância aproximada de 900m., à partir da confluência do Rio Sahy do Norte com o Córrego Iconma, pela Estrada Secundária.
- LESTE : Deste Ponto, segue no sentido Sul pela Estrada Secundária até atingir o Rio Guaxindiba, no Ponto "3".
- SUL : Deste ponto, segue pelo Rio Guaxindiba no sentido montante até o ponto "4", situado na confluência com um Igarapé sem denominação.
- OESTE : Deste ponto, segue por uma linha reta no sentido Norte até atingir o Ponto "1" inicial do Presente Descritivo.

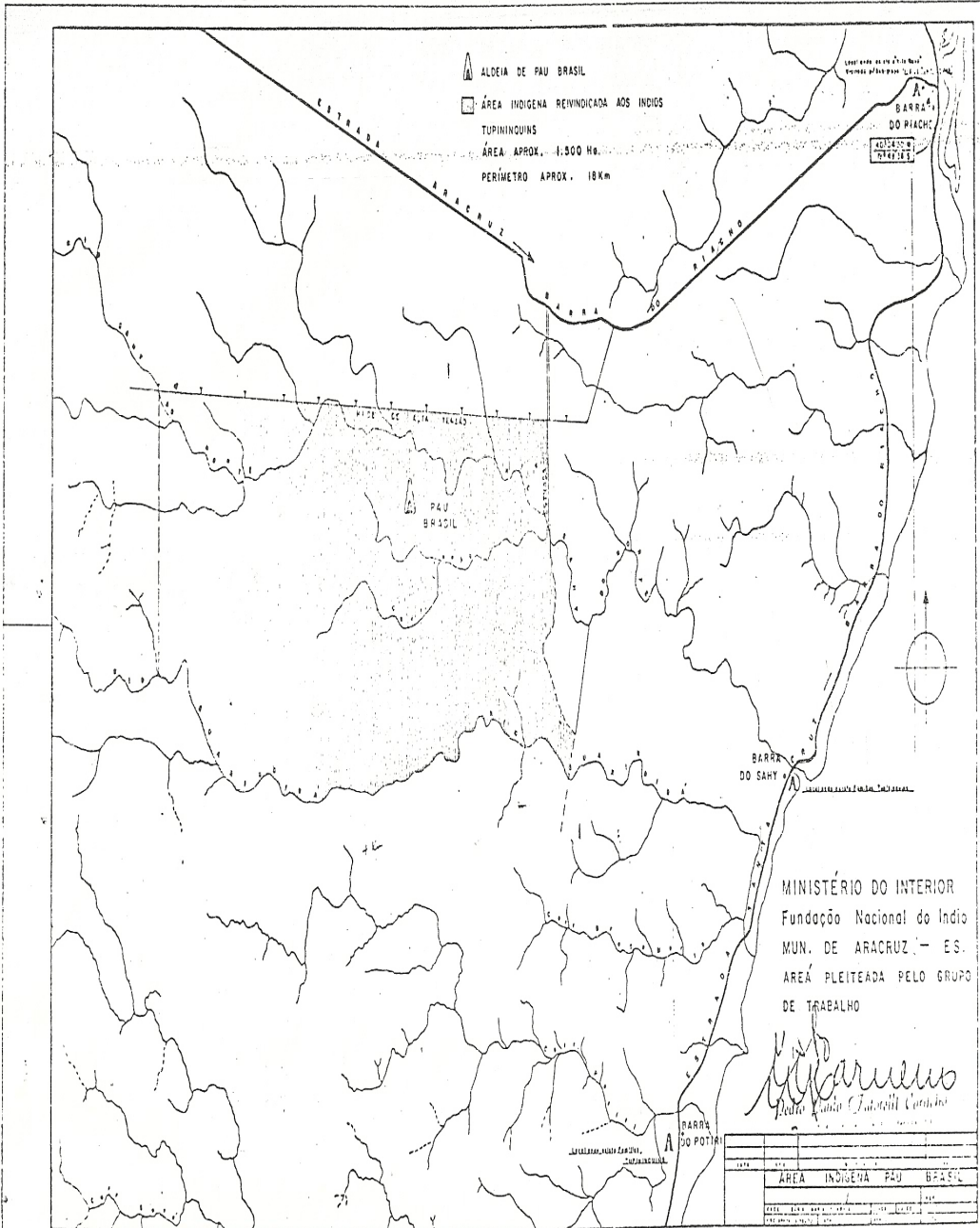
Brasília, 28 de agosto de 1.979.

Visto
deparado

J. S. S.
JOSEJAIME MARCINI
Engenheiro Agrônomo
FUNAI/DCPI
CPF A.57.806/D

Dr. D. de C. de C. C. C. C.

ANEXO A - Memorial descritivo das áreas indígena de 1979 e mapas



ANEXO A - Memorial descritivo das áreas indígena de 1979 e mapas

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

131

MEMORIAL DESCRITIVO
ÁREA INDÍGENA COMBOIOS
MUNICÍPIO DE ARACRUZ

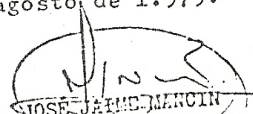
Área Aproximada : 2.300 Ha.
Perímetro Aproximado : 72 Km.

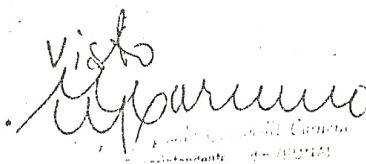
NORTE : Partindo do Ponto "1" situado na confluência do Rio Comboios com a Estrada que demanda a Regência, daí, pela citada Estrada no sentido leste até o Oceano Atlântico.

LESTE : Deste ponto, pelo Oceano Atlântico, no sentido sul até a foz do Rio Comboios, na altura do local Barra do Rio cho.

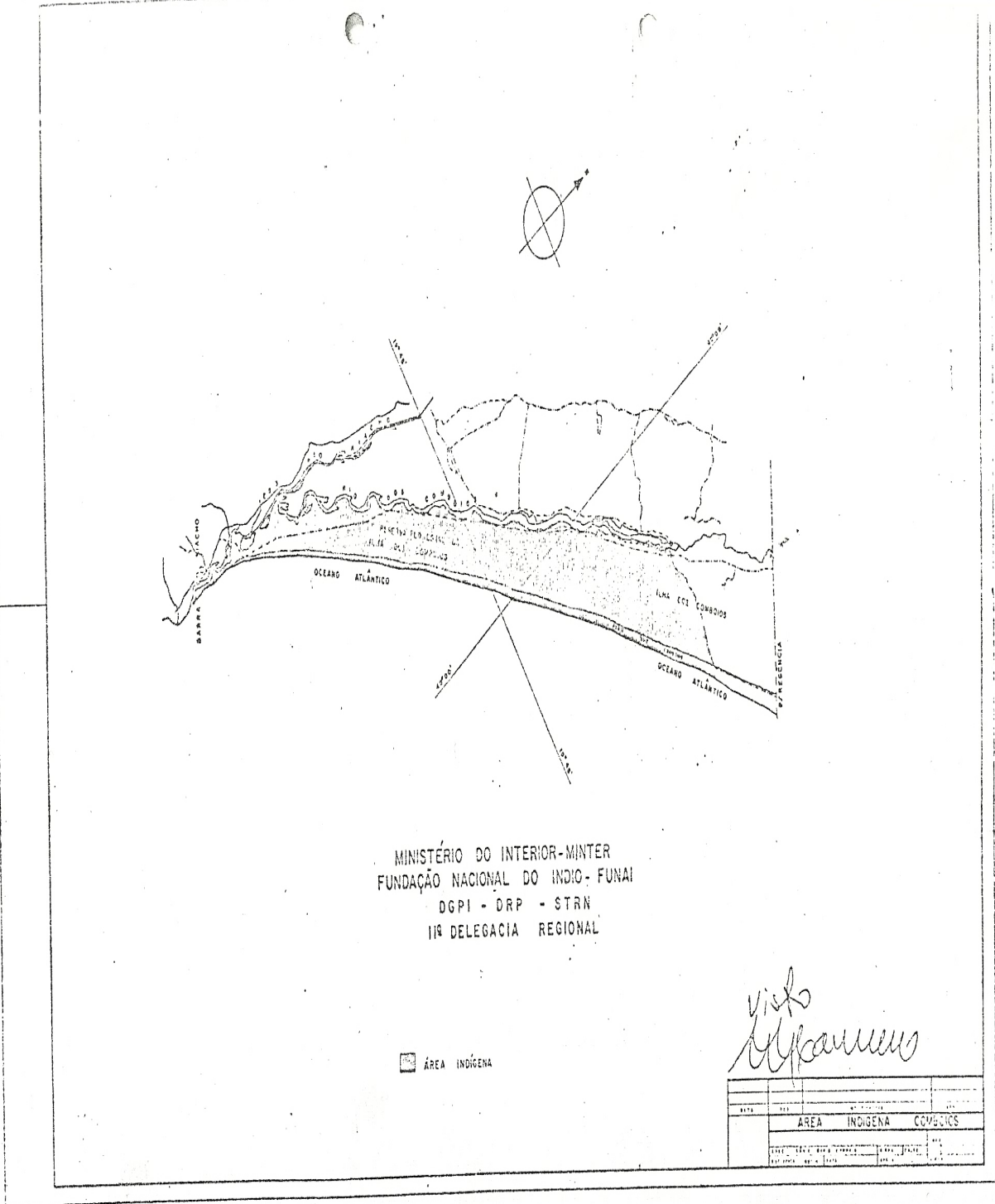
OESTE : Deste ponto, pelo Rio Comboios no sentido montante até o "Ponto "1" inicial.

Brasília, 28 de agosto de 1.979.


JOSE JAIME MERCIN
Engenheiro-Agrimensor
FUNAI/DGPI
CREA-57.806/D

visto

FUNAI

ANEXO A - Memorial descritivo das áreas indígena de 1979 e mapas



ANEXO B – Certidão da Gerência Regional do Estado do Esp. Santo



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CERTIDÃO/GRPU/ASTEC/SPN/ES n.º 001/2003

Em cumprimento ao que estabelece os Decretos de 11 de dezembro de 1998, publicado no D. O. U. de 14 de dezembro de 1998, Seção I, do Presidente da República, que altera as superfícies e os limites das Terras Indígenas **Caieiras Velha, Comboios e Pau Brasil**, localizadas no Município de Aracruz, Estado do Espírito Santo, que tiveram suas demarcações administrativas homologadas pelos Decretos n.º 88.926, de 27 de outubro de 1983; 88.601, de 09 de agosto de 1983 e 88.672, de 05 de setembro de 1983, respectivamente, **CERTIFICO**, que para efeito de Registro dos **Imóveis de Uso Especial da UNIÃO**, abaixo descritos, cujas as aquisições se deram através de Escritura Pública de Doação, transcrita no 18º Ofício de Notas da Comarca do Rio de Janeiro no Livro n.º 3.179 às fls. 96 a 100, transcrita no Registro Geral de Imóveis do Cartório de 1º Ofício Rubens Pimentel, sob matrícula n.º 3.329 fls. 239, 239-A a 239-E, da Comarca de Aracruz/ES; sob jurisdição do Ministério da Justiça – Fundação Nacional do Índio, situados no Município de Aracruz, no Estado do Espírito Santo, passam a circunscrever: **Terra Indígena Caieiras Velha, com superfície de dois mil novecentos e noventa e sete hectares, vinte e cinco ares e trinta e três centiares, transformadas em metros quadrados, área de 29.972.533,00m² (vinte e nove milhões novecentos e setenta e dois mil quinhentos e trinta e três metros quadrados) e perímetro de trinta e três mil oitocentos metros e cinquenta e quatro centímetros, situada no Município de Aracruz, Estado do Espírito Santo, com os seguintes limites:**

NORTE: Partindo do Marco SAT-01 de coordenadas geográficas geodésicas 19°52'58,738" S e 40°13'37,004" WGr., localizado próximo a estrada nova Coqueiral/Aracruz e uma nascente de um braço do Córrego Sauê, segue-se a jusante pelo referido braço até o Ponto DG-01 de coordenadas geográficas geodésicas 19°52'49,976" S e 40°12'45,689" WGr., localizado na confluência do referido braço com o córrego do Sauê, daí segue-se pelo referido córrego, a jusante, até o Marco SAT-02 de coordenadas geográficas geodésicas 19°54'33,407" S e 40°08'56,692" WGr., localizado na margem direita do referido córrego com uma estrada (carreador). **LESTE:** Do marco antes descrito, segue-se pelo referido carreador até o Marco SAT-03 de coordenadas geográficas geodésicas 19°54'48,357" S e 40°08'58,456" WGr., localizado na margem direita do carreador, daí segue-se pelo referido carreador até o Marco SAT-04 de coordenadas geográficas geodésicas 19°55'17,387" S e 40°08'51,971" WGr., localizado próximo a um braço do córrego do Sauê, daí segue-se a montante pelo referido braço até o Marco SAT-05 de coordenadas geográficas e geodésicas 19°55'26,116" S e 40°09'03,351" WGr., localizado próximo a margem do referido braço, daí segue-se por uma linha reta até o Marco SAT-06 de coordenadas geográficas e geodésicas 19°55'35,305" S e 40°09'02,868" WGr., localizado próximo ao bairro Sapolândia, daí segue-se por uma linha reta até o Ponto DG-02 de coordenadas geográficas geodésicas 19°55'41,805" S e 40°09'02,527" WGr., localizado na margem do córrego Caieiras Velhas, daí segue-se pelo referido córrego, a montante, até o Marco SAT-07 de coordenadas geográficas geodésicas 19°55'41,814" S e 40°09'15,474" WGr.

ANEXO B - Certidão da Gerência Regional do Estado do Esp. Santo



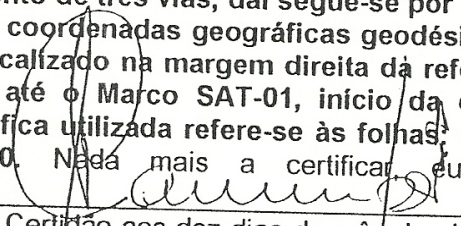
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

02

localizado próximo ao bairro COHAB, daí segue-se por uma linha reta até o Marco M-06 de coordenadas geográficas geodésicas 19°55'53,528" S e 40°09'16,763" WGr., daí segue-se por uma linha reta até o Marco M-13 de coordenadas geográficas geodésicas 19°55'57,508" S e 40°08'54,994" WGr., daí segue até o Marco AL-16 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'02,080" S e 40°08'57,796" WGr., daí segue-se até Marco AL-17 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'03,076" S e 40°08'56,812" WGr., daí segue-se até o Marco AL-18 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'03,722" S e 40°08'56,142" WGr., Marco AL-20 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'03,471" S e 40°08'53,009" WGr., daí segue-se até o Marco AL-22 de coordenadas geográficas geodésicas 19°55'58,434" S e 40°08'49,131" WGr., daí segue-se até o Marco AL-23 de coordenadas geográficas geodésicas 19°55'59,529" S e 40°08'46,793" WGr., daí segue-se até o Marco SAT-08 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'05,215" S e 40°08'46,185" WGr., daí segue-se margeando um braço da região alagada até o Marco SAT-09 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'33,733" S e 40°08'56,863" WGr., localizado próximo a linha do gasoduto, daí segue-se até o Marco-08 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'36,711" S e 40°08'54,508" WGr., localizado próximo a uma estrada e ao lado de uma cerca, daí segue-se acompanhando a referida estrada até o Marco M - FUNAI de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'42,634" S e 40°09'14,456" WGr., localizado próximo a uma estrada não pavimentada, daí segue-se acompanhado uma cerca, pelo mangue, até o Ponto DG-03 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'58,881" S e 40°09'17,856" WGr., localizado próximo a margem do rio Piraquê-Açu. SUL: do ponto, antes descrito, segue-se, a montante, pelo referido rio até o Marco M-8/A de coordenadas geográficas geodésicas 19°57'05,820" S e 40°09'50,287" WGr., localizado próximo a margem do referido rio, daí segue-se por uma cerca, pelo mangue, até o Marco M-09 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'33,370" S e 40°09'51,998" WGr., localizado em uma estrada não pavimentada, daí segue-se por uma linha reta até M-10 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'38,092" S e 40°09'54,098" WGr., daí segue-se por uma cerca, em linha reta até o Marco SAT-11 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'39,794" S e 40°10'08,071" WGr., daí segue-se por uma linha reta até o Ponto DG-04 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'41,748" S e 40°10'18,273" WGr., localizado na margem do rio Piraquê-Açu. OESTE: do ponto antes descrito, segue-se pelas margem do referido rio, a montante, até o Ponto DG-05 de coordenadas geográficas geodésicas 19°54'38,602" S e 40°13'21,815" WGr., localizado no mangue, daí segue-se por uma linha reta até o Marco SAT-12 de coordenadas geográficas geodésicas 19°54'34,983" S e 40°13'19,274" WGr., daí segue-se por uma linha reta até o Marco SAT-13 de coordenadas geográficas geodésicas 19°54'26,293" S e 40°13'10,136" WGr., localizado na margem da estrada do Irajá, daí segue-se pela estrada, no sentido Irajá/Aracruz até o Marco SAT-14 de coordenadas geográficas geodésicas 19°54'10,346" S e 40°13'53,539" WGr., localizado próximo a um braço do córrego do destacamento, daí segue-se pelo referido braço, a jusante, até o Marco SAT-15

ANEXO B - Certidão da Gerência Regional do Estado do Esp. Santo
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

④

nove centímetros, situada no Município de Aracruz, estado do espírito santo, com seguintes limites: NORTE: Partindo do Marco SAT-01 de coordenadas geográficas geodésicas $19^{\circ}50'53,560''$ S e $40^{\circ}10'33,253''$ WGr., localizado próximo a margem direita do córrego do macaco, segue-se, a jusante pelo referido córrego, até o Ponto DG-01 de coordenadas geográficas geodésicas $19^{\circ}50'51,227''$ S e $40^{\circ}09'39,386''$ WGr., localizado na confluência do referido córrego com o córrego do Sahi, daí segue-se por este último, a jusante, até o marco SAT-02 de coordenadas geográficas geodésicas $19^{\circ}51'44,188''$ S e $40^{\circ}06'33,837''$ WGr., localizado próximo a confluência do córrego com a estrada. LESTE: Do marco antes descrito, segue-se por uma estrada (carreador), a sua direita, até o Marco M-02 de coordenadas geográficas geodésicas $19^{\circ}51'50,619''$ S e $40^{\circ}06'53,360''$ WGr., daí segue-se pelo referido carreador, a sua direita, até o Marco M-03 de coordenadas geográficas geodésicas $19^{\circ}51'53,655''$ S e $40^{\circ}06'56,153''$ WGr., daí segue-se até o Marco SAT-03 de coordenadas geográficas geodésicas $19^{\circ}52'06,432''$ S e $40^{\circ}06'56,379''$ WGr., localizado próximo a margem esquerda do córrego Guaxindiba. SUL: Do marco antes descrito, segue-se a montante do referido córrego até o Marco SAT-04 de coordenadas geográficas geodésicas $19^{\circ}51'23,986''$ S e $40^{\circ}11'08,023''$ WGr., localizado na margem esquerda do referido córrego. OESTE: Do marco antes descrito, segue-se pela margem direita de uma estrada até Marco M-04 de coordenadas geográficas geodésicas $19^{\circ}51'04,990''$ S e $40^{\circ}11'07,562''$ WGr., localizado na margem direita do cruzamento de três vias, daí segue-se por uma estrada (carreador) até o Marco M-01 de coordenadas geográficas geodésicas $19^{\circ}50'50,047''$ S e $40^{\circ}10'36,345''$ WGr., localizado na margem direita da referida estrada, daí segue-se por uma estrada até o Marco SAT-01, início da descrição desta perímetro. A base cartográfica utilizada refere-se às folhas SE.24-Y-D-IV- IBGE - 1979 - Escala 1:100.000. Nada mais a certificar, eu Marcelo Fernando Gonzaga de Campos, , matrícula n.º 6122225, expedi a presente Certidão aos dez dias do mês de abril de dois mil e três, que vai assinada por mim e visada pelo Sr Gerente Regional do Patrimônio da União no Estado do Espírito Santo.

ATENÇÃO: Qualquer rasura tornará nulo este documento.


PAULO RICARDO TORRES MEINICKE
GERENTE REGIONAL DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/ES

ANEXO C – Memorial de delimitação das Tis de 1979 e mapa*ANEXO C*

Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS-DAF
DEPARTAMENTO DE DEMARCAÇÃO-DED

MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO

DENOMINAÇÃO
TERRA INDÍGENA CAIEIRAS VELHAS II

ALDEIAS INTEGRANTES

GRUPO INDÍGENA
TUPINIQUIM E GUARANI

LOCALIZAÇÃO

MUNICÍPIO : Aracruz

Administração Executiva Regional: Governador Valadares

ESTADO : ES

COORDENADAS DOS EXTREMOS

| EXTREMOS : | LATITUDE | LONGITUDE |
|------------|-------------------|---------------------|
| NORTE | : 19°52'49,976" S | e 40°12'45,689" WGr |
| LESTE | : 19°56'05,215" S | e 40°08'46,185" WGr |
| SUL | : 19°57'05,820" S | e 40°09'50,287" WGr |
| OESTE | : 19°54'10,346" S | e 40°13'53,339" WGr |

BASE CARTOGRÁFICA

NOMENCLATURA
SE.24-Y-D-IV

ESCALA
1:100.000

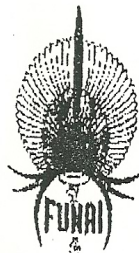
ÓRGÃO
IBGE

ANO
1979

DIMENSÕES

SUPERFÍCIE: 57,69 (cinquenta e sete hectares e sessenta e nove ares) aproximadamente
PERÍMETRO: 3,07 km (três quilômetros e setenta metros) aproximadamente

ANEXO C - Memorial de delimitação das Tis de 1979 e mapa



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Continuação do memorial descritivo da T. I. Caleiras Velhas II

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

NORTE : partindo-se do ponto digitalizado DG-04, de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'41,748" S e 40°10'18,273" Wgr., localizado na margem do Rio Piraquê-Açu, segue por uma linha seca até o Marco SAT-11, de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'39,794" S e 40°10'08,071" Wgr., daí, segue-se por uma cerca, em linha reta até o Marco M-10, de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'38,092" S e 40°09'54,098" Wgr.


LESTE : do marco antes descrito, segue-se por uma linha seca, até o Marco M-09, de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'53,370" S e 40°09'51,998", localizado na faixa de domínio da estrada que liga o Povoado de Santa Cruz ao Bairro de Coqueiral; daí, segue-se por uma cerca, pelo mangue, até o Marco M-8/A, de coordenadas geográficas geodésicas 19°57'05,820" S e 40°09'50,287" Wgr.; daí, segue-se por uma linha reta até o até o Ponto DG-03/A, de coordenadas geográficas geodésicas 19°57'07,675" S e 40°09'50,032" Wgr., localizado na margem do Rio Piraquê - Açu

SUL/ OESTE : do ponto antes descrito, segue-se a montante, pelo referido rio, até o ponto digitalizado DG-04, inicial da presente descrição perimétrica

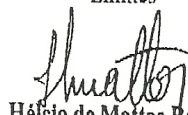
Obs: Base Cartográfica utilizada na elaboração deste memorial: SE.24-Y-D-IV - IBGE - 1979 - Escala 1:100.000

Brasília, 11/06/2001

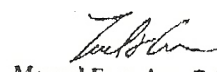
Resp. Téc. Definição Limites


Maria Elizabeth Brea Monteiro
Antropóloga

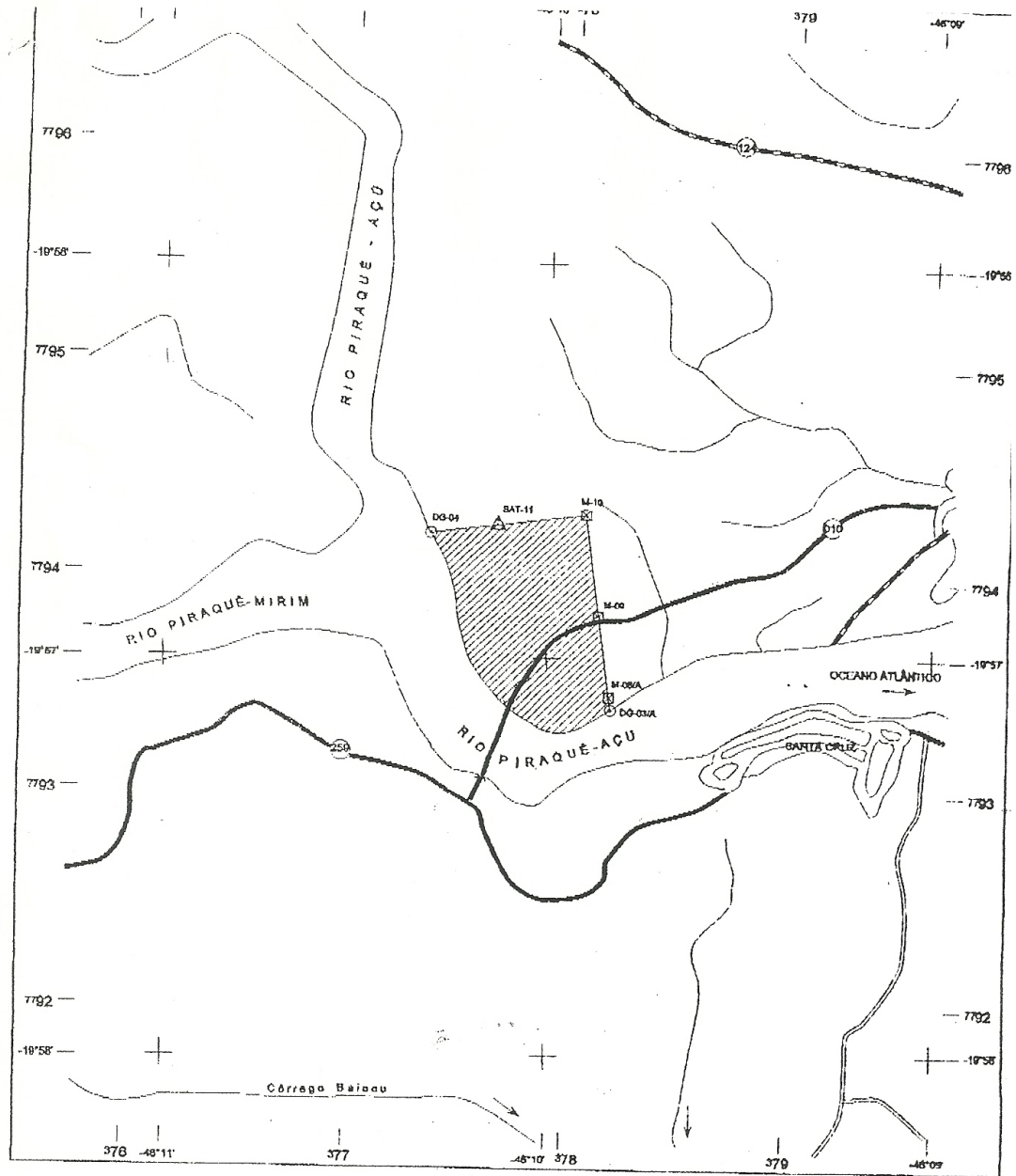
Resp. Téc. Identificação Limites


Hécio de Mattos Batista
Engº Agrimensor
CREA-AM nº 4.726/D

Visto: Chefe do DED



Manoel Francisco Colombo
Engº Agrimensor
CREA-SP nº 64.889/D

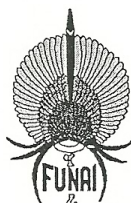
ANEXO C - Memorial de delimitação das Tis de 1979 e mapa



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- PORTO INDÍGENA, CAMPO DE FOURO
- ALDEIA INDÍGENA, MALOCA INDÍGENA
- MARCO DE DIVISA, PÔNTO DE SATÉLITE
- PÔNTO DIGITALIZADO, DIREÇÃO DE CORRENTE
- PLACA INSCRIPTIVA, CERCA DE ARAME
- RODOVIA DE REVESTIMENTO SÓLIDO
- RODOVIA TRANSITÁVEL O ANO TODO
- RODOVIA TRANSITÁVEL EM TEMPO BOM, CAMINHO
- RIO PERMANENTE, RIO INTERMITENTE
- LADO DO LAGO, TERRENO SUJEITO A INUNDAÇÃO
- LIMITE ESTADUAL, LIMITE MUNICIPAL

| | | | |
|--|------------------------------|---|---|
|  <p>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF</p> | | | |
| DENOMINAÇÃO: TERRA INDÍGENA CAIEIRAS VELHAS II | | PLANTA: DELIMITAÇÃO | |
| MUNICÍPIO: ARACRUZ | | EXTENSÃO: 57,69 ha | PERÍMETRO: 8,07 km |
| ESTADO: ESPIRITO SANTO | UF: GOV. VALADARES | ESCALA: 1:25.000 | DATA: 11/08/01 |
| NOME DO RESPONSÁVEL PELA DELIMITAÇÃO: <i>[Signature]</i> | | PROCESSO: SE-24-Y-D-IV | BASE CARTOGRAFICA: SE-24-Y-D-IV |
| FUNÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA DELIMITAÇÃO: COORDENADOR GERAL DE TERRAS INDÍGENAS | | PORTARIA Nº: FUNAI nº 1158/00 | |

ANEXO C - Memorial de delimitação das Tis de 1979 e mapa

Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS-DAF
DEPARTAMENTO DE DEMARCAÇÃO-DED

MEMORIAL DESCRITIVO DE DEMARCAÇÃO

DENOMINAÇÃO
TERRA INDÍGENA PAU BRASIL

ALDEIAS INTEGRANTES
PAU BRASIL

GRUPO INDÍGENA
TUPINIQUIM

LOCALIZAÇÃO

MUNICÍPIO : Aracruz

ADR : Gov. Valadares

ESTADO : ES

COORDENADAS DOS EXTREMOS

| EXTREMOS : | LATITUDE | LONGITUDE |
|------------|-------------------|---------------------|
| NORTE | : 19°50'41,195" S | e 40°08'33,227" WGr |
| LESTE | : 19°51'44,188" S | e 40°06'33,837" WGr |
| SUL | : 19°52'21,255" S | e 40°08'41,585" WGr |
| OESTE | : 19°51'04,990" S | e 40°11'07,562" WGr |

BASE CARTOGRÁFICA

| NOMENCLATURA | ESCALA | ÓRGÃO | ANO |
|--------------------|-----------|-------|------|
| SE 24 - Y - D - IV | 1:100.000 | IBGE | 1979 |

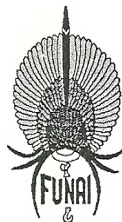
DIMENSÕES

SUPERFÍCIE: 1.579,7361 ha (um mil, quinhentos e setenta e nove hectares, setenta e três ares e sessenta e um centiares)

PERÍMETRO: 20.486,49 m (vinte mil, quatrocentos e oitenta e seis metros e quarenta e nove centímetros)

Lele

ANEXO C - Memorial de delimitação das Tis de 1979 e mapa



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Continuação do memorial descritivo da T. I. PAU BRASIL

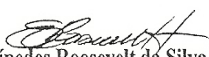
DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

- NORTE** : Partindo do Marco SAT-01 de coordenadas geográficas geodésicas 19°50'53,560" S e 40°10'33,253" WGr., localizado próximo a margem direita do córrego do macaco, segue-se, a jusante pelo referido córrego, até o Ponto DG-01 de coordenadas geográficas geodésicas 19°50'51,227" S e 40°09'39,386" WGr., localizado na confluência do referido córrego com o córrego do Sahi, daí segue-se por este último, à jusante, até o Marco SAT-02 de coordenadas geográficas geodésicas 19°51'44,188" S e 40°06'33,837" WGr., localizado próximo a uma confluência do córrego com uma estrada.
- LESTE** : Do marco antes descrito, segue-se pela estrada (carreador), a sua direita, até o Marco M-02 de coordenadas geográficas geodésicas 19°51'50,619" S e 40°06'53,360" WGr., daí segue-se pelo referido carreador, a sua direita, até o Marco M-03 de coordenadas geográficas geodésicas 19°51'53,655" S e 40°06'56,153" WGr., daí segue-se até o Marco SAT-03 de coordenadas geográficas geodésicas 19°52'06,432" S e 40°06'56,379" WGr., localizado próximo a margem esquerda do córrego Guaxindiba.
- SUL** : Do marco antes descrito, segue-se a montante do referido córrego até o Marco SAT-04 de coordenadas geográficas geodésicas 19°51'23,986" S e 40°11'08,023" WGr., localizado na margem esquerda do referido córrego.
- OESTE** : Do marco antes descrito, segue-se pela margem direita de uma estrada até o Marco M-04, de coordenadas geográficas geodésicas 19°51'04,990" S e 40°11'07,562" WGr., localizado na margem direita do cruzamento de três vias, daí segue-se por uma estrada (carreador) até o Marco M-01 de coordenadas geográficas geodésicas 19°50'50,047" S e 40°10'36,345" WGr., localizado na margem direita da referida estrada, daí segue-se por uma estrada até o Marco SAT-01, início da descrição deste perímetro.


OBS. Base Cartográfica utilizada na elaboração deste memorial: SE.24-Y-D-IV - IBGE - 1979 - Escala 1:100.000

Brasília, 02 / 10 / 98

Responsável Técnico


Euripedes Roosevelt da Silva
Engº Agrimensor
CREA-DF 9.836/D

Confere: Chefe do DED


Manoel Francisco Colombo
Engº Agrimensor
CREA-SP 64.889/D

Visto: Diretor da DAF


Aureo Araújo Faleiros
Engº Agrimensor
CREA-SP 57.932/D

ANEXO C - Memorial de delimitação das Tis de 1979 e mapa

Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS-DAF
DEPARTAMENTO DE DEMARCAÇÃO-DED

MEMORIAL DESCRITIVO DE DEMARCAÇÃO

DENOMINAÇÃO
TERRA INDÍGENA CAIEIRAS VELHA

ALDEIAS INTEGRANTES
CAIEIRAS VELHAS, IRAJÁ, TRÊS PALMEIRAS, BOA ESPERANÇA

GRUPO INDÍGENA
TUPINIQUIM E GUARANI

MUNICÍPIO : Aracruz

LOCALIZAÇÃO

ESTADO : ES

AER : Gov. Valadares

COORDENADAS DOS EXTREMOS

| EXTREMOS : | LATITUDE | LONGITUDE |
|------------|-------------------|---------------------|
| NORTE | : 19°52'49,976" S | e 40°12'45,689" WGr |
| LESTE | : 19°56'05,215" S | e 40°08'46,185" WGr |
| SUL | : 19°57'05,820" S | e 40°09'50,287" WGr |
| OESTE | : 19°54'10,346" S | e 40°13'53,339" WGr |

NOMENCLATURA
SE 24 - Y - D - IV

BASE CARTOGRÁFICA

ESCALA
1:100.000

ÓRGÃO
IBGE

ANO
1979

DIMENSÕES

SUPERFÍCIE: 2.997,2533 ha (dois mil, novecentos e noventa e sete hectares, vinte e cinco ares e trinta e três centiares)
PERÍMETRO: 33.800,54 m (trinta e três mil e oitocentos metros e cinquenta e quatro centímetros)

Tule

ANEXO C - Memorial de delimitação das Tis de 1979 e mapa



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Continuação do memorial descritivo da T. I. CAIEIRAS VELHA

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

NORTE : Partindo do Marco SAT-01 de coordenadas geográficas geodésicas 19°52'58,738" S e 40°13'37,004" WGr., localizado próximo a estrada nova Coqueiral/Aracruz e uma nascente de um braço do Córrego Sauê, segue-se a jusante pelo referido braço até o Ponto DG-01 de coordenadas geográficas geodésicas 19°52'49,976" S e 40°12'45,689" WGr., localizado na confluência do referido braço com o córrego do Sauê, daí segue-se pelo referido córrego, a jusante, até o Marco SAT-02 de coordenadas geográficas geodésicas 19°54'33,407" S e 40°08'56,692" WGr., localizado na margem direita do referido córrego com uma estrada (carreador).

LESTE : Do marco antes descrito, segue-se pelo referido carreador até o Marco SAT-03 de coordenadas geográficas geodésicas 19°54'48,357" S e 40°08'58,456" WGr., localizado na margem direita do carreador, daí segue-se pelo referido carreador até o Marco SAT-04 de coordenadas geográficas geodésicas 19°55'17,387" S e 40°08'51,971" WGr., localizado próximo a um braço do córrego do Sauê, daí segue-se a montante pelo referido braço até o Marco SAT-05 de coordenadas geográficas geodésicas 19°55'26,116" S e 40°09'03,351" WGr., localizado próximo a margem do referido braço, daí segue-se por uma linha reta até o Marco SAT-06 de coordenadas geográficas geodésicas 19°55'35,305" S e 40°09'02,868" WGr., localizado próximo ao bairro Sapolândia, daí segue-se por uma linha reta até o Ponto DG-02 de coordenadas geográficas geodésicas 19°55'41,805" S e 40°09'02,527" WGr., localizado na margem do córrego caieiras velha, daí segue-se pelo referido córrego, a montante, até o Marco SAT-07 de coordenadas geográficas geodésicas 19°55'41,814" S e 40°09'15,474" WGr., localizado próximo ao bairro COHAB, daí segue-se por uma linha reta até o Marco M-06 de coordenadas geográficas geodésicas 19°55'53,528" S e 40°09'16,763" WGr., daí segue-se por uma linha reta até o Marco M-13 de coordenadas geográficas geodésicas 19°55'57,508" S e 40°08'54,994" WGr., daí segue até o Marco AL-16 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'02,080" S e 40°08'57,796" WGr., daí segue-se até Marco AL-17 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'03,076" S e 40°08'56,812" WGr., daí segue-se até o Marco AL-18 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'03,722" S e 40°08'56,142" WGr., daí segue-se até o Marco AL-20 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'03,471" S e 40°08'53,009" WGr., daí segue-se até o Marco AL-22 de coordenadas geográficas geodésicas 19°55'58,434" S e 40°08'49,131" WGr., daí segue-se até o Marco AL-23 de coordenadas geográficas geodésicas 19°55'59,529" S e 40°08'46,793" WGr., daí segue-se até o Marco SAT-08 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'05,215" S e 40°08'46,185" WGr., daí segue-se margeando um braço da região alagada até o Marco SAT-09 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'33,733" S e 40°08'56,863" WGr. localizado próximo a linha do gasoduto, daí segue-se até o Marco M-08 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'36,711" S e 40°08'54,508" WGr., localizado próximo a uma estrada e ao lado de uma cerca, daí segue-se acompanhando a referida estrada até o Marco M-FUNAI de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'42,634" S e 40°09'14,456" WGr., localizado próximo a uma estrada não pavimentada, daí segue-se acompanhando uma cerca, pelo mangue, até o Ponto DG-03 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'58,881" S e 40°09'17,856" WGr., localizado próximo a margem do rio Piraquê-Açu.

ANEXO C - Memorial de delimitação das Tis de 1979 e mapa



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Continuação do memorial descritivo da T. I. CAIEIRAS VELHA


SUL : Do ponto antes descrito, segue-se, a montante, pelo referido rio até o **Marco M-8/A** de coordenadas geográficas geodésicas 19°57'05,820" S e 40°09'50,287" Wgr., localizado próximo a margem do referido rio, daí segue-se por uma cerca, pelo mangue, o até o **Marco M-09** de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'53,370" S e 40°09'51,998" Wgr., localizado em uma estrada não pavimentada, daí segue-se por uma linha reta até o **Marco M-10** de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'38,092" S e 40°09'54,098" Wgr., daí segue-se por uma cerca, em linha reta até o **Marco SAT-11** de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'39,794" S e 40°10'08,071" Wgr., daí segue-se por uma linha reta até o **Ponto DG-04** de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'41,748" S e 40°10'18,273" Wgr., localizado na margem do rio Piraquê-Açu.

OESTE : Do ponto antes descrito, segue-se pela margem esquerda do referido rio, a montante, até o **Ponto DG-05** de coordenadas geográficas geodésicas 19°54'38,602" S e 40°13'21,815" Wgr., localizado no mangue, daí segue-se por uma linha reta até o **Marco SAT-12** de coordenadas geográficas geodésicas 19°54'34,983" S e 40°13'19,274" Wgr., daí segue-se por uma linha reta até o **Marco SAT-13** de coordenadas geográficas geodésicas 19°54'26,293" S e 40°13'10,136" Wgr., localizado na margem da estrada do Irajá, daí segue-se pela estrada, no sentido Irajá/Aracruz até o **Marco SAT-14** de coordenadas geográficas geodésicas 19°54'10,346" S e 40°13'53,339" Wgr., localizado próximo a um braço do córrego do destacamento, daí segue-se pelo referido braço, a jusante, até o **Marco SAT-15** de coordenadas geográficas geodésicas 19°53'33,426" S e 40°13'25,986" Wgr., localizado próximo a confluência deste braço com o referido córrego, daí segue-se por uma linha reta (carreador) até o **Marco M-02** de coordenadas geográficas geodésicas 19°53'13,682" S e 40°13'29,869" Wgr., daí segue-se até o **Marco M-01** de coordenadas geográficas geodésicas 19°53'12,589" S e 40°13'30,946" Wgr., localizado na referida estrada(carreador), daí segue-se pela estrada, até o **Marco SAT-01**, início da descrição deste perímetro.


Obs: Base Cartográfica utilizada na elaboração deste memorial: SE.24-Y-D-IV - IBGE - 1979 - Escala 1:100.000

Brasília, 02 / 10 / 98

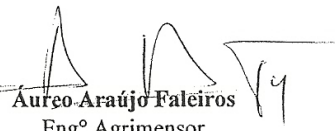
Responsável Técnico


Euripedes Roosevelt da Silva
Eng.º Agrimensor
CREA-DF 9.836/D

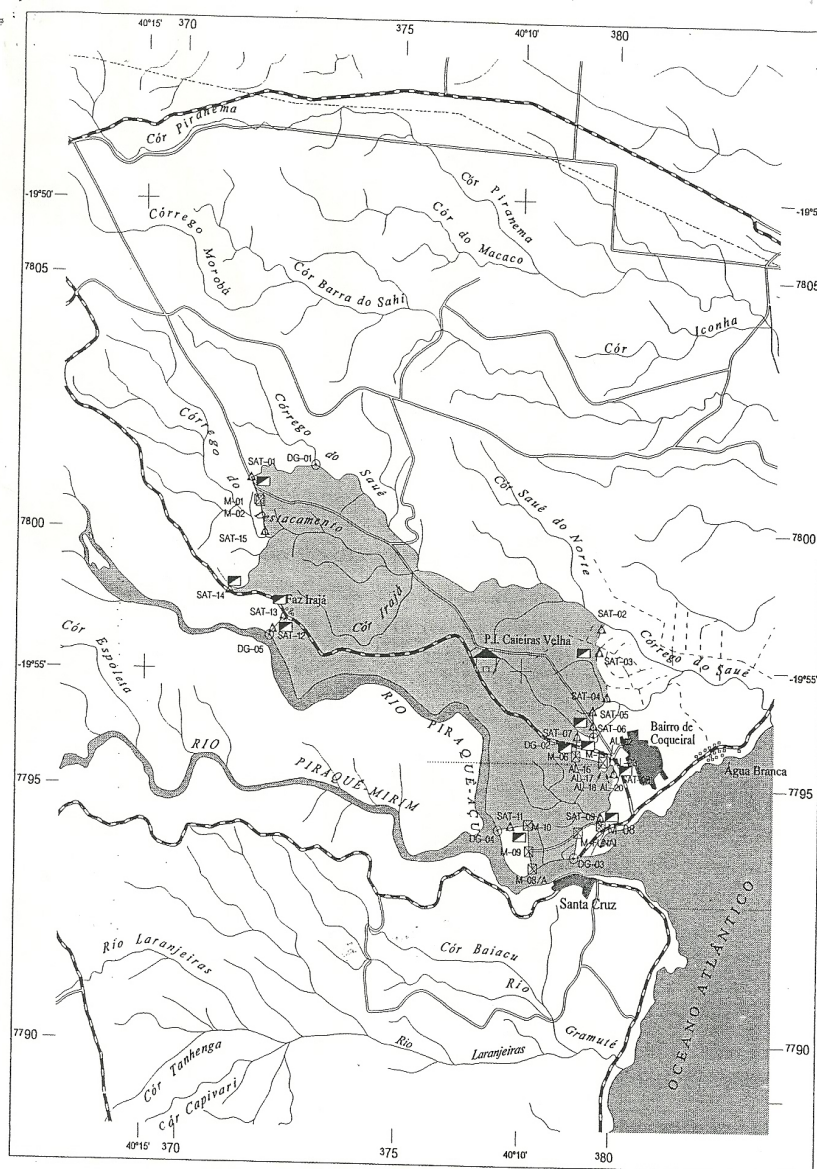
Confere: Chefe do DED


Manoel Francisco Colombo
Eng.º Agrimensor
CREA-SP 64.889/D

Visto: Diretor da DAF


Auro Araujo Faleiros
Eng.º Agrimensor
CREA-SP 57.932/D

ANEXO C - Memorial de delimitação das Tis de 1979 e mapa



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DEMARCADA
- MARCO GEODÉSICO
- MARCO DE DIVISA, PONTO DIGITALIZADO
- ALDEIA INDÍGENA
- PLACA PROIBITIVA
- RODOVIA DE REVESTIMENTO SOLTO
- CAMINHO
- CURSO D'ÁGUA

| | |
|--|---|
|  MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF | |
| DENOMINAÇÃO: TERRA INDÍGENA CAIEIRAS VELHA | |
| PLANTA DE: DEMARCAÇÃO | |
| MUNICÍPIO: ARACRUZ | SUPERFÍCIE: 2.997,2533 ha |
| ESTADO: ESPIRITO SANTO | PERÍMETRO: 33.800,54 metros |
| AER: GOVERNADOR VALADARES | ESCALA: 1/100.000 |
| DATA: 28/09/08 | PROCESSO: SE 24-Y-D-IV |
| DESENHO:  | RESPONSÁVEL TÉCNICO:  |
| VISTO CHEFE DO DAF:  | VISTO DIRETOR DA DAF:  |

ANEXO D – Carta da Vitória

CARTA DE VITÓRIA

Nós, reunidos no Seminário “Os Direitos dos Povos Indígenas e o Avanço do Agronegócio: Questões e Desafios”, realizado no dia 1º de junho de 2006, na cidade de Vitória/ES, aproveitamos esse momento histórico para expressar os pontos fundamentais a respeito dos conflitos fundiários envolvendo índios Tupinikim e Guarani e a multinacional Aracruz Celulose, no município de Aracruz, ES; e as exigências de uma solução por parte do Governo Federal, instância da qual se espera, com grande expectativa, uma decisão definitiva sobre os referidos conflitos.

É importante lembrar que a Aracruz Celulose ocupa hoje no ES, cerca de 150 mil ha, dos quais 18.070 ha pertencem ao patrimônio da União e destinados à posse exclusiva e permanente dos povos indígenas Tupinikim e Guarani, como determina a Constituição Federal. Embora essas terras tenham sido identificadas pela FUNAI, a conivência do governo brasileiro, desde 1967, tem sido fundamental para garantir a continuidade dessa invasão. Apenas 7.061 ha foram recuperados pelos índios, após muita luta e sofrimento. Os 11.009 ha restantes encontram-se ainda ocupados pela empresa, aguardando a Portaria de Delimitação pelo atual Ministro da Justiça, desde maio/2005.

Sendo assim, a solução do conflito está nas mãos do Ministro da Justiça. Todos os estudos técnicos para dirimir a questão dos direitos às terras em disputa já foram produzidos e seus resultados são por demais conhecidos. Por isso, não há lugar para dúvidas, pelo menos do ponto de vista técnico. Na última década foram produzidos quatro estudos de identificação da área indígena, pelos grupos de especialistas da FUNAI, cujos resultados constataram e reafirmaram que as terras em disputa são tradicionalmente ocupadas pelos povos Tupinikim e Guarani. Mais, os estudos técnicos da FUNAI concluíram que aquelas terras são fundamentais para a sobrevivência física e cultural dos indígenas.

Assim, a questão passou agora para o complicado campo das definições políticas, no qual cabe ao governo decidir por uma posição, pressionado por todos os interesses em jogo. Sabemos que durante todas essas décadas de apropriação de privilégios junto ao governo federal, desde o período da ditadura militar, a Aracruz Celulose tornou-se um grupo econômico muito poderoso, com capacidade de influir nas mais variadas esferas de decisão da República.

Por isso mesmo, advertindo sobre as arbitrariedades que se acumularam e as perversas conseqüências sobre as comunidades indígenas do ES, exigimos que desta vez os direitos humanos indígenas sejam privilegiados sobre os interesses meramente econômicos da multinacional do eucalipto.

É necessário alertar que esta associação entre os interesses privados e a esfera pública, tão usual em nossa história republicana, é o maior poder de pressão que a empresa possui. Indo de encontro à própria legislação brasileira, a Aracruz Celulose tenta desqualificar a via administrativa e forçar que a resolução se dê através da Justiça. Devemos nos opor a esta medida e denunciá-la como um desrespeito à legislação brasileira, pois o decreto 1775/96 dispõe sobre os procedimentos administrativos de demarcação das terras indígenas. Além disso, fica claro que a intenção da empresa é apostar na lentidão da justiça e nas brechas jurídicas que têm favorecido o poder econômico e financeiro. Enquanto isso, poderá continuar lucrando com o plantio de eucalipto nas terras indígenas.

Por fim, posicionados na trincheira dos direitos indígenas, exigimos que o governo brasileiro pague a dívida social com os Tupinikim e Guarani; e que obedeça os artigos 231 e 232 da Constituição Federal e a Convenção 169 da OIT, da qual é signatário. Que a FUNAI emita um parecer bem fundamentado sobre as contestações a serem oferecidas pela Aracruz Celulose e num prazo de até 30 dias. Que o Ministro da Justiça assine a Portaria de Delimitação no prazo estabelecido de 30 dias, sem solicitar novos estudos.

Assinam,

Teodoro da Silva - ex-empresário Guarani
Carlos A. Silva - ex-empresário Tupinikim H. B. Brasil
João Paulo Calisto de Azevedo - ex-empresário
Luciano Bente Lameiro da Silva - Alônia Lago
Vilson Tupinikim - Coordenador do C.E. Tupinikim
Rômulo Ernesto de Silva - Guarani de Boa Esperança
Timóteo M. P. - CPT Nacional
Flávio Eduardo de Oliveira - Diretor ABONG / FASE
Wagner Augusto da Silva - Rede BRASIL / ESPIAR - Centro de Pesquisa
Marcelo Oliveira da Silva - Colégio Guarani ES.

ANEXO E – Portaria Nº 1.463, de 27 de agosto de 2007

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO**PORTARIA Nº 1.463, DE 27 DE AGOSTO DE 2007**

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições, em vista do disposto no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, diante da proposta apresentada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, com o objetivo de definir limites da Terra Indígena TUPINIQUIM, constante do processo FUNAI/BSB nº 08620.001497/1996:

CONSIDERANDO que a Terra Indígena localizada no Município de Aracruz, no Estado do Espírito Santo, foi identificada de acordo com os termos do § 1º do art. 231 da Constituição Federal e inciso I do art. 17 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, como tradicionalmente ocupada pelos grupos indígenas Tupiniquim e Guaraní Mbyá:

CONSIDERANDO os termos do Despacho do Presidente nº 11/FUNAI, de 17 de fevereiro de 2006, publicado no Diário Oficial da União, de 20 de fevereiro de 2006, e no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, de 7 de março de 2006; que, entre outros aspectos, e de forma aprofundada e definitiva, confirma os limites da Terra Indígena Tupiniquim, nos moldes do estudo atualizado realizado pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Nº 1.299/PRES, de 4 de novembro de 2005;

CONSIDERANDO, finalmente, os termos dos pareceres da FUNAI, que concluíram pela improcedência da contestação oposta à identificação e delimitação da terra indígena, resolve:

Art. 1º Fica declarada de posse permanente dos índios Tupiniquim e Guaraní Mbyá a Terra Indígena TUPINIQUIM, com superfície aproximada de 14.227 ha (quatorze mil, duzentos e vinte e sete hectares) e perímetro também aproximado de 54 km (cinquenta e quatro quilômetros), assim delimitada: NORTE: a presente descrição perimétrica inicia-se no Ponto P-01, de coordenadas geográficas aproximadas 19°48'58" S e 40°12'52" WGr, situado na faixa de domínio da rodovia ES 257, do lado direito de quem vai de Aracruz para a Fábrica da Aracruz Celulose; daí, segue pela faixa de domínio da citada rodovia, na direção geral leste, até o Ponto P-02, de coordenadas geográficas aproximadas 19°50'28" S e 40°06'10" WGr. LESTE: do ponto antes descrito, segue por uma linha reta, até o ponto P-03, de coordenadas geográficas aproximadas 19°51'35" S e 40°06'30" WGr; daí, segue por uma linha reta até o ponto P-04, de coordenadas geográficas aproximadas 19°52'10" S e 40°06'30" WGr; daí, segue por uma linha reta até o ponto P-05, de coordenadas geográficas aproximadas 19°55'03" S e 40°08'56" WGr; localizado em um carreador no encontro com o limite da T.I. Caieiras Velha; daí, segue pelo referido carreador até o Marco SAT-04 de coordenadas geográficas geodésicas 19°55'17.387" S e 40°08'51.971" WGr, localizado próximo a um braço do córrego do Sauê; daí, segue-se a

ANEXO E - Portaria Nº 1.463, de 27 de agosto de 2007



montante pelo referido braço até o Marco SAT-05 de coordenadas geográficas geodésicas 19°55'26.116" S e 40°09'03.351" WGr. localizado próximo à margem do referido braço; daí, segue-se por uma linha reta até o Marco SAT-06 de coordenadas geográficas geodésicas 19°55'35.305" S e 40°09'02.868" WGr. localizado próximo ao bairro Sapolândia; daí, segue-se por uma linha reta até o Ponto DG-02 de coordenadas geográficas geodésicas 19°55'41.805" S e 40°09'02.527" WGr. localizado na margem do Córrego Caieiras Velha; daí, segue-se pelo referido córrego, a montante, até o Marco SAT-07 de coordenadas geográficas geodésicas 19°55'41.814" S e 40°09'15.474" WGr. localizado próximo ao bairro COHAB; daí, segue-se por uma linha reta até o Marco M-06 de coordenadas geográficas geodésicas 19°55'53.528" S e 40°09'16.763" WGr; daí, segue-se por uma linha reta até o Marco M-13 de coordenadas geográficas geodésicas 19°55'57.508" S e 40°08'54.994" WGr; daí, segue até o Marco AL-16 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'02.080" S e 40°08'57.796" WGr; daí, segue-se até Marco AL-17 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'03.076" S e 40°08'56.812" WGr; daí, segue-se até o Marco AL-18 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'03.722" S e 40°08'56.142" WGr; daí, segue-se até o Marco AL-20 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'03.471" S e 40°08'53.009" WGr; daí, segue-se até o Marco AL-22 de coordenadas geográficas geodésicas 19°55'58.434" S e 40°08'49.131" WGr; daí, segue-se até o Marco AL-23 de coordenadas geográficas geodésicas 19°55'59.529" S e 40°08'46.793" WGr; daí, segue-se até o Ponto P-10, de coordenadas geográficas aproximadas 19°56'02" S e 40°08'42" WGr. situado na faixa de domínio à direita da estrada que vai do Bairro Coqueiral até a Rodovia ES 010; daí, segue pela citada faixa de domínio, na direção sudeste, até o Ponto P-11, de coordenadas geográficas aproximadas 19°56'31" S e 40°08'32" WGr. situado na faixa de domínio da Rodovia ES 010 à esquerda de quem vai de Santa Cruz para Barra do Riacho, SUL; do ponto antes descrito, segue pela citada faixa de domínio, na direção geral sudoeste, até o Marco M-08 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'36.711" S e 40°08'54.508" WGr; daí, segue-se acompanhando a rodovia até o Marco M-FUNAI de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'42.634" S e 40°09'14.456" WGr. localizado próximo a uma cerca; daí, segue-se acompanhando esta cerca, pelo mangue, até o Ponto DG-03 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'58.881" S e 40°09'17.856" WGr. localizado próximo à margem do rio Piraquê-Açu; daí, segue-se a montante, pelo referido rio até o Marco M-8/A de coordenadas geográficas geodésicas 19°57'05.820" S e 40°09'50.287" WGr. localizado próximo à margem do referido rio; daí, segue-se por uma cerca, pelo mangue, até o Marco M-09 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'53.370" S e 40°09'51.998" WGr. localizado em as margens da rodovia ES-010; daí, segue-se por uma linha reta até o Marco M-10 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'38.092" S e 40°09'54.098" WGr; daí, segue-se por uma cerca, em linha reta até o Marco SAT-11 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'39.794" S e 40°10'08.071" WGr; daí, segue-se por uma linha reta até o Ponto DG-04 de coordenadas geográficas geodésicas 19°56'41.748" S e 40°10'18.273" WGr. localizado na margem do rio Piraquê-Açu; daí, segue-se pela margem esquerda do referido rio, a montante, até o Ponto DG-05 de coordenadas geográficas geodésicas 19°54'38.602" S e 40°13'21.815" WGr. localizado no mangue;

ANEXO E - Portaria Nº 1.463, de 27 de agosto de 2007

dai, segue-se por uma linha reta até o Marco SAT-12 de coordenadas geográficas geodésicas 19°54'34.983" S e 40°13'19.274" WGr; dai, segue-se por uma linha reta até o Marco SAT-13 de coordenadas geográficas geodésicas 19°54'26.293" S e 40°13'10.136" WGr, localizado na margem da estrada do Irajá; dai, segue-se pela estrada, no sentido Irajá/Aracruz até o Marco SAT-14 de coordenadas geográficas geodésicas 19°54'10.346" S e 40°13'53.339" WGr, localizado próximo a um braço do córrego do destacamento. OESTE: do ponto antes descrito, segue por uma linha reta, até o Ponto P-06, de coordenadas geográficas aproximadas 19°51'02" S e 40°15'03" WGr; dai, segue por uma linha reta metros, até o Ponto P-01, início da presente descrição perimétrica Obs: 1 - Dos pontos P-05 ao AL-23 e do Marco M-08 ao Ponto SAT-14, as coordenadas geográficas geodésicas são referentes à área já demarcada e homologada Caieiras Velha. 2. - As coordenadas geográficas que constam neste memorial descritivo são referenciadas ao Datum Horizontal SAD 69. 3 - Base cartográfica utilizada na elaboração deste memorial descritivo: SE.24-Y-D-IV (MI-2542) - Escala 1:100.000 - DSG - 1979.

Art. 2º Determinar que a FUNAI promova a demarcação administrativa da terra indígena ora declarada, para posterior homologação pelo Presidente da República, nos termos do art. 19, § 1º, da Lei nº 6.001/73, e do art. 5º do Decreto nº 1.775/96.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARSO GENRO

(?)
↓
como
e o
procedimento
como acontece?

ANEXO F – Variedades de vegetais e indicações de usos destes vegetais

| Nome popular | Usos | Áreas de ocorrência/ambiente | Uso/Aldeia |
|------------------|-------------------------|------------------------------|-----------------|
| Amendoim guarani | ALIM | TI Guarani Sul | Guarani |
| Araçá pedra | ALIM | Grotas Areial | Areial |
| Araçá do céu | ALIM | Mata Comboios | Comboios |
| Araçuna | ALIM | Mata de Chapada e Grotas | Areial |
| Araticum | ALIM | Mata de Chapada e Grotas | Areial |
| Cambucá | ALIM | Mata Comboios | Comboios |
| Guati | ALIM | Brejos | Irajá |
| Guavirá açu | ALIM | Mata Guarani | Guarani |
| Ingá facão, | ALIM | Mata Comboios | Comboios |
| Jerivá | ALIM/Cobertura de casas | Matas e quintais Guarani | Guarani |
| Araçá | ALIM/MAD-Lenha | Mata Comboios | Comboios |
| Ingá mirim | ALIM/ART | Mata Comboios | Comboios |
| Cajá | ALIM | Matas Chapada e grotas | Irajá, Caieiras |
| Caju | ALIM | Matas Chapada e grotas | Irajá, Caieiras |
| Fruta pão | ALIM | Matas Chapada e grotas | Irajá, Caieiras |
| Gabiroba | ALIM | Mata Chapada | Irajá |
| Jabutcaba | ALIM | Matas Chapada e grotas | Irajá, Caieiras |
| Jambo Branco | ALIM | Mata Reserva Pau Brasil | Irajá |
| Siriguela | ALIM | Matas Chapada e grotas | Irajá, Caieiras |
| Abil | ART | quintal | Banco de dados |
| Abriçó | ART | quintal | Pau Brasil |
| Açaí | ART | Quintais | Guarani |
| Aguai | ART | TI Guarani Sul | Guarani |
| Assafrão | ART | quintais | Guarani |
| Bambu | ART | Mata de Chapada | banco de dados |
| Bananeira | ART | quintais e roças | banco de dados |
| Bananeirinha | ART | quintais e roças | banco de dados |
| Brejauva | ART | Mata Guarani | Guarani |
| Cabaça | ART | quintal e roças | Pau Brasil |
| Capim dourado | ART | brejos | Banco de dados |
| Chaga | ART | Matas chapada | Banco de dados |
| Cipó guaimbê | ART | Mata Reserva | Pau Brasil |
| Cipó imbé | ART | Matas estágio avançado | Guarani |
| Cipó peba | ART | Matas de Chapada | Irajá |
| Cipó tinga | ART | Matas Chapada | Irajá, Caieiras |
| Ciriba | ART | Mangue (Apicum) | Caieiras |
| Eri | ART | Matas Chapada e grotas | Irajá |
| Guanandi | ART | Caieiras | Caieiras |
| Guaticica | ART | Mata de chapada | Irajá |
| Guaxu kumandá | ART | praia | Guarani |
| Guriri | ART | Comboios praia | Comboios |
| Imbira branca | ART | Mata Comboios | Areial |
| Imbira colibri | ART | Grotas Areial | Areial |
| Imbirema | ART | Grotas Areial | Areial |
| Imbiriba | ART | Grotas Areial | Areial |

ANEXO F - Variedades de vegetais e indicações de usos destes vegetais

| | | | |
|--------------------------|--------------------------|--|-------------------------|
| imbiruçu | ART | Mata Guarani | Guarani |
| Imburi | ART | Matas Chapada e grotas | Irajá, Caieiras, Areial |
| Jenipapo | ART | Quintais Guarani | Guarani |
| Mata pasto | ART | quintais e roças | Banco de dados |
| Mauí | ART | NI | Banco de dados |
| Milagre | ART | quintais | Banco de dados |
| Olho de boi | ART | praia | Guarani |
| Olho de boneca | ART | NI | Banco de dados |
| Olho de cabra | ART | Mata Guarani e quintais | Guarani |
| Olho de galo | ART | NI | Banco de dados |
| Olho de macaco | ART | Mata Guarani | Guarani |
| Olho de saci | ART | NI | Pau Brasil |
| Peguaó | ART | quintais (ruderal) | Guarani |
| Pupunha | ART | Quintais | Guarani |
| Saboneteira | ART | Matas Caieiras | Guarani |
| Sapucaia | ART | Pau Brasil | Pau Brasil |
| Taboa | ART | Pau Brasil. Caieiras, Guarani | Pau Brasil |
| Taquá á | ART | Mata Guarani/ Reserva | Guarani |
| Taquá i | ART | Mata Caximbo | Guarani |
| Taquara lixa | ART | Mata Guarani/ Reserva | Guarani |
| Taquaruçu | ART | Mata Caximbo | Guarani |
| Tento | ART | NI | Banco de dados |
| Tucumã | ART | Brejos e Apicum | Areial |
| Urucum | ART | Caieiras | Caieiras |
| Anuíba | ART | Mata Chapada | Irajá |
| Cipó tímbo | ART | Matas estágio avançado Irajá | Irajá |
| Coco | ART | quintais e roças | Banco de dados |
| Guarumã | ART | Mata de Chapada e Grotas | Areial |
| Tagibubuaia | ART | Apicum | Caieiras |
| Taquá etê | ART/MED | Mata Guarani/ Reserva | Guarani |
| Jirica | ART | Mata Chapada e Grotas | Areial |
| Jiriquiti | ART | Mata Chapada e Grotas | Areial |
| Joerana | ART | quintais | Guarani |
| Lágrima de nossa senhora | ART | quintais (ruderal) | Guarani |
| Pinheiro araucária | ART | TI Guarani Sul | Guarani |
| Ubá (taquara) | ART | Apicum | Irajá |
| Caixeta | ART/CONST | Alagado - Mata paludosa, Mata Comboios | Guarani, Comboios |
| Palmito jussara | ART/ALIM/MAD-lenha | TI Guarani Sul | Guarani |
| Ingá | ART/ALIM/MAD-lenha | Mata Comboios, Mata Comboios | Comboios |
| Taquai etei | ART/ALIM/MED/COB CASA | Mata reserva Pau Brasil, Mata Guarani | Guarani |
| Guaxuma | ART/PESCA | Beira do Manguezal | Areial |
| Guericima: | ART/PESCA | Mata Comboios | Comboios |
| Tucum | ART/PESCA | Brejo, Mangue do Tucum | Irajá |
| Pindaíba | ART/MAD-lenha | Matas de Chapada | |

ANEXO F - Variedades de vegetais e indicações de usos destes vegetais

| | | | |
|------------------------|--------------------------------------|---------------------------------|--------------------------|
| Embauba vermelha | ART/MED | Matas secundárias | Guarani |
| Pau brasil | ART/MED | Mata Guarani | Guarani |
| Aricanga | ART | Brejos | Guarani |
| Tucum Açú | PESCA | Brejos e Apicum | Irajá |
| Pindoró | Cobertura de casas | Matas e entorno aldeias Guarani | Guarani |
| Guaricanga | Cobertura de casas | Matas e entorno aldeias Guarani | Guarani |
| Pindó karapé | Cobertura de casas | Matas e entorno aldeias Guarani | Guarani |
| Braúna | MAD-Construção | Mata Comboios | Comboios |
| farinha seca | MAD-Construção | Mata Comboios | Comboios |
| Maçaranduba | MAD-Construção | Mata Comboios | Comboios |
| Aderne | MAD-Construção | Matas Chapada | Irajá |
| Araribá | MAD-Construção | Matas Chapada e grotas | Irajá, Caieiras |
| Canela amarela | MAD-Construção | Matas chapada | Caieiras |
| Canela cedro | MAD-Construção | Matas chapada | Caieiras |
| Canela prego | MAD-Construção | Matas chapada | Caieiras |
| Cobi | MAD-Construção | Matas Chapada e grotas | Irajá, Caieiras |
| Cobixá | MAD-Construção | Matas Chapada e grotas | Irajá, Caieiras |
| Cobixaba | MAD-Construção | Matas Chapada e grotas | Irajá, Caieiras |
| Ipe | MAD-Construção | Mata Reserva Pau Brasil | Irajá |
| Ipe rosa | MAD-Construção | Mata Reserva Pau Brasil | Pau Brasil |
| Jacarandá | MAD-Construção | Mata Reserva Pau Brasil | Pau Brasil |
| Macambira | MAD-Construção | Matas Chapada e grotas | Irajá, Caieiras |
| Murulo | MAD-Construção | Matas Chapada | Irajá, Caieiras |
| Pequi | MAD-Construção | Matas Chapada e grotas | Irajá, Caieiras |
| Pequi amarelo | MAD-Construção | Matas Chapada e grotas | Irajá, Caieiras |
| Pequiá | MAD-Construção | Matas Chapada | Irajá |
| Pequivermelho | MAD-Construção | Matas Chapada e grotas | Irajá, Caieiras |
| Peroba branca | MAD-Construção | Matas de Chapada | Pau Brasil |
| Peroba osso | MAD-Construção | Matas de Chapada | Pau Brasil |
| Sapuainha | MAD-Construção | Brejos | Irajá |
| Vinhático | MAD-Construção | Matas Chapada e grotas | Irajá, Caieiras |
| Guatambu | MAD-Construção | Mata Guarani | Guarani |
| Naiá | MAD-Construção/ART/Cobertura de casa | Mata Chapada e Grotas | Irajá |
| Braúna | MAD-Construção/Cerca | Mata de Chapada | Caieiras |
| Paraju | MAD-Lenha | | Pau Brasil |
| Cambuatã | MAD-Lenha | Matas chapada | Caieiras |
| Oitíca | MADA-Construção | Mata Comboios | Comboios |
| Pindoba | MAD-Construção/ART/PESCA | Matas Chapada e grotas | Irajá, Caieiras, Guarani |
| Cedro | MAD-Lenha | Matas chapada | Banco de dados |
| Eucalipto | MAD-Lenha | introduzida, todos ambientes | Banco de dados |
| Goiabeira | MAD-Lenha | quintais e pomares | Banco de dados |
| Murici | MAD-Lenha | Mata Chapada e Grotas | |
| Pororoca | MAD-Lenha | NI | Banco de dados |
| Quaresmeira | MAD-Lenha | Mata Chapada | Caieiras |
| Sete caixa | MAD-Lenha | Mata Comboios | Comboios |
| Lágrima de santa luzia | MED | quintais (ruderal) | Guarani |

ANEXO F - Variedades de vegetais e indicações de usos destes vegetais

| | | | |
|---------------------|-----|-------------------------|-----------------|
| Agrião | MED | quintais | Banco de dados |
| Alecrim | MED | quintal | Pau Brasil |
| Alecrim do Mato | MED | Mata Chapada | Pau Brasil |
| Alfavaca | MED | quintal | Banco de dados |
| Algodão | MED | quintal | Banco de dados |
| Anador | MED | quintal | Banco de dados |
| Arnica | MED | quintal | Pau Brasil |
| Arruda | MED | quintal | Pau Brasil |
| Assa peixe | MED | quintal | Pau Brasil |
| Babosa | MED | quintal | banco de dados |
| Bicuiba | MED | Mata Reserva Pau Brasil | Irajá |
| Boldo | MED | quintal | banco de dados |
| Boleira | MED | quintal | banco de dados |
| Burta | MED | quintal | banco de dados |
| caixeta preta | MED | Mata Comboios | Comboios |
| Camomila do mato | MED | Mata Guarani | Guarani |
| Capim cidreira | MED | quintais | Pau Brasil |
| Carobinha | MED | quintais | Banco de dados |
| Caruru | MED | quintais | Pau Brasil |
| Chapéu de couro | MED | Matas chapada | Banco de dados |
| Cinco folhas | MED | Matas chapada | Banco de dados |
| Cipó cravo | MED | Mata Guarani | Guarani |
| Cipó mil homens | MED | Mata Guarani | Guarani |
| Ciporoba | MED | Mata Comboios | Comboios |
| Confrei | MED | quintais | Pau Brasil |
| Copaiba | MED | Mata Reserva Pau Brasil | Irajá |
| Cordão de Frade | MED | Quintais | Pau Brasil |
| Elixir paregórico | MED | Quintais | Pau Brasil |
| Embauba Branca | MED | Matas secundárias | Comboios |
| Erva cidreira | MED | quintais | Pau Brasil |
| Erva de São João | MED | quintais | Guarani |
| Erva doce | MED | quintais | Pau Brasil |
| Erva mate | MED | TI Guarani Sul | Guarani |
| Erva Santa | MED | Mata Guarani | Guarani |
| Espinheira santa | MED | Mata Guarani | Guarani |
| Gengibre | MED | quintais | Banco de dados |
| Guaco | MED | quintais | Pau Brasil |
| Guandu | MED | quintais e roças | Caieiras, Irajá |
| Guapoy | MED | Mata Guarani | Guarani |
| Guavirá mirim | MED | Mata Guarani | Guarani |
| Guiné | MED | quintal | Pau Brasil |
| Hortelã | MED | quintal | Banco de dados |
| Jaborandi | MED | Mata Guarani | Guarani |
| Laranja da terra | MED | quintais e pomares | Banco de dados |
| Loro | MED | quintais | Banco de dados |
| Majerição | MED | quintais | Banco de dados |
| Malva | MED | quintais | Banco de dados |
| Maracujá do mato | MED | Mata Guarani | Guarani |
| Maria Preta | MED | quintais e roças | Pau Brasil |
| Maririçô | MED | quintais e roças | Banco de dados |
| Mastruz ou mentruço | MED | quintais e roças | Banco de dados |
| Mberéruai-tipó | MED | Mata Guarani | Guarani |

ANEXO F - Variedades de vegetais e indicações de usos destes vegetais

| | | | |
|---------------------|-----|-------------------------|-----------------|
| Agrião | MED | quintais | Banco de dados |
| Alecrim | MED | quintal | Pau Brasil |
| Alecrim do Mato | MED | Mata Chapada | Pau Brasil |
| Alfavaca | MED | quintal | Banco de dados |
| Algodão | MED | quintal | Banco de dados |
| Anador | MED | quintal | Banco de dados |
| Arnica | MED | quintal | Pau Brasil |
| Arruda | MED | quintal | Pau Brasil |
| Assa peixe | MED | quintal | Pau Brasil |
| Babosa | MED | quintal | banco de dados |
| Bicuiba | MED | Mata Reserva Pau Brasil | Irajá |
| Boldo | MED | quintal | banco de dados |
| Boleira | MED | quintal | banco de dados |
| Burta | MED | quintal | banco de dados |
| caixeta preta | MED | Mata Comboios | Comboios |
| Camomila do mato | MED | Mata Guarani | Guarani |
| Capim cidreira | MED | quintais | Pau Brasil |
| Carobinha | MED | quintais | Banco de dados |
| Caruru | MED | quintais | Pau Brasil |
| Chapéu de couro | MED | Matas chapada | Banco de dados |
| Cinco folhas | MED | Matas chapada | Banco de dados |
| Cipó cravo | MED | Mata Guarani | Guarani |
| Cipó mil homens | MED | Mata Guarani | Guarani |
| Ciporoba | MED | Mata Comboios | Comboios |
| Confrei | MED | quintais | Pau Brasil |
| Copaiba | MED | Mata Reserva Pau Brasil | Irajá |
| Cordão de Frade | MED | Quintais | Pau Brasil |
| Elixir paregórico | MED | Quintais | Pau Brasil |
| Embauba Branca | MED | Matas secundárias | Comboios |
| Erva cidreira | MED | quintais | Pau Brasil |
| Erva de São João | MED | quintais | Guarani |
| Erva doce | MED | quintais | Pau Brasil |
| Erva mate | MED | TI Guarani Sul | Guarani |
| Erva Santa | MED | Mata Guarani | Guarani |
| Espinheira santa | MED | Mata Guarani | Guarani |
| Gengibre | MED | quintais | Banco de dados |
| Guaco | MED | quintais | Pau Brasil |
| Guandu | MED | quintais e roças | Caieiras, Irajá |
| Guapoy | MED | Mata Guarani | Guarani |
| Guavirá mirim | MED | Mata Guarani | Guarani |
| Guiné | MED | quintal | Pau Brasil |
| Hortelã | MED | quintal | Banco de dados |
| Jaborandi | MED | Mata Guarani | Guarani |
| Laranja da terra | MED | quintais e pomares | Banco de dados |
| Loro | MED | quintais | Banco de dados |
| Majericão | MED | quintais | Banco de dados |
| Malva | MED | quintais | Banco de dados |
| Maracujá do mato | MED | Mata Guarani | Guarani |
| Maria Preta | MED | quintais e roças | Pau Brasil |
| Maririçô | MED | quintais e roças | Banco de dados |
| Mastruz ou mentruço | MED | quintais e roças | Banco de dados |
| Mberéruguai-tipó | MED | Mata Guarani | Guarani |

ANEXO F - Variedades de vegetais e indicações de usos destes vegetais

| | | | |
|---------------|---------------------|----------------------------------|-------------------------|
| Mercurio | MED | quintais | Pau Brasil |
| Pata de vaca | MED | Matas de Chapada | Pau Brasil |
| Pau pereira | MED | Matas de Chapada | |
| Pé de galinha | MED | quintais (ruderal) | |
| Poejo | MED | quintais | Pau Brasil |
| Quina rosa | MED | Mata Chapada | |
| Quitoco | MED | Mata Chapada | |
| Saião | MED | quintais | Banco de dados |
| São João | MED | quintais | Banco de dados |
| Sapê (broto) | MED | quintais e roças | Banco de dados |
| Terramicina | MED | quintais | Banco de dados |
| Tpy Guaxu | MED | Mata Guarani | Guarani |
| Vick | MED | quintais | Pau Brasil |
| Yuaró | MED | Mata Guarani | Guarani |
| Almésçar | MED/MAD-Lenha | Mata Comboios | Comboios |
| Camará | MED/MAD-Lenha | Matas chapada | Banco de dados |
| Jatobá | MED/MAD-construção | Mata Reserva Pau Brasil | Irajá |
| Aroeira | MED/ALIM/MAD-lenha | Matas secundária e Mata Comboios | Comb, Pau B, Cai, Irajá |
| Fumo | RIT | TI Guarani Sul | Guarani |
| Teca | Sombreamento a café | Cultivada, consórcio café | Guarani |

ANEXO F – Fauna conhecida e manejada nas aldeias das Tis Tupinikim-Guarani e Comboios

| Nome popular | Áreas de ocorrência |
|----------------------|----------------------------|
| Anta | Mata da Santa Joana |
| Capivara | Reserva, Piatã |
| Catitu | Reserva |
| Cutia | Mata TI Guarani - |
| Jupati | Reserva |
| Paca | Mata TI Guarani - |
| Porco do mato * | Mata TI Guarani * |
| Preguiça de coleira* | Reserva |
| Tamanduá de coleite | Reserva |
| Tartaruga marinha | Praia |
| Tatu | Comboios |
| Tatu amarelo | Amarelos |
| Tatuchima | Amarelos |
| Tatuieté | Amarelos |
| Tatuim | Mata Guarani |
| Tatupeba | Mata Guarani |
| Tucano | Reserva, Valdir |
| Veado | Reserva, Valdir |
| Jagatirica | Reserva, Valdir |
| Gato morisco | Mata Valdir |
| Onça pintada* | Reserva |
| Tatu canastra* | |
| Tatu galinha | Amarelos e Mata Guarani |
| Tatu de dente | Amarelos e Mata Guarani |
| Gambá | todos remanescentes |
| Cuica | todos remanescentes |
| Chupati | todos remanescentes |
| Guigó | Mata Valdir |
| Barbado | Mata Valdir |
| Macaco preto | Mata Valdir |
| Sagui | todos remanescentes |
| Tamanduá bandeira* | |
| Ouriço caixeiro* | |
| Queixada* | |
| Coati | todos remanescentes |
| Mão pelada | todos remanescentes |
| Preá | todos remanescentes |
| Raposa | todos remanescentes |
| Araponga | Reserva, Piatã |
| Bem-te-vi | Reserva, Piatã |
| Canário | Reserva, Piatã |
| Chorão | Reserva, Piatã |
| Jacu* | Mata TI Guarani * |
| Jacutinga* | Mata TI Guarani * |
| Japira | Brejos |
| Macuco | Reserva, Piatã |
| Marreco* | Mata TI Guarani * |
| Papagaio | Reserva, Piatã |
| Periquito | Reserva, Piatã |

ANEXO F - Fauna conhecida e manejada nas aldeias das Tis Tupinikim-Guarani e Comboios

| | |
|------------------|-------------------------|
| Chorão | Reserva, Piatã |
| Jacu* | Mata TI Guarani * |
| Jacutinga* | Mata TI Guarani * |
| Japira | Brejos |
| Macuco | Reserva, Piatã |
| Marreco* | Mata TI Guarani * |
| Papagaio | Reserva, Piatã |
| Periquito | Reserva, Piatã |
| Maritaca | Alagados e Mata Guarani |
| Garça | Alagados e Mata Guarani |
| Jacupemba | Alagados e Mata Guarani |
| Piaçoca | Alagados e Mata Guarani |
| Quero quero | Todos os remanescentes |
| Urutau cinzento | Todos os remanescentes |
| Saira sete cores | Reserva |
| Gaturamo | Reserva |
| Sanhaço | Reserva |
| Tiê sangue | Reserva |
| Lagarto | Todos os remanescentes |
| Jararacussú | Todos os remanescentes |
| Preguiçosa | Todos os remanescentes |
| Jararaca | Todos os remanescentes |
| Sapo boi | Alagados e Mata Guarani |

ANEXO H – Das espécies aquáticas

| nome popular | identificação | pontos de pesca/coleta |
|-----------------------|---------------|--|
| acará | peixe | Rio Sahy, Sauê, Guaxindiba |
| acará ferreira | peixe | Rio Guaxindiba |
| ameixa | peixe | Manguezal |
| anchova* (mar) | peixe | Mar |
| aratu | crustáceo | Manguezal Piraqueçu |
| arraia* (mar) | peixe | Mar |
| bacara | peixe | Mar |
| badejo* (mar) | peixe | mar e estuário |
| bagre (mar e rio) | peixe | mar e estuário |
| baiacu (mar estuário) | peixe | Mar e estuário Piraqueçu |
| baiacu ará | peixe | Mar e estuário Piraqueçu |
| baiacu estalo | peixe | Mar e estuário Piraqueçu |
| baiacu xapã | peixe | Mar e estuário Piraqueçu |
| baicu cachorro | peixe | Mar e estuário Piraqueçu |
| barana | peixe | NI |
| barbudo, | peixe | Rio Piraqueçu |
| budigão | marisco | Manguezal |
| camarão* | crustáceo | Mar e estuário Piraqueçu |
| cambuto | peixe | Rio Sahy |
| caramuru | peixe | mar e estuário) |
| caranguejo | crustáceo | Rio Piraqueçu |
| caranguejola | crustáceo Sa | Rio ue |
| carapau (água doce) | peixe | Rios |
| carapeba | peixe | Rio Piraqueçu |
| caratinga | peixe | Rio Sahy |
| carpa (exótica) | peixe | Exótica introduzida |
| casudo | peixe | Rio, córrego e brejos Guarani |
| charéu (mar) | peixe | Mar |
| cirioba | peixe | Rio Piraqueçu e mar |
| coxico | peixe | Rio Sahy |
| cumatã | peixe | Rio Comboios |
| cumbaca | peixe | NI |
| curvina (mar) | peixe | Mar |
| dourado* (mar) | peixe | Mar |
| giriqitim | peixe | NI |
| guaiamum | crustáceo | Rio Piraqueçu, Manguezal |
| jundiá | peixe | Rios, córrego e brejos Guarani, Rio Saue, Guaxindiba |
| lambari | peixe | Rios, córrego e brejos Guarani |
| mandi | peixe | Rio Sahy |
| maracanim | crustáceo | Manguezal |
| mexilhão | marisco | Manguezal |
| moréia | peixe | Rio Piraqueçu |
| morobá | peixe | Rio Saue, Rio Comboios, Sahy |
| morobá sapiranga | peixe | Rio Saue |
| morobá tinga | peixe | Rio Saue, Sahy |
| murucutuca | peixe | Rio Piraqueçu |
| ostra de fundo | marisco | Manguezal |
| ostra de pau | marisco | Manguezal |
| ouriço | marisco | Mar |

